



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

COBRA 530



Cobra Computadores e Sistemas Brasileiros S/A

MULAÇÕES
E CONFLITOS
ERRESTRES

TEORIAS
GEOPOLÍTICAS
E PODER MUNDIAL

NOV / DEZ-80
Nº 692



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO

Págs.

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA

PARTIDO POLÍTICO E EXPRESSÃO MILITAR DO PODER NACIONAL — Cel Edmerson Maranhão Ferreira	35
TEORIAS GEOPOLÍTICAS E PODER MUNDIAL — Cel Octavio Tosta	71
TERRORISMO — Gen Bda Francisco Batista Torres de Melo	143
OPERAÇÃO TABAS — CMG Leo Fonseca de Silva	153
OS EUROCOMUNISTAS E A DESCOLONIZAÇÃO DO BLOCO ORIENTAL — Zygmunt Nakorski	159
O PROBLEMA DA PARTICIPAÇÃO — Prof José Alberto de Assumpção	163

ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA, FINANÇAS

MANTER O DESENVOLVIMENTO E REDUZIR A DEPENDÊNCIA EXTERNA — Min A. Delfim Neto	21
ENERGIA: RECURSOS E PROBLEMAS — Emb Roberto de Oliveira Campos	135
MINERAÇÃO — INSTRUMENTO DE EQUILÍBRIO SOCIO-ECONÔMICO — Eng Eliseu D'Angelo Visconti Neto	181
PEQUENOS POVOADOS DO NORDESTE TERÃO AUXÍLIO DO BNH	193

FORMAÇÃO, TÁTICA E TÉCNICAS MILITARES

SIMULAÇÕES DE CONFLITOS TERRESTRES — Maj QEM Oto de Oliveira Bastos Vieira	5
O JORNALISTA E O SOLDADO — Gen Div Octavio Pereira da Costa	123
CARTA A UM RECRUTA — Austregésio de Athayde	129

GEOGRAFIA, HISTÓRIA, COMUNICAÇÃO

OS 67 ANOS DE "A DEFESA NACIONAL" — Prof Therezinha de Castro	17
EVOCAÇÃO HISTÓRICA DA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO — Gen Ex Alfredo Souto Maior, Gen Div Alzir Benjamin Chaloub, Gen Div Octavio Pereira da Costa	45

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O PROCESSAMENTO DE DADOS NO EXÉRCITO — Gen Bda Dalmio Teixeira Starling	107
A PRODUÇÃO DE GÁS COMBUSTÍVEL POR BIODIGESTORES NO NORDESTE DO BRASIL — Eng Edilson de Freitas Queiroz	185
INFORMAÇÕES	197
LIVROS	201

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Redator-chefe: PRIMEIRO TENENTE: BERTOLDO ALBERTO. EDITOR: CORPO DE CARVALHO E S. DE SOUSA RIBEIRO

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo mantenedor: Benedito Klinger, Estácio Leônidas de Carvalho, Joaquim da Silva R. e Rodrigues, Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Faria Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeu Cavalcanti, Estydes Figueiredo, Taborda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

10 0 10

(Fac-símile da portada do N. 1, Ano 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

ANUNCIAM NESTE NÚMERO

Haegler	2ª Capa
Fleischmann	3ª Capa
Grupo João Santos	4ª Capa
Cotonifício da Torre	4
CBPE	16
Transbrasil	20
Dersa	43
Federação Nacional dos Bancos	44
Banco Sul Brasileiro	70
Andes	105
Itapemirim	106
Imbel	122

Furnas	127
Volkswagen	128
Caixa Econômica de São Paulo	133
Embratel	134
Nuclebrás	142
GBOEx	151
Banespa	152
Banerj	158
Genal/Clinica Dr. Alois	162
CPRM	183
CAEEB	184
La Fiorentina	200
Bibliex	204/205
Novatracão	206

NOSSA CAPA:



O computador COBRA 530 é a resposta mais recente da Cobra Computadores e Sistemas Brasileiros S.A. às necessidades de processamento distribuído, possibilitando a integração de empresas com rede nacional de operações. Disposto de um poderoso processador, com ampla capacidade de armazenamento em disco e facilidades de teleprocessamento, o C-530 é uma importante solução nacional, ocupando a faixa superior da linha de produtos COBRA.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual A DEFESA NACIONAL.

DIRETOR-PRESIDENTE: Gen Bda Diogo de Oliveira Figueiredo;
DIRETOR-SECRETÁRIO: Ten Cel Nilton Moreira Rodrigues; **DIRETOR-ADMINISTRATIVO:** Ten Cel Cav Lino Palha de Castro; **DIRETOR-TESOUREIRO:** Ten Cel Luiz Carlos de Moura Simonetti.

Revista "A DEFESA NACIONAL"

REDATOR-CHEFE: Gen Bda Diogo de Oliveira Figueiredo; **REDACTORES:** Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis; Cel Cav Edson Alves Mey; Desembargador Antônio Arruda; Cel Art Luiz Paulo Macedo de Carvalho; Ten Cel Art Agenor Francisco Homem de Carvalho; Ten Cel Art Carlos Alfredo Pellegrino; Ten Cel Art Francisco Stuart Campbell Pamplona; Ten Cel Eng Rubens Esnarriaga; Ten Cel Eng R/1 Alceste Guanabara de Oliveira; CF José Corrêa de Sá e Benevides; Ten Cel Av Antonio dos Santos Seixas; Ten Cel Marcello Rufino dos Santos; Prof. José Alberto de Assumpção; **EDITORAÇÃO:** José Lívio Dantas; **PUBLICIDADE:** Floriano Serpe.

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura Anual — 6 (seis) números — Cr\$ 500,00 — Exterior — US\$ 35,00 — Número avulso — Cr\$ 100,00. As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, s/n — Tel.: 243-0563 — CEP 20221 — Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Composição e Impressão:

Empresa Editora Carioca Ltda.
Rua Dona Isabel, 126 — Tel.: 230-7886
Rio de Janeiro — RJ



SIMULAÇÕES DE CONFLITOS TERRESTRES

Oto de Oliveira Bastos Vieira

INTRODUÇÃO

Alguns autores citam que a origem da Pesquisa Operacional (PO) remonta às operações militares na Antiguidade. Todos, porém, são unânimes em reconhecer que o seu desenvolvimento e consolidação como ciência deu-se durante e logo após a 2ª Guerra Mundial.

Neste período, a INGLATERRA em situação de desespero face aos bombardeios e indícios de invasão do seu território por parte da ALEMANHA, resolveu sigilosamente empregar cientistas na solução de problemas militares, principalmente naqueles decorrentes do emprego de tecnologia altamente sofisticada, como o RADAR.

O sucesso destes trabalhos fez com que a utilização da metodologia científica nos problemas de operações militares, se disseminasse pelos demais países aliados, atingindo os ESTADOS UNIDOS onde teve grande aceitação.

Após o término do conflito mundial, a Pesquisa Operacional atingiu o meio

civil, despida do caráter secreto. O êxito das aplicações neste campo e a possibilidade de troca de informações fizeram com que a PO tivesse um grande desenvolvimento, dando origem inclusive a sociedades científicas tais como "THE INSTITUTE OF MANAGEMENT SCIENCES" (TIMS) e a "OPERATIONS RESEARCH SOCIETY OF AMERICA" (ORSA).

Paralelamente, continuaram a ser desenvolvidas aplicações militares principalmente aquelas voltadas para simulações de combate. Martin¹ cita que as atividades de modelagem e simulação em computador nas duas décadas seguintes à 2ª GM, foram fortemente dirigidas para problemas militares, tais como Jogos de Guerra, análise de sistemas militares e pesquisas sobre operações militares. Diz ele ainda, que vários jogos de guerra parcialmente ou totalmente computadorizados, representando todos os tipos de guerra terrestre, marítima ou aérea, em todos os níveis de intensidade, inclusi-

ve guerra fria, limitada, de contra-insurreiçao ou global, foram projetados e desenvolvidos para estudar e experimentar táticas e estratégias militares.

A ORSA através de sua seção de aplicações militares, começou a coordenar, em seus congressos, a apresentação de vários estudos sobre simulações de combate feitos por diversas organizações de pesquisa inclusive militares. A natureza secreta destes trabalhos faz com que as únicas informações disponíveis ao público sejam o resumo publicado nos anais.

Em 1974, foi realizada no "WAR GAMING CENTRE" do Industrieanlagen-Betriebsgesellschaft da ALEMANHA, uma conferência sobre modelagem de sistemas de combate terrestre, patrocinada pelo comitê de ciências da OTAN, que resultou no livro "MILITARY STRATEGY AND TACTICS".

JOGOS DE GUERRA

a. Conceituação

Denominam-se jogos operacionais as simulações onde pessoas tomam decisões nos vários estágios de sua realização. Neste tipo de simulação, o participante alimenta o modelo (representação da situação em estudo) com dados e informações sobre suas decisões para que este simule as interações que ocorrem entre as decisões tomadas e o ambiente da sua ocorrência, devolvendo, depois, os resultados para os jogadores, que os analisam e tomam outras decisões, realimentando o modelo para a repetição do ciclo, até ser atingido um dos objetivos do jogo.

O uso do computador nestes jogos, apesar de não ser essencial, possibilita a obtenção de resultados mais rápidos, e uso de modelos mais complexos.

No caso particular das simulações de combate, os jogos operacionais recebem

o nome de jogos de guerra, cujas origens remontam ao passado. No séc. XIX, eles foram bastante utilizados pelo Exército prussiano e seus conceitos básicos permanecem até hoje.

Nestes jogos existem dois partidos em confronto. Cada um deles é formado por uma força combatente, por um país ou grupo de países coligados; cada lado deverá cumprir missões conflitantes, empregando unidades de combate denominadas elementos de manobra e representadas nos jogos por símbolos. O cumprimento destas missões se dará através uma sucessão de ações e reações realizadas em cada estágio, pelos participantes.

Uma equipe de arbitragem avalia os resultados de cada lance computando:

- o total de baixas;
- o desgaste do poder de combate;
- o ganho ou perda de terreno;
- o tempo consumido na ação.

Esta estimativa é feita por regras estabelecidas a priori ou por julgamento pessoal e considera, entre outras coisas, a observância ou não dos princípios doutrinários de combate.

A arbitragem para executar os seus trabalhos pode dispor de meios auxiliares, tais como:

- tabelas com resultados de determinadas interações;
- régua de cálculo ou calculadora eletrônica;
- computadores;
- canais de comunicação para ligação com os participantes;
- marcador de tempo simulado com capacidade de avançar por incrementos fixos ou por saltos, ou de interromper a contagem do tempo.

O jogo termina quando um dos participantes consegue cumprir sua missão

ou quando uma decisão de arbitragem neste sentido, sendo que neste último caso, ele poderá ser reiniciado a partir do ponto em que foi interrompido com a tomada de novas decisões pelos participantes ou com a designação de novas missões pela arbitragem.

Os jogos atuais acrescentaram a estes conceitos básicos o emprego das modernas técnicas de pesquisa operacional e do computador eletrônico. Tais instrumentos, além de aumentarem de muito a velocidade e a precisão do processamento, possibilitaram a representação de um número bem maior de fatores em situações muito mais complexas.

b. Componentes dos Jogos de Guerra

Os jogos de guerra compõem-se de:

- cenário;
- elementos de manobra;
- regras do jogo.

O cenário, no jargão militar, é constituído pelo terreno onde se desenvolvem as operações, pela descrição da situação geral e particular e pelo enunciado da missão a cumprir. Em termos de simulação, é a descrição do ambiente em que o sistema está imerso, das hipóteses consideradas, das condições iniciais do problema e das atividades exógenas do sistema. Convém salientar que a totalidade dos sistemas representados nos jogos é do tipo aberto, ou seja, os sistemas são afetados pelo ambiente de acordo com GORDON³.

Os elementos de manobra são os meios (tropas e armamentos) que os participantes dispõem para cumprir as suas missões. Eles irão constituir as entidades ativas da simulação.

Finalmente, temos as regras do jogo que:

- enumeram as ações possíveis de serem executadas por cada participante;
- estabelecem normas para que estas ações se subordinem a uma determinada doutrina de guerra;
- estabelecem escores que penalizam ou gratificam decisões tomadas pelos participantes.

Estas regras serão na simulação a descrição das suas atividades e das suas relações funcionais.

c. Finalidade dos jogos de guerra

Os primeiros jogos eram bem simples. Consistiam em conduzir operações militares com a finalidade de treinamento numa carta geográfica, onde eram representadas as forças em confronto subordinadas a regras que descreviam os movimentos e ações possíveis. Estes jogos foram bastante alterados, inclusive nos seus objetivos, quando se passou a usar o computador eletrônico e as técnicas de pesquisa operacional. As possibilidades criadas com a utilização destes instrumentos, despertaram o interesse dos militares para o emprego dos jogos também como meio de análise e pesquisa.

Atualmente, os jogos estão divididos por finalidade em 4 tipos principais:

jogos para treinamento ou como instrumento heurístico.

São jogos desenvolvidos para que a simulação simulada forneça aos participantes uma visão dos inúmeros fatores e ações envolvidos no problema em estudo e estimulem suas capacidades criativas para resolvê-lo, capacitando-os deste modo a apreciar problemas semelhantes

que ocorram ou venham a ocorrer na realidade.

Jogos de auto aprendizagem

São jogos em que são representadas situações específicas onde fatores relevantes, que devam ser assimilados pelos instruendos, são abordados com profundidade, no contexto em que eles ocorrem. Tem a particularidade de salientar para uma nova apreciação, os fatores que devem ser apreendidos, sempre que no desenrolar do jogo eles forem tratados erroneamente ou ignorados pelos participantes. Normalmente, estes jogos são precedidos por uma fase inicial onde os jogadores atuam somente para sentir a complexidade do problema e identificar os principais aspectos que vão requerer estudo.

Jogos como instrumento de pesquisa

São jogos utilizados para avaliar ou aprimorar o emprego de uma alternativa.

Estes jogos fornecem através experimentações, conclusões sobre planos, táticas ou ações específicas. TAYLOR⁴ cita que através deles tem-se a possibilidade de estudar os seguintes problemas típicos de um planejamento de defesa:

- Avaliação da capacidade militar do oponente e determinação da composição de forças para enfrentá-lo;
- Determinação em termos de arma básica, arma de apoio e de serviços da organização e composição de força mais adequada para o cumprimento de uma determinada missão;
- Determinação das características técnicas das novas armas a serem desenvolvidas;

- Determinação para as armas disponíveis, do seu melhor emprego tático, dos locais mais adequados para o seu uso e das quantidades necessárias.

Jogos utilizados como ponto de partida para a construção de um mais complexo:

— Nos jogos que representam situações complexas, difíceis de serem modeladas, costuma-se construir antes um modelo preliminar formado pelos aspectos principais do problema ou ainda por aqueles que tiverem sido identificados no problema complexo. Em seguida, aplica-se a técnica de jogos no modelo preliminar com a finalidade de descobrir novos fatores e interações entre eles e, a partir daí, constrói-se um modelo mais complexo.

Aperfeiçoamentos sucessivos permitirão que se chegue a uma representação da situação em estudo, no grau de fidelidade desejada.

d. Exemplos de aplicações dos jogos de guerra:

Apesar do sigilo que envolve as aplicações dos jogos de guerra, a literatura científica deixa extravasar que estes jogos vêm sendo usados extensivamente nos países desenvolvidos e em alguns em vias de desenvolvimento.

A *MILITARY REVIEW* cita, por exemplo, que no Exército dos Estados Unidos existe um organismo denominado Comando de Ensino e Doutrina dos EUA (TRADOC) que possui mais de 100 modelos diferentes de jogos.

O livro *MILITARY STRATEGY AND TACTIC*² mostra exemplos de aplicações de simulações de combate nos Estados Unidos, Inglaterra, França,

Bélgica, Canadá, Alemanha, Noruega e Holanda.

Thomas⁵ cita que jogos de guerra foram desenvolvidos para serem aplicados:

- no ensino da doutrina em escolas militares;
- na elaboração e testes dos planos de guerra de grandes comandos;
- em organizações de pesquisa para determinar o contexto das futuras operações militares e fornecerem sugestões para solução dos problemas que surgirão nestas operações;
- na prática e testes das manobras no terreno;
- no treinamento de oficiais no comando simulado de unidades operacionais em escolas militares;
- em organizações logísticas para simulares tomadas de decisões a fim de investigar o efeito das interações destas decisões;
- no estudo de guerra fria e limitada em organizações de pesquisas por equipes constituídas por especialistas militares e políticos.

Como exemplo desta aplicação temos a simulação do BRASIL e do CHILE descrita por SCOTT e al⁶. Tais jogos são denominados por BARTON⁷ de JOGOS DE CRISES;

- em organizações de pesquisa para formular um conjunto parcial ou completo de regras de um jogo que aborda sistemas militares mais complexos.

e. Classificação dos jogos de guerra

O "UNITED STATES ARMY COMMAND AND GENERAL STAFF COLLEGE" classifica-os da seguinte forma.

quanto à AMPLITUDE:

- estratégicos;
- táticos;
- combinação dos dois.

O jogo é estratégico quando simula uma guerra global que envolva nações ou coligação de nações com suas economias. É um jogo tático quando trata de combates entre Forças Terrestres, Aéreas ou Marítimas. Geograficamente os jogos táticos desenvolvem-se numa área limitada, enquanto os estratégicos ocorrem num ou em vários teatros de operações. O nível de comando representado em cada um deles também é diferente. Pode-se, por exemplo, ter jogos táticos em que elementos de manobra são brigadas e jogos estratégicos em que estes elementos são exércitos.

quanto ao NÚMERO DE PARTIDOS:

- um partido;
- dois partidos;
- mais de dois partidos.

Os jogos de um partido podem ser de duas espécies:

a) Jogos conduzidos como uma simulação pura onde se variam os parâmetros do modelo em cada processamento para, através a técnica de tentativa e erro, chegar a uma solução aproximada do problema.

b) Jogos semelhantes a um jogo de dois partidos em que uma força oposta é conduzida por uma arbitragem, que pode ser automatizada por um conjunto de regras e procedimentos estabelecidos a priori, de maneira a conduzir o participante para situações específicas onde lhe sejam mostradas as falhas em suas decisões ou em seus planos. É semelhante a um jogo de xadrez jogado contra um computador.

Os jogos de dois partidos são os mais comuns no meio militar e consistem de

uma batalha, campanha ou guerra simulada entre duas forças, nações ou coligação de nações.

Os jogos de mais de dois partidos são aqueles que representam mais de dois interesses conflitantes. Seu uso é comum nas situações em que um dos fatores a ser considerado é a política. Estes jogos foram muito usados pelos japoneses antes da 2ª Guerra Mundial, com partidos que representavam diversos interesses e países tais como: Estados Unidos, Inglaterra, China, Japão etc. . .

quanto ao TIPO DE INFORMAÇÃO:

- abertos;
- fechados.

Os jogos são denominados de abertos, quando cada participante tem conhecimento de toda a situação e dos planos do adversário e de fechados quando tem somente conhecimento das informações que realmente teria se estivessem vivendo a situação na realidade.

quanto à FLEXIBILIDADE:

- rígidos;
- livres.

São rígidos, quando são governados por regras detalhadas e computações precisas. Neles os julgamentos subjetivos são muito raros e a área de decisão dos controladores humanos é muito limitada. Os jogos rígidos são também denominados de jogos com arbitragem automatizada.

São livres quando, apesar de terem regras estabelecidas a priori, a maioria das avaliações sobre os resultados é realizada por árbitros coordenados por um diretor de exercício e tendo como base suas experiências pessoais.

quanto à TÉCNICA empregada:

- analíticos;
- manuais;
- apoiados por computador;

- computadorizados;
- mecanizados.

Os jogos são analíticos, quando fundamentam-se na teoria matemática dos jogos. Neles as possíveis linhas de ação são limitadas a um número finito denominado de estratégias e o resultado do confronto de duas estratégias quaisquer pode ser calculado a priori. Estes jogos são utilizados para a solução de problemas militares de duelo e para as tomadas de decisões estratégicas. O computador pode ser usado nestes jogos para efetuar os cálculos complexos.

Os jogos manuais são aqueles em que forças representadas por figuras, peças, blocos ou símbolos são movimentados manualmente pelos participantes numa mesa, carta ou modelo reduzido do terreno representando a área de operações. Os contatos e interações entre os oponentes são avaliados pela experiência profissional dos árbitros ou pelo uso de regras, instrumentos de medida, tabelas, gráficos ou fórmulas. Estes jogos constituíram-se nas primeiras tentativas para simular realisticamente o combate entre forças armadas e devido a sua flexibilidade e seus baixos custos são, até hoje, considerados de grande utilidade, principalmente na área de treinamento.

Os jogos apoiados por computador são aqueles similares aos jogos manuais e em que determinadas rotinas de jogo (estatística de dados, cálculos de baixas, necessidades de suprimento e outras) são executadas pelo computador.

Os jogos de guerra computadorizados são os totalmente processados em computadores digitais através de instruções, regras e dados armazenados previamente. Neles um programa de computador faz, por exemplo, com que aviões lancem bombas sobre tanques, navios disparem mísseis, canhões atirem sobre alvos,

tudo de acordo com táticas predeterminadas. O programa faz também com que os resultados destas ações sejam determinados pelas instruções, regras e dados armazenados previamente e que sejam emitidos relatórios com dados estatísticos dos resultados observados. Algumas simulações deste tipo se processam com paradas intermediárias onde são introduzidas novas decisões e dados solicitados pelo computador.

Esta técnica proporciona grande rapidez de execução o que torna sua aplicação vantajosa nos jogos de pesquisa e de treinamento para grande número de instruídos, onde o processamento de vários jogos em curto espaço de tempo com pequenas variações de dados é exigido. Àdiantes descreveremos algumas das dificuldades encontradas no seu emprego.

Jogos mecanizados são aqueles executados com auxílio de equipamentos mecânicos ou eletrônicos, especialmente projetados para simular operações militares. Estes equipamentos podem ou não guardar semelhança física com a situação ou objeto simulado. Um exemplo deste jogo é o realizado para treinamento de operadores de radar numa máquina que simula o desempenho do radar e cria uma série de situações que devem ser respondidas pelo instruído. Outro exemplo, são os treinamentos de pilotos de caça em simuladores de voo.

Para finalizar, convém observar que a escolha da técnica de jogo mais adequada é ditada pelo propósito do jogo e que em determinados casos, seus objetivos são melhor alcançados, quando se usa uma combinação de técnicas. Pode-se, por exemplo, ter-se um jogo de guerra manual onde o resultado de um engajamento seja simulado com um auxílio de

um equipamento, tal como uma máquina de lançar moedas.

f. Considerações sobre os jogos de guerra computadorizados

Já se viu que nos jogos de guerra o computador é usado:

- para efetuar cálculos complexos nos jogos analíticos ou apoiados por computador;
- como participante ativo nos jogos computadorizados.

Neste parágrafo será visto com mais detalhe o último caso por ser, sem dúvida, a aplicação mais interessante.

O jogo de guerra computadorizado consiste numa simulação dos principais aspectos de uma situação de conflito obedecendo regras, dados e procedimentos incorporados num modelo estabelecido "a priori" que, em benefício da simplicidade e eficácia, considera somente os aspectos mais relevantes da realidade simulada num grau de detalhe ditado pelos objetivos do estudo.

O estabelecimento deste modelo apresenta diversas dificuldades. A principal, consiste no duplo tratamento que se deve dar a ele quando representa um conflito militar: de um lado ele deve ser considerado como a realização de um conjunto de planos, ordens, raciocínios e reações dos homens engajados nas ações, e de outro com um sistema físico. Estes dois aspectos devem ser examinados separadamente antes da compreensão total do problema e, portanto, antes da construção do modelo.

No exame do modelo como um sistema físico, ele deve ser tratado como um conjunto de componentes que se integram entre si e com o ambiente em que estão imersos. A representação do

seu estado num determinado instante e a sucessão dos estados futuros é feita por um consolidador de dados denominados "IMAGEM DO SISTEMA". No caso dos confrontos militares o sistema é composto pela totalidade dos homens e armas envolvidas, juntamente com o meio onde as ações ocorrem. Num duelo entre dois aviões, por exemplo, o seu armamento, equipamento, tripulação, a atmosfera em que eles estão voando, inclusive o seu campo gravitacional e magnético, constituem o sistema e, a posição de cada avião com sua velocidade, condições de armamento e especificações meteorológicas num dado instante constituem um estado representado na imagem do sistema.

É importante considerar na definição de um sistema como será o seu comportamento ao longo do tempo. Quando a mudança de um estado para outro se processa de uma forma determinada, esta evolução pode ser obtida facilmente pela determinação a priori dos sucessores do estado inicial.

Desafortunadamente, somente nas operações militares mais simples é que se tem um sistema deste tipo, ou seja, determinista.

Na maioria dos casos, não se pode com certeza determinar qual será o resultado de uma decisão e, portanto, qual será o sucessor de um estado. Isto se deve a várias causas:

- caráter probabilístico do comportamento de alguns componentes do sistema: o resultado do tiro de uma arma e do desempenho de um carro de combate é um fenômeno aleatório;
- fatores subjetivos envolvidos no combate: A história e o senso comum mostram que nas mesmas si-

tuações vários comandantes tomam diferentes decisões e que o moral de uma tropa tem comportamento variado em combates diversos.

Existem casos em que os objetivos do jogo impõem que os fatores subjetivos sejam transformados em aleatórios. Isto pode ser feito de duas maneiras:

- calculando-se a distribuição de probabilidade do fenômeno a partir de dados do passado. Por Ex: numa situação específica de combate uma proporção de comandantes tiveram o mesmo procedimento. O total destes comandantes é uma estimativa, da frequência relativa da distribuição.
- inferindo-se a distribuição de probabilidade a partir de uma amostra em que os eventos são determinados pela opinião de especialistas militares. É o caso, por exemplo, da determinação da probabilidade de sucesso de alternativas, num estudo de avaliação de sistemas de armas e de táticas, através da previsão de resultados por especialistas no assunto. Tais avaliações podem parecer irreais para predição do futuro, mas não resta dúvidas de que proporcionará informações úteis.

Pode existir jogos com objetivos que impeçam que os fatores subjetivos sejam transformados em aleatórios. É o caso por exemplo dos jogos com finalidade heurística que exigem decisões de seres humanos durante todo o seu desenrolar, condicionando, portanto, o resultado à subjetividade daquelas resoluções.

Quanto à estrutura os jogos computadorizados se dividem em duas classes denominadas /7/ simulação por computa-

dor e simulação homem-computador.

Na simulação por computador os participantes tomam decisões somente no início do processamento. Para dar continuidade ao jogo os seus programas devem ser estruturados com regras, procedimentos e dados que respondam a qualquer situação ou problema que possa surgir no desenrolar da simulação, ser capaz de gerar o sucessor de cada estado com a data da sua ocorrência e de conduzir e controlar o processamento até o final do jogo.

A simulação homem computador caracteriza-se por possuir programas onde deixam de ser especificadas muitas regras de decisão. Nela o computador processa eventos até atingir uma situação em que um julgamento humano ou um dado adicional seja necessário. O computador fará então uma pausa e reiniciará o jogo após ser alimentado com a ação solicitada. Observa-se que neste tipo de simulação decisões intermediárias são tomadas pelos participantes.

A diferença fundamental dos programas de computadores para as simulações de computador e simulação homem computador é que no último a simulação deve ter possibilidades de dialogar com os participantes humanos. Por exemplo, num jogo de guerra tático do último tipo, o programa pode ser feito de modo a informar aos participantes, num determinado instante, quantas unidades necessitam de reabastecimento, de apoio médico, suprimento, combustível, quando foi estabelecido contato com o inimigo, quais foram os resultados dos tiros etc. Pode também interromper o jogo para exigir dos participantes decisões melhores.

Em todos os jogos computadorizados os fenômenos aleatórios são simulados,

empregando-se números pseudo-aleatórios e o método de Monte Carlo.

Para coordenar as decisões tomadas pelos participantes e o processamento do computador, os programas contêm um relógio acessível aos participantes, onde o tempo pode ser acelerado, retardado ou interrompido pelo computador ou pela arbitragem caso seja conveniente ao desenrolar do jogo.

CONCLUSÕES

Em contraste com a abundância de publicações para fins pacíficos, são raras as notícias ou trabalhos escritos sobre simulações com fins militares. Procura-se com este trabalho preencher esta lacuna, apresentando de uma forma ordenada conceitos, idéias e características das simulações dos conflitos terrestres.

Pelo exposto constata-se que a partir da 2ª GM, jogos de guerra de diferentes tipos vêm sendo usados por diversos países com várias finalidades.

Verifica-se também que:

- O emprego deles só não é mais difundido devido ao sigilo e desinteresse de divulgação pelos países detentores da tecnologia.
- A precisão e a velocidade de processamento dos jogos foram bastante aumentada com o emprego das modernas técnicas de Pesquisa Operacional e com o computador.
- Não existe um jogo universal que atenda a todos os casos. Diferentes objetivos são alcançados por diferentes tipos de jogos.
- A natureza militar, a grande complexidade técnica e a constante evolução destes trabalhos exigem recursos humanos altamente capa-

- citados e especializados, com formação militar e submetidos à constante atualização.
- A subordinação dos jogos à doutrina militar dos países que o desenvolveram e o desinteresse deles em divulgar os seus tipos mais aperfeiçoados, desaconselham o uso pelo Exército Brasileiro de modelos estrangeiros.
 - A única maneira de acompanhar o que vem sendo feito na área de simulação militar por outros países, é enviando pessoal especializado para participar de cursos e congressos no exterior.
 - O Exército Brasileiro encontra-se defasado em relação a outros exércitos no uso desta técnica.
 - O uso deste instrumento nos testes de planos militares e treinamento de pessoal, permite considerar um grande número de fatores envolvidos, bem como avaliar a influência das variações dos seus valores.
 - Esta técnica permite efetuar o planejamento da organização de forma mais adequada a uma operação.
- Pode-se efetuar simulações de variantes de uma situação em curto espaço de tempo.
 - Este recurso facilita o estudo de hipóteses de guerra e o desenvolvimento de doutrinas militares.
 - Atualmente, o autor está desenvolvendo para a ECEME um jogo de guerra que segundo os conceitos apresentados neste trabalho, é definido como:

Jogo tático de escalão Brigada totalmente computadorizado, do tipo simulação homem computador, com somente um partido, rígido quanto às regras capaz de simular as atividades de movimento e engajamento num combate onde estão figurados os obstáculos naturais do terreno e uma força inimiga instalada numa posição defensiva, com suas ações conduzidas por regras procedimentos e dados armazenados previamente no computador.

Este jogo tem, também, as seguintes características:

- estrutura modular para possibilitar, no futuro, uma aplicação para um de 2 partidos com outras atividades, além de engajamento e movi-



O Major Oto de Oliveira Bastos Vieira é Engenheiro da turma da Aman de Dez de 57 promovido ao posto atual, por merecimento, em 30 de abril de 1976. Possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras, de Engenheiro Industrial e de Armamento do Instituto Militar de Engenharia e de Direção para Engenheiros Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. É Engenheiro Econômico pela UFRJ e Mestre em Ciências pela COPPE. Atualmente, é instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

mento e com Brigadas enquadradas por uma Divisão como elementos de manobra;

- regras subordinadas à doutrina militar brasileira;
- implantação com um mínimo de alterações no ensino da escola.

BIBLIOGRAFIA

- (1) MARTIN, F. F.
"Computer Modeling and Simulation", John Wiley e Sons, Inc, 1968
- (2) HUBER, R. K., JONES, L. F. and REINE, E.

"Military Strategy and Tactics", Plenum Press, 1974.

- (3) GORDON, G
"System Simulation"
- (4) TAYLOR
- (5) THOMAS, C. J.
"Military Gaming" Progress in Operations Research, vol I, Edited by Russel L. Ackoff. John Wiley e Sons, Inc, 1966
- (6) SCOTT, A. M., LUCAS, W. A., and LUCAS T. M.
"Simulation and National Development", John Wiley e Sons, Inc, 1966
- (7) BARTON, R. F.
"A primer on Simulation and Gaming" Prentice-Hall, Inc, 1970.



OS 67 ANOS DE "A DEFESA NACIONAL"

Therazinha de Castro

*Professora de História no Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, e
Geógrafa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.*

*Palavras proferidas por ocasião das comemorações do
67º aniversário de A Defesa Nacional, quando foi inaugura-
da na sede da revista a galeria de fotografias de seus fun-
dadores.*

No dia 10 de outubro de 1913, como expressão do espírito patriótico, do idealismo, do entusiasmo varonil de um grupo de jovens oficiais do nosso Exército, nascia, nesta cidade do Rio de Janeiro, "A DEFESA NACIONAL".

A 10 de outubro de 1980, eis-nos reunidos para comemorar condignamente a efeméride. E o fazemos inaugurando o retrato dos que desfraldaram esta bandeira que há 67 anos ininterruptos tremula no horizonte cultural da nossa Pátria.

Contemplemos os semblantes dos nossos homenageados, que refletem as características físi-psicológicas de cada um; todos diferentes, constituindo, entretanto, um só corpo moral, pois que em seu coração, abrasado por igual amor, flamejava o mesmo e nobilíssimo ideal.

Foram chamados na sua época de "jovens turcos" em razão de certa afinidade de seu espírito renovador e pro-

gressista com o dos seguidores de Midhat Pasha, o introdutor da mentalidade ocidental em seu país.

Também queriam, pelo que se lê no editorial do primeiro número da revista, lutar pelo soerguimento das nossas instituições militares, pela organização de um exército regular, que até então não existia; e para isso torná-lo deveras eficiente.

Tal *desideratum* supunha iniludivelmente a intelectualização da oficialidade. E para isso se esperava contribuisse decisivamente uma revista em que se não amordaçasse o pensamento, cuja tônica fosse, a par do verdadeiro patriotismo, "o espírito de tolerância e de camaradismo"; e em cujas páginas se exercesse, construtivamente, o espírito de crítica, sem retaliações pessoais, de modo justo, racional, sensato e digno.

No nome escolhido para essa nova trincheira — ou tribuna literária — se refletiria de certo a influência da "Cidade

Luz", em nossa formação cultural. É que fora esse, o de "Defesa Nacional", o nome que tomara o governo francês de setembro de 1870 a fevereiro de 1871, após a revolução parisiense provocada pela derrota de Sedan. De resto era então comum dizer-se em França estar "a pátria em perigo"; daí a generalização do termo "Defesa Nacional".

Não se adotou, porém, a expressão no sentido de ataque ou de ofensa, mas no da preservação dos valores culturais da nacionalidade.

Manda a verdade que se diga terem vindo a lume muitas outras publicações; e manda a justiça que se assinala ter sido "A DEFESA NACIONAL" a única que sobreviveu. E há quase sete décadas aí está, fiel ao seu programa, sempre se aprimorando, obediente à ordem de marcha com que se finalizou o editorial-programa do número inicial: "*En avant!*"

Seria válida, por certo, a idéia de se homenagear os 13 pioneiros lendo-lhes o *curriculum vitae*.

Todavia, mesmo sintetizando, nos teríamos em cada fé-de-ofício nada menos do que cinco minutos...

Ultrapassaríamos, pois, o tempo permitido pelas normas da retórica.

Ademais não o faríamos sem diminuir o brilho de uma homenagem que desejamos a mais perfeita possível; por isso que nesses assentamentos, civis ou militares, não se lograria jamais captar sequer uma réstia de luz fulgurante de tão altos espíritos.

Eles transcendem hoje a materialidade das letras, o laconismo e a frieza dos registros; já se transferiram para o altiplano dos que se libertaram das limitações temporais.

Concentrando-nos, pois, na recordação de cada um, estarão presentes espiritualmente pelo modo por que o per-

mitir a Misericórdia Onipotente; especialmente o antigo Presidente da Fundação Osório, o saudoso Marechal Estevão Leitão de Carvalho, que me abriu, naquele educandário, as portas do magistério; e aqueloutro cujo filho, desdramamento e continuação de sua personalidade no tempo e no espaço, desempenha atualmente, com tanta dignidade e tanto brilho, o cargo de Diretor-Presidente e Redator-Chefe d'A DEFESA NACIONAL: o ilustre Sr. General Diogo de Oliveira Figueiredo. Em sua pessoa reverenciamos e aplaudimos todos os homenageados deste dia.

Todavia, antes de passarmos ao ato mais solene desse nosso preito à memória dos numes tutelares desta Casa, permiti-me, finalizando, recordar ligeiramente, numa ordem mais elevada de idéias, a real e mais profunda significação — digamos ontológica — do nome de alguém.

Que vem a ser a palavra com que designamos uma pessoa ou a representamos mentalmente diante de nós?

Mencionando ou ouvindo um nome, surge-nos na lembrança a pessoa completa, tudo o que dela soubermos, e o que para nós significa.

Aliás, numa transposição de escala ensejada pela associação de idéias, valeria lembrar que, no plano espiritual, se identifica o Sagrado Nome de Deus com o próprio Ser Divino.

Mas não nos adentremos demasiadamente nesse terreno de considerações metafísicas, mesmo porque, a rigor, nem se faz mister justificar o delicado costume de declinar, como vamos fazer, o nome dos que desejáramos também fisicamente presentes para os honrar como merecem.

Diante dos seus retratos, rendendo à sua memória o culto da nossa reverên-

cia e da nossa gratidão, elevemos o pensamento numa súplica silenciosa por que sempre nos anime, a nós também, os continuadores de sua obra, aquela mesma fé, o acendrado civismo de que tantas provas deram, e que "A DEFESA NACIONAL" tanto deseja inculcar no coração de quantos hoje se orgulham do glorioso Exército de Caxias.

E, na suprema eloquência do silêncio...

Estevão Leitão de Carvalho

Mário Clementino de Carvalho

Joaquim de Souza Reis Netto

Bertholdo Klínger

Francisco de Paula Cidade

Brasílio Taborda

Epaminondas de Lima e Silva

Cesar Augusto Parga Rodrigues

Euclydes Figueiredo

José Pompeo de Albuquerque Caval-

cante

Francisco Jorge Pinheiro

Amaro de Azambuja Villa Nova

José dos Mares Maciel da Costa

Jamais sereis esquecidos!



MANTER O DESENVOLVIMENTO E REDUZIR A DEPENDÊNCIA EXTERNA

A. Delfim Neto

Ministro-Chefe da Secretaria do Planejamento da Presidência da República.

Quero conversar com os Senhores sobre alguns problemas que nos afligem. Em particular, quero falar-lhes sobre a estratégia que estamos utilizando para superar os problemas existentes hoje no Brasil.

Talvez fosse mais interessante se colocássemos esses problemas para, depois, verificarmos qual a estratégia que poderíamos adotar para atacá-los, se existe alguma alternativa melhor, que possa ser utilizada, isto é, se há possibilidade de melhorar muito mais as condições da política econômica que estamos executando.

Do meu ponto-de-vista — acredito — o Brasil tem hoje quatro grandes problemas, que devem ser resolvidos simultaneamente. A grande dificuldade que enfrentamos é que não é simples resolvê-los ao mesmo tempo, porque a solução de cada um deles sempre leva alguma contradição com a dos outros. De forma que a solução dos quatro é uma composição que depende de certa arte, dosando adequadamente os instrumentos, de forma a poder resolvê-los.

Manter o Desenvolvimento

O primeiro grave problema nacional é o da manutenção do nível de desenvolvimento.

O Brasil é um país com uma população muito jovem e com uma força de trabalho que cresce com muita rapidez. *A manutenção das taxas de desenvolvimento* — é importante frisar — é uma *necessidade absoluta*. Não podemos imaginar nenhuma solução que dê certo no Brasil, a não ser que ela possibilite a solução deste problema: *a manutenção do nível de desenvolvimento*. Isso coloca para os Senhores a diferença radical entre a posição brasileira e a posição de quase todos os outros países do mundo atual. Os problemas que o Brasil tem são comuns aos países da Europa Ocidental e a países como os Estados Unidos e Japão. São problemas monetários, problemas cambiais, problemas de dívida externa. Mas o Brasil tem um problema adicional, que torna a utilização dos métodos tradicionais de política econômica muito difícil. É o fato de que ele tem como

obrigação fundamental manter certo nível de desenvolvimento que permita a absorção de uma parcela da nova força de trabalho que se apresenta a cada ano no mercado.

Este, portanto, é o problema número um. E estou chamando a atenção para ele porque, na medida em que formos analisando as soluções, vamos ver que isso nos obriga a uma estratégia de caráter totalmente diferente daquilo que é utilizado nos outros países.

Reduzir a Dependência Externa

O segundo problema é o de reduzir nossa dependência externa, que cresceu de forma muito acelerada, de forma muito importante, com a crise do petróleo.

Quando, em 1973, houve o primeiro corte do petróleo, nós realmente fizemos o ajustamento necessário à nossa economia. Compreendemos que os aumentos do preço do petróleo eram um imposto que estava sendo cobrado pelos países produtores de petróleo sobre a economia nacional. Isto significava que cada um tinha de ceder uma parcela do que produzíamos para pagar esse novo imposto. E isto implicaria uma redução *ou a nível de consumo, ou a nível de investimento*. Como não fizemos isto, entramos no caminho de ampliar o endividamento externo. Mas estou convencido de que este foi o caminho de menor alcance social. Era aquilo que devia ser feito, mesmo porque era o que tinha menor custo social e existiam as possibilidades do mercado internacional financeiro em expansão, que permitia os financiamentos. Mas isso afunilou certos componentes externos que têm de ser honrados.

Por outro lado, a elevação do custo do petróleo aos níveis atuais influiu de forma substancial no aumento das percentagens da nossa receita de divisas que tem de ser destinada ao pagamento do petróleo. Para os Senhores terem uma idéia, em 72/73 gastávamos 8 a 9% de nossa receita com petróleo. Estamos gastando, *no primeiro semestre deste ano*, 41%, e certamente chegaremos ao fim do ano gastando *quase metade da nossa receita de exportações* com pagamento de petróleo.

Então, o segundo problema que temos de resolver, em nossa estratégia, é *o de reduzir, ou não permitir que aumente a nossa dependência externa*.

Reduzir a Taxa de Inflação

O terceiro problema que tem de ser resolvido é o de reduzir a taxa de inflação a patamares mais razoáveis. A inflação representa um desequilíbrio interno que produz dificuldades muito importantes ao funcionamento do sistema econômico. Ela reduz a eficiência do sistema econômico, posto que, com a inflação, o sistema funciona com um nível de produtividade mais baixo. Isto é uma forma de desperdício, como todos os outros desperdícios. Além do mais, a inflação cria tensões sociais, dificuldades de toda a sorte. É preciso, portanto, reduzir o patamar da inflação, para que possamos ter sucesso na condução da política econômica.

E, finalmente, o que me parece ser o quarto problema, temos de resolver essas três questões não agravando o problema da distribuição de renda, ou não criando condições para esse agravamento e, sempre que for possível, combinando a solução dos três problemas com uma melhoria na distribuição dos bene-

fícios do desenvolvimento entre todos os cidadãos brasileiros.

Melhorar a Distribuição de Renda

Essa distribuição tem que ser não só pessoal, mas também geográfica. É preciso, portanto, combinar a solução dos problemas brasileiros resolvendo essas quatro questões ao mesmo tempo: *sustentar o nível de crescimento*, porque nós temos que absorver a mão-de-obra que se está apresentando ao mercado; *não permitir que se amplie a nossa dependência externa* — temos de mantê-la estritamente sob controle; *reduzir os patamares inflacionários, de forma a melhorar o nível de eficácia da economia*, e *tudo isso combinado com uma política que não piore, ou, sempre que possível, melhore a distribuição regional e pessoal de recursos*.

As Alternativas Estratégicas

Colocadas as questões, poderíamos pensar em como se formaria uma política para atender simultaneamente a esses quatro problemas. Que estratégia seria possível, tendo em vista esses problemas não serem facilmente compatibilizáveis? Acredito que, para compreender isso, deveríamos pensar numa identidade macroeconômica tradicional, que une recursos e utilização. Se se pensar um pouco na economia nacional, hoje, vê-se que existe um volume de bens que é produzido internamente. Nós temos um nível de produção interna que se realiza utilizando a nossa mão-de-obra, as nossas máquinas, todos os nossos fatores. Nós juntamos a essa produção interna — dando uma interpretação popular — tudo aquilo que nós importamos. Portanto, todos os recursos de que dispomos,

de que podemos dispor, são de duas origens: ou produzidos internamente, ou importados. Isso, falando grosseiramente, representa a oferta global de bens e serviços de que a sociedade pode dispor em cada instante, ou seja, tudo aquilo que ela produziu mais o que importou. Sobre essa oferta global se exercem pressões e demanda. Como pode ser ela utilizada? Esses produtos ou bens produzidos internamente ou importados, como podem ser utilizados? Basicamente, de três formas: eles podem ser consumidos; eles podem ser investidos, isto é, reconduzidos ao processo produtivo na forma de novos investimentos, ou podem ser exportados. Numa interpretação simples dessa identidade, tem-se, de um lado, a oferta global, aquilo que foi produzido mais o que se trouxe do exterior, e, de outro lado, o que foi consumido, o que se investiu, o que se exportou. Essa é uma identidade, portanto, insuperável. Se se cometem equívocos na condução da oferta ou da demanda, existem três mecanismos de ajustamentos.

Vamos supor que as pressões de consumo, mais investimento, mais exportações, sejam superiores às disponibilidades de bens, isto é, aquilo que nós produzimos mais o que importamos. Então, estamos tentando capturar mais bens do que nós temos disponível. E acontece uma de duas coisas: ou sobem os preços, e aquele consumo, aquele investimento e aquela exportação, em termos reais, ficam exatamente iguais à oferta, porque, elevando-se os preços, as duas coisas se equilibram de novo; ou aparece um buraco no balanço de contas correntes, isto é, porque se tem uma despesa maior e se tem de importar mais. O mais comum, o mais freqüente, é que esse equilíbrio se faça pelos dois caminhos. Quando há um desequilíbrio fundamen-

tal entre esse exercício de demanda sobre essa oferta, aparece uma pressão inflacionária e, simultaneamente, aparece um déficit em conta-corrente. Se nós pensarmos agora, usando esta identidade e tentando resolver nossos problemas, vamos verificar uma coisa interessante.

Vamos considerar o consumo, mais investimento, mais exportações. O investimento, não podemos diminuir. Por que? Porque é a forma pela qual nós reconduzimos ao processo produtivo a parcela do capital que nós utilizamos na própria produção e para aumentar o volume de capital. Ora, se a condição número um, *se o problema número um que temos é manter a taxa de crescimento*, esta é uma parcela que não podemos sacrificar. E, se nós temos que fazer com que ela cresça no tempo, não podemos reduzir o nível de investimento. Se o fizermos, vamos violar a solução número um.

Ampliar as Exportações

Por outro lado, temos o problema da exportação. Se pensarmos um pouco, vamos ver o seguinte: nós estamos numa situação difícil no balanço de pagamentos. Está aumentando o pagamento com o petróleo. Logo, *não vamos poder cortar as exportações*. Vamos voltar, agora, ao lado da oferta, isto é, onde se tem a produção interna mais as importações. Poder-se-ia equilibrar isto aumentando as importações, mas, com isto, se violaria o segundo problema, que é diminuir o nível de dependência externa. Se olharmos a nossa identidade, vão ver que sobrou um único grau de liberdade. Se quisermos satisfazer simultaneamente as condições impostas, temos que reduzir o consumo. Isto causa um espanto enorme. O Brasil é um país pobre, e a última

coisa que se pode imaginar é reduzir o consumo. Como esta identidade se está verificando a cada instante, no tempo, a interpretação correta disto é que *temos de fazer o consumo crescer a uma taxa menor do que cresce o nível de renda*, isto é, nós temos que organizar uma política econômica pela qual a taxa de crescimento de consumo seja menor do que a taxa de crescimento das exportações, de tal forma que, no fim, se tenha o equilíbrio desejado, com menores pressões inflacionárias e com menor déficit em conta-corrente.

Então, a estratégia tem que ser uma estratégia que reduza a taxa de crescimento do consumo. Pode-se imaginar se não existiria uma única alternativa. É claro que, se o país fosse outro, ter-se-iam outras alternativas. Nas condições brasileiras, em que temos que resolver os quatro problemas ao mesmo tempo, não existe outra solução.

Eu digo: *não se trata de uma redução de nível de consumo absoluto. Ninguém pretende que consumamos menos*. O que se pretende é que a taxa de crescimento do consumo vá sendo menor do que o crescimento da renda. Como isto pode ser feito? Isto pode ser feito por dois mecanismos básicos. Primeiro, com uma redução nos dispêndios correntes — e é o que estamos tentando fazer — e, segundo, engajando toda a sociedade num mecanismo de formação de poupança que permita uma certa redução da taxa de crescimento do consumo. Esta é uma política muito mais delicada e também muito mais complicada, que tem implicações com todo o resto do sistema. E é por isso que temos de fazer isto com muito cuidado. De qualquer forma, é preciso ficar claro que só será possível uma solução simultânea dos quatro problemas se nos conformarmos

Prioridade Dois: Exportação

Como não é possível resolver o problema da dependência energética com rapidez, o segundo setor privilegiado foi a exportação. Este nos ajuda menos a resolver todos os problemas. Certamente, nos ajuda a resolver o da mão-de-obra; certamente, permite uma redução da dependência externa, mas a ampliação das exportações exerce também demanda sobre os bens internos e tende a produzir certas pressões inflacionárias. Então, vejamos: a segunda prioridade já não satisfaz aos quatro problemas. Satisfaz a dois, muito bem; a um, o terceiro, que é o da inflação, parcialmente; e é duvidoso o papel que exerce sobre o quarto. De forma que, das duas grandes prioridades, uma delas, a agricultura, *atende a todos os objetivos simultaneamente* e, a outra, a exportação, conduz à solução dos dois problemas colocados inicialmente, mas não os ajuda tanto na

solução dos outros dois problemas. A estratégia, por conseguinte, tem de apoiar-se neste fato: expandir a economia, manter o nível de investimento, mas desviando esses investimentos para aqueles setores que vão produzir os efeitos prioritários, ou seja, de um lado, a agricultura e, de outro, as exportações.

Foi esta análise que nos levou a colocar as prioridades para a agricultura e a exportação. Essas prioridades, colocadas no início do Governo, já estão começando a produzir alguns efeitos. Só para lhes dar uma pálida idéia disso, vou mostrar-lhes o aumento da produção agrícola que conseguimos em 1980. Certamente, não foi apenas por efeito da política econômica — São Pedro teve uma participação importante aí.

De qualquer forma, a fixação de prioridades, a idéia de que realmente nós precisávamos da agricultura, mobilizou a Nação e tivemos um substancial aumento de produção.

PROJEÇÃO DE SAFRA DE PRODUTOS SELECIONADOS

Produto	Quantidade em 1.000 t			Variação (%) 1980/Média	Variação (%) 1979/1980
	1964-1979 (Média)	1979	1980 (Projeção)		
Cacau	210	300	330	57,1	10,0
Algodão em caroço	1.900	1.600	2.000	5,3	25,0
Amendoim em casca	640	460	500	- 21,9	9,0
Arroz em casca	7.300	7.600	10.000	37,0	32,0
Batata inglesa	1.610	2.150	1.750	8,7	- 19,0
Cana-de-açúcar	91.380	138.000	142.000	55,4	3,0
Feijão	2.270	2.200	2.400	5,7	9,0
Mandioca	26.820	25.000	25.000	- 6,8	0,0
Milho em grão	14.280	16.500	21.000	47,1	27,0
Soja	4.800	10.000	15.000	212,5	50,0
Tomate	930	1.500	1.600	72,0	7,0

Fonte: FIBGE.

A última coluna mostra os aumentos de produção entre 1979 e 1980, enquanto a primeira coluna mostra unicamente a produção média naqueles seis anos. É claro que a produção média tem um significado um pouco menor, porque se tem aqui uma tendência ascendente. Os números mostram aumentos substanciais e uma resposta muito positiva do setor agrícola à política do Governo. *Isso significa que a prioridade não foi simplesmente imaginada: ela foi pensada e executada.* A despeito de todas as dificuldades que temos, o quadro a seguir revela que a economia responde adequadamente aos estímulos recebidos. O segundo problema, a segunda grande prioridade, que é a da exportação, está no gráfico a seguir. Nele, temos o nível de exportação em média de 12 meses — para eliminar a exportação a curto prazo. Elas oscilam num nível de 11 a 12 bilhões de dólares. Na medida em que se estabeleceu realmente a prioridade, as coisas começaram a melhorar e estamos num nível de 16.2 bilhões de dólares. Também a prioridade foi imaginada e executada e caminhamos para terminar o ano com o objetivo de 20 bilhões de dólares de

exportação. Isso significa que a estratégia imaginada inicialmente, tanto no campo da agricultura, como no das exportações, está produzindo os seus resultados. O que não tivemos, e ainda não temos, é um mecanismo de controlar essa demanda exagerada. Exatamente por isso, ainda temos alguns problemas que não mostram sinais de estarem sendo corrigidos. Ainda que nos impressionemos demais com os problemas inflacionários — aqui, realmente, a coisa ainda não está na direção correta, mas é importante compreender que a economia começa a se deslocar na direção correta — vamos chegar certamente ao fim do ano com exportações de 20 bilhões de dólares.

Direcionar os Investimentos

Para prosseguirmos nesta análise, teríamos de começar a escolher, agora, os campos dos investimentos que nos levassem à direção que desejamos. Se temos de reduzir esse desequilíbrio externo e reduzir o desequilíbrio interno, temos de procurar níveis de investimentos que nos levem na direção correta. E qual é o

EXPORTAÇÕES AGREGADAS (Últimos 12 meses)

US\$ Milhões

ANO	1975	1976	%	1977	%	1978	%	1979	%	1980	%
MÊS											
JAN	8.236,5	8.454,0	2,6	10.507,7	24,3	12.057,4	14,7	12.860,2	6,7	15.557,0	21,0
FEV	8.342,2	8.505,5	2,0	10.735,2	26,2	12.024,8	12,0	12.990,6	8,0	15.955,7	22,8
MAR	8.534,9	8.508,6	-0,3	10.964,7	28,9	12.134,3	10,7	13.089,4	7,9	16.236,7	24,0
ABR	8.727,7	8.509,3	-2,5	11.300,7	32,8	12.074,0	6,8	13.287,5	10,1		
MAI	8.937,1	8.581,1	-4,0	11.729,5	36,7	11.901,6	1,6	13.525,0	13,6		
JUN	9.056,6	8.907,3	-1,6	11.923,9	33,9	11.783,8	-1,2	13.592,4	15,3		
JUL	9.178,5	9.043,2	-1,5	12.040,7	33,1	11.774,3	-2,2	13.993,1	18,8		
AGO	9.244,9	9.087,5	-1,7	12.205,2	34,3	11.799,9	-3,3	14.303,1	21,2		
SET	9.161,6	9.217,6	0,6	12.282,8	33,0	11.985,7	-2,3	14.515,9	21,1		
OUT	9.052,8	9.536,3	5,3	12.220,3	28,1	12.289,8	0,6	14.766,5	20,2		
NOV	8.826,1	9.818,4	11,2	12.200,2	24,3	12.499,8	2,5	14.932,5	19,5		
DEZ	8.669,9	10.128,3	16,8	12.139,4	19,9	12.650,5	4,2	15.244,4	20,5		

Fonte: CACEX

primeiro setor de investimento privilegiado? Serão os setores altamente absorvedores de mão-de-obra. Temos de pensar os programas do Governo e do setor privado na direção de investimentos que possam absorver o maior volume possível de mão-de-obra.

Aqui existem alguns programas que satisfazem como uma luva essa condição. É, por exemplo, o caso do PROÁLCOOL, um grande absorvedor de mão-de-obra que, ao mesmo tempo, nos ajuda a resolver o problema energético.

Quando começamos a pensar qual a natureza que deveriam ter os investimentos, o PROÁLCOOL surge logo como uma opção muito útil, muito importante, porque permite resolver de forma bastante rápida os problemas de absorção de mão-de-obra e de redução da dependência de energia. Isto significa de novo agricultura. Significa, de novo, que vamos conduzir o sistema para o setor agrícola.

O segundo tipo de investimento: precisamos de investimentos de curta maturação. Precisamos de investimentos que produzam rapidamente os seus efeitos, de forma que recapturemos o efeito inflacionário, que está sempre embutido em cada novo investimento. Se a resposta for rápida, teremos condições de controlar melhor o processo inflacionário. Então, temos de procurar investimentos de maturação menos longa. De novo, isto nos leva a utilização de recursos disponíveis, não só basicamente no setor agrícola, onde a simples mobilização da mão-de-obra e do capital existente num pequeno investimento produz efeitos muito importantes e — de novo — que nos ajudam a resolver, simultaneamente, aqueles problemas.

O terceiro indicador dos investimentos que devemos procurar é daqueles

que produzam uma redução das importações, que substituam as importações e que nos auxiliem a resolver o problema do balanço de pagamentos.

O quarto tipo de investimento são os investimentos destinados às indústrias de massa, às indústrias produtoras de bens de consumo melhorados, indústrias de bens de consumo comuns a toda a população. Isso nos ajuda a resolver o problema da inflação.

Então, temos quatro critérios para escolher os investimentos e induzi-los na direção desejada para que, realizando-se nessa direção, produzam os efeitos que desejamos: *manutenção do nível de emprego; redução da dependência energética; redução da dependência externa; e redução da taxa de inflação.*

Temos, portanto, de selecionar esses investimentos e induzir a que eles se realizem — e isso é o que está sendo feito — através de toda a política do Governo. Todos os Ministérios trabalham na direção realmente de aprovar investimentos que satisfaçam esses critérios, que já estão estabelecidos no documento que se chama III PND. Se fizermos isso, teremos dado um passo muito importante na solução dos problemas fundamentais.

As Quatro Causas da Inflação

Mas sobram ainda algumas dificuldades que temos de resolver; e a maior dificuldade, *aquela mais evidente, é a inflação*. É que tudo isso vai maturando, vai conduzindo a economia na direção correta, mas não reduz de forma dramática o nível de inflação. É preciso que, ao lado desta política econômica, que mantém o nível de emprego e reduz a dependência externa, nós tenhamos alguns instrumentos destinados ao controle da inflação. A inflação brasileira é

causada basicamente por quatro fatores. O primeiro grande fator da inflação brasileira é exatamente o *déficit do Governo*. Nós investimos largamente sem disponibilidade de recursos. Durante alguns anos acumulamos um déficit muito importante, não só no setor público propriamente dito, como nas empresas do Governo. As empresas do Governo estavam liberadas para procurar realizar os seus investimentos e financiá-los, tanto interna, como externamente. Como nós tínhamos um problema de balanço de pagamentos, a tendência era resolver o problema do financiamento interno das empresas através de empréstimos externos. Mas isso significa simplesmente emitir para financiar investimentos. E a consequência foram esses grandes déficits, que realmente causaram desequilíbrios internos muito grandes, muito altos. Eu suspeito que o nível de déficit do Governo Federal e das empresas era alguma coisa parecida com 3 a 4% do Produto Interno Brasileiro.

A segunda causa da inflação, dessa aceleração da inflação é, certamente, *uma certa escassez de alimentos*. Tivemos três anos agrícolas muito ruins, três anos agrícolas muito difíceis, e a Nação consumiu todo o seu estoque regulador de alimentos. Para os Senhores terem uma idéia, no ano passado importamos arroz, feijão, milho, carne, leite; isto é, importamos aquilo de que éramos tradicionais exportadores. Por que isso aconteceu? Porque a acumulação de três safras frustradas exigiu o consumo de tudo o que nós tínhamos como reserva. Então, enfrentamos 79 e estamos terminando esse período agora, porque agora é que a safra de 80 está entrando. Enfrentamos 79 e estávamos sem nenhuma reserva, sem reserva de espécie alguma; quer dizer, não existia milho nem

para dar às aves e aos porcos. Não existia feijão, não existia arroz, não existia carne, porque nós tínhamos consumido tudo isso nos três anos de dificuldades. Em 79, portanto, a emergência dessa escassez de alimentos produziu uma enorme pressão inflacionária. E é preciso compreender que *era uma escassez física, faltava comida fisicamente*. A elevação de preços é apenas o outro lado da escassez física. A elevação de preços se realizava para igualar a oferta e a procura, para que se consumisse só aquilo que se tinha disponível. Esta é uma causa que felizmente também está sendo superada. Tivemos um bom ano, mas certamente apenas um bom ano não vai resolver isso. Temos de voltar a ter estoques de alimentos que correspondam a 1/4 ou 1/3 da safra, para que, quando houver flutuação climática, não haja um efeito importante sobre a oferta de alimentos. A diferença fundamental entre uma economia como a nossa e uma economia mais desenvolvida como a americana ou uma economia da Europa Ocidental é que eles têm estoques de reserva de um ano, um ano e meio, ou seja, nenhuma flutuação de safra pode produzir variação importante na oferta. Para os Senhores terem uma idéia, a maior seca dos últimos anos na Europa produziu um aumento de preços de 9%. Por que? Exatamente porque existia todo um mecanismo de estocagem que satisfaz às necessidades do ano todo, praticamente, porque a produção foi reduzida a 20/25% do normal. No Brasil, como somos um país pobre, penso que precisamos ter essa reserva da ordem de 1/4 ou 1/3 da safra, de tal forma que possamos passar um ano todo sem grande sufoco.

A terceira causa da aceleração da inflação foi *um certo descompasso na política salarial*. Nós insistimos de forma

muito importante em dar aumentos salariais acima dos níveis de produtividade média da economia. Aqui as pessoas ficam tristes quando se fala disso, porque todo mundo acha uma grande injustiça, ou que é uma manifestação de grande reacionarismo falar sobre este fato. Mas é exatamente isso; é que a economia não pode pagar salários reais muito acima do crescimento do seu nível de produtividade sem causar tensões inflacionárias. Também é uma causa que com a Lei Salarial de novembro está razoavelmente resolvida. Nós deveremos caminhar, se tivermos sucesso na política antiinflacionária, lentamente, mas deveremos caminhar para que as coisas se organizem melhor.

Finalmente, a quarta causa dessa inflação foi o aumento dos preços externos, um aumento violento dos preços externos. Para os Senhores terem uma idéia: se tomarem o primeiro trimestre deste ano com relação ao primeiro trimestre do ano passado, verificarão que a taxa de crescimento dos preços de todas as importações foi de 54%:

A tabela mostra os preços que pagamos. Portanto, 54%. Enquanto isso, em petróleo, a taxa foi de 116%. Ou seja, *estamos pagando, hoje, em petróleo, o dobro do que pagávamos no primeiro trimestre do ano passado.*

Eu suspeito que o choque do petróleo, este ano, é maior, mais importante do que aquele que sofremos em 73. O choque de 73 produziu aceleração da inflação, que vinha num patamar de 17/18% para 40/42%. Com o atual choque do petróleo, empurramos a inflação brasileira a um patamar de 80/85%. Silenciosamente, o petróleo produziu, em 79, mais estrago do que tinha produzido em 73, isto é, o aumento médio do preço do petróleo foi gigantesco. Estávamos comprando óleo, no começo de 79, a mais ou menos 12 dólares o barril, e estamos pagando o óleo, neste trimestre, a 28, 29 dólares o barril. Isto cria um impacto imenso com relação aos preços. Por que? Porque não apenas temos de absorver esse aumento externo como, sobre ele, ainda temos de colocar a modificação da taxa cambial.

EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES GLOBAIS E PETRÓLEO (1º trimestre/1º trimestre do Ano Anterior: 1975-1980)

Em US\$ milhões

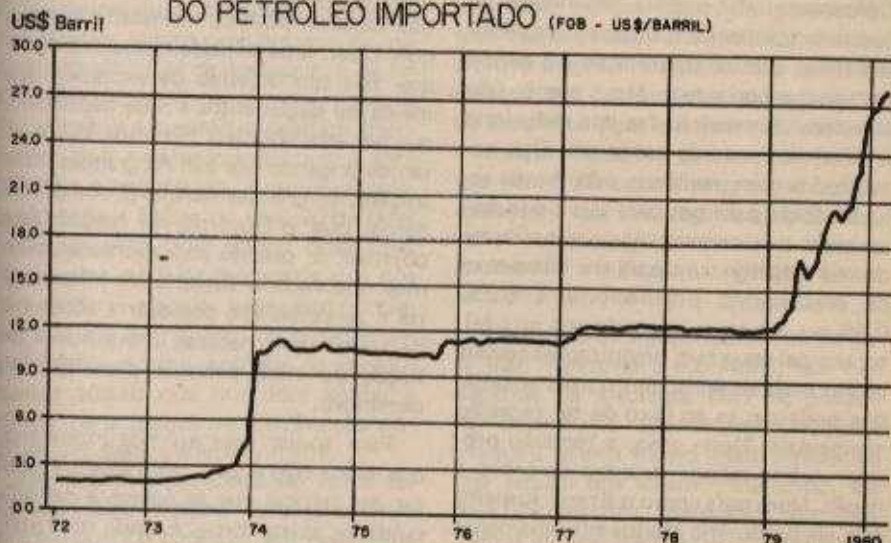
Ano	Global	Taxa de Crescimento	Petróleo	Taxa de Crescimento
1975	2965	—	7 22	—
1976	2713	-8,5	891	23,0
1977	2848	5,0	84 2	5,5
1978	3032	6,5	992	17,8
1979	3541	16,8	1036	4,4
1980	5464	54,3	2238	116,0

Fonte: CIEF

Se os Senhores tomarem este aumento de preço de 1-16% e colocarem mais 40% de correção cambial, terão um aumento de 2.16 multiplicados por 1.4.

enorme aumento de preços. De modo que não pode perdurar. Nós estamos transferindo para o custo da energia todos esses aumentos, mas estamos agindo

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO PETRÓLEO IMPORTADO (FOB - US\$/BARRIL)



O gráfico mostra o salto no preço do combustível. O preço da energia consumida subiu cerca de 165% num ano. É um choque muito maior do que em 1973. Isto é inabsoevível. Se se empurrasse isto tudo na economia, nesta velocidade, o sistema de preços se desestabilizaria rapidamente. Isto exige do Governo, então, outro tipo de ação. Transmitir o aumento para a economia, internamente, com menor velocidade. Mas estamos pagando petróleo mais caro. Estamos transmitindo internamente com menor velocidade e estamos, por isso, começando a pôr recurso do Governo para cobrir a diferença. Ainda que a curto prazo, isto terá um certo efeito de contenção dos preços. A longo prazo, esta é uma política que conduz a um

a uma velocidade consideravelmente menor do que a que foi usada até agora externamente.

Não à Recessão

Neste campo da inflação, haveria sempre uma pergunta, no sentido de se não valeria a pena um tratamento de choque, se não valeria a pena um tratamento mais enérgico, que realmente reduzisse o nível de inflação.

Tenho objeções a esse tipo de tratamento, por dois motivos: primeiro, porque um tratamento de choque, em 73, certamente teria produzido resultados; segundo, porque iríamos precisar de mais um tratamento de choque em 79.

O que significa um tratamento de choque? *Significa violar a solução dos quatro problemas que colocamos inicialmente. O tratamento de choque significa realmente a recessão*, isto é, significa a redução do nível absoluto de emprego. Certamente ele produz resultados no combate à inflação. Certamente a recessão reduz o nível de inflação e o déficit em contas-correntes. Mas, como isto acontece? A recessão faz isto reduzindo o nível de renda da economia. Ora, como todos compreendem, esta é uma solução óbvia para um país que pode passar dois, três anos sem ampliar o volume de seu emprego; um país em que a taxa de crescimento populacional é 0,2%, 0,3% ou até zero. Um país que está feito, um país que tem organizações sociais muito mais estáveis, muito mais arrumadas pode dar-se ao luxo de ter recessão temporária. Neste caso, a recessão produz efeitos menos desastrosos sobre a nação. Num país como o Brasil, suspeito que ela produziria efeitos extremamente perniciosos. Daí não poder ser utilizada.

Ajuste Gradual

Então, foi exatamente por isto que se decidiu por uma política gradualista, que produz efeitos menores, que exige uma paciência dos diabos, porque os efeitos sempre vão acontecer no mês seguinte, não no mês em que estamos vivendo. O drama da execução dessa política é exatamente este: a cada mês ocorre um fato novo que impede que a queda da inflação comece. E o segredo da solução está em continuar persistindo. E, quando não acontece, tem-se que continuar brigando para que volte a acontecer. Não tenho dúvidas de que a atual política econômica vem controlando as despesas do Governo, controlou as

empresas governamentais, ampliou a oferta de alimentos e colocou uma política salarial bastante razoável. Creio que, desta forma, acabará produzindo seus efeitos sem causar nenhuma redução dramática no nível de emprego. Isso não pode ser feito, infelizmente, sem a adoção de uma política monetária austera, quer dizer, uma política monetária dura, que fixe um objetivo de expansão dos meios de pagamentos e que depois brigue por este objetivo. Fixamos 45% e estamos brigando por ele. As grandes instituições, os grandes bancos já compreenderam que o Governo vai realizar este objetivo. E, quanto isto acontecer, teremos quebrado a expectativa inflacionária e as coisas vão começar a acontecer de forma mais natural, reduzindo a inflação do atual patamar para 50% em dezembro.

Para apoiar essa política monetária, que ainda não é uma política dura, apesar das críticas que se ouvem e das dificuldades existentes — é ainda uma política muito frouxa, eis que se tem permitido aos meios de pagamento se expandirem à taxa de 75% ao ano e que se reduzirá, em dezembro, a 45% — é preciso uma política fiscal como a que está sendo usada, também de caráter restritivo. Deveremos terminar o ano com substancial superavit do Governo, para atender àqueles objetivos a que nos referimos inicialmente. Quanto à redistribuição dos benefícios desse crescimento que estamos colhendo, ao mesmo tempo em que estamos tentando resolver os problemas, a política do Governo é no sentido de montar uma estratégia que vise à utilização de políticas que não piores a distribuição de renda e, ao lado, destinar uma parcela de investimento para o campo social — habitação, saneamento, alimentação etc. — de tal forma

que produza uma redistribuição de rendimento sem produzir efeitos importantes do ponto-de-vista da inflação.

Estratégia Definida

Nós estamos, portanto, com a estratégia inteiramente formulada. Pretendemos resolver quatro problemas: o da *manutenção do nível de emprego*, o da *redução da dependência externa*, a *queda da inflação* e a *questão energética*. Escolhemos dois setores prioritários: a *agricultura* e a *exportação*. E estamos colocando toda a ênfase na direção de fazer funcionar esses dois setores diferentes. Temos uma política monetária que nos deve ajudar a resolver o terceiro problema, que é o da redução do patamar inflacionário, e uma política de investimentos sociais que nos deve ajudar a manter certa justiça na distribuição dos benefícios desse desenvolvimento.

Isto fecha a estratégia do Governo. Tal estratégia mostra certa coerência interna, que vai conduzir aos resultados que estamos esperando. Mas esses resultados tomam tempo, e a última coisa que o brasileiro tem é paciência. As pessoas ficam afoitas, esperam um "pacote" todos os dias. Quando o Governo não produz um "pacote", elas exigem o "pacote" ou o publicam antecipadamente. Todo mundo deseja, realmente, resolver esses problemas num prazo muito curto. E isso não é possível. Algumas pessoas ficam falando em "modelos alternativos". Mas ninguém diz o que é o "modelo", ninguém diz o que é "alternativo". Pode-se, porém, intuir: isso deve referir-se a alguma outra coisa, a um sistema diferente do nosso. Basta olhar para o mundo e verificar que os problemas do Brasil — balanço de pagamento e inflação — não são problemas nacio-

nais, não são sequer problemas do mundo ocidental. Eles estão hoje instalados dentro do mundo do planejamento, do mundo "soi disant" socialista. O Brasil é, certamente, um devedor respeitável, mas temos a companhia próxima de alguns países socialistas. Por que? Simplesmente porque não há truque ideológico capaz de superar aquela identidade-zinha a que nos referimos. Não há como resolver um descompasso entre a oferta de bens e serviços e a demanda de bens e serviços. Cada vez que isso se realizar, seja no regime capitalista, seja no regime socialista, seja no regime corporativo, vai acontecer rigorosamente o mesmo: aparecerão a inflação e o déficit em contas-correntes.

Tudo isto está implícito na forma pela qual funciona a economia, que não depende de ideologia. Não há, portanto, mecanismo alternativo que possa produzir efeito muito mais rápido do que aquele que estamos colhendo. Temos de persistir, perseverar na luta. Temos a convicção de que o diagnóstico foi correto, porque a estratégia está correta. *Temos a convicção de que vamos conseguir atingir os resultados.* Os números mostram que a parte física da economia começa a caminhar na direção que desejamos. Mas a parte monetária ainda não caminha na direção que desejamos. É preciso, portanto, continuar a fazer ajustes, para deixar as duas coisas coincidirem.

E é isto que vamos continuar fazendo no Governo Figueiredo, de forma que possamos num prazo razoavelmente aceitável, dar uma solução aos problemas que colocamos.

Muito obrigado.

(Palestra realizada na ESG
em maio de 1980)



PARTIDO POLÍTICO E EXPRESSÃO MILITAR DO PODER NACIONAL

Edmirson Maranhão Ferreira

Coronel de Artilharia, ex-Chefe da Divisão de Assuntos Militares da Escola Superior de Guerra. Atual Adido Militar do Brasil no Iraque.

O desenvolvimento do partido no âmbito das FA tem contribuído para aumentar o nível de prontidão operativa e a capacidade de combate". Cel-Gen M. Sobolev — Sub-Chefe do Departamento de Ação Política das FA Soviéticas.

O famoso escritor LEÓN TOLSTOI em sua obra clássica "Guerra e Paz", ao tentar fazer uma incursão no difícil problema da avaliação de uma força militar, produziu a expressão " $F = M \times X$ ", sendo F (Força Combatente); M (Massa de Soldados) e X (fator desconhecido, consubstanciado no moral dos Exércitos). Para ele, a força de uma máquina bélica seria o produto da massa de combatentes e, caracterizado no campo do moral, da vontade de se bater e de se expor aos perigos, independente do equipamento e dos meios materiais.

Um dos aspectos básicos da problemática do estudo da expressão militar de uma Nação, no campo da Sociologia Militar, é a definição e a avaliação deste fator e deste multiplicador desconhecido e de grande complexidade, no qua-

dro de indagações como: o que leva o combatente a lutar e morrer? O que impulsiona o esforço comunitário para fazer e vencer a guerra?

O desenvolvimento da metodologia científica e o lançamento das bases da polemologia no quadro altamente complexo do fenômeno da Guerra aduziram novos dados ao problema.

Mais recentemente a sistemática de avaliação do poder nacional e consequentemente os aspectos vinculados ao preparo e a aplicação da Expressão Militar, receberam valiosa contribuição com a obra "WORLD POWER ASSESMENT", na qual o Professor RAY S. CLINE em sua metodologia de bases geográficas, mas essencialmente políticas, para a análise estratégica das relações internacionais de poder, introduz como um dos membros de sua fórmula, o fator (Dn) *Determinação Nacional* ou *Vontade Nacional*.

"A humanidade sabe calcular, quase em uma fração de segundos, os eclipses dos satélites do planeta Júpiter; sabe construir computadores capazes de ope-

rar dezenas de milhões de dados por minuto; mas não sabe nem prever nem evitar as violências civis e as guerras" (Prof. JEAN FOURASTIÉ, membro do Instituto Francês de Polemologia, ao prefaciar a obra "O Desafio da Guerra", de Gaston Bouthoul e René Carrère).

Eis o desafio para a humanidade, para os pensadores, para os religiosos e logicamente para os governantes.

Defrontando-se com o terrível e permanente problema da eclosão de Guerra ou de outras formas de conflitos, que possam ameaçar a soberania, a paz, a integridade e a própria sobrevivência da Nação, todos os Governos carregam o pesado fardo da manutenção de uma Expressão Militar, compatível com o grau de insegurança, interna ou externa.

Como dispor de um poder de persuasão ou coação capaz de afastar os antagonismos e as pressões, força esta de alta eficácia e confiabilidade e, como tal, alicerçada no mais profundo engajamento do cidadão e da comunidade nacional?

Sendo a Guerra uma luta entre vontades, como arregimentar a vontade nacional e fazê-la suplantar a do adversário?

Como e em torno de que valores, poderá ser realizada a mobilização dos espíritos e das mentes, forjando o melhor combatente e o melhor operário do esforço de guerra, na triste eventualidade da deflagração de um conflito?

Ao lado das idéias-força tradicionais como: pátria, nação, inimigo, independência, revanchismo etc, surgiu a emulação ideológica, planejada e conduzida por um partido político.

Diferenciais de conceituação doutrinária

Sob a luz da doutrina de ação política que estudamos e debatemos no Bra-

sil, a mera especulação da visualização de partido político, como fundamento da Expressão Militar cria estupefação, podendo até alcançar as raízes do traumatismo intelectual no campo da filosofia política.

Qual a conexão direta e frontal: Partido Político-Expressão Militar?

A integralidade, a unicidade e a indivisibilidade do Poder Nacional no conjunto de suas quatro expressões, política, econômica, psicossocial e militar são colocações cristalinas, a ponto do mestre Bertrand Russel considerar o Poder como algo que passa de uma de suas formas para qualquer outra.

Entretanto dentro de uma logicidade e arrumação de idéias, dificilmente entenderíamos o Partido Político, órgão da expressão política do Poder Nacional, ser magistralmente alçado ao papel de fator influenciador e quicá de fundamento basilar da Expressão Militar.

Tomamos a Expressão Militar como o "conjunto de meios predominantemente militares de que dispõe a Nação, para sob a direção do Estado, promover, pela dissuasão ou pela coação, a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais".

Para nós a instituição militar é eminentemente nacional e apartidária. Assim ela repousa em três fundamentos: Recursos Humanos, Território e Instituições Militares.

Por outro lado no âmago dos meios predominantemente políticos de que dispõe a Nação, o partido político desempenha a elevada tarefa de levantar, aglutinar e orientar as correntes de opiniões e equacionar as diferentes opções no campo das aspirações populares e dos objetivos nacionais. É o elemento de intermediação entre governante e governados, sendo indispensável o seu enfo-

que pluralista dentro da visão democrática de vida.

No quadro histórico atual, com iniciação efetiva no período que se seguiu a 1ª Grande Guerra Mundial, houve um incremento na teoria e nas praxes políticas de várias formas de ideologias, procurando cada uma impor-se ao grupo social por forma acrítica, dogmática e imperativa.

O modismo ideológico deste período trouxe o comunismo, o fascismo, o nazismo entre outras ideologias, geradoras de modelos autocráticos, propiciando ao partido único e mandatário, um macro dimensionamento e um super-papel de mecanismo de enquadramento, controle e emulação da sociedade, no âmago da doutrina ditada pela própria ideologia.

Nesses casos, a explicação da realidade política passou a ser montada com vistas a caracterizar uma fusão íntima e indestrutível dos grandes fundamentos da nacionalidade: o Homem, a Terra e as Instituições, acrescendo-se, ao contexto, num enfoque macroscópico, o *Partido* (único, dominante e instrumental no preparo e na aplicação de todo o Poder Nacional).

O papel do Partido no preparo e na aplicação da Expressão Militar do Poder Nacional (sob visualização ideológica)

A ideologia, vista como sistema de idéias e de valores, marca e define cada sociedade. No entanto desperta curiosidade, em se tratando do estudo da Expressão Militar de uma Nação, a colocação tomada pela ideologia comunista no que se refere ao grau de presença e a atuação do Partido no âmago das Instituições Militares e da Segurança Nacional.

Dentro de nossa visão doutrinária o trato com a Expressão Militar com vistas à sua avaliação e ao seu preparo ou emprego, aborda os seus fundamentos (Recursos humanos, Território e Instituições Militares) e os seus fatores, capazes de influenciá-la positiva ou negativamente (Doutrina Militar, a Estrutura Militar, o Alto Comando, a integração da FA, a Instrução, Adestramento e Apresntamento, o Moral Militar, a capacidade de Mobilização e o Serviço Militar).

Por outro lado este estudo enfoca ainda a destinação constitucional, o condicionamento e o equilíbrio entre as Políticas Nacionais de Desenvolvimento e Segurança, e a colocação independente e apartidária, posicionando as FA a serviço dos altos e globais interesses da Nação.

Fatores históricos e econômicos, bem como a ciência e a tecnologia devem também ser considerados dentro desta nossa colocação do problema — Expressão Militar do Poder Nacional.

Tomamos a seguir a visualização soviética no trato da Expressão Militar.

Na essência do problema, está a posição do Partido Comunista (PC), como força motriz e instrumento de aplicação de todo o Poder Nacional. O comando político do PC sobre toda a Nação é imprescindível para a administração político-administrativa, para o internacionalismo do Socialismo, para a revolução comunista mundial, e para a própria sobrevivência do marxismo-leninismo. Logicamente, surge assim, a cunha penetrante do PC no cerne e na alma das Forças Armadas.

O trabalho ideológico e a inserção do PC nas FA remontam da própria revolução de 1917, no seu preparo político e na sua execução.

As organizações dos PC tiveram grande papel na formação do jovem Exército Vermelho.

Diz o Cel-Gen M. SOBOLEV em seu trabalho — O Desenvolvimento do Partido nas FA da URSS — “Desde a sua fundação, há 60 anos passados, a administração política tem constantemente desenvolvido e melhorado seus métodos na liderança partidária nas FA”.

Para os Soviéticos, já por ocasião da Revolução de 1917, os melhores combatentes foram exatamente aqueles que tiveram uma boa educação política e integravam o Partido. A partir de então, esta visão do soldado politizado (Marxista Convicto), da presença do PC no âmago da tropa, da seleção ideológica dos chefes militares, da atuação do PC em prol do esforço de Guerra, passou a moldar a instrumentalidade básica do preparo e da aplicação das FA.

Lembramos que L. I. BREZHNEV, atual Secretário Geral do Comitê Central do PC da URSS, foi agente político no Exército por ocasião da 2ª Grande Guerra.

A preparação psicológica de um ente civilizado para lutar e suportar os horrores da guerra é tarefa altamente ingente e complexa.

No entanto o forte conteúdo temático do marxismo-leninismo com as suas idéias-força de alta emulação energética e combativa, como: “luta de classe”, “guerra justa”, “guerra de libertação”, “ação permanente sobre a realidade (ativismo)”; postura revolucionária e transformadora do mundo sob a forma violenta e a metodologia dialética da luta dos contrários, consubstancia uma ambiência que favorece o despertar da belicosidade e a construção de um sentimento de luta em prol dos objetos nacionais com alta carga emotiva.

PC (16 milhões de Membros) e KOMSO-MOL (35 milhões de Membros): Construtores da Vitória na 2ª GG.

“A Grande Guerra Patriótica do Povo Soviético contra a Alemanha Nazista (1941 — 45) exigiu um mais elevado nível de direção e atuação do Partido no âmbito das FA e um trabalho político mais eficiente na frente de combate” — “Cel-Gen M. SOBOLEV”.

O fato é que a anpliação das Organizações do PC nas FA e junto ao esforço de Guerra antecedeu mesmo ao preparo específico das FA. A mobilização do Partido para a Guerra precedeu à mobilização militar e nacional.

A estratégia de preparo da Expressão Militar exigiu uma iniciação pelas bases político-ideológicas.

Esta abordagem político-ideológica, segundo a literatura militar Soviética, conquistou causa básica da vitória.

Assim a obra GREAT PATRIOTIC WAR OF THE SOVIET UNION, impressa na URSS em 1974, chega a dedicar um capítulo à participação do PC na vitória — (Cap 6. The Communist Party — Organizer and Inspirer of Victory).

O Partido desde a sua criação e ao longo de sua existência tem o elevado encargo de defender a Pátria Socialista, fortalecendo a Expressão Militar.

Deste modo, o perigo mortal da invasão nazista tornou imperativa, antes de tudo, a reorganização das estruturas partidárias e o incremento dos trabalhos políticos, a fim de preparar as FA e a Nação como um todo para o esforço de Guerra.

Procedeu-se a uma intensa e rápida montagem de novas organizações do PC, seja para orientar, preparar e conduzir as tropas e as operações militares, seja para

acionar o esforço de Guerra nas áreas de retaguarda..

O número de Organizações primárias no Partido cresceu durante a Guerra, de 14000 para 73000. Houve um intenso recrutamento de Oficiais para ingresso no PC, de forma tal que ao final da Guerra, 80% do quadro de Oficiais ou pertencia ao Partido ou à Komsomol.

A história das FA Soviéticas evidenciava uma preocupação crescente com o engajamento e a emulação ideológica do combatente.

Assim é que, enquanto na chamada Guerra Civil, havia 5% de Comunistas no Exército Vermelho, esta proporção no início da 2ª GG já atingia 13% e no final 25%.

Atualmente os Comunistas e os membros da Komsomol representam aproximadamente 90% dos efetivos.

As tropas de elite como Para-Quedistas, Tropas de Esquiadores e de Foguetes, de Marinha etc, por ocasião da 2ª GG eram mobilizadas basicamente de jovens da KOMSOMOL (Liga Geral da Juventude Comunista-Leninista).

Quanto ao preparo da Vontade Nacional e do esforço de Guerra, o Partido lançou o lema "Tudo para o Front, tudo pela Vitória". Os setores de direção mais importantes, nas fazendas e nas fábricas foram ocupados por membros do Partido. Foi aplicado com toda ênfase o princípio de que as lideranças da FA devem estar nas mãos de elementos do PC.

Assim, a Vitória do Exército Vermelho sobre os Nazistas teria sido uma Vitória do PC e dos princípios Leninistas, a ponto de BREZHNEV, por ocasião do 20º aniversário do Dia da Vitória, declarar: "O Partido perdeu 3 milhões de seus filhos no Front. Não obstante tinha quase 6 milhões de membros no fim da Guerra".

O PC dentro dos Quartéis, navios e bases

A Doutrina Militar Soviética seja no campo da formulação ou da aplicação, tem como premissa a força ideológica do marxismo-leninismo, e o trabalho do PC no âmago das FA..

Em termos de estrutura organizacional existe o Departamento Político das FA, unificado e englobando as Forças Singulares, que visa o permanente aperfeiçoamento da operacionalidade da tropa através da mobilização político-ideológica.

A lição histórica fundamental, quanto ao preparo do combatente, a de que a vitória sobre os nazistas da 2ª GG não decorreu apenas da superioridade da arte militar soviética, porém também do grande poder das idéias marxistas-leninistas e da politização dos combatentes.

Em 1967, o Comitê Central do Partido Comunista baixou diretrizes em documento intitulado "Medidas para o aperfeiçoamento do trabalho político-partidário no Exército e na Marinha".

As organizações militares dispõem de instrutores do PC ou da Liga da Juventude Comunista.

Como afirma o Cel. V. LAURENTYEV em seu artigo "Como se forja um Soldado", publicado na Revista Militar Soviética - nº 1 - 73, sob o título "A Educação Política dos Homens", as aulas políticas foram introduzidas logo após o nascimento das FA Soviéticas.

Em linhas gerais o currículo aborda entre outros os temas: Biografia de Lenin; As FA Soviéticas como vanguardas da Construção do Socialismo; o Comunismo como Objetivo Nacional e Internacional; o Internacionalismo do Socialismo; As Decisões do PC etc.

Didaticamente o assunto é ministrado nos quartéis, navios e bases por ele-

mentos do PC através de aulas e seminários.

Consciência Ideológica-Suporte da Força Militar

No momento em que surge processo simbiótico ideologia-partido, onde ambos se alimentam e se vivificam mutuamente, gerando um conjunto uno, exclusivo na ordenação política, todo poderoso, abrangente, envolvente, dogmático, enquadrante, condutor e propulsor do Homem, da Terra e das Instituições, a Expressão Militar do Poder Nacional passa a receber um novo fundamento e um novo suporte.

No caso das FA soviéticas busca-se uma fusão siamesa: combatente militar-ativista Marxista-Leninista; Organização Militar-Célula Comunista; Pátria-Socialismo.

O PC, criado por Lenine para encabeçar a luta do proletariado, e constituir a força principal para a transição revolucionária do Capitalismo para o Socialismo e o Comunismo, acoplou-se ao Exército Vermelho e orientou-o para a Vitória na Revolução de 1917.

Desde então tem havido uma crescente presença do Partido, seja formulando a política e a doutrina militares, seja preparando politicamente o combatente com vistas a aprimorar as suas qualidades de Soldado.

O PC desempenha no dizer do Gen. VO NGUYEN GIAP em sua obra clássica de Guerra Revolucionária Comunista — "GUERRA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL NO VIETNAM — HANOÍ — 1971 — a missão de desenvolver o chamado HEROÍSMO REVOLUCIONÁRIO, que é o produto de uma profunda educação ideológica, para fazer a guerra pela expansão do Socialismo.

Tal estado de espírito, assim gerado, marca atitudes de luta, ódio ao adversário e inquebrantável fé no Partido como incentivador e condutor da luta armada e da força guerrilheira, embrião das futuras FA da nova Nação Comunista.

Esta posição do PC é também defendida por HO CHI MINH ao afirmar que "somente sob a liderança do Partido, pode uma Guerra de Libertação Nacional ser lançada, organizada e ser conduzida à completa Vitória".

Outro grande estratega da guerra revolucionária comunista MAO TSE TUNG em sua famosa cartilha vermelha (pg. 19) afirma que a guerra de guerrilha dos camponeses é dirigida pelo PC.

O PC, força dirigente de toda a sociedade soviética, constituiu o alicerce no preparo e na aplicação da máquina bélica da URSS que resistiu heroicamente à invasão nazista na 2ª Grande Guerra. E para eles a experiência vivida é válida para os dias atuais.

A Komsomol, organização de massa da juventude Soviética, que tem como objetivo educar os jovens para construir o Comunismo, como eficiente auxiliar do PC, exerceu e exerce também extraordinário papel na geração desta consciência ideológica do combatente.

Citando a publicação URSS-76 — ANUÁRIO DA AGÊNCIA DE IMPRENSA NÓVOSTI: "a consciência ideológica é fonte de invencibilidade das Forças Armadas Soviéticas".

Por outro lado o pensamento político expresso na lei magna da URSS vincula ideologia à missão constitucional das FA — Segundo o Artigo 31 do Capítulo 5 da Constituição da URSS, as FA e o serviço militar obrigatório foram instituídos "com o fim de proteger as conquistas socialistas, a soberania e a integridade territorial do Estado).

O grande centro gerador dessa consciência ideológica dos militares é a Academia Militar Política "LENINE", que celebrou em dezembro de 1979 o 60º aniversário de sua fundação.

Constitui o principal centro de preparação de quadros do PC, e prepara militares e funcionários.

Surgiu em 1919 com a denominação de Instituto (político-militar). Os cursos político-militares superiores junto à Direção Geral Política do Exército Vermelho têm o período letivo de um ano.

A metodologia didática inclui exercício de vice-chefias de órgãos políticos, de comandos de unidades e de navios, com vista ao trabalho político, à propaganda e à disseminação do marxismo-leninismo.

A academia Política LENINE forma quadros dos exércitos dos países da comunidade comunista, contribuindo para a divulgação da herança ideológica leninista.

Relação custo-benefício

Para as democracias do estilo ocidental o papel do Partido Político e a missão das FA são proporcionados de modo diferente. Não existe o conceito de ideologia marcado por posições dogmáticas, bem como a visão pluralista de vida conduz ao multipartidarismo e à desconexão ideologia-partido único-Forças Armadas. Aqui o pluripartidarismo

existe para aglutinar e harmonizar as correntes de opiniões, bem como, instrumentalizar a conquista e o exercício do poder.

Para nós os ideários dos partidos estão alicerçados nos objetivos nacionais, e não cai bem ao gosto político do cidadão a idéia de conscientizar ideologicamente um jovem combatente a aceitar a morte por um partido político. Não forjamos, nem dispomos do HEROISMO REVOLUCIONÁRIO de que fala GIAP, o grande pensador militar na sutil e difícil arte da Guerra Revolucionária.

As vantagens advindas da disponibilidade de um Partido Único, enquadrante e impulsionador do preparo e da aplicação das FA constituem inegavelmente um preço alto demais para o nosso sistema de vida.

Teremos indubitavelmente de manipular outros valores, outras técnicas e outras estruturas para despertar no cidadão livre, questionador, ciente e consciente, a racionalização que o conduzirá à situação de combatente e defensor da nacionalidade.

Teremos de expor, convencer e justificar uma espontânea tomada de consciência individual e coletiva de que trata o fator "X" de LEON TOLSTOY ou a determinação nacional (Dn), abordada na visualização quase aritmética do Professor RAY CLINE.

BIBLIOGRAFIA

- Great Patriotic War of the Soviet Union — 1941/1945.
Progress Publishers 1974 — Moscou
- The History of the Second World War — 1939/1945 — do Instituto de História Militar do Ministério da Defesa da URSS em conjunto com o Instituto de Marxismo-leninismo do Comitê Central do PC/URSS.
- Soviet Military Review nº 1 — 1973.
- Soviet Military Review nº 5 — 1973.
- Doutrina Básica da ESG — 1979.
- URSS — 76 — Anuário da Agência de Imprensa NÓVOSTI MOSCOVO 1977.
- National Liberation War in Viet Nam — Gen VO NGUYEN GIAP — HANOI — 1971.



EVOCAÇÃO HISTÓRICA DA ECEME

No transcurso de seu 75º aniversário de criação, a 2 de outubro de 1980, a ECEME fez realizar, como parte das comemorações alusivas à data, um painel com a participação do General de Exército R/1 ALFREDO SOUTO MALAN, General de Divisão ALZIR BENJAMIN CHALGUS, General de Divisão OCTAVIO PEREIRA DA COSTA. Os conferencistas abordaram aspectos da história da ECEME sob os seguintes temas: "A ECEME, ORIGEM E EVOLUÇÃO ATÉ A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL", "A ECEME APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL" e "A ECEME E A DOUTRINA MILITAR BRASILEIRA", trabalhos a seguir apresentados.

A ECEME: Origem e Evolução até a 2ª Guerra Mundial General de Exército Alfredo Malan

Convidado, faz três semanas, para compor este painel, antes mesmo de tomar conhecimento de pormenores, aquiesci em participar da comemoração.

Nesta escola passei alguns anos de minha vida, como aluno e como instrutor; e não sei qual dos estágios me foi mais proveitoso. A ela nada posso negar.

No presente painel coube-me a tarefa de recordar ao ilustre auditório, a origem da Escola de Estado-Maior e a sua existência entre os dois conflitos mundiais. Entendi, não seria abuso, interligar seu nascimento à sua ressurreição, em 1920, depois de praticamente fechada por inação, em 1918. Como a Fênix egípcia, que tenha longa vida.

Resolvi, também, fazer algumas considerações pessoais que me foram ocorrendo ao longo acompanhamento de sua trajetória, nas suas duas etapas, a autótone e a de ritmo gaulês.

O Corpo de Estado-Maior, embora antigo entre nós, somente viu surgir sua escola de formação pelo Dec. nº 5.698

do ano de 1905, num dia 2 Outubro como hoje. Esse decreto aprovava os regulamentos para os institutos militares de ensino, substituindo o Regulamento de 1874. Em seu artigo 49 prescrevia que a Escola de Estado-Maior, então criada, ficaria sob a imediata inspeção do Chefe do Estado-Maior do Exército, existente oficialmente desde 1896, como sabemos, mas na prática só ativado em 1899.

Tinha por fim a escola: proporcionar aos oficiais até o posto de capitão, inclusive, e que tivessem o curso de sua arma o que constituía minoria — a instrução militar complementar superior que os habilitasse ao serviço de estado-maior, naturalmente como na época era considerado.

O decreto em questão é um dos muitos atos que marcam a decisiva atuação pioneira do grande Ministro Marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet, no quadriênio anterior (1898-1902); a do Ministro Marechal Francisco de Paula Argolo; e o ocorrido no ambiente criado pela ação do então General Hermes Ro-

drigues da Fonseca que um mês antes (setembro de 1905) acabara de realizar as Grandes Manobras Militares de Santa Cruz, com três semanas de duração.

A Escola de Estado-Maior, nascida no último trimestre de 1905, já em meados de 1906 vê aprovado "o projeto de programa para o concurso dos candidatos à matrícula"

Embora existente esta sistemática desde seu primeiro ano de funcionamento, em 1907, ainda não é dado o devido valor à importância desta *afirmação com risco* e desta oportunidade criada para que o candidato adquira *maiores conhecimentos*, ambos indispensáveis às suas funções e que constituem, em conjunto, o alicerce moral e intelectual do nosso Quadro de Estado-Maior.

A velha escola teve uma juventude errante, ora funcionando em dependências de Estado-Maior, no velho Quartel do Campo; ora instalada aqui, na Praia Vermelha, quando a Escola Militar se transferiu para o Realengo; era mesmo, inquilina da Direção Geral de Saúde, no seu edifício da Praça da República.

Com efetivo da ordem de duas dezenas de alunos, teve existência por onze anos, de 1907 a 1917, ambos inclusive.

Surge então, com o advento da Missão Militar Francesa de Instrução (MMF) — cuja atuação profissional junto ao nosso Exército ainda não foi devidamente destacada —, a nova Escola de Estado-Maior que, em constantes melhoramentos, existe até hoje para orgulho nosso.

Na França, estabelecimento de ensino com o mesmo nome foi criado antes da era napoleônica, em 1766, na cidade de Grenoble. Suprimida em 1771 é recriada em Paris em 1818 e se transforma em Escola Superior de Guerra, em 1878, nome que conserva até hoje.

Entre as duas Guerras Mundiais, com esforço concentrado nos primeiros anos de sua afirmação e, particularmente desde que, em fins de 1921 deixou as dependências adaptadas do Quartel General e se mudou para sede própria, na área do antigo Hospital do Andaraí, a Escola marchou com passo firme e sob orientação inicial totalmente francesa.

Posteriormente o nosso estabelecimento superior de ensino foi se atualizando, mas a cerimônia de 7 Abril de 1920, presentes o Presidente Epitácio Pessoa, o Ministro Pandiá Calógeras, o Chefe do Estado-Maior do Exército, Marechal Bento Ribeiro e o Chefe da Missão, General Maurice Gamelin, abriu de par em par as portas da nossa convivência com a moderna técnica de Estado-Maior. Começou com as primeiras medidas de assentamento da tão necessária Unidade de Doutrina — Unidade que nos molda como peças intermutáveis — e, como elemento fundamental, o lógico e coerente equacionamento dos fatores da decisão. Prosseguiu com o trabalho, longo e pacientemente organizado num estreito contato do General Gamelin com nossas maiores autoridades militares e que precedeu a chegada da Missão, visando difundir as bases da Doutrina através da judiciosa seleção de regulamentos: alguns traduzidos, muitos adaptados, poucos cancelados. Tudo complementado pela farta documentação distribuída nas escolas e organizada sob a égide da Missão.

Assinale-se, de passagem, que a 26 de Fevereiro daquele ano, a Missão ainda em viagem, eram baixadas instruções para os exames de admissão.

Dada a esmerada preparação levada a cabo pelo General Gamelin nos seus longos meses de entendimentos em 1919, no Brasil e antes da sua volta à testa da

Missão, como as instruções para os exames de admissão, outras muitas medidas foram tomadas e que permitiram a entrada em atividade dos oficiais franceses sem perda de tempo.

Quanto às normas de ingresso neste estabelecimento, exceções ocorreram.

Esclarece o Relatório do Estado-Maior relativo ao ano de 1920. "Houve, para o ano de 1921, uma crise, pois um único candidato requereu inscrição no concurso para admissão nesta Escola, e isto causou um alarma descabido dando lugar à resolução de 30 novembro de 1920 que, por proposta da MMF, mandou admitir no curso de estado-maior, sem nenhuma prova especial, um determinado número de alunos de cada arma que concluíssem o curso da EAO, classificados nos primeiros lugares".

Esta, logo no início, não seria a única exceção, mas cabe destacar o caráter de crise que lhe foi conferida.

Apesar das alterações que vieram dando cada vez mais crédito ao nosso oficial de Estado-Maior, o que foi sendo realizado gradativamente, estou convicto que a maior mudança se fez em 1920 quando, partindo de um empirismo muito pouco abalado pelo esforço, aliás notável, dos Klinger, dos Leitão de Carvalho, dos Taborda, dos Souza Reis, dos Euclides Figueiredo e de mais uns poucos destacados abnegados, depois do estágio que realizaram no Exército germânico, a maior alteração foi a realizada pela Missão Militar Francesa, dada sua elevada qualificação e dado o seu lúcido empenho no cumprimento da tarefa assumida.

A inovação do caso concreto, tentada particularmente pelos "jovens turcos" no retorno do estágio feito no Exército do Kaiser, foi — e parece incrível que hoje tal se destaque — uma novidade

que plenamente tomou corpo e criou fundas raízes na nossa didática militar.

A mudança do bairro do Andaraí para a Praia Vermelha, em 1940, trouxe a Escola para um ambiente marcante, tanto histórico. Suas novas instalações, inclusive residenciais, permitem maior conforto, com redução ao mínimo de deslocamento, pois hoje é difícil conceber oficiais alunos residentes em Jacarepaguá ou em Marechal Hermes.

No decorrer do tempo fomos substituindo os nossos mestres franceses que, por sinal, em número reduzido, ficaram entre nós até mesmo depois de deflagrado o segundo conflito mundial. Por sugestão deles mas, sem desmerecê-los, muitas vezes também por iniciativa nossa, foi-se burlando o currículo de tal forma que passou esta Escola a constituir um padrão no confronto com suas congêneres e que é com justificado orgulho que podemos apresentá-la às mais destacadas visitas militares, como nela acolher companheiros de nações amigas.

As turmas sucessivas, saídas do Andaraí e da Praia Vermelha nestes últimos sessenta anos, vêm difundindo o respeito pelo trabalho que na Escola se realiza.

Quando estagiário na Escola Superior de Guerra, em Paris, pude bem aquilatar, por comparação, o alto nível do ensino aqui existente. No estágio feito no Corpo Permanente daquela escola, por ter deixado quando sai do Brasil as funções de instrutor nesta casa, foi sem maior dificuldade que montei, em todos seus pormenores, um tema tático de escalão exército. . . cobrindo-me face ao Reno, em vez de fazê-lo no corte do Mogy-Guassú. Se magníficos foram nossos mestres, os alunos souberam se manter à altura, como na prática o demonstraram fartamente os auxiliares imediatos do Marechal Mascarenhas de Moraes.

A tal respeito cabe citar o que, certa vez me confiou o mestre General Carpentier — ex-Chefe EM da Missão —: “O Corpo Expedicionário francês deixou o teatro de operações da península italiana sem maiores preocupações. Sabia que tropa brasileira o substituiria”. Não compareceu no vulto inicialmente projetado, mas a amostra justificou a confiança que previamente nela foi depositada.

Por se tratar de uma comemoração festiva na qual muitos já não podem tomar parte, embora tenham sido peças importantes na construção desta nossa catedral, não posso encerrar minhas palavras sem render especial homenagem a um companheiro. Foi ele ceifado em plena caminhada, eficiente, e, na marcha empreendida, dadas suas qualidades humanas e seus dotes de oficial de Estado-Maior, por certo chegaria sem favor onde cheguei. Refiro-me a Newton Castello Branco Tavares, conhecido de muitos aqui presentes, e de quem me recordo cada vez que entro nesta casa. Formando dupla, submetemos aos então alunos vários temas táticos e, não tenho dúvida, se as nossas posições se invertessem, ele, como ex-chefe do Estado-Maior, aqui, neste instante, estaria recordando o meu nome.

Através desta citação rendo minha sincera homenagem a todo aquele que, em determinada época, foi distinguido com a delicada porém honrosa missão de moldar os nossos oficiais de Estado-Maior.

A ECEME E A DOUTRINA MILITAR BRASILEIRA

Gen Div Alzir Benjamin Chaloub

Desde 1963, vive a ECEME um novo período de sua evolução histórica, o de auto-afirmação, em que procura ensaiar

e sistematizar uma doutrina própria que, uma vez aprovada pelo EME, serviria de base a uma nova Doutrina Militar Brasileira.

Dissemos *nova doutrina* porque, evidentemente, sempre, houve uma Doutrina Militar Brasileira, cujas bases foram demonstradas por CAXIAS, nosso maior soldado, nas terras paraguais: uma concepção da guerra nitidamente ofensiva, tirando partido das reais qualidades manobreras de nossas tropas e da sua capacidade de vencer consideráveis obstáculos de terreno, e uma forma de guerra que, além de comportar manobras do tipo napoleônico, tinha o choque como inevitável; o corpo-a-corpo, rude e decisivo, selou todas as nossas grandes vitórias no passado.

Mas a evolução nem sempre foi favorável ao desenvolvimento de uma doutrina própria ao nosso Exército. O saudoso Marechal CASTELLO BRANCO, ex-comandante desta Escola, que há pouco lhe rendeu mais uma homenagem, em magistral conferência pronunciada na ESG em 1957, aponta, além de certo descuido em sua organização e preparação, a mentalidade dos oficiais positivistas, que dominaram o Exército em fins do Império e início da República, como uma das causas principais de nossa involução doutrinária. Explica o mestre insigne: — “Não foi a paz, tão necessária ao Brasil, que trouxe a estagnação a suas Forças Armadas. Foi a mentalidade dos oficiais positivistas, associada ao teorismo exagerado de nossa Escola Militar, que enfraquecia o espírito militar da oficialidade e criava a casta dos barbaéis de farda.”

Já em 1931, o General TASSO FRAGOSO, em discurso pronunciado na diplomação da turma de Estado-Maior, culpava os estabelecimentos de ensino,

que nenhum empenho tinham em transmitir às novas gerações o que os campos de batalha haviam ensinado.

Realmente, a triste Campanha de CANUDOS veio mostrar a precária situação a que ficara reduzido o Exército: lentidão de movimentos e a tropa se deixando bater por partes.

Havendo perdido a memória e desaprendido tudo o que antes sabíamos, procuramos adaptar o ensino da Escola às doutrinas vitoriosas no último conflito internacional — primeiro a alemã, depois a francesa e, por último, a americana. Este o sentido básico dos períodos evolutivos anteriores por que passou a Escola, embora, naturalmente, para isso tivessem concorrido outros fatores, de ordem política e econômica.

Parece-nos relevante observar, entretanto, que a existência de uma doutrina estrangeira nesta Escola não significa, necessariamente, a sua adoção em todo o Exército Brasileiro. Primeiro, porque o Estado-Maior do Exército sempre considerou esta casa como um laboratório de idéias, permitindo-lhe o ensaio e a experimentação de novas doutrinas, enquanto o Exército, como um todo, prosseguia adotando a doutrina oficial; segundo, porque a crônica dificuldade financeira em que vive nossa Instituição sempre impediu que aparelhássemos todo o Exército para adotar integralmente a doutrina importada. Por isso, repetimos, sempre houve uma doutrina brasileira, paralela à da Escola; por vezes mal sistematizada e, às vezes, até improvisada, como ocorria em nossas revoluções internas, quando parecia até quisermos justificar o dito popular de que "na prática, a teoria é diferente".

O reconhecimento da existência de doutrinas paralelas, uma sistematizada e outra não, foi um dos fatores básicos do

surgimento do novo período evolutivo. O período atual, entretanto, teve implicações mais complexas, que foram atuando progressivamente desde o início da década de 60 e podem ser sintetizadas nas três causas seguintes:

a evolução da Doutrina Militar Norte-Americana, a partir de 1961, tornava cada vez mais irreal sua aplicação no ambiente sul-americano, caracterizado pelos fracos efetivos em grandes espaços e pela nossa pobreza em meios materiais: a ameaça crescente da guerra revolucionária, obrigando a Escola a pesquisar uma doutrina para enfrentá-la, doutrina essa que os americanos não possuíam e que devia ser buscada onde existisse, com quem já possuísse alguma experiência do assunto, como os franceses, que haviam sido batidos na INDOCHINA, mas estavam alcançando relativo êxito na ARGÉLIA; ou, então, teria que ser criada e desenvolvida pela própria Escola, mediante a análise das técnicas e processos empregados pelos marxistas; a necessidade de compreender o mundo em acelerada evolução científica e tecnológica, que impunha novas exigências, continuamente modificadas, às qualificações e capacitações impostas ao futuro chefe

2. Áreas de Ensino

Para responder, pois, a esses desafios, a Escola propôs e foram aprovadas pelo Chefe do EME, em 23 de abril de 1963, os novos Currículos da ECEME e o Plano Geral de Ensino para 1963, os quais distribuíam o assunto a ser minis-

trado por quatro Áreas de Ensino, da seguinte forma:

- Área I: Operações de Defesa Territorial e Segurança Interna, tendo como base legal a Constituição Brasileira.

Foi criada para formular uma doutrina de Segurança Interna, cujos primeiros ensaios foram realizados em 1962. Grande parte da doutrina atual é fruto dessa experiência, bastando citar, como exemplo, a criação dos Destacamentos de Operações de Informações (DOI), Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e 5ª Seção nos QG, por propostas da ECEME, feitas em 1969, época em que graves agitações terroristas eram desencadeadas na área do II Exército. Para os mais novos deste auditório, parece conveniente recordar que, a 1º de maio de 1971, FIDEL CASTRO, que dois anos antes havia chefiado uma revolução nacionalista e moralizadora contra a ditadura corrupta de FULGÊNCIO BATISTA, declarou-se marxista e proclama a República Socialista de CUBA. A partir de então, CUBA transformou-se no mais ativo foco de subversão do continente.

- Área II: Operações em TO continental e Segurança Interamericana, tendo como base legal a Carta da O.E.A.

Destina-se a ensaiar e sistematizar nova doutrina militar brasileira, tendo presentes os meios reais do nosso Exército. Era realizado o estudo do INVASOR e as operações se desenvolviam no nosso continente.

- Área III: Operações em TO extra-continental e Segurança Internacional, tendo como base a Carta das Nações Amigas.

Estas operações eram previstas para serem desenvolvidas preferencialmente na EUROPA e na ÁSIA, em ambiente nuclear ou não, de acordo com a Doutrina Norte-Americana, sendo realizado o estudo do AGRESSOR (países do bloco oriental).

- Área IV: Cultura Geral e Profissional, Chefia e Liderança, Técnicas de Comando e Funções de Estado-Maior em tempo de paz.

Era a área destinada a dar uma compreensão da evolução do mundo e a complementar a formação do Chefe Militar.

As Áreas do Ensino procuraram, assim, atender a todas as necessidades previsíveis, a todas as possibilidades de emprego do nosso Exército mas, sem dúvida, a sistematização de uma Doutrina Militar Brasileira e a criação de uma Doutrina de Segurança Interna foram seus aspectos mais destacados e de mais notáveis efeitos.

Episódios diversos enriqueceram a atuação da ECEME nesse novo período. Logo de início, ocorreu no país a Revolução Democrática de 31 de Março, quando a Escola transformou a Praia Vermelha num dos baluartes do país na luta contra a subversão. Em 1966, no mês de outubro, promoveu a Escola o I SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NACIONAL, reunindo professores universitários com instrutores militares, num esforço para promover a integração das escolas superiores das Forças Armadas com as escolas civis e aproximar alunos e professores das faculdades e das escolas superiores do Exército.

Com a presença e o prestígio do Reitor da Universidade do Estado do Guanabara, foi ali lançada a idéia de se

levar universitários para conhecer nossas Unidades de Fronteira e nossos Batalhões de Construção. Foi a origem do que acabou se transformando no atual PROJETO RONDON que, depois de realizar uma experiência-piloto no Batalhão de PORTO VELHO, em RONDÔNIA, não mais parou de crescer e, como diz OCTÁVIO COSTA, "de tão grande, não tem mais apenas o Exército como suporte, mas o BRASIL inteiro."

3. Extinção dos Cursos das Armas e Apoios

Com a criação das Áreas de Ensino, foram extintos os Cursos das Armas e dos Apoios que, até 1963, constituíram a base da organização do ensino na ECEME. Existiam até então os Cursos de Infantaria, Cavalaria, Blindados, Artilharia, Engenharia, Comunicações, Defesa Anti-Aérea, Apoio Aerotático, Apoio Naval, Guerra Química, Bacteriológica e Nuclear, Tática Geral, Logística e História Militar.

A extinção desses Cursos trouxe consequências prejudiciais ao Ensino da Escola, pois eles asseguravam perfeita unidade de doutrina, atualizando e mesmo suprimindo eventuais deficiências, reduções e mesmo a suspensão do Curso da EsAO em determinado período, além de homogeneizar os conhecimentos dos Oficiais alunos.

Por outro lado, constituíam os Cursos verdadeiros núcleos especializados em pesquisa e atualização doutrinária, com grande acervo de trabalhos realizados e constantemente renovados.

Não podia, porém, a ECEME mantê-los ante a nova carga de assuntos introduzidos, e a solução foi, a par da evolução dos cursos da EsAO, a criação de cursos por correspondência; em 1965,

o Curso Preparatório para os candidatos ao Concurso de Admissão e o Curso de Atualização dos Diplomados da ECEME, para os oficiais diplomados pela Escola.

A evolução prosseguiu com uma série de atos que modificavam seja o ensino, seja a organização da Escola.

4. Novo Regulamento

Em 1968, foi aprovado o Regulamento da ECEME ainda em vigor, que extinguiu as Áreas de Ensino e criou as atuais Seções de Ensino, as quais, até certo ponto, vieram sanar os inconvenientes da supressão dos antigos Cursos de Armas e Apoios.

Com isso, foi encerrada a 1ª fase do novo período.

As áreas de Ensino passaram a constituir apenas um marco, e dos mais decisivos, na sua evolução. Cumpriram sua finalidade de estimular o desenvolvimento de uma Doutrina Brasileira, e podia a Escola voltar à sua organização tradicional, agora com uma doutrina unificada e adaptada às nossas reais necessidades e possibilidades.

Nesse mesmo ano de 1968, houve nesta Escola um dos acontecimentos mais marcantes e significativos de sua história: — a realização da CONFERÊNCIA DOS EXÉRCITOS AMERICANOS, da qual o BRASIL saiu engrandecido pelo valor da sua contribuição e primor da organização.

5. Subordinação ao DEP e criação do Curso de Extensão e Aperfeiçoamento (CEA)

Em 1969, com a finalidade de diminuir o tempo de afastamento dos oficiais de suas funções na tropa e repartições,

foi criado o CEA, destinado a substituir o 1º ano da Escola. Realizado por correspondência para os oficiais aprovados no Concurso de Admissão, não obteve resultados compensadores, funcionando apenas em 1970 e 1971, quando foi extinto.

Em 17 de fevereiro de 1970, a ECEME passou a integrar o recém-constituído DEP, saindo da égide do EME e ficando subordinado à DFA.

6. Lei do Ensino de 1971

Em 3 de dezembro de 1971, foi promulgada nova Lei do Ensino, que introduziu profundas modificações nas condições para admissão à ECEME. A seleção dos candidatos passou a ser feita por critérios exclusivamente profissionais, reservando-se 50% das vagas para os oficiais que tivessem concluído a EsAO com a menção Muito Bem e houvessem se classificado no 1º quarto de cada turma das Armas ou no primeiro sexto de cada turma de Material Bélico ou dos Serviços. Os outros 50% das vagas seriam preenchidos com os aprovados e classificados num Concurso de Admissão cujo exame intelectual constava de duas provas versando sobre conhecimentos militares já ministrados na EsAO, uma sobre Emprego Combinado das Armas e Serviços, sob a forma de exercício na carta, e outra prova relativa a conhecimentos sobre a Guerra Revolucionária.

As novas condições de acesso à ECEME exigiram que fossem introduzidos no Currículo normal muitos dos assuntos anteriormente exigidos no Concurso de Admissão, além de outras matérias determinadas pelo DEP na Portaria Particular de Ensino nº 1/ DEP, de 21 Dez 71, julgadas indispensáveis à forma-

ção da base cultural do futuro oficial de Estado-Maior, tais como Geografia Militar e História Militar, Lógica Material, Sociologia, Economia Política, Psicologia, Direito Público Constitucional, Direito Público Internacional e Política.

7. Reestruturação dos Cursos e Reformulação do Ensino (1974)

Em agosto de 1974, recebeu a ECEME ordem para realizar estudos sobre a reestruturação dos seus cursos, examinando em particular a possibilidade de redução do Curso para dois anos, com a manutenção dos objetivos básicos, bem como a alternativa de desdobramento do Curso em dois ciclos, o primeiro com a duração de 2 (dois) anos, destinado à formação do Oficial de Estado-Maior, e o segundo com a duração de 1 (um) ano, destinado ao Curso Superior de Comando, com acesso limitado e baseado no resultado do primeiro ciclo e de desempenho do oficial nas funções de Estado-Maior.

Quando a ordem de reestruturação dos Cursos chegou à ECEME, já estava ela procedendo a uma reformulação do seu ensino para o próximo ano de 1975, com o objetivo de elevar o seu nível e melhor atender às novas exigências de formação do futuro Chefe Militar. Tinha sido examinada a evolução das Escolas congêneres no país e no exterior, e chegou-se à conclusão da conveniência de diferenciar a formação do Oficial de Estado-Maior da do Comandante de GU, optando-se pela solução do desdobramento do antigo curso em um Curso de Estado-Maior de dois anos e um Curso Superior de Comando, de um ano, este abrangendo também os oficiais da linha científico-tecnológica. Ao mesmo tempo, se apontava para os inconvenien-

tes do sistema de seleção em bases exclusivamente profissionais.

8. Lei do Ensino de 1975

A 19 de novembro de 1975, é promulgada nova Lei do Ensino, a atual, em que foram incorporadas muitas das medidas propostas pela ECEME, em particular que a seleção do candidatos voltasse a ser baseada em concurso com prova de Cultura Geral, devendo o grau final de aprovação nos cursos da EsAO e do IME constituir apenas uma das parcelas para o cálculo do grau final de classificação no concurso de admissão. Somente seriam dispensados do concurso de admissão os oficiais que houvessem concluído os cursos de aperfeiçoamento ou de graduação nos primeiros lugares de cada turma, bem como os segundos colocados nas turmas de vinte ou mais concludentes.

Além disso, a nova Lei passou a exigir para todos, concursados e qualificados, a aprovação no C Prep, que passou a fornecer os subsídios indispensáveis à prova de Cultura Geral.

9. Redução da duração dos Cursos

Em 29 de outubro de 76, a Portaria Ministerial nº 1.805 introduziu modificações nos cursos da ECEME, para vigorar a partir de 1977 determinando:

- reduzir a duração do CCEM para as Armas e o Quadro de Material Bélico, de três para dois anos, mantidos os seus objetivos básicos;
- desdobrar o CCEMS em CCEMS—Intendência, com a duração de dois anos e CCEMS—Saúde, com a duração de um ano;

- criar o CDEM, para oficiais do Quadro de Estado-Maior, com a duração de um ano.

Com a redução da duração do CCEM, voltou a Escola a ser, para os oficiais das Armas, basicamente uma Escola de Tática Geral, pois os assuntos de Extensão Profissional e Cultural tiveram que sofrer grandes reduções em suas cargas horárias a fim de ser mantido o tempo destinado ao estudo das operações militares.

Além disso, apelou-se para a criação dos Estágios Opcionais, solução que o Exército Norte-Americano adotou em LEAVENWORTH, em 1971, mas não a considera ideal, apenas uma contingência para não alterar seu rígido plano de carreira, que não admite maior duração do curso.

Na nossa ECEME houve, ainda, maior dinamização e ampliação do estudo em domicílio, apresentando em sala apenas o indispensável de cada assunto.

Simultaneamente, prossegue a Escola no aperfeiçoamento de seus processos didáticos, incentivando o auto-aperfeiçoamento, estimulando a criatividade, centrando o ensino no aluno e enfatizando os trabalhos coletivos com discussões dirigidas e debates.

10. Elaboração da Doutrina

A elaboração de uma Doutrina Militar Brasileira sistematizada constitui a mais expressiva contribuição da ECEME ao aperfeiçoamento do nosso Exército.

Não podemos esquecer que toda doutrina se apóia numa teoria. A teoria é científica, deriva de uma hipótese inicial, que os acontecimentos demonstram ser verdadeira naquelas circunstâncias. Já a Doutrina é a aplicação prática da Teoria. A Teoria explica e a Doutrina coordena. A Teoria diz o *porquê fazer* e a Doutri-

na o *como fazer*. Depois, o planejamento dirá o *que fazer*. A Teoria é universal, abstrata, subjetiva, intelectual, explicativa e quase imutável, enquanto a Doutrina é particular e conjuntural, concreta, objetiva, normativa, sistematizadora e evolutiva.

O Marechal FOCH, ao se despedir do Gen GAMELIN, que vinha para o BRASIL chefiar a Missão Militar Francesa, dá-lhe um último conselho: "A guerra não se transplanta de um país para outro: mas é sempre a guerra."

A Doutrina Militar Brasileira terá sempre, pois, que se fundar em Teorias de Guerra, bem como em ensinamentos das Forças Armadas mais experientes e, necessária e predominantemente, em fatores brasileiros e sul-americanos. Isto é o que a ECEME vem fazendo. Com a aprovação, pelo EME, em 1972, da nova organização das Forças Terrestres em Divisões de Exército e Brigadas, e a publicação da IP-100-5-OPERAÇÕES, em 1975, os antigos manuais, simplesmente traduzidos, foram adaptados à nova organização, ao armamento e equipamentos nacionais que substituíram os importados e, particularmente, às características do TO continental.

A Doutrina de Apoio Administrativo acompanhou "pari-passu" a evolução das operações táticas. Já na década de 50/60, tinha sido idealizado um Sistema de Apoio Administrativo que substitua o preconizado pelos americanos. A partir de 1968, foi adotado o SAAEB (Sistema de Apoio Administrativo do Exército Brasileiro), elaborado com base na experiência acumulada pela ECEME no estudo dos diversos escalões, na organização de nossas Forças, à época, e nas condicionantes geográficas, polí-

ticas, militares, psicossociais e econômicas do TO sul-americano.

Com a reorganização do Exército, houve a criação efetiva dos B Log de Brigada e Divisões de Exército, preconizada pelo SAAEB e, em 1977, o EME aprovou o Manual de Campanha C 100-10 - APOIO ADMINISTRATIVO, modificando o SAAEB e estabelecendo uma estrutura integrada e eficaz que aglutina todos os escalões do Exército, tanto na paz como na guerra, com um mínimo de transformações ou adaptações, na passagem de uma para outra. Algumas Regiões Militares já implantaram a nova estrutura, e a ECEME elabora os novos manuais que irão complementar a nova doutrina.

Como vêem, a elaboração de uma Doutrina exige um trabalho contínuo de pesquisa, avaliação e conclusões, tudo dentro da maior objetividade. É uma luta incessante contra o conservantismo e contra a visão simplista de problemas complexos. O trabalho tem que ser árduo para não ser ultrapassado pelo tempo e pelos acontecimentos. Seu valor reside na legitimidade de sua origem, na elaboração consciente e responsável e na busca permanente da evolução e da atualização.

11. O Futuro da ECEME

Esta exposição estaria incompleta se daqui não procurássemos vislumbrar algo sobre os futuros rumos da ECEME.

Após, por longo tempo, ter-se consagrado ao estudo de uma guerra passada, ela passa a se preocupar basicamente com a guerra do futuro. Após, por longo tempo, ter-se limitado ao estudo de doutrinas alienígenas, ela passou à fase de auto-afirmação, ensaiando a elaboração de uma doutrina própria.

Agora, a evolução de nossa doutrina será basicamente influenciada pelo desenvolvimento da Indústria Bélica Nacional, pelas novas Organizações que forem adotadas para nossas Forças Terrestres e pelos novos Sistemas de Apoio Administrativo que forem criados.

A nova estrutura da Escola, a duração dos seus cursos e os novos rumos do seu Ensino alcançarão sua maior eficiência com a implantação de um novo Plano de Carreira e com a criação do Curso Superior de Comando, destinado à formação dos Comandantes de Grandes Unidades e Grandes Comandos e de Oficiais de Estado-Maior para a Administração Militar de Alto Nível.

Finalizando, aos que conosco vieram prestigiar nossa ECEME e aos que trabalham nesta Casa, queremos deixar nossa mensagem de otimismo e de confiança no trabalho honesto que aqui se realiza, na consciência que todos temos de nossa responsabilidade na construção da grandeza do nosso país. São nossos votos de que a ECEME continue buscando nas origens mesmas da Instituição a inspiração criadora que a manterá sempre renovada e que encontre na solidariedade das gerações o estímulo incessante de um profundo amor ao BRASIL.

A ECEME APÓS A 2ª GUERRA MUNDIAL

Gen Div Octavio Costa

1. PALAVRAS INICIAIS

a. Compreensão do Tema

Emocionado por estar, outra vez, na escola onde vivi e em que vivi os melhores anos de minha vida, agradeço ao querido amigo e grande Comandante — General **DIÓGO FIGUEIREDO** — a hon-

ra de participar deste painel de levantamento histórico, situado entre dois dos mais brilhantes soldados e mestres que encontrei em meu caminho, os Generais **MALAN** e **CHALOUB**.

Delimitando meu tema — “A ECEME após a 2ª Guerra Mundial” entre a grande conflagração e a Revolução de Março, o que vale dizer entre 1939 e 1964, dimensiono, em cerca de 25 anos, o meu percurso.

Compreendo que se espera de mim o testemunho sobre o período em que a escola mais sofreu a influência da doutrina norte-americana.

b. Roteiro

Assim compreendendo, procurarei desenvolver o assunto, tanto quanto possível sob a forma de testemunho e, de pesquisa, nas fases até onde não chegou minha vivência. Assim procedendo, procurarei rever a escola em suas características, seus costumes, seus processos, e, principalmente, em seus homens. A maior parte desses homens, antigos instrutores, ainda se mantém na atividade do Exército ou da vida pública — são hoje o Presidente, cinco Ministros de Estado, 60% do Alto-Comando, nossos quatro juizes do STM, dois Embaixadores, 80% dos Generais-de-Divisão, 60% dos de Brigada e o Presidente da Eletrobrás e de Itaipu.

Muitos, porém, já se foram. Alguns se situam entre os melhores soldados brasileiros de todos os tempos. Nosso testemunho focalizará especialmente os dois que mais influíram sobre os destinos desta escola neste período: **HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO** e **ORLANDO GEISEL**.

Com essa compreensão e para seguir esse roteiro, adotarei o seguinte sumário:

- 1) Palavras iniciais
- 2) A escola que não cheguei a ver (De 1939 a 1948)¹
- 3) Minha Escola de Estado-Maior (De 1949 a 1955)
- 4) A ECEME vista de longe (De 1955 a 1959)
- 5) Voltando à ECEME (De 1959 a 1964)
- 6) Palavras finais

2. A ESCOLA QUE NÃO CHEGUEI A VER

a. Características do período

Do ano de 1939 — da deflagração da guerra mundial — ao princípio de 1949, em que aqui me apresentei como aluno, há dez anos sobre os quais não posso ter testemunho pessoal, mas que irei recordar, sinteticamente, nos marcos da cronologia:

Subdivido esse período em três tempos:

- do início da 2ª Grande Guerra (39) à nossa de declaração de guerra (agosto de 42);
- da declaração de guerra (agosto 42) à total extinção da FEB (fins de 45);
- de princípios de 46 a princípios de 49;

b. Esta escola no tempo de pré-guerra

1) Declinara a influência francesa sobre o Exército e sobre esta escola nos últimos anos 30. Por volta de 1937, sendo chefe da Missão o General NOEL, os instrutores brasileiros assumiram a direção dos trabalhos escolares, permanecendo alguns franceses como supervisores.

Se é certo que as revoluções de 30 e 32 influíram pouco sobre nossa evolução doutrinária, havia, a partir de 1936,

profundo interesse em relação aos episódios militares da Guerra Civil Espanhola, pois ali se experimentavam os novos materiais e processos de combates dos exércitos dos países totalitários. A doutrina alemã de emprego de blindados tinha notável força de convicção e sedução, capaz de inspirar novo surto de germanofilia, de sensibilizar altos chefes militares e de abrir espaço para amplas discussões que, partindo do pensamento militar, se precipitavam, quase sempre, no político e no ideológico.

Apesar de nossa incontestável vocação democrática, as particularidades de nossa situação interna — o governo ditatorial de VARGAS, as minorias raciais do sul do país e as falácias do movimento integralista — não permitiam segura antecipação de nossa posição contrária aos estados nazi-fascistas.

2) Devemos ao gênio político de OSWALDO ARANHA e à visão estratégica do General GEORGE MARSHALL, Chefe do Estado-Maior dos Estados Unidos da América, o início, em 1939, das negociações para a cooperação militar entre os dois países. Convém lembrar algumas datas, colhidas em livro do historiador HÉLIO SILVA:

9 Jan 39 — Telegrama de ROOSEVELT a VARGAS convidando o Chanceler ARANHA para entendimentos pessoais com autoridades americanas.

13 Jan 39 — VARGAS concorda com a viagem de ARANHA.

3 Feb 39 — General GÓIS MONTEIRO aceita convite para assistir às manobras de Wehrmacht.

12 Feb 39 — ROOSEVELT recebe ARANHA e dá ênfase a assuntos econômicos e militares.

18 Feb 39 — ARANHA telegrafia a VARGAS transmitindo pedido do gover-

no norte-americano para a visita do Gen MARSHALL ao Brasil.

20 Fev 39 — VARGAS telegrafia indagando os objetivos da visita de MARSHALL.

21 Fev 39 — ARANHA esclarece que visita encerra o objetivo de colaboração na defesa comum do hemisfério.

10 Mai 39 — Carta de EDMUNDO MACEDO SOARES, em viagem aos EUA, ao Ministro da Viação, relatando entendimentos com "United States Steel" com vistas ao financiamento de uma usina siderúrgica no Brasil.

25 Mai 39 — Chega ao Rio a missão militar chefiada pelo Gen MARS HALL.

Jun 39 — Chega ao Rio missão técnica americana para analisar a construção de uma usina siderúrgica.

22 Jun 39 — Gen GÓIS MONTEIRO almoça com ROOSEVELT na Casa Branca.

7 Jul 39 — Carta de GÓIS, em viagem aos EUA, solicitando instruções quanto a negociações para obtenção de material bélico.

8 Ago 39 — Carta de GÓIS a MARSHALL tratando do fortalecimento do Exército Brasileiro e da possibilidade do estabelecimento de bases norte-americanas no Nordeste e em Fernando de Noronha.

9 Jan 40 — Nosso Embaixador nos EUA informa a VARGAS as dificuldades surgidas nas negociações para a construção de nossa usina siderúrgica.

24 Mai 40 — Carta do Embaixador CARLOS MARTINS a VARGAS informando sobre inclinação do governo norte-americano em aceitar o financiamento à nossa siderurgia como condição para uma intensificação do intercâmbio militar entre os dois países.

Mai 40 — O Ten Cel LEHMAN MILLER assume a chefia da Missão Mili-

tar Norte-Americana, substituindo o Cel KIMBERLEY, que aqui chegava com o Gen MARSHALL. Datam de então as atividades regulares dessa missão, só encerradas no Governo GEISEL.

3) Nesse tempo, de 1939 a 1942, comandava a escola o Cel RENATO BAPTISTA NUNES, notável profissional, sob cuja direção foram dados alguns importantes passos de sua evolução.

- funcionamento dos cursos de alto-comando e de aperfeiçoamento de estado-maior (experiência restrita a 1939);

- criação do primeiro curso de preparação, por iniciativa do EME;

- instalação na Praia Vermelha, em junho de 1949;

- ingresso dos primeiros oficiais estrangeiros, 4 paraguaios (1940);

- criação do curso de estado-maior para oficiais aviadores (1941).

4) Convém relembrar algumas datas:

25 Jan 39 — Queda de Barcelona

14 Mar 39 — Invasão da Tchecoslováquia

28 Mar 39 — Queda de Madri

1 Set 39 — Invasão da Polônia, início da 2ª Guerra Mundial.

13 Dez 39 — Couraçado alemão "Graf Spee" aporta, avariado, a Montevideu, depois de combate no estuário do Prata.

10 Mai 40 — Invasão da França

11 Jun 40 — Discurso de VARGAS, simpático à Alemanha, pronunciado a bordo do couraçado "Minas Gerais".

14 Jun 40 — Tropas alemãs chegam a Paris.

Jul 40 — Na 2ª Reunião de Consulta, em Havana, chanceleres americanos acordam que "todo atentado a qualquer de nossos países é um ato de agressão a toda a América".

Out 40 — Autoridades navais inglesas aprisionam, em Lisboa, navio brasileiro "Siqueira Campos", que transporta material bélico comprado na Alemanha antes do início da guerra.

18 Dez 40 — Atendendo gestões norte-americanas, governo inglês libera "Siqueira Campos".

7 Dez 41 — Ataque Japonês a Pearl Harbour.

Jan 42 — O General LEITÃO DE CARVALHO começa a chefiar, em Washington, a delegação brasileira da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos.

28 Jan 42 — Rompimento de relações com a Alemanha, a Itália e o Japão.

Fev a Ago 42 — Intensificação dos torpedeamentos de navios brasileiros.

22 Ago 42 — O Brasil declara guerra aos países do eixo.

5) HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, como professor de Tática e História desta escola, acompanhava, em 1939 e 1940, esses acontecimentos. Acabara de chegar de Paris, onde cursara a Escola Superior de Guerra, nos anos 37 e 38, e fora promovido ao posto de Major. Era sua quarta estada nesta casa. Na primeira, de 29 a 31, ainda 1º Tenente, como aluno. Em 1934, foi professor de Tática, função retomada, em 1936, ainda como Capitão, depois de haver estado, em 1935, no 15º Batalhão de Caçadores, em Curitiba.

Papel destacado haveria de caber-lhe, em futuro próximo, na transição da influência francesa para a norte-americana, precisamente a ele, de formação marcada pela cultura francesa, dominando completamente o idioma desde o Colégio Militar de Porto Alegre, discípulo dileto da Missão Francesa.

Dois outros eminentes chefes militares contemporâneos viveram a escola

desse tempo: AURELIO DE LYRA TAVARES concluiu seu curso em 1939 e ORLANDO GEISEL foi aluno de 41 e 43.

d. Da declaração de guerra à volta da FEB

1) O país e o Exército passam a viver, a partir de 1942, o clima de preparação para a guerra, começando esta escola a dedicar-se ao estudo da nascente doutrina norte-americana, ela própria uma mescla da francesa e da alemã.

2) Pelo exame da cronologia pode-se, paralelamente, interpretar o papel desta escola:

14 Jan 43 — Parte do Brasil o último chefe da Missão Francesa, General CHADEBEC DE LAVALADE, para juntar-se aos franceses livres na África do Norte.

29 Jan 43 — Encontro de VARGAS e ROOSEVELT em Natal.

Mar 43 — Viagem do Brigadeiro EDUARDO GOMES ao Norte da África.

9 Ago 43 — Portaria Ministerial organizando a FEB.

Ago 43 — Escolha do General MASCARENHAS DE MORAES para comandar a FEB.

Ago 43 — Viagem do Ministro DUTRA aos EUA.

6 Dez 43 — Gen MASCARENHAS parte para Argel.

Ago 43 — Escolha do General MASCARENHAS DE MORAES para comandar a FEB.

Ago 43 — Viagem do Ministro DUTRA ao EUA.

6 Dez 43 — Gen MASCARENHAS parte para Argel chefiando missão militar de observação.

Jan 44 — Grupo de doze oficiais brasileiros estagia em Fort Leavenworth.

Jan 44 — 1º Grupo de Caça voa para os EUA.

4 Jun 44 — V Exército chega a Roma.

2 Jul 44 — Partida do 1º escalão da FEB.

16 Jul 44 — Chegada do 1º escalão da FEB a Nápoles.

15 Set 44 — FEB começa a participar das operações.

8 Mai 45 — Término da guerra na Europa.

11 Jul 45 — General MASCARENHAS chega ao Rio.

18 Jul 45 — 1º escalão da FEB desembarca no Rio.

6 Ago 45 — Explosão atômica de Hiroshima.

9 Ago 45 — Explosão atômica de Nagasaki.

14 Ago 45 — Rendição incondicional do Japão.

Set a Nov 45 — MASCARENHAS, acompanhado de CASTELO BRANCO visita os campos de batalha da Europa e os EUA.

3) Até julho de 1943, comandava a escola o Coronel HENRIQUE BAPTISTA DUFLES TEIXEIRA LOTT, sucedido por FERNANDO SABÓIA BANDEIRA DE MELO e, em abril de 1945, pelo primeiro General a comandá-la, FRANCISCO GIL CASTELO BRANCO.

4) Em 1943, inicia-se a matrícula dos oficiais dos serviços de Saúde e de Intendência.

5) Os primeiros oficiais brasileiros a estagiar na ECEME norte-americana são quase todos instrutores ou ex-instrutores desta casa: HENRIQUE LOTT, ZENO ESTILAC LEAL, FLORIANO DE LIMA BRAYNER, HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, HERALDO FILGUEIRAS, AMAURY KREUL, TEÓFILO ARRUDA, AU-

GUSTO MAGESSI, AURÉLIO DE LYRA TAVARES, NELSON BARBOSA DE PAIVA, JOÃO MANOEL SOBRAL e ANTONIO ALMEIDA DE MORAES.

6) Em setembro de 1945, morre o General TASSO FRAGOSO, e sua família oferece sua excelente biblioteca à escola.

7) Durante esse tempo, aqui estava a outra forte personalidade de influência marcante no período de absorção da influência norte-americana: ORLANDO GEISEL. Em 1943, cursava o 3º ano; em 44, era instrutor do Curso de Artilharia e, em 45, de Tática Geral. Afastase em setembro de 1945, para cursar, até maio de 1946, a ECEME norte-americana.

É curioso observar como, a partir de então, os dois grandes chefes militares se revezam nesta escola, com raros e breves períodos de simultaneidade.

d. A escola começa a absorver os ensinamentos da FEB

1) Não se repetem, ao término da 2ª Guerra Mundial e por ocasião do retorno da FEB, os erros cometidos após a Guerra do Paraguai, quando o Exército, por não saber valorizar os ensinamentos da difícil campanha, pagou o alto preço da decadência do espírito profissional.

A experiência dos combatentes da Itália seria recolhida, principalmente nas escolas aqui, na EsAO e na AMAN. Muitos Tenentes da FEB foram mandados para as Agulhas Negras: Capitães e Majores, nomeados instrutores da EsAO ou matriculados nesta escola, enquanto o oficial de Operações da Divisão de Infantaria Expedicionária — Coronel HUMBERTO CASTELO BRANCO — viria a ser nosso Diretor de Ensino.

Além disso, os novos rumos e tendências de nossa política exterior, as resoluções das conferências internacionais, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e os acordos militares bilaterais, entre o Brasil e os Estados Unidos, haveriam de vincular-nos ainda mais à órbita norte-americana.

2) Em princípios de 1946, aqui já estava CASTELO BRANCO. Note-se que, nesse tempo, o Comandante não era o Diretor de Ensino. Quem, efetivamente, dirigia o ensino era o antigo chefe da 3.^a Seção do Estado-Maior da FEB, trabalhando com o General Gil CASTELO BRANCO até junho de 46 e, depois, com o General TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE até princípios de 49, quando os dois se afastaram da Praia Vermelha.

Tudo girava em torno de CASTELO. Ele analisava pessoalmente todos os trabalhos escolares, principalmente os temas táticos. Modificava-os, imprimia-lhes orientação e idéias pessoais. Além disso, ia assistir às aulas e assumia, muitas vezes, o papel do instrutor. Se, por um lado, o extraordinário esforço pessoal do Diretor de Ensino assegurava unidade de doutrina e comando das transformações, a forte centralização gerava ansiedade, tensão e luta permanente contra o tempo, sendo comum o instrutor começar a ministrar o exercício ignorando qual viria a ser a evolução dos acontecimentos, pois as situações particulares ainda dependiam da aprovação do onipresente Diretor.

A escola preocupava-se com as questões do apoio administrativo, do apoio aéreo, do emprego de blindados e da unificação operacional e de comando, mas ainda não copiava os modelos americanos de estudos de situação, de ordens e de planos, nem traduzia seus manuais

de campanha. O forte embasamento cultural francês de CASTELO e sua sensibilidade para os aspectos particulares de nossos teatros de operações impunham ritmo prudente à absorção dos conceitos norte-americanos.

Outra característica da escola desse tempo era a presença dos combatentes da FEB, mais no corpo discente do que no docente. Nas salas de aula, estavam vários comandantes de companhia, de batalhão, de bateria e de grupo, dando realismo às discussões e reagindo, algumas vezes, incisivamente, contra tudo o que lhes parecesse ser idéia teórica ou fora da realidade de combate, mas também esquecidos de que haviam participado de uma campanha muito particular, em terreno montanhoso e contra um inimigo já quase desprovido de blindados e de meios aéreos.

3) Em 1946, a escola recebe a visita de grandes chefes militares: Generais DWIGHT EISENHOWER em agosto; ALPHONSE PIERRE JOUIN e MARCEL CARPENTIER em novembro, ficando DE LATRE TASSIGNY para outubro de 1947.

4) Também em 1946, a França começa a enfrentar graves problemas coloniais. Reconhece o Estado Livre do Vietnã, mas não aceita a união da Cochinchina.

5) No princípio de março de 1947, é criado o Curso de Estado-Maior e Serviços.

6) ORLANDO GEISEL, de volta da tropa, integra a equipe que no Estado-Maior Geral, futuro Estado-Maior das Forças Armadas, viria a realizar os estudos para a criação da Escola Superior de Guerra.

7) Convém observar que, em 1948, reformulou-se o regulamento do Estado-Maior do Exército, a que esta escola estava diretamente subordinada. Outras

reformulações datavam de 1934 e 1938. A importância desta última é que nela se criou o quadro de estado-maior.

3. MINHA ESCOLA DE ESTADO-MAIOR (49 a 55)

a. Meu tempo de aluno

1) Ao chegar à ECEME, em princípios de 1949, para cursar o primeiro ano, como Capitão muito moderno e não aperfeiçoado, encontrei ARARIPE e CASTELO já de partida, destinado, este último, ao Estado-Maior do Exército, onde iria ser Chefe de Operações e, depois, da Seção de Planejamento.

2) Eu vinha da batalha do exame de admissão, realizado pelo Estado-Maior do Exército, onde, com forte influência sobre ele servia GOLBERY DO COUTO E SILVA, e caracterizado pela prevalência dos assuntos culturais, com especial destaque para a Geografia e a História. Nos anos subsequentes, as dificuldades do concurso, comparáveis às do ingresso na carreira diplomática, geraram os cursinhos de preparação, que vieram a revelar especialistas no preparo de candidatos à admissão, alguns extremamente competentes e dedicados, como o saudoso FLAMARION PINTO DE CAMPOS e o OCTAVIO TOSTA DA SILVA.

3) Misturavam-se as faixas etárias havia jovens Capitães instrutores e antigos Tenentes-Coronéis alunos. Isso se passava em minha própria turma. Basta lembrar que tive, como colegas, chefes militares bem mais antigos do que eu — EDNARDO D'ÁVILA MELO, EULER BENTES MONTEIRO, OSCAR JANSEN BARROSO, DÉLIO BARBOSA LEITE, EDGAR BONECAZE, GASTÃO GUIMARÃES DE ALMEIDA, ANTONIO HAMILTON MOURÃO, JOÃO DUTRA DE CASTILHO e que vim a ser instrutor

de SYSENO SARMENTO e VICENTE DE PAULO DALE COUTINHO.

É que, durante a guerra, suspenso o curso de aperfeiçoamento, permitiu-se que os oficiais não aperfeiçoados fizessem o exame de admissão.

4) E escola estava organizada em cursos: de Infantaria, Cavalaria, Blindados, Tática Geral, Logística, Artilharia, Artilharia Anti-Aérea, Engenharia, Comunicações, Guerra Química, História Militar, Cultura Geral, Cursos Naval e de Aeronáutica. Ao Curso de Infantaria estava reservado o ensino do Regimento de Infantaria e do Grupamento Tático e ao de Cavalaria, o das unidades hipomóveis, da Divisão de Cavalaria e do Corpo de Cavalaria. O de Blindados ministrava exercícios específicos e cooperações em outros temas, referentes a unidades mecanizadas, blindadas e à Divisão Blindada. O curso de Tática Geral desenvolvia os temas de Divisão de Infantaria, corpo de Exército e Exército. O de Logística tinha exercícios próprios e cooperações nos temas de Infantaria, Cavalaria e Tática Geral. Os cursos referentes às armas de apoio ao combate cooperavam com os das armas básicas.

5) Além da chefia dos cursos, havia a figura do Chefe de Ano, mais nítida nos anos 50, com atribuições principais de coordenação dos diversos cursos em cada tema, nos exercícios no terreno (ET) e nas verificações, então chamadas Trabalhos em Sala (TS) e trabalho Final (TF), assim como o estreito acompanhamento das aulas.

6) Lembro-me, afetuosamente, de alguns instrutores de meu tempo de aluno. De Infantaria: MARIO BARBOSA PINTO, OSCAR PINTO, OSCAR PASSOS, HUMBERTO SOUZA MELO, MOZIUL MOREIRA LINA, KERENSKY TULIO MOTA, JOSÉ COSTA CAVALCANTI,

MARIO DAVID ANDREAZZA. De Cavalaria: MILTON BARBOSA GUIMARÃES, SÍCULO RODRIGUES PERLINGEIRO, MOACYR BARCFLLOS POTYGUARA, ALVARO LUCIO DE ARÉAS, JOÃO GAHYVA, NILO CANEPPA. De Blindados: CLÓVIS BANDEIRA BRASIL, WALTER DE MENEZES PAES, FERNANDO BELFORT BETHLEM, ARIEL PACCA DA FONSECA. De Tática Geral: JOÃO FRANCISCO MOREIRA COUTO, NEWTON CASTELO BRANCO TAVARES, JOSÉ DE AZEVEDO SILVA, JOSÉ CAMPOS DE ARAGÃO, WALTER PIRES, SYLVIO CUNHA, GERALDO KANNACK DE SOUZA, ANTONIO ANDRADE DE ARAÚJO. De Logística: ANTONIO MOREIRA COIMBRA, FELIX TOJA MARTINEZ, ARAKEN DE OLIVEIRA, FRITZ AZEVEDO MANSO, ADOLPHO JOÃO DE PAULA COUTO, OLAVO VIANA MOOG, NEWTON FARIA FERREIRA, NELSON BAETA DE FARIA, OSWALDO FERRARO DE CARVALHO, FRANCISCO DE MESQUITA CALDAS XEXÉO. Na Artilharia, havia HUGO DE MATOS MOURA, IRAZÉ PAES BRASIL, JOÃO PAULO DA ROCHA FRAGOSO, RUY DE PAULA COUTO, ALZIR BENJAMIN CHALLOUB, MARIO DE MELO MATOS, ADYR FIUZA DE CASTRO. Em Artilharia Anti-Aérea: REYNALDO MELLO DE ALMEIDA e JAYME MACHADO BELLAS. Na Engenharia ALBERTO RIBEIRO PAZ, SAMUEL ALVES CORRÊA, ROBERTO DE ULHÔA CAVALCANTI, OCTAVIO FERREIRA QUEIROZ. Em Comunicações: ARTHUR CANDAL FONSECA, KLEBER ROLLIM PINHEIRO. Em Guerra Química: SEBASTIÃO LEÃO, FERDINANDO DE CARVALHO e WALTER DOSSANTOS MEYER. Em assuntos aeronáuticos,

ARY PRESSER BELO; em assuntos navais, DIAS FERNANDES.

Tive instrutores, alguns deles excelentes, que já demonstravam convicções políticas, quando não mesmo ideológicas, muito peculiares, que haveriam de levá-los a posições polêmicas, em várias crises político-militares que iríamos viver, especialmente em face da Revolução de Março. Eis alguns desses nomes: EURYALE JESUS ZERBINI, LUIZ TAVARES DA CUNHA MELO, ARGEMIRO ASSIS BRASIL, TÁCITO LÍVIO REIS DE FREITAS, NAPOLEÃO NOBRE, NELSON WERNECK SODRÉ.

7) O curso de estado-maior desenvolvia-se em três anos: no primeiro se estudava, basicamente, o RI e o GT; no 2º, a Divisão de Infantaria, Blindada e de Cavalaria; no 3º o Corpo, o Exército, a Zona de Administração. A ênfase do 1º ano era no Curso de Infantaria e nos assuntos de Cultura Geral, principalmente Direito, ministrado por AYRTON LOBO e VASCONCELOS TORRES. A Tática Geral e a Cavalaria dominavam o 2º ano ficando o 3º para a Tática Geral e Logística.

De Infantaria ou Tática Geral havia, em cada ano, basicamente, seis temas: EA1, EA2, EA3, EA4, EA5 e EA6, TG1, TG2, TG3, TG4, TG5 e TG6, Exercícios de Armas ou Tática Geral, referentes, respectivamente, a Marchas, Marcha para o Combate, Defensiva, Movimentos Retrógrados e Operações Diversas.

Fora disso, havia, alguns temas específicos de Cavalaria, Blindados, Logística, Operações Aero-Terrestres e de Operações Anfíbias, estas últimas ministradas sob a forma de demonstração.

Os exercícios eram longos, precedidos de recapitulação doutrinária, apresentada sob a forma de trabalhos em grupo, e comportavam muitas situações par-

ticulares. Com o tempo, criou-se o hábito de precedê-los pelo estudo de casos esquemáticos. Usavam, em sua maioria, as cartas de São Paulo, quase sempre modificadas em sua vegetação e em sua rede de rodo-ferroviária.

8) Estudava-se dois tipos de organização: uma à base da Divisão de Infantaria com que os norte-americanos terminaram a 2ª. Guerra Mundial; outra, de meios hipomóveis, mais ou menos o que então existia no Exército Brasileiro. Mais tarde, acrescentou-se o estudo da DI que os americanos criaram imediatamente depois da guerra, caracterizada pelos canhões sem recuo 57 e 75, a chamada Divisão do Acordo Militar, e que a escola identificava como Divisão tipo I, ficando o tipo II para a da FEB e o tipo III para a hipomóvel. As unidades de Infantaria tinham organização ternária, mas as de Cavalaria ainda eram quaternárias ou binárias.

9) O Trabalho do Comando, inicialmente, de inspiração francesa, foi, de ano para ano, adotando os modelos do Manual de Estado-Maior do Exército Americano. A decisão era dada em cinco itens: possibilidade do inimigo, idéia de manobra, dispositivo e missões, condições de execução e informações necessárias. A ordem de operações compreendia sete parágrafos.

O estudo do inimigo seguia mais a teoria das intenções do que a das possibilidades. Havia muito purismo na elaboração de idéia de manobra, feita só de concepção, sem qualquer alusão ao emprego de meios.

10) Além de seus temas regulares, a escola realizava manobra de dupla ação, em sala, com o emprego de vários escalões e com forte preocupação de estudar a influência do apoio aéreo sobre as operações. Eram trabalhos extremamente

complexos, quase de culminação do ano escolar, que exigiam muita competência da direção de manobra e da arbitragem.

11) Os temas táticos eram, em sua imensa maioria, inteiramente originais, verdadeiras obras primas de concepção e de coordenação. Os de infantaria mostravam forte influência dos egressos de Fort Benning, eram objetivos e simples, demonstrando a preocupação de esquematizar os ensinamentos doutrinários. Os de Tática Geral, dos escalões mais elevados, como o Corpo de Exército e o Exército, e principalmente os de Divisão de Cavalaria, mais brilhantes, soltos, imaginosos, tinham menos compromisso com a realidade, ou dela estavam totalmente descompromissados. Meu querido amigo e companheiro de turma, Gen ENIO GOUVÊA DOS SANTOS, costumava dizer, com senso de humor, que "as DC atacavam em rosácea e retraíam em couve-flor". Eram, no entanto, inesquecíveis e admiráveis exercícios intelectuais.

12) As viagens estavam sempre ligadas a exercícios operacionais no terreno, dos escalões Regimento, Divisão e até mesmo Corpo de Exército. Comportavam um grande número de situações particulares, com pedidos de solução para grau, de muita influência na classificação de fim de ano.

13) Havia forte preocupação com o julgamento, sendo de notar-se que o grau de conceito interferia na classificação. Durante todos os temas havia verificações para grau, os chamados PS (Pedidos em Sala), mais conhecidos como "assustados". Havia provas parciais: os Trabalhos em Sala (TS) e um exame final, em cada ano, o Trabalho Final (TF), de grande valor ponderado. Cada ano pesava no julgamento mais do que o anterior, sendo decisivo, para a classificação final, o TF do 3º ano. A conceitua-

ção, feita só no sentido vertical, chegava a ser exercido ostensivamente por alguns instrutores, com a exibição de seus caderninhos pretos.

14) Não obstante e evidente psicose do grau, era excelente o ambiente entre os alunos, assim como o relacionamento com os instrutores. Ao final de cada ano, era costume realizar-se a passagem da peneira, símbolo dos "furos", dos fracassos escolares, festa em que a crítica, às vezes acre, aos instrutores, convivia com a confraternização.

Somente em 1961 foi inaugurado o Edifício Praia Vermelha, destinado, durante muitos anos exclusivamente aos alunos.

15) Não havia Seção Técnica de Ensino, nem Seção de Doutrina, nem Grupo de Planejamento e Coordenação. O Diretor de Ensino, assessorado por um ou dois adjuntos, desempenhava duas possíveis atribuições. Mais tarde, esses adjuntos vieram a compor o Grupo de Assesores, a quem cumpria examinar toda a documentação de ensino, analisá-la, coordená-la, sugerir modificações.

16) Já havia o curso de preparação de instrutores mas ainda não havia o curso de atualização.

17) Nesse meu tempo de aluno, de 49 a 51, houve alguns acontecimentos de certa influência sobre as atividades escolares, como a criação da OTAN e a ascensão de MAO-TSE-TUNG em 1949, e a criação da ESG e o início da Guerra da Coreia em 1950.

b) Meus primeiros anos de instrutor (52 a 55)

1) Ao começar minhas atividades como instrutor do Curso de Infantaria, em 1952, o Comandante era o Gen FABRÍCIO, sucedido, em abril, pelo Gen JOÃO VALDETARO DE AMORIM E

MELO, e, em setembro, pelo Gen ANTONIO JOSÉ COELHO DOS REIS.

2) As grandes transformações iriam começar com a apresentação do novo Diretor de Ensino, Coronel ORLANDO GEISEL, que serviria, de 48 a 49, no Estado-Maior Geral, e nos Estados Unidos, em 50 a 51, como adjunto de dois adidos militares: EDGAR DO AMARAL e ADEMAR DE QUEIROZ. Voltando da América do Norte, após breves passagens pela Zona Militar Sul, pela Diretoria de Moto-mecanização e pela Chefia da Seção de Operações, do Estado-Maior do Exército, apresenta-se, ao Gen COELHO DOS REIS, nos primeiros dias de 1953, com ORLANDO GEISEL voltava, a figura do Diretor do Ensino todo poderoso, centro gravitacional da vida da escola, mas não voltava a centralização.

Nesse tempo começa a haver a completa assimilação da doutrina norte-americana, antes quase só veiculada pelos instrutores recém-chegados dos Estados Unidos. Americaniza-se o Trabalho do Comando, adotam-se os modelos de documentos e os manuais americanos. Inicia-se a multiplicação dos temas táticos, que irão trocar suas denominações tradicionais por identificações numéricas.

As ordens de Operações passam a ser extremamente sintéticas, cheias de abreviaturas, chegando, no exagero de alguns, a constituir verdadeiras charadas, de compreensão exclusiva para os iniciados.

Outro exemplo da influência americana é a adoção do processo de conceituação lateral, de aluno para aluno, que prepondera sobre o vertical e chega a exageros que tornam mais complexas as relações entre os alunos.

Como Diretor de Ensino e, eventualmente, como Comandante interino, ORLANDO GEISEL aperfeiçoou a organização, melhorou os serviços de apoio, dinamizou a vida escolar e assegurou maior racionalidade e objetividade ao ensino. Nessa grande transformação, teve a ajudá-lo, de perto, como adjuntos da Direção de Ensino, ARIEL PACCA DA FONSECA e FERDINANDO DE CARVALHO. Esse esforço ganha maior relevo se considerarmos a difícil quadra da vida nacional que então se viria, caracterizada pela controvérsia sobre uma possível participação brasileira na Guerra da Coreia, pela questão do Clube Militar, pelo assassinato do Major Aviador RUBENS VAZ e, afinal, em agosto de 1954, pelo suicídio do Presidente VARGAS.

3) Com a nomeação do Gen COELHO DOS REIS para Chefe de Gabinete do Ministro, é nomeado, em 15 Set 54, o novo Comandante: HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, que passara os anos de 52 e 53 como Comandante da 10ª Região Militar e o príncipe de 54 como Sub-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

CASTELO vem armado de um anteprojeto de Regulamento, aprovado em 55, em que o Diretor de Ensino passara ser o próprio Comandante, em que a escola toma o seu nome atual e é criada uma divisão de estudos e pesquisas.

4) Despedindo-me desta escola, em abril de 55, com destino à Missão Militar no Paraguai, assisti, aos primeiros tempos de CASTELO como Comandante da ECEME.

Parecendo discordar das transformações ocorridas em sua ausência, demonstrando até certo saudosismo, chocou um pouco os instrutores que haviam participado das mudanças inspiradas por ORLANDO GEISEL. Para con-

firmar esse desagrado inicial crescendo na medida da extrema centralização doutrinária que se fazia, outra vez, em suas mãos, lembro-me de que a irreverência desta Praia Vermelha passou a chamá-lo de "Ambrois". Era o nome do futebolista uruguaio que tendo sido campeão mundial em 50, como jogador do Fluminense em 55 causava grande frustração por seu estilo ultrapassado.

5) Enquanto isso se passava aqui, o mundo assistia ao fim da Guerra da Coreia — em 53, ao fim da Guerra da Indochina — em maio de 54, à instalação do governo de HO CHI MIN em Hanói, ao começo da insurreição argeliana — em novembro de 54, à assinatura de Pacto de Varsóvia — em 14 de maio de 1955 e ao ingresso da Alemanha na OTAN.

6) Nesse período, convivi com alguns excelentes instrutores, além de outros já mencionados. Correndo o risco de esquecer alguns, eis os nomes: MARIO DAVID ANDREAZZA, MILTON TAVARES SE SOUZA, AUGUSTO DE OLIVEIRA PEREIRA, MANOEL THOMAZ CASTELO BRANCO, ALBERTO CARLOS DE MENDONÇA LIMA, CARLOS ALBERTO CABRAL RIBEIRO, ROBERTO DE SOUZA, ROSALVO EDUARDO JANSEN, LUIZ MENDES DA SILVA, ANTONIO LEPIANE, OSWALDO IGNÁCIO DOMINGUES, JORGE EDUARDO XAVIER, ADHEMAR DA COSTA MACHADO, JAUL PIRES DE CASTRO, ALVARO CARDOSO, JOSÉ FRAGOMENI, TULIO CHAGAS NOGUEIRA, GILBERTO PESSANHA, FERNANDO ABRANTES, JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, BRENO BORGES FORTES, WALTER FERNANDES, GASTÃO GUIMARÃES DE ALMEIDA, DURVAL DE ALVARENGA SOUTO MAIOR, ENÉAS MARTINS NOGUEIRA, GERALDO MA-

GARINOS DE SOUZA LEÃO, HERMANN BERGOVIST, ALACYR FREDERICO WERNER, MILTON CAMARA SENA, MILTON PEDRO DE CARVALHO, NILTON FREIXINHO, SYLVIO OCTÁVIO DO ESPÍRITO SANTO, LEONIDAS PIRES GONÇALVES, FRANCISCO BOAVENTURA, DIRCEU ARAÚJO NOGUEIRA, AYRTON PEREIRA TOURINHO, EULER BEMTES MONTEIRO, JOSÉ FERRAZ DA ROCHA, ENIO DOS SANTOS PINHEIRO, JOFFRE SAMPARO, JOSÉ FRANÇA, LOURIVAL MASSA DA COSTA, HUGO JOSÉ LIGNEUL.

4. A ECEME VISTA DE LONGE (55 a 59)

a) No tempo de minha ausência, primeiro no Paraguai, depois, na Amazônia, a ECEME, assim como o próprio Exército Brasileiro, teve consolidada a influência norte-americana. Passada a perplexidade inicial, o próprio CASTELO aceitou novos tempos e novos ritmos, fazendo-se instrumento da transformação.

b. Em 1956, ORLANDO GEISEL está outra vez na Praia Vermelha, agora como Subdiretor de Ensino de EMÍLIO MAURELL FILHO. Enquanto isso, CASTELO vai cursar a ESG 56, dirigir o CEMFCA em 57 e ser o Diretor de Estudos da ESG em 58.

Em novembro, afasta-se MAURELL e ORLANDO GEISEL assume, interinamente, o comando, até outubro de 57.

Nesse período, a conceituação lateral firma-se definitivamente como instrumento de medida da ECEME.

É uma coincidência muito feliz que uma vez mais esteja presente, em momento difícil da vida nacional, no início do Governo JUSCELINO e na gestão ministerial de HENRIQUE LOTT, à frente da ECEME, um homem do equi-

líbrio e da firmeza de ORLANDO GEISEL.

c. Em 1958, o General HUGO PENASCO ALVIM assume o comando da escola. É um febianista, de formação francesa, entusiasta da doutrina norte-americana e dos desafios da guerra moderna, competente mas um pouco exibicionista. A seu lado, como um de seus principais auxiliares, encontra-se um cavalheiro brilhante e extremamente controvertido, capaz de espicaçar ainda mais esta última faceta da personalidade de seu chefe. É ÁLVARO LUCIO ARÉAS.

5. VOLTANDO À ECEME

a. De 1959 a 1961

1) Ao voltar à ECEME, vindo da Amazônia, reassumindo funções no Curso de Tática Geral, encontro-a estudando um só tipo de organização, a Divisão que antes se chamava do tipo I, a Divisão do material do Acordo Militar, de que tínhamos uma amostra no Grupamento de Unidades-Escola (GUEs). Abandonara a escola o estudo da DI tipo FEB e da DI hipomóvel. Em breve, isso levaria a ECEME a uma curiosa situação: a de estudar uma organização fantasma, pois, enquanto nós, praticamente ainda não tínhamos essa organização, os norte-americanos já a haviam abandonado, para adotar uma nova Divisão, à base de cinco elementos e orientada para o emprego da arma nuclear; a famosa e fugaz Divisão Pentômica.

Tendo adotado a doutrina norte-americana, seus processos, sua organização, seus textos, não só a escola, mas todo o Exército Brasileiro, encontrava-se diante de três perplexidades básicas: não tinha capacidade para acompanhar a velocidade das mutações, não tinha

poder aquisitivo para os novos equipamentos e, afinal, e principalmente, não via finalidade em realizar essas transformações.

2) Embora identifique na cúpula escolar uma certa preocupação com as experiências, encontro um grupo de excelentes instrutores profundamente empenhado na busca de novos caminhos doutrinários.

Prova disso é o Seminário de Guerra Moderna, realizado de 4 de agosto a 4 de setembro de 1959. Lá estão, além do Comandante, WALTER DE MENEZES PAES — recém-chegado da Escola Superior de Guerra, da França — ÊNIO DOS SANTOS PINHEIRO, JOÃO DE ALVARENGA SOUTO MAIOR, CARLOS DE MEIRA MATOS, HERMANN BERGOWIST, FERDINANDO DE CARVALHO, LUADYR JOÃO JUNQUEIRA DE MATOS, AMAURY DA MOTA ALVES, ARTUR MENDES FALCÃO FILHO, MURILO DE MACEDO LOYOLA, FENELON NUNES, RUBENS MARIO BRUM NEGREIROS, JAYME MIRANDA MARIATH e NEWTON CYPRIANO DE CASTRO LEITÃO.

3) O seminário constou de uma fase em que foi desenvolvido um programa de conferências versando sobre a evolução dos exércitos norte-americanos, franceses e soviético durante a última década. Em uma segunda, doze grupos de estudo, de 6 a 7 oficiais instrutores, buscaram respostas para os seguintes temas:

1º — Orientação do ensino na ECEME face à guerra atômica.

2º — Estudo das novas organizações militares.

3º — Repercussão da guerra moderna no problema nacional.

4º — Processamento da evolução do ensino na ECEME.

Na terceira fase, fez-se a apresentação dos relatórios dos grupos de estudo e, na quarta, sob a forma de demonstração, desenvolveu-se um tema versando sobre "Ataque DI (pentômica) com armas atômicas".

Os resultados estão sintetizados em duas publicações: no nº 13, junho de 1959, da "Revista da ECEME" e nas "Notas de Estudos sobre Guerra Moderna (1960)".

4) O Seminário marcou, profundamente, os anos 59 e 60. No âmbito interno, gerou o que poderíamos chamar de certa psicose nuclear no espírito de alguns instrutores mais apressados e alguma perturbação para a vida escolar, pelo desvio de instrutores para atividades nitidamente de pesquisa, com prejuízo para o ensino propriamente dito. Lembremo-nos, até de que, em 1960, ficamos apenas dois instrutores — PAULO DE ANDRADE e eu — com a responsabilidade de ministrar todas as aulas do 3º ano de Tática Geral. Nós nos revezávamos, isoladamente, no tablado, trabalhando sempre com as turmas reunidas. Enquanto isso, no plano externo, o Seminário parece ter gerado ciúmes e incompreensões nos escalões superiores, principalmente no Estado-Maior do Exército. Possivelmente por um companheiro que não trazia significativa vivência na área do ensino: o Gen LUIZ AUGUSTO DA SILVEIRA.

5) O Seminário de Guerra Moderna, de extraordinária importância para a ECEME e para o próprio Exército, resultou, sem que o desejasse expressamente, em duas tendências aparentemente antagônicas: para a guerra nuclear e no sentido da guerra insurrecional.

A primeira tendência haveria de levar-nos a um ponto de ruptura: o Exército Brasileiro não poderia continuar

acompanhando o Exército Norte-Americano. Teria de buscar, urgentemente, os seus próprios caminhos.

A segunda tendência teria profunda influência nos destinos do Exército e do país. Os estudos de Guerra Revolucionária, que haveriam de empenhar, a partir de então, o Estado-Maior do Exército, a Escola Superior de Guerra, a ECEME, daí se espalhando por todo o corpo das Forças Armadas, contribuiriam para transformar o pensamento em ação, gerando as energias que nos fizeram deflagrar a Revolução de Março.

6) Esses dois pólos seriam os modismos da temática escolar dos anos subsequentes. Em 60 e 61, dominaria a motivação nuclear, enquanto 62 e 63 seriam anos mais voltados para a Guerra Nuclear Revolucionária. Afinal, entre o infinitamente grande da Guerra Nuclear e o infinitamente pequeno da Guerra Revolucionária, a escola e o próprio Exército compreenderam que esta última era a nossa própria realidade.

7) O princípio dos anos 60 assinala dois fatos que merecem registro: a ECEME começa a receber, com a chegada de OSNY VASCONCELOS, os primeiros instrutores vindos da Escola de Estado-Maior da República Federal da Alemanha e se realizam as primeiras viagens anuais aos Estados Unidos, programação bastante controversa porque feita às expensas dos norte-americanos. Tais viagens foram suspensas, em 1967, por ORLANDO GEISEL, quando Chefe do EME, depois restabelecidas e, afinal, canceladas pelo Presidente ERNESTO GEISEL.

b. Renúncia de JANIO QUADROS, e crise político-militar de sua substituição

1) O ano de 1961 é marcado pela renúncia do Presidente JANIO QUA-

DROS, no dia 25 de agosto, e pela crise político-militar dela decorrente. Com o país a beira da guerra civil, viveu esta escola um tempo de ansiedade e emoção, havendo perdido vários instrutores destinados a missões especiais.

2) Tendo sido movimentado, nos primeiros dias de julho, para o Gabinete do Ministro do Exército, ali vivi intensamente esses difíceis dias, afastando-me desta escola no segundo semestre de 61 e durante todo o ano de 62 em que fiz o CEMCFA.

3) No fim de 61, é nomeado um novo Comandante da ECEME: JURANDYR DE BIZARRIA MAMEDE, que traria, como Diretor de Ensino, JOÃO BINA MACHADO. Aos dois estaria reservado papel de extraordinária importância no destino desta casa.

c. De 1963 a abril de 1964

Voltando à ECEME nos primeiros dias de 63, outra vez para o 3º ano de Tática Geral, participei da grande transformação que viria a ser realizada nesta escola antes e imediatamente depois da Revolução de Março, mas isto é assunto para a palestra do General CHALOUB.

d. Alguns fatos marcantes

1) Em 1960, malogra, na França, a sublevação contra a política de autoterminação de DE GAULLE.

2) Em 1961, CASTELO pronuncia, na ESG, memorável conferência sobre os tipos e formas de guerra.

3) A 19 de março de 1962, é proclamada a independência da Argélia.

4) Em 1963, inicia-se a intervenção norte-americana no Vietnã.

e. Lembrando instrutores dos primeiros anos 60

Relembro, com saudades da fraterna convivência intelectual que tivemos nesta escola, os nomes de alguns instrutores desses primeiros anos 60: FRITZ AZEVEDO MANSO, WOLFANGO TEIXEIRA DE MENDONÇA, ADOLPHO ROCA DIEGUEZ, GERALDO ALBERTO GOMES DE PÁDUA, CARLOS DE MEIRA MATOS, DARCY LÁZARO AYROSA DA SILVA, HUGO DE ANDRADE ABREU, LUIZ DANTAS DE MENDONÇA, GERALDO NAVARRO, ANTONIO FERREIRA MARQUES, THÓRIO BENÉDRO DE SOUZA LIMA, ROBERTO SOUZA, LAURO ROCA DIEGUEZ, JORGE SÁ FREIRE DE PINHO, MARIO SILVA O'REILLY SOUZA, ARNALDO CALDERARI, ÊNIO GOUVÊA DOS SANTOS, JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, HEITOR LUIZ GOMES DE ALMEIDA, EUCLYDES DE OLIVEIRA FIGUEIREDO FILHO, JOSÉ MAGALHÃES SILVEIRA, MARIO RAMOS ALENCAR, MOACYR PEREIRA, SEBASTIÃO RAMOS DE CASTRO, FERNANDO MONTAGNA MEIRELES, HÉLIO LEMOS, HÉLIO MENDES, HÉLIO JOÃO GOMES FERNANDES, IVAN RUY ANDRADE DE OLIVEIRA, PAULO MIRANDA LEAL, CONFUCIO PAMPLONA, FERNANDO CERQUEIRA LIMA, JOSÉ DE SÁ MARTINS, OCTAVIO AGUIAR MEDEIROS, LUIZ FRANCISCO FERREIRA, ASDRÁBAL ESTEVES, IVAN DE SOUZA MENDES, RUBENS MARIO BRUM NEGREIROS.

6. PALAVRAS FINAIS

Ao agradecer, à ECEME, na pessoa do Gen DIOGO, o privilégio de partici-

par deste painel comemorativo, desejo sintetizar que tive em vista demonstrar:

- que o intercâmbio militar Brasil—Estados Unidos resultou, de um lado, da necessidade de disporem, os norte-americanos, de bases no nordeste brasileiro e, de outro, dos interesses do nosso reequipamento bélico e do aproveitamento da oportunidade para a obtenção do financiamento de nossa primeira usina siderúrgica;

- que foi bastante lenta a passagem da influência francesa para a adoção da nascente doutrina norte-americana, consolidada nos campos de batalha da 2ª Guerra Mundial;

- que o auge da influência de Fort Leavenworth sobre a Praia Vermelha situou-se na passagem da década de 50 para a década de 60;

- que o Seminário de Guerra Moderna nos levou ao ponto de ruptura na adoção do pensamento militar norte-americano e, paradoxalmente, à descoberta de nossas realidades de segurança interna;

- que todas as mudanças tiveram forte conteúdo pessoal, o motor da personalidade de CASTELO BRANCO e ORLANDO GEISEL — no tempo focalizado em minha palestra — e, de MAMEDÉ e BINA MACHADO, no que veio depois;

- e, finalmente, desejei demonstrar como amadureceu a consciência da necessidade de conciliar o acompanhamento da doutrina militar de nossas possíveis coalizações com a busca de nossos próprios caminhos, porque houve homens capazes de querer a mudança, de pensar sem fórmulas feitas, de acreditar em idéias novas e de provar o gosto da vitória sobre o comodismo e a mansidão dos que se deixam dominar pela ideologia do colonialismo intelectual.



TEORIAS GEOPOLÍTICAS E PODER MUNDIAL

Octavio Tosta

INTRODUÇÃO

Napoleão Bonaparte afirmou um dia: *A Política de um Estado está na sua geografia*. Este pensamento contém uma idéia geopolítica e, por ele, podemos concluir que a segurança, o desenvolvimento econômico e social, bem como as relações internacionais de um Estado, dependem das suas condições geográficas.

Friedrich Ratzel é considerado o precursor da Geopolítica, embora nunca tivesse utilizado essa expressão. Sua teoria apóia-se na decisiva influência exercida em todos os fenômenos políticos pelos dois fatores geográficos: *espaço* ("Raum") — área ocupada por um Estado — e *posição* ("Lage") (1). O *espaço* é

definido por seus caracteres físicos: extensão, forma, contextura, clima, relevo, etc. e a *posição* situa o espaço sobre a terra e condiciona as suas relações. Estes dois elementos determinam o valor político e o "derradeiro destino de todas as partes da superfície da terra".

"Semelhante à luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são, quase sempre, luta pelo mesmo objeto. Na história moderna a recompensa da vitória sempre foi ou tem pretendido ser — um proveito territorial."

Ratzel adotou a concepção de Estado como organismo. O solo e o homem estão inseparavelmente vinculados. O elemento "materialmente coerente" do Estado é o solo, com o qual o Estado — um grupo de homens — tem uma "vinculação espiritual".

De acordo com essa teoria organicista, os Estados podem expandir-se, con-

(1) A palavra *Lage* correspondem nas línguas latinas e inglesa duas acepções: a de *posição astronômica* (latitude e longitude) e de "situação" geográfica (relevo, continentalidade, vizinhança do mar, etc.) — E. Backheuser in *Geopolítica Geral e do Brasil*.



Halford J. Mackinder

trair-se, viver, prosperar, decair e morrer como seres vivos.

Segundo Ratzel, somente uma vez, uma potência pode desempenhar papel preponderante na política mundial; as potências entram e saem do plano da história num espetáculo sempre novo de ascensão, brilho e declínio.

Rudolf Kjellén dividiu a Política em cinco partes: *Geopolítica*, referindo-se ao estudo dos fenômenos políticos influenciados pelo Território; *Demopolítica*, referindo-se ao estudo dos fenômenos políticos influenciados pelo Povo; *Ecopolítica*, pela Economia; *Sociopolítica*, pela Sociedade; e *Cratopolítica*, pelo Governo.

Na sua concepção organicista, os Estados são verdadeiros seres vivos. Admite que "quanto mais o mundo se organi-

zava, mais os vastos espaços, como Estados grandes, faziam sentir sua influência, e quanto maior o desenvolvimento dos grandes Estados, menor a importância do pequeno Estado. Mas observa que um Estado só pode ser reconhecido como possuidor de um grande poder real quando satisfizer às três condições: grande espaço; liberdade de movimentos; e coesão interna.

Os estudos sistemáticos de cunho essencialmente geopolítico tiveram início com Ratzel como admitiu o próprio Kjellén ao afirmar que "o termo geopolítica significa originariamente o mesmo que a geografia política de Ratzel. Em realidade, a contribuição de Kjellén restringe-se, quase, à criação do vocabulário geopolítica — de ampla repercussão — e pelo fato de "ter lutado pelo reconhecimento de uma justa autonomia para os estudos da natureza geopolítica".



Alfred Thayer Mahan

Há duas definições bem sugestivas de Geopolítica: Para o mestre brasileiro Everardo Backheuser, *Geopolítica é a política feita em decorrência das condições geográficas*. O Professor Nicholas John Spykman define Geopolítica como *planejamento da política de segurança de um país em termos de seus fatores geográficos*. Ressalta que o termo responde à seguinte pergunta: "Dada uma situação geográfica particular, qual é a melhor política a seguir para obter sua segurança?" Spykman, bem como Weigert, Strausz-Hupé e outros, ao estudarem a *geopolítica dos Estados Unidos*, estavam, em realidade, estabelecendo as diretrizes de uma Política de Segurança Nacional fundamentada nos fatores geográficos do país ou, em outras palavras, estavam tratando de *geoestratégia*.

TEORIAS GEOPOLÍTICAS

Mahan e o Poder Marítimo

Alfred Thayer Mahan foi o primeiro escritor a publicar trabalho sobre poder marítimo, mostrando a sua influência decisiva na história. Sua teoria fundamenta-se no princípio de que as nações podem crescer ou entrar em decadência mas nunca permanecer estáticas. Observa que o Poder Marítimo tem grande importância no destino das nações e afirma que é indispensável ao seu desenvolvimento, prosperidade e segurança.

"Para quem possui potencial militar — salienta Mahan — um dos requisitos necessários à consecução da vitória é o domínio dos mares. Este garante, na paz e na guerra, a continuidade do comércio marítimo e as trocas de produtos manufaturados por matérias-primas, estabelecendo uma estreita interdependência en-

tre o comércio exterior e a Marinha de Guerra". A eficiência da Armada depende das suas bases e dos portos distantes. E a chave do *poder mundial* está no controle das rotas marítimas de comércio.

Ao examinar a *posição geográfica* como componente do Poder Marítimo, Mahan destaca a posição estratégica das Ilhas Britânicas, pois estas, embora resguardassem os ingleses de possíveis invasões partidas do continente, não os impediam da ingerência nos negócios europeus.

Por outro lado, as Ilhas Britânicas tornaram-se a "chave-mestra" de uma imensa estrutura de poder marítimo que se apoiava em portos ou bases espalhados por todos os continentes e situados em posições de alto valor estratégico, tais como: Gibraltar, Malta, Alexandria, Cabo da Boa Esperança, Eden, Ceilão, Singapura, Hong Kong, Bermudas, Falkland e Halifax.

"Essa rede global de postos navais britânicos possuía não somente grande poder defensivo, mas, também, incomparável valor ofensivo". (2) Por isso, o Almirante Lord Fisher declarou certa vez que a Inglaterra estava de posse das *cinco chaves* com as quais "estabelecia o bloqueio do mundo": Dover, Gibraltar, Alexandria, Cabo da Boa Esperança e Singapura. (3)

Mackinder e a Visão Global do Mundo

As concepções geopolíticas de Halford Mackinder estão expostas nos dois famosos trabalhos: *O Pivô Geográfico da História* divulgado em 1904; e no *Ideais Democráticos e Realidade*, publicado em 1919 e reeditado em 1943.

(2) Harold e Margaret Sprout in *British sea power in the writings of captain Alfred Thayer Mahan*.

(3) Harold e Margaret Sprout in op. cit.



Alexander P. Seversky

A teoria de Mackinder sobre o *pivô geográfico da história* fundamenta-se numa apreciação global do mundo, na qual observa que: 9/12 do nosso planeta são constituídos de águas e apenas os restantes 3/12 são abrangidos pelas terras emersas.

Desses 3/12, correspondentes às terras emersas, 2/12 formam o antigo continente (Europa, Ásia, África), cujo conjunto, chamado por Mackinder de *Ilha Mundial*, abriga a maior parte do poder da Terra. As restantes terras emersas (Américas e Austrália), denominadas *Ilhas do Exterior*, representam apenas 1/12 da superfície do Globo.

Complementando seu estudo Mackinder apresenta um mapa na projeção Mercator (ver figura na pág. 83) no qual caracteriza:

— a *área pivô*;

— um *crescente interior ou marginal* (em meia-lua, em torno da "área pivô" e abrangendo a Alemanha, a Áustria, a Turquia, a Índia e a China);

— um *crescente exterior ou insular* (numa meia-lua externa, compreendendo a Inglaterra, a África do Sul, a Austrália, os Estados Unidos, o Canadá e o Japão).

No seu trabalho *O Pivô Geográfico da História* lido na Royal Geographical Society de Londres, no dia 25 de janeiro de 1904, Mackinder afirma: "O *pivô da política mundial* se acha sobre vasta região eurásiana, inacessível aos navios, mas aberta na antiguidade, aos cavaleiros nômades e que, hoje, se acha em condições de ser coberta de vias férreas.

Essa região possuiu, e possui ainda, as condições de mobilidade essenciais ao desenvolvimento dum potência econômica e militar, embora limitada. A Rússia substituiu o Império Mongol. A pressão sobre a Finlândia, a Escandinávia, a Polônia, a Turquia, a Pérsia, a Índia e a China, substituiu os reides centrífugos dos habitantes das estepes. Ela ocupa, em face do mundo, a mesma posição estratégica central que a Alemanha, dentro da Europa. Pode atacar e ser atacada de todos os lados, menos do norte. O desenvolvimento de suas ferrovias é uma questão de tempo. E, mesmo uma revolução social, não modificaria, indubitavelmente, o princípio de suas limitações geográficas".

Após a guerra de 1914-18, Mackinder continuou a considerar a Rússia como o *pivô do mundo*, chamando-a de *Heartland* ("Coração Continental"). Por ocasião da Conferência de Paz, no artigo intitulado "Ideais Democráticos e Realidade" observa que "o Oeste da Europa insular e peninsular deve se opor neces-



sariamente a toda tentativa de qualquer potência para organizar os recursos do Este da Europa e do Heartland". Mostra que o desequilíbrio em favor do *Estado pivô*, acarretando uma expansão além das regiões marginais da Eurásia, permitiria o emprego dos vastos recursos continentais para construir uma esquadra e, conseqüentemente, o império do Mundo estaria à vista. É o que poderia acontecer se a Alemanha se unisse à Rússia".

As concepções geoestratégicas de Mackinder estão resumidas nestas suas afirmações feitas durante os trabalhos da Conferência de Paz, em 1919:

"Enquanto os nossos estadistas estão em conversação com o inimigo derrotado, algum querubim alado deveria sussurrar-lhes de tempos a tempos: *"Quem dominar a Europa Oriental con-*

trolará o Coração Continental"; "Quem dominar o Coração Continental controlará a Ilha Mundial"; "Quem dominar a Ilha Mundial controlará o Mundo".

No ano de 1947, enquanto as forças aliadas completavam a destruição da Alemanha nazista, Halford Mackinder publicou o artigo intitulado "O Mundo Redondo e a Conquista da Paz". Segundo Mackinder esse trabalho tratava de estratégia e tinha como propósito reexaminar o conceito de *Heartland*, no mundo pós-guerra.

O artigo apresenta um exame de aspectos estratégicos do *Heartland* segundo desta advertência:

"Se a União Soviética sair desta guerra como conquistadora da Alemanha, ela se colocará como o *maior poder terrestre do Globo*. Será, acima de tudo, a potência estrategicamente melhor situa-

da, sob o ponto de vista defensivo. O *Heartland* é a maior fortaleza natural da terra. Pela primeira vez na história está guarnecido por uma força suficiente tanto em número como em qualidade."

Seversky e a Geoestratégia Aérea Global

Poder Aéreo, de acordo com Alexander P. Seversky, é a capacidade que tem uma nação de defender seus interesses por meios aéreos. Afirma que, na época atual, o Poder Aéreo é, por sua importância, um instrumento da política nacional da mesma forma que o Poder Marítimo o foi no século passado.

A concepção estratégica de Seversky é de caráter global e tem por mapa básico a projeção azimutal equidistante com centro no pólo norte. O *Mapa de Seversky* apresenta o mundo dividido em duas grandes áreas de domínio aéreo. O raio e alcance da *área de domínio aéreo soviético* cobre toda a Eurásia, quase toda a África e a América do Norte até o sul do México. O raio e alcance da *área de domínio aéreo estadunidense* cobre todas as Américas, parte setentrional da África, Europa e quase toda a Ásia, com exceção das penínsulas meridionais.

Estas duas grandes áreas se cruzam e interferem no que Seversky denominou de *área de decisão*, a qual cobre toda a América do Norte até o sul do México, o norte da África, toda a Europa e Ásia, menos as penínsulas do sul.

Seversky observa que o Mediterrâneo Ártico é o centro da *área de decisão* e que o estreito de Bering ocupa uma posição crítica.

Dentro da *área de decisão* encontram-se os *heartlands* industriais dos Estados Unidos e da União Soviética. Por isso, é vital para os Estados Unidos a

manutenção da supremacia aérea na referida área.

A visão global de Seversky modifica o conceito de defesa do Hemisfério Ocidental, cujo principal eixo passa a ser norte-sul ao invés de leste-oeste, como ocorreu nas duas guerras mundiais.

Admite que, na eventualidade de uma nova guerra mundial, o Hemisfério Americano será estrategicamente dividido em três faixas:

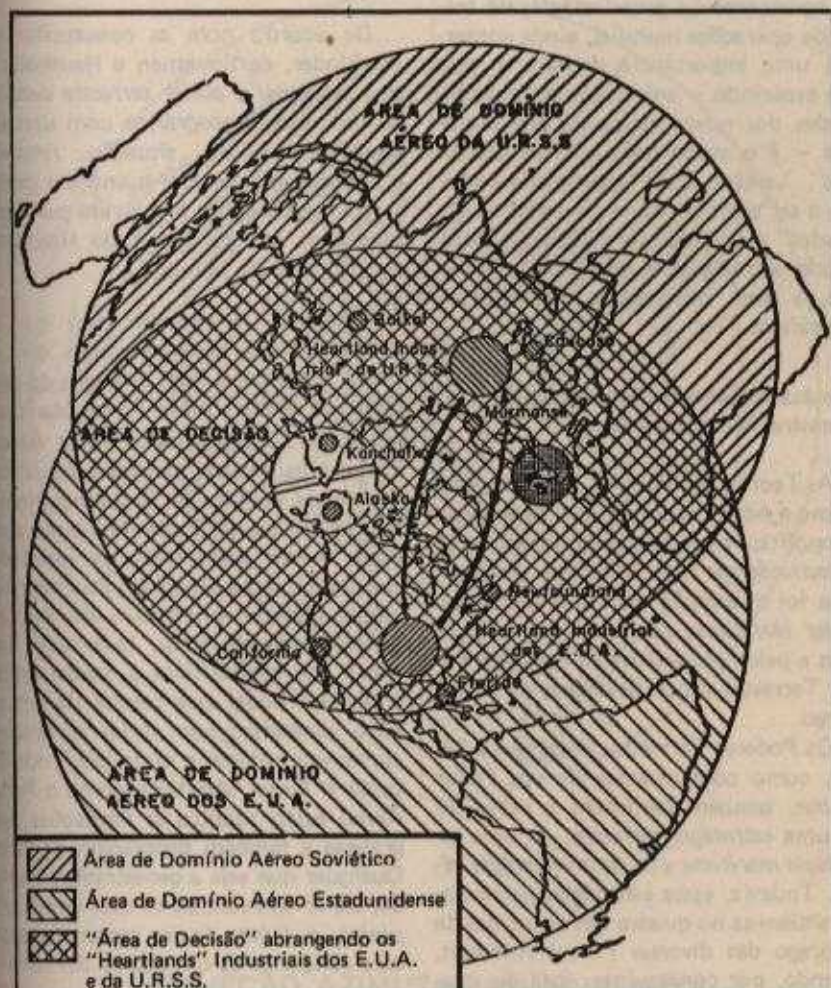
A *primeira*, compreendendo, em princípio, o Alasca, o Canadá e a Terra Nova, será a *faixa de desenvolvimento das operações*, partindo da qual a Força Aérea Estratégica dos Estados Unidos levará a guerra ao coração do inimigo.

A *segunda*, compreendendo o Território dos Estados Unidos, será a *faixa industrial* que produzirá os meios para fazer a guerra. Constituirá um dos primeiros objetivos do ataque inimigo necessitando, por conseguinte, da maior concentração possível de meios de defesa.

A *terceira*, compreendendo toda a América Central e do Sul, será a *faixa dos suprimentos*, reservatório vital de alimentos e materiais estratégicos. Esta é a *área livre*, fechada ao ataque inimigo. Deve ser preparada para apoiar o esforço nas duas outras faixas.

A concepção de Seversky está baseada no emprego do B-36 com seu raio de ação de 5.000 milhas. Na década de 60, graças ao domínio da tecnologia dos satélites artificiais e das naves espaciais, o Poder Aéreo transformou-se em Poder Aeroespacial. Abrange toda capacidade aeronáutica e espacial de um país e tem como finalidade o controle e a utilização do espaço com propósitos definidos.

O Contra-Almirante Lepotier, referindo-se a certas impressões sobre a pos-



TEORIA DE SEVERSKY

sibilidade de "superação das limitações impostas pelo terreno", em face dos superbombardeiros de longo alcance e dos superengenhos, pondera que "os fatores constantes da geoestratégia, no teatro de operações mundial, ainda conservam uma importância decisiva; o que está evoluindo — em função das possibilidades dos novos meios de que dispomos — é o modo pelo qual os utilizamos". Lembra que "a geografia continua a ser a subestrutura de todas as atividades" e salienta que a Aviação considerada estratégica é, entre todas as armas, a mais dependente dos recursos geográficos.

Conclusões Sobre as Teorias dos Poderes Terrestre, Marítimo e Aéreo

As Teorias dos Poderes Terrestre, Marítimo e Aéreo só constituem assunto de Geopolítica quando tratam dos aspectos *geoestratégicos* dos referidos poderes. Essa foi a aceção dada por Mahan ao Poder Marítimo; por Mackinder, Spykman e pelos geopolíticos alemães ao Poder Terrestre e por Seversky, ao Poder Aéreo.

Os Poderes Terrestre, Marítimo e Aéreo, como componentes de um Poder Militar, também permitem o exercício de uma *estratégia terrestre*, de uma *estratégia marítima* e de uma *estratégia aérea*. Todavia, essas estratégias particulares situam-se no quadro das doutrinas de emprego das diversas Forças Armadas, estando, por conseguinte, fora do quadro da Geopolítica.

Por outro lado, embora essas três formas de Poder sejam aparentemente semelhantes, divergindo apenas no local de sua aplicação (o Poder Aéreo, no ar; o Poder Marítimo, no mar e o Poder Terrestre, sobre a terra), os geopolíticos

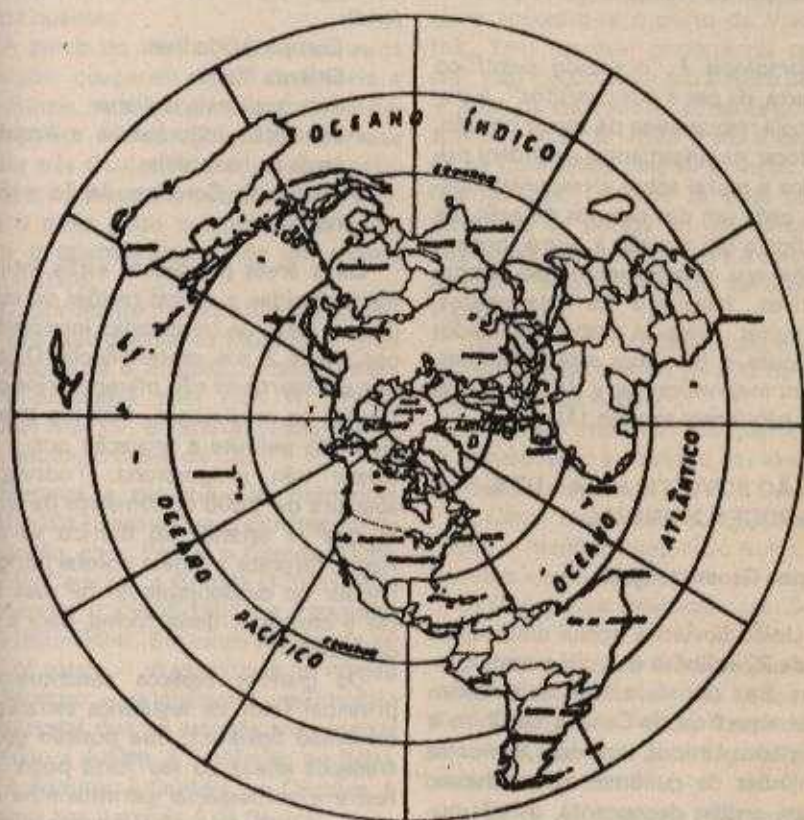
que estudaram a *Teoria do Poder Terrestre* não tiveram como propósito tratar do exercício de um poder militar sobre a terra.

De acordo com as concepções de Mackinder, de Spykman e Haushofer e seus adeptos, o *poder terrestre* decorre de um *espaço geográfico* com suas dimensões, posição, situação, recursos econômicos, potencial humano e poder militar — tal como é sugerido por Mackinder na célebre teoria do *Heartland* ou "Coração do Mundo".

Portanto, o entendimento que os geopolíticos e geoestrategistas têm de *Poder Terrestre* é bem diferente do conceito de Mahan sobre Poder Marítimo ou do de Seversky sobre Poder Aéreo. Embora as diversas teorias geopolíticas tratem de Política de Segurança Nacional, as teorias do Poder Marítimo e do Poder Aéreo pretendem, em realidade, o exercício e a supremacia do Poder Nacional quando empregado no mar ou quando aplicado do ar. Já o Poder Terrestre dos geopolíticos é, como vimos, o próprio poder que resulta de um espaço geográfico com todos os seus recursos em homens e materiais. Todavia, tanto o Poder Marítimo como o Poder Aéreo estão sujeitos às limitações geográficas e também promanam da terra. Qualquer que seja a geoestratégia adotada, ela só terá sentido se tiver como propósito: *a defesa de um espaço terrestre ou a conquista de um espaço terrestre*.

ASPECTOS POLEMOLÓGICOS

Ao término da 2ª Guerra Mundial, a União Soviética estava de posse do *Heartland*. Ainda neste século poderá controlar o mundo. Para facilitar a com-



**PROJEÇÃO AZIMUTAL EQUIDISTANTE
COM CENTRO NO POLO NORTE**

preensão dos fatores determinantes do atual Poder soviético, examinaremos alguns aspectos histológicos e políticos da evolução da Rússia à luz da polemologia.

Polemologia é "o estudo científico da guerra, da paz e dos conflitos". A polemologia resguarda-se de tomar partido, de colocar os julgamentos de ordem psicológica e moral sobre a responsabilidade de cada um dos campos de ação, de dar culpa a um e razão a outro, porque ela sabe que os argumentos são sempre subjetivos, falaciosos ou interessados; que muitas vezes as responsabilidades longínquas e próximas *estão divididas, algumas inegavelmente; e, enfim, que as razões não fazem sentido.* (4)

A UNIÃO SOVIÉTICA E A LUTA PELO PODER MUNDIAL

Aspectos Geoestratégicos

A União Soviética possui uma superfície de 22 milhões de quilômetros quadrados. Seu território tem mais do dobro da superfície do Canadá, da China e dos Estados Unidos, que, com menos de 10 milhões de quilômetros quadrados, são, em ordem decrescente, os três outros países mais extensos da Terra.

O território da União Soviética constitui o *heartland* da Eurásia. Por suas condições geoestratégicas pode ser considerado uma verdadeira fortaleza mundial.

A parte setentrional do território soviético está protegida pelo Oceano Ártico, aberto à navegação apenas uma vez por ano, através do mar Branco.

A URSS ocupa vantajosa posição central com relação à China e às cinco grandes zonas peninsulares e insulares das regiões periféricas da Eurásia (*rimland*):

- Europa Ocidental
- Oriente Médio
- Subcontinente Indiano
- Península Indochinesa e Arquipélagos da Indonésia
- Península Coreana, Japão e Formosa.

Estas áreas periféricas estão intimamente ligadas a outras regiões do mundo por meio de transportes interoceânicos, vitais à sua sobrevivência. O interior do *heartland* não oferece sérios obstáculos ao movimento. Mas sua grande extensão permite a proteção que a natureza não proporciona. Todavia, a abertura de 1.500 quilômetros de largura que se estende do Báltico ao mar Negro favorece a defesa porque obriga o invasor ao desdobramento de suas forças e concorre, dessa forma, para a sua destruição.

Os grandes espaços constituem o principal fator de segurança estratégica da União Soviética. Sua posição geoestratégica aliada ao seu forte poder terrestre e aeroespacial permitem-lhe que exerça pressões e, até mesmo, o controle das regiões periféricas (*rimland*) do Velho Mundo. Haushofer observa que o Estado, com o domínio da massa continental, pode destruir as bases do poder marítimo existentes na periferia desse território.

Expansão da Rússia

Duas grandes motivações concorreram para a expansão territorial da Rússia. A primeira, resultou da necessidade de melhorar as condições de segurança

(4) Gaston Bouthoul e René Carrère, in *O Desafio da Guerra*.

do país contra as invasões de aguerri-dos vizinhos. A segunda, foi constituída pela grande aspiração de acesso ao mar, particularmente aos oceanos de águas quentes.

A partir do século XII, os cavaleiros mongóis ocuparam o sul da Sibéria e da Rússia estabelecendo um reino denominado Horda Dourada. Durante quase três séculos de dominação, os tártaros exerceram profunda influência sobre o povo russo e lançaram as bases para o estabelecimento de um regime autocrático.

O movimento russo de libertação partiu dos grão-duques de Moscou. A ação expansionista é iniciada com Ivan Kalita e prossegue com Ivan III (1462-1505); Ivan IV, o Terrível (1533-1584), que adotou o título de Czar.

Durante a dinastia dos Romanovs (1613-1917) prossegue o movimento de expansão, com: Pedro, o Grande (1689-1725); Catarina, a Grande (1762-1796); Alexandre II (1855-1881); e Alexandre III (1881-1894). Em cinco séculos de lutas, os russos — irradiando-se do núcleo de Moscou — estabelecem um império continental que se estende aos oceanos Pacífico e Ártico, à Finlândia, ao Báltico, à Polónia, à Criméia, ao Cáucaso, e abrange boa parte da Ásia Central.

A obtenção de saídas comerciais diretas para os mares abertos tem constituído objetivo permanente dos russos, pois o seu comércio exterior é preponderantemente transportável por mar.

Até a época atual, os principais portos e bases navais soviéticos estão em mares fechados, como Murmasnk, no mar de Barents, Arcangel, no mar Branco; Leningrado, Riga e Kaliningrado, no mar Báltico; Odessa e Novorossisk, no mar Negro; Vladivostok, no mar do Japão.

O acesso mais fácil é ao mar Báltico. O segundo em importância é o acesso ao mar Negro, controlado pela Grécia e Turquia. Na ponta da ferrovia transiberiana encontra-se o porto de Vladivostok. Tem razoável importância comercial, mas pouco valor estratégico porque — além de estar muito distante dos centros de poder da URSS — seu acesso pode ser controlado pelo RPC, Japão e Coreia do Sul. Durante as duas guerras mundiais, os portos do mar Branco e Murmansk foram vitais para a economia soviética, mas não podem ser operados o ano todo.

Com a posse do Afeganistão, a União Soviética ficou a cerca de 500 quilômetros do mar da Arábia.

O tráfego marítimo internacional está subordinado à travessia das seguintes regiões estratégicas:

a) *Cinco mares internos*: o do sul da China, o Mediterrâneo, o do Norte, o da Noruega e o do Caribe.

b) *Dois canais interoceânicos*: Suez e Panamá.

c) *Sete pontos críticos de passagem*: os estreitos de Málaca, Sri Lanka (Ceilão), "Chifre" da África, Canal de Moçambique, Cabo da Boa Esperança, Gibraltar e Cabo Horn.

A partir de 1959, a União Soviética, tendo-se transformado em grande potência marítima, assegurou sua presença nessas áreas de importância estratégica.

Pensamento Político

A marca mais duradoura da influência mongólica foi no pensamento político do povo russo. "O Estado Tártaro estava constituído sob o princípio da submissão inquestionável do indivíduo ao grupo, primeiro ao clã e, através deste, ao Estado. O Kan era absoluto e au-

tocrático" (5). Os duques de Moscou, sucessores dos Kans, também consideravam o povo completamente sujeito à sua vontade. As terras, sob o seu domínio, eram propriedade exclusiva do príncipe e utilizadas no interesse do Estado. "A religião (ortodoxa, sob os czares, e marxista-leninista sob os soviéticos) seria utilizada como arma de política exterior para alcançar objetivos nacionais, e também como um instrumento de ordem interna para forjar povos e culturas diversas numa única ideologia". (6)

Graças à influência tártara, surgiu uma sociedade autoritária, altamente centralizada, baseada no capitalismo de Estado e na unidade ideológica.

Para o professor Lewis Tambs, "o comunismo substituiu a ortodoxia como pretexto para o intervencionismo e o imperialismo. Internamente, a revolução bolchevista revitalizou o sistema político centralizado e autocrático que havia entrado em decadência sob os últimos Romanovs. O socialismo significa a recaptura, pelo governo, do sistema econômico que havia passado às mãos dos empresários privados. Assim, Nicolai Lenin (1917-1924) e Joseph Stalin (1926-1953) projetam-se como equivalentes atuais de Ivan Kalita e Ivan, o Grande, ao restabelecerem a velha ordem — um sistema totalitário centralizado, de capitalismo estatal, ligado pela unidade ideológica e impelido a expandir-se pelos antigos impulsos herdados das tradições tártaras".

Concluindo suas afirmações, Lewis Tambs salienta: "A URSS é uma conti-

nuação da conquista mongólica e uma substituição racional da Horda Dourada". (7)

Nicolas Boer afirma que, "à medida que a expansão imperial se torna a principal força motriz da "Razão de Estado" soviética e a ideologia (que perde crédito e influência real na sociedade soviética) não passa de uma espécie de justificação do imperialismo, as forças armadas e a KGB (portanto o Exército e a polícia secreta) ficam promovidos a parceiros iguais do Partido. A estrutura da sociedade e do Estado soviético, bem como o seu pensamento militar, hoje são cunhados pelo bonapartismo". (8)

Invasões do Ocidente

Arnold Toynbee, analisando as relações russo-ocidentais, declara: "No século XVII, invasores polacos penetraram, até mesmo, na parte da Rússia que não havia sido conquistada, até então, e somente foram repelidos graças a um supremo esforço russo, enquanto os suecos cortavam o acesso da Rússia ao Báltico, anexando toda a costa oriental até os limites setentrionais dos domínios polacos.

Em 1812, Napoleão repetiu a façanha dos polacos no século XVII; e, do fim do século XIX para o princípio do século XX, os golpes do Ocidente cho-veram sobre a Rússia, sucessivos e vigorosos. Os alemães, invadindo-a, nos anos 1915-18, se espalharam pela Ucrânia e alcançaram a Transcaucásia.

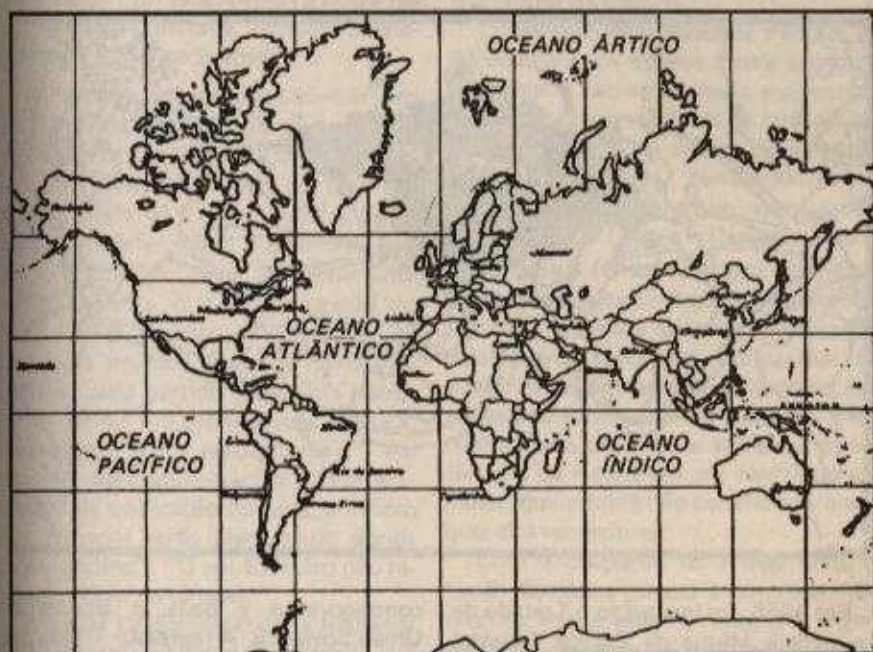
(5) Lewis A. Tambs, in *A Influência da Geopolítica na Formulação da Política Internacional e na Estratégia das Grandes Potências*.

(6) in op. cit.

(7) in op. cit.

(8) Nicolas Boer, in *A Influência do Pensamento Militar na Conduta Política Internacional*.

CARTA EM PROJEÇÃO MERCATOR, CENTRADA NA EUROPA



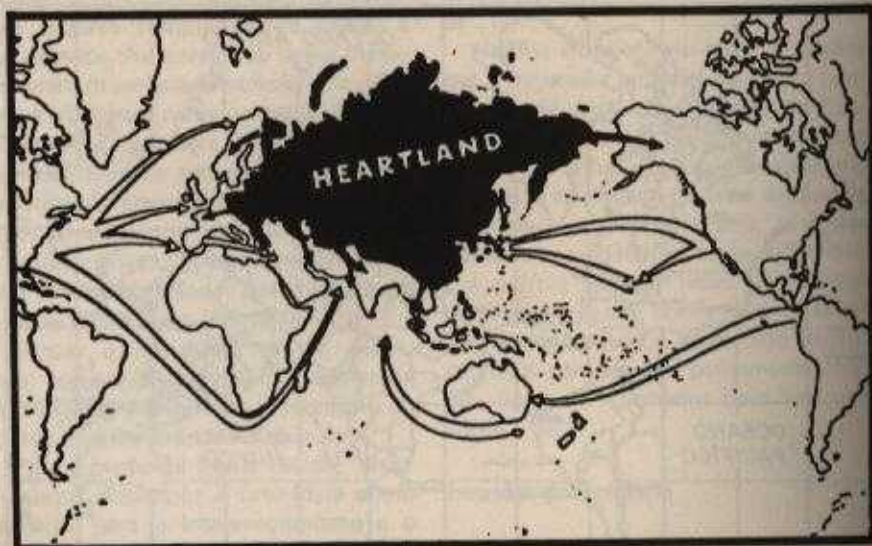
Depois do colapso dos alemães, chegou a vez dos ingleses, franceses, americanos e japoneses invadirem a Rússia, de quatro direções diferentes, nos anos de 1918-20. Em seguida, em 1941, os alemães desencadearam outro ataque, mais terrível e desumano do que nunca. É verdade que, durante os séculos XVIII e XX, os exércitos russos também marcharam e pelejaram em solo do Ocidente, mas sempre o fizeram como aliados de uma potência ocidental contra outra, nenhuma briga de família. Nos anais das lutas seculares entre as duas cristandades, parece ressaltar o fato de que, na maior parte das vezes, foram os russos as vítimas da agressão e os ocidentais os agressores". (9)

(9) Arnold J. Toynbee, in *A Civilização Posta à Prova*.

Império Soviético

A expansão soviética resultante da 2ª Guerra Mundial abrangeu 500.000 quilômetros quadrados de território. Na Europa, a URSS incorporou parte da Finlândia, as repúblicas da Estônia, Letônia, Lituânia, parte da Alemanha Prússia Oriental) e partes da Polônia, Tcheco-Eslóvaquia e Romênia. Na Ásia, incorporou parte da Mongólia, e metade da ilha Sacalina e das Curilas. A ação imperialista foi completada com o satelitismo da Hungria (1944); Romênia (1945); Alemanha Oriental (1946); Polônia (1947) e Tcheco-Eslóvaquia e Bulgária em 1948. Sob o aspecto geoestratégico esses seis países (apelidados de "cortina de ferro") passaram a constituir o "cordão sanitário" da União Soviética.

GEOSTRATÉGIA DE CONTENÇÃO



Em 1955, foi instituído o Tratado de Assistência Mútua da Europa Oriental (Pacto de Varsóvia), com sede em Moscou. Objetivo: fortalecer as relações internacionais da URSS com seus "satélites", bem como desenvolver a capacidade de resistência e defesa mútua, em caso de agressão do Ocidente.

Dois anos antes da criação do Pacto de Varsóvia, a República Democrática Alemã havia sido palco de uma revolta anticomunista. Em 1956, trabalhadores e estudantes de Poznan, na Polônia, promovem uma demonstração de massa contra o regime comunista e o controle soviético. No mesmo ano, surge uma revolta popular na Hungria contra o regime comunista. O movimento tem início em Budapeste e espalha-se pelo resto do país. Um governo de coalisão, chefiado por Imre Nagy, declara a neutralidade da Hungria e retira o país do Pacto de Varsóvia. Janos Kádár estabelece um

contragoverno e pede o auxílio da União Soviética. A repressão — feita por tanques e tropas soviéticas — provoca a fuga para o Ocidente de cerca de 200 mil húngaros.

Em 1968, Alexander Dubcek torna-se primeiro-secretário do Partido Comunista Tcheco. Durante sua administração tenta implantar, no país, um regime socialista independente e liberal. Diante dessas atitudes liberalizantes — consideradas ameaça à integridade do Bloco Soviético — tropas do Pacto de Varsóvia invadem a Tcheco-Eslováquia no dia 20 de agosto de 1968.

Participaram da intervenção forças da URSS, Polônia, Hungria, Bulgária e República Democrática Alemã.

Segundo a Carta de Varsóvia, para evitar que o "imperialismo — por meios pacíficos ou armados, de dentro ou do exterior — efetuasse uma brecha no sistema socialista e, por conseguinte, mu-

desse o equilíbrio do poder na Europa a seu favor", foi estabelecida a *Doutrina da Soberania Limitada*, também conhecida por "Doutrina Brejnev".

A Romênia foi o único país-membro do Pacto de Varsóvia que se recusou a participar da invasão da Tcheco-Eslováquia, em 1968. Além disso, seu líder político e chefe de Estado, Nicolae Ceausescu, vem defendendo o direito de países do Bloco Socialista, à autodeterminação. Durante o XXV Congresso do PUCS (1976) advogou a "construção de uma nova unidade, baseada no direito que tem cada partido comunista nacional de definir sua própria linha política, estratégica e tática revolucionária". Ao discursar nas comemorações do 60º aniversário da unificação do país, afirmou: "Os romenos serão plenamente donos de seu destino". "O seu Exército não receberá ordens de ninguém".

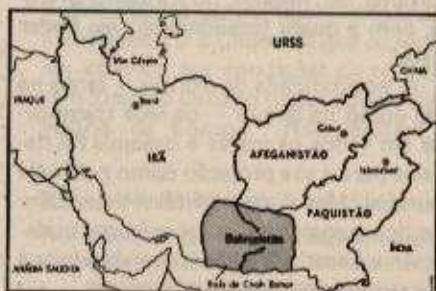
Além da União Soviética, a Romênia é o único país do Pacto de Varsóvia que tem reservas de petróleo. Sua produção de 14 milhões de toneladas anuais tem favorecido seu desenvolvimento industrial. Exporta manufaturados, em geral, equipamentos para a indústria petrolífera e excedentes de petróleo e derivados. Mantém intercâmbio comercial com os países do Bloco Soviético e da Europa Ocidental.

Durante a reunião do Pacto de Varsóvia, realizada em fins de 1978, o presidente Ceausescu recusou-se a aumentar as despesas militares do seu país em detrimento da melhoria de vida do povo. Propôs o estabelecimento de uma área desmilitarizada entre os blocos militares do Leste e do Ocidente. Após a reunião de Budapeste (maio de 1979), os países-membros do Pacto de Varsóvia propuseram à OTAN uma conferência conjunta para dissolver as duas alianças

militares e discutir a redução do potencial militar da Europa.

O governo da República Federal da Alemanha — da mesma forma que o da Romênia — tem-se recusado a aumentar as suas despesas militares. A *ostopolitik* de Willy Brandt — apesar da oposição dos parlamentares conservadores — "abriu caminho para um vasto movimento entre o Leste e o Oeste europeu". Os europeus (tanto do Bloco Ocidental como do Soviético), depois de terem enfrentado situações caóticas provocadas pela guerra (inclusive submetidos às duas formas extremadas de dominação) talvez prefiram colher os frutos de uma *coexistência pacífica*, a enfrentar as incertezas da vitória em um confronto armado, que poderá não beneficiar a qualquer dos vencedores.

Com a ocupação do Afeganistão, a União Soviética passou a controlar (direta ou indiretamente) uma área compacta de cerca de 26 milhões de quilômetros quadrados, guarnecida por uma população que se aproxima dos 400 milhões de habitantes. Considerando o sentido científico da expressão *império*, a União Soviética constitui o único império existente sobre a Terra, pois mantém, sob o seu domínio político, povos de diferentes origens étnicas, de diferentes consciências nacionais, e de diversas



culturas. Com sua vontade obstinada de expansão, os soviéticos vão submetendo novos Estados à sua autoridade direta ou, no mínimo, à sua zona de influência. O imperialismo soviético é a continuação racional do imperialismo grão-russo e, com ele, se confunde.

OS ESTADOS UNIDOS E A HEGEMONIA DO PODER MUNDIAL

Aspectos Geoestratégicos

Os Estados Unidos ocupam, no quadro mundial, vantajosa posição geoestratégica. Seu território (mais de 9 milhões de quilômetros quadrados) estende-se do Atlântico ao Pacífico e, através da península da Flórida — que é prolongada pelas Antilhas —, parece querer abarcar o Caribe que tem sido, historicamente, um verdadeiro lago norte-americano.

Graças à fraqueza relativa de seus vizinhos e à sua posição geoestratégica, o território dos EUA esteve sempre a salvo de agressões alienígenas. A aquisição do Alasca, em 1867, e o estabelecimento de bases em Cuba e Porto Rico completaram a segurança estratégica dos EUA. Por outro lado, com a posse das Filipinas (reconhecida em 1897), os Estados Unidos ficaram em condições de — partindo de vantajosa posição de retaguarda — apoiar ações militares no continente europeu, ou, mesmo, no Extremo Oriente, com a quase totalidade do seu Poder Naval.

A possibilidade de utilizar — tanto na paz como na guerra — os seus transportes em todos os mares e oceanos foi decisiva para a sua projeção como potência mundial. Mas a sua inevitável dependência dos transportes interoceânicos poderá vir a constituir séria vulnerabilidade à sua segurança.

Imperialismo dos Estados Unidos no Caribe

Os interesses econômicos e estratégicos dos Estados Unidos começam a se projetar na área do Caribe, no início do século XX. As intervenções militares foram quase constantes. Na Nicarágua — ocupada de 1909 a 1929 — as bases militares da Baía de Fonseca, as alfândegas e as ferrovias ficam sob o controle dos Estados Unidos. Honduras cede o domínio de suas aduanas. Em Haiti e São Domingos a administração financeira passa a peritos ianques, sendo que, neste último país, o governo nacional é substituído durante quatro anos por um governo militar sob a direção da marinha americana. Durante os anos de ocupação militar afluem capitais americanos para a aquisição de propriedades. Em Cuba, as companhias açucareiras possuem, em 1930, a quinta parte da ilha. No continente estende-se o domínio da *United Fruit Co.* Diretamente e através de suas filiais domina 3 milhões de hectares de plantação (uma área mais extensa que a Bélgica). (10)

Os Estados Unidos e a 2ª Guerra Mundial

Das grandes potências que participaram da 2ª Guerra Mundial, somente os Estados Unidos tiveram o seu território a salvo de destruições causadas por bombardeios ou invasões de adversários. Esta vantagem estratégica concorreu para que, durante a guerra, os EUA se transformassem no "arsenal da democracia" e pudessem, graças à sua supremacia

(10) Maurice Crouzet, in *História Geral das Civilizações* — (VII — A Época Contemporânea, vol. 3).

aérea e naval, apoiar, com segurança, as ações dos Aliados nas mais remotas frentes de combate. Esse apoio logístico foi decisivo para a vitória final sobre as potências do "Eixo".

Todavia, os êxitos militares sobre a Alemanha e Japão não significaram vitórias estratégicas para o Ocidente. Tal fato resultou de algumas decisões adotadas pela liderança dos EUA, decisões estas que se transformaram em irremediáveis erros estratégicos, pois comprometeram o equilíbrio de poder na Europa, favoravelmente à União Soviética, e permitiram que esta alcançasse vantajosa situação estratégica no Extremo Oriente.

O primeiro grande erro foi constituído pela *rendição incondicional*. Para os alemães significou "resistência incondicional". Essa decisão dos Aliados "ao invés de intimidar os alemães para uma pronta rendição proporcionou, à propaganda nazista, o melhor argumento para uma última resistência". Foi praticamente impedida a paz em separado, vantajosa para o Ocidente.

Liddell Hart, em entrevista com generais alemães depois da guerra, comprovou que "se não fosse a política de rendição incondicional eles e suas tropas teriam se rendido antes, separada ou coletivamente". Com a *rendição incondicional*, observa Liddell, foi quebrado o equilíbrio europeu". (11)

Dois grandes erros estratégicos concorreram para a *perda da Europa Oriental*. O primeiro refere-se à escolha da região para a invasão do continente. Churchill defendia a invasão pelo "baixo ventre" (Grécia e Balcãs) para "fazer a junção com o Exército Vermelho na Europa central e assegurar a influência britâ-

nica o mais a oriente possível". (12) A invasão pela Normandia foi decidida, em Teerã, contando com o entusiasmo de Roosevelt, o apoio de Stalin e o protesto de Churchill.

O fato de os chefes militares dos Estados Unidos preocuparem-se exclusivamente com o aspecto militar das operações, favoreceu a dominação soviética no Leste europeu. Dezoito dias antes de o Exército Vermelho conquistar Berlim, as unidades do IX Exército americano transpuseram o Elba e pararam o movimento ofensivo. Segundo o General Bradley uma rotura, a partir do Elba, para conquistar Berlim custaria 100.000 baixas. "Um preço muito alto para um objetivo que traz apenas prestígio". E confessa: "Não pude ver nenhuma vantagem política decorrente da conquista de Berlim que conseguisse anular a necessidade da rápida destruição do Exército alemão no nosso setor. Como soldados, olhávamos, ingenuamente, para esta tendência inglesa (o desejo de chegar a Berlim) de complicar a guerra com providências políticas e objetivos não militares". (13)

O último grande erro estratégico resultou da *participação da URSS na guerra contra o Japão*. Durante a reunião de Ialta (fevereiro de 1945) foi solicitada a participação da URSS na guerra contra o Japão. "Os chefes de estado-maior — cometendo grosseiro erro de avaliação das possibilidades do inimigo — informaram a Roosevelt e a Churchill que os japoneses estavam em condições de se manterem lutando dezoito meses após o dia da vitória na Europa". Não levaram em

(12) Hanson W. Baldwin, *in op. cit.*

(13) Diretoria de História Militar do Departamento do Exército dos EUA, *in As Grandes Decisões Estratégicas*.

(11) Hanson W. Baldwin, *in Grandes Errores de la Guerra*.



consideração o fato de a marinha japonesa já estar liquidada no momento em que os dirigentes das três grandes potências reuniram-se em Ialta.

Segundo o General Deane, os estrategistas dos Estados Unidos "estavam obcecados com duas idéias: convencer a Rússia a intervir na guerra do Pacífico e utilizar seu território como base para a ação bélica contra o Japão". (14)

As imposições de Stalin para concordar com a participação da URSS na guerra contra o Japão, significaram o estabelecimento da hegemonia soviética no nordeste da Ásia.

"No dia 13 de julho a chancelaria japonesa notificou oficialmente a Moscou que o imperador desejava a paz." A 8 de agosto, o Embaixador japonês em Moscou, Sato foi informado por Molotov

que "a URSS considerava-se em guerra com o Japão desde aquele momento". (15) No dia 15 de agosto do mesmo ano, o Japão aceita a rendição incondicional.

O Maior Poder Mundial

Ao término da 2ª Guerra Mundial, os Estados Unidos atingem a situação de maior potência de todos os tempos. Seguros da sua "superioridade aérea, econômica, industrial, naval e tecnológica", os norte-americanos — certamente preocupados com a tese de Mackinder e inspirados nas concepções de Spykman — estabelecem uma *geoestratégia de contenção*.

Spykman adotou a visão global de Mackinder atribuindo-lhe, porém, signi-

(14) John R. Deane, in *A Estranha Aliança*.

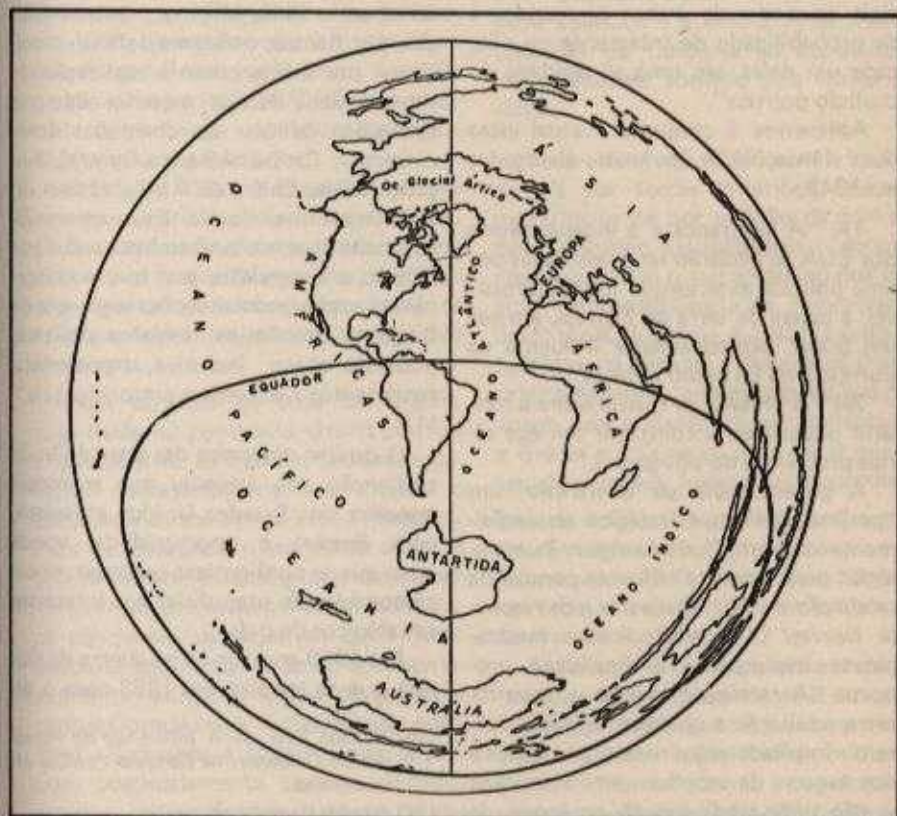
(15) Masuo Kato, in *The Lost War*, cit. p. Hanson & Baldwin, in op. cit.

ficado diferente. Ao *heartland* opõe a *rimland* (região das fímbricas), significando a orla marítima do Velho Mundo que — conforme salienta — parece cercar a ilha constituída pelo Novo Mundo.

A *rimland* é a "vasta região de conflitos entre o poder marítimo e o poder continental" e a "sua natureza anfíbia serve de base aos problemas de segurança". Afirmar que "quem controlar a *rimland* dominará a Eurásia"; "quem dominar a Eurásia controlará os destinos do mundo".

Para Spykman, "somente mirando os mapas das diversas posições possíveis obteremos o panorama geopolítico que

se deduz da distribuição das massas terrestres sobre a superfície do Globo". Observa que em uma *projeção polar* é fácil verificar que as massas continentais estão concentradas no hemisfério norte e se dispersam sob a forma de uma estrela-do-mar, partindo do Pólo Norte como centro, ao Cabo da Boa Esperança, na África; ao Cabo Horn, na América do Sul; e ao Cabo de Leeuwin, na Austrália. As *projeções de Mercator* mostram que tanto o Mundo Antigo como o Novo Mundo possuem costas nos dois oceanos, podendo, portanto, dizer-se que, "sob o ponto de vista geográfico, um rodeia o outro".



Com base nessas considerações, conclui: "O Novo Mundo poderia influir na política da Europa e da Ásia, se fosse capaz de organizar-se e unir-se de tal sorte que grandes massas de força não compensassem disponíveis para atuar além dos oceanos, as quais poderiam exercer papel decisivo no Antigo Continente e determinar sua política, se este continuasse dividido e equilibrado. Mas se, pelo contrário, o Mundo Antigo lograsse unir-se, de maneira que grandes massas de poder não compensado quedassem disponíveis para atuar além oceanos, o Novo Mundo ficaria cercado". E conclui: "a possibilidade de cercar ou ser cercado depende dos potenciais do poder de ambos os mundos e da probabilidade de integrar-se ou não, cada um deles, em uma só unidade ou coalisão política".

Aplicam-se à conjuntura atual estas duas afirmações de Spykman, divulgadas em 1942:

1ª) "A segurança e a independência dos EUA só poderão ser preservadas por uma política exterior que torne impossível, à massa de terra da Eurásia, abrigar um poder excessivamente influente na Europa e no Extremo Oriente".

2ª) "A pressão da Rússia sobre a *rimland* poderia vir a constituir um dos sérios problemas do pós-guerra."

A *geoestratégia de contenção*, um "projeto político-estratégico essencialmente defensivo" deu origem às estratégias propriamente militares como a da *retaliação maciça* (Dulles) e a da *resposta flexível* (Kennedy). Ambas mostraram-se inadequadas à finalidade proposta. "A *retaliação maciça* — quer dizer a retaliação a qualquer agressão russa ou inspirada pelos russos, por meios e nos lugares da escolha norte-americana — não tinha credibilidade, na época, da

supremacia militar dos Estados Unidos porque ninguém acreditava que Washington respondesse a qualquer agressão, sobretudo regional e periférica, com toda a sua força; e, ainda, menor credibilidade pode ter agora, quando a superpotência democrática já perdeu esta superioridade." (16)

"A estratégia da *resposta flexível* sugere resistência proporcional à agressão, em qualquer ponto do Globo. A grande falha do pensamento estratégico dos Estados Unidos era que os seus planejadores militares esperaram um ataque russo, direto e frontal, contra a Europa ou o território norte-americano, enquanto os soviéticos, imitando os alemães que contornaram a linha Maginot, tentam solapar, por dentro, o sistema defensivo ocidental por meios como a realização da superioridade nuclear, e contorná-lo por operações bélicas nas chamadas *áreas cinzentas*: Caribe, América Central, Angola, Etiópia, Chifre da África, Iêmen do Sul, Indochina, Coreia. Estas operações, os russos as executam, embora sob a sua direção e supervisão, por forças mercenárias, explorando situações regionais de fraqueza econômica, social e política, podendo apelar, inclusive, a poderosos sentimentos nacionais e antiocidentais." (17)

O caráter defensivo das estratégias de contenção não impediu que as forças armadas dos Estados Unidos atuassem, com firmeza e oportunidade, aonde quer que se configurasse qualquer ameaça considerada prejudicial aos interesses estratégicos do país.

Em 1950 engajam-se na guerra da Coreia que só termina em 1953 com o ar-

(16) Nicolas Boer, in *A Influência do Pensamento Ocidental na Conduta Política Internacional*.

(17) Nicolas Boer, in op. cit.

mistício de Panmunjon. Dois anos depois (1955) realizam intervenção armada no Líbano. No ano de 1961 apóiam a fracassada tentativa de invasão de Cuba, na Baía dos Porcos. No mesmo ano comprometem-se na luta do Vietnã, com o envio de assessores militares para combater o comunismo. Com a criação do Comando Militar norte-americano no Vietnã do Sul, em 1962, engajam-se na guerra que só termina em 1973 com a assinatura do acordo de Paris. Em 1962 mobilizam suas forças armadas e dispõem-se ao confronto direto com os soviéticos para impedir a instalação de mísseis nucleares em Cuba. Voltam a atuar na região do Caribe intervindo, militarmente, na República Dominicana, em 1965, para evitar que as forças de esquerda pró-Bosch assumissem o poder no país. No período 1970/1973, participam, juntamente com sul-vietnamitas, das invasões do Camboja.

O esforço bélico e o sacrifício do povo norte-americano não conseguiram impedir a expansão do comunismo, salvo em poucas frentes que, talvez, representem apenas paradas momentâneas na ação expansionista, como Coreia e São Domingos.

Com exceção da crise de mísseis, cujo desfecho constituiu vitória política e militar para os Estados Unidos, o governo norte-americano tem evitado o confronto direto com a União Soviética. Para os soviéticos, o confronto direto é inconveniente, pois exigiria excessivo esforço (humano, bélico e econômico) para conquistar os objetivos que — com absoluta segurança — vão sendo, inevitavelmente, atingidos graças às garantias proporcionadas pela "coexistência pacífica". Enquanto a União Soviética procura obstinadamente isolar os Estados Unidos, estes têm-se esgotado, numa

inadequada tentativa de contenção do movimento comunista, atribuindo ao mesmo uma unidade que não existe e favorecendo o crescimento do seu verdadeiro adversário.

TERCEIRA GUERRA MUNDIAL

Objetivo da URSS: Subjugar — não destruir — os países capitalistas industrializados para estabelecer o controle dos seus bens pela União Soviética.

Período da Guerra Fria

Guerra Fria foi o período de tensão internacional existente entre a comunidade atlântica e a URSS, resultante da oposição do Ocidente ao expansionismo comunista apoiado pela União Soviética.

Teve início, em 1946, com a invasão do Irã por forças soviéticas, retiradas posteriormente por pressão da comunidade atlântica. Os soviéticos — após terem assegurado o seu acesso ao mar Báltico, em consequência da incorporação da Estônia, Lituânia e Letônia e do satelitismo da Polônia e República Democrática Alemã — tentam garantir sua passagem para o Mediterrâneo, controlando a Grécia e a Turquia. Para evitar que esses dois países fossem incorporados à área de influência soviética, o Governo dos Estados Unidos estabeleceu — a 12 de março de 1947 — a célebre "Doutrina Truman" com o propósito de conter o comunismo.

Seguro da sua supremacia estratégica (baseada no poder aeroespacial e no monopólio da bomba atômica) e contando com expressiva superioridade militar, o Bloco Ocidental adotou a *geoestratégia de contenção* com a finalidade de esta-

belecer, no continente eurasiático, um eficiente cerco estratégico da URSS, satélites e RPC.

A *rimland* (região das fímbrias) do continente asiático foi coberta por uma série de bases militares constituindo uma espécie de "linha maginot" de amplitude continental.

Opondo-se aos satélites de Moscou da Europa Oriental, foram dispostas as forças da OTAN. A cobertura setentrional era constituída pelo Ártico.

As reservas estratégicas (compostas por forças do poder aeroespacial, forças do poder naval e tropas de desembarque) estavam em condições de atuar, em prazo muito curto, para recuperar pontos estratégicos da *rimland*, eventualmente conquistados pelos comunistas.

A produção da bomba atômica pelos soviéticos — em 1949 — e, logo depois, a de hidrogênio, iria comprometer a supremacia estratégica dos Estados Unidos. Em 1959 a situação estratégica começou a favorecer os soviéticos. Cuba, em 1961, aderiu ao marxismo-leninismo. A insurreição no Sudeste Asiático agravou-se. A URSS aumentou sua capacidade de ICBM e acelerou a construção naval.

O ajustamento às novas situações decorrentes do crescente fortalecimento do poder militar soviético foi tentado com a adoção de novas estratégias: retaliação, resposta flexível, liberação, retaliação maciça, retaliação limitada, dissuasão, contraforça e dissuasão limitada.

Todas essas estratégias tinham caráter defensivo e não impediram que os comunistas (tais como os nazistas no início da 2ª Guerra Mundial) desbordassem a "maginot" do Ocidente e prosseguissem no seu movimento expansionista com as guerras de liberação. Por outro lado, os comunistas atuavam em

"áreas não comunistas" sem que, em contraposição, o Bloco Ocidental se atribuisse o mesmo direito relativamente às áreas situadas por trás da "cortina de ferro". Era a garantia da expansão do comunismo internacional".

A partir de 1973 modificaram-se as relações entre os Estados Unidos e a União Soviética. Foram estabelecidos tratados e acordos (proibindo testes nucleares, limitando a produção de vetores para lançamento de bombas nucleares, etc.) visando a eliminar o *equilíbrio do terror* como peça central da política exterior das duas grandes potências.

Concorreram para a distensão — do lado soviético — o conflito com a RPC e o surgimento de dissidências internas resultantes do descontentamento de intelectuais e artistas com o regime soviético. Do lado estadunidense, foram fatores de distensão o término da guerra do Vietnã e a crise interna iniciada com os protestos dos estudantes por causa da participação dos EUA na guerra do Vietnã.

Período de "détente"

Détente significa afrouxamento das tensões políticas entre as nações. Após a guerra do Vietnã (1973), os líderes dos Estados Unidos e da União Soviética anunciaram um período de "détente". Segundo o Professor Charles Burton Marchal, um dos criadores do "Comitê Sobre Ameaça Presente", a expressão *détente* tem significados diferentes para os dois países. "Para os Estados Unidos significa competir e cooperar, mas para os soviéticos representa a eliminação dos obstáculos para a realização de seus objetivos finais, e não força a URSS a um comportamento civilizado".

De fato, para os soviéticos, "a 'coexistência pacífica', que constitui a linha geral da política exterior da União Soviética e de outros países socialistas, não quer dizer uma ausência de guerra, no tempo, ou um alívio entre dois conflitos" (I. Glagolev e V. Larionov).

Durante o período de *détente* (iniciado em 1974, e interrompido com a invasão do Afeganistão, no Natal de 1979), a União Soviética apoiou, direta ou indiretamente, movimentos comunistas nos seguintes países:

1975 – Vietnã do Sul, Moçambique e Angola;

1976 – Egito e Iraque;

1977 – Sudão, Etiópia e Somália;

1979 – Camboja, Laos e Afeganistão, no qual houve o engajamento direto de tropas soviéticas no valor de 100.000 homens.

O Presidente da União Soviética, Leonid Brejnev, pretendendo justificar a invasão do Afeganistão, afirmou: "Evidentemente que não houve nem há uma intervenção nem agressão soviética. O que há é que nós ajudamos o Afeganistão novo, a pedido do seu governo, a defender a independência nacional, a liberdade e a honra do país dos atentados agressivos militares a partir do exterior. São também inteiramente falsas as afirmações de que a União Soviética nutre determinados planos expansionistas em

relação ao Paquistão, Irã ou outros países da Região".

No dia 21 de fevereiro de 1980, o Primeiro-Ministro Alexei Kossinguin declarou que a União Soviética lutará para a distensão por meios políticos, "porque a alternativa pode ser a loucura, a ameaça de uma guerra nuclear total".

Evidentemente, os soviéticos não desejam perder a garantia proporcionada pela *détente* à sua ação imperialista!

Período de Confrontação Limitada

A iniciativa continuará com a URSS.

Objetivo da União Soviética: estabelecer o estrangulamento econômico das potências capitalistas.

Para Liddell Hart, a "finalidade da manobra estratégica não é tanto a realização da batalha, mas, sim, procurar conseguir uma situação estratégica tão vantajosa que, caso esta não provoque por si só a decisão, esta será seguramente obtida por sua continuação através de uma batalha. Portanto, o objetivo estratégico deve visar, precipuamente, o *desequilíbrio estratégico do adversário*".

Presentemente, a sobrevivência das potências capitalistas está na dependência do petróleo do Oriente Médio; do petróleo da região do Caribe (México e Venezuela); e dos transportes marítimos que levam essa matéria-prima aos países

O Coronel R/1 de Artilharia Octavio Tosta foi Instrutor, Subcomandante e Subdiretor de Ensino da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Além dos cursos normais necessários à formação do oficial de Estado-Maior, possui o de Técnica de Ensino e da Escola Superior de Guerra. É professor licenciado de Geografia e História e autor de vários trabalhos no campo da Geopolítica. Exerce atualmente as funções de membro da Divisão de Segurança e Informações da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.



industrializados não-comunistas. Por conseguinte, se a União Soviética controlar as duas áreas estratégicas (Oriente Médio e Caribe) e interceptar as rotas marítimas do petróleo, os Estados Unidos, o Japão, a Europa Ocidental e outros países industrializados não-comunistas poderão ficar asfixiados economicamente.

Área Estratégica do Oriente Médio

A Arábia Saudita e o Irã são os mais ricos impérios petrolíferos do Oriente Médio. Dois terços das reservas disponíveis para o mundo industrial estão localizadas no Golfo Pérsico. A produção dos países do Golfo atende às necessidades dos membros da OTAN, do Japão, da Austrália, da Nova Zelândia e grande parte do consumo dos Estados Unidos e do Brasil.

O petróleo do Golfo Pérsico também é vital para a União Soviética. Relatório da CIA, de 1977, ressalta que, "a produção petrolífera soviética atingirá o seu ápice em 1980, à razão de 11 a 12 milhões de barris diários. Como a demanda por petróleo continuará em ascensão, a fim de suportar os objetivos do crescimento econômico do Bloco Soviético, a URSS poderá vir a importar cerca de 3,5 a 4,5 milhões de barris diários de petróleo".

Para o economista soviético L. Zevin, em 1985 a URSS necessitará importar, anualmente, do Oriente Médio de 60 a 90 milhões de toneladas de petróleo e 40 a 50 bilhões de metros cúbicos de gás".

O controle do petróleo do Golfo Pérsico pela União Soviética significará:

- 1) o Bloco Soviético disporá de excelentes reservas para o seu consumo;
- 2) o fornecimento do petróleo aos

soviéticos não ficará mais na dependência de flutuações do preço;

3) o fornecimento do petróleo aos países não-comunistas poderá ficar condicionado a sérias exigências e, até mesmo, ser suspenso;

4) caso o seu consumo fique restrito ao Bloco Comunista, as reservas petrolíferas terão maior duração e, portanto, maior importância estratégica.

Os seguintes acontecimentos revelam que a União Soviética está completando uma ampla manobra geoestratégica com o propósito de assegurar o controle do petróleo do Golfo Pérsico:

1º) Tentativa, por meio do PC local, de derrubar o regime baathista do Iraque, bem como estímulo à insurreição por meio de movimentos marxistas revolucionários, de Frentes Nacionais e de guerrilhas.

2º) Conquista do Afeganistão que, por estar situado a menos de 500 quilômetros do Golfo de Omã, constituirá excelente plataforma para aplicação do Poder Aeroespacial soviético na estratégica região Golfo Pérsico-Golfo de Omã.

3º) Estabelecimento de uma base aeronaval no Iêmen do Sul que permitirá o controle do acesso ao Mar Vermelho e o domínio aéreo da Arábia Saudita.

4º) O esforço da União Soviética no sentido de assegurar a sua permanência naval nessa região estratégica.

Examinemos os seguintes fatos:

1º) Segundo informações de fevereiro de 1980, do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, a Marinha de Guerra soviética dispõe, agora, na área do oceano Índico, de 31 navios contra 20 norte-americanos, sendo que a maioria está no mar da Arábia, próxima da região do Golfo Pérsico.

29) Drew Middleton, em artigo, de dezembro de 1979, publicado no *New York Times* informa que:

— Estão sendo construídos nos estaleiros de Leningrado, no mar Báltico, pelo menos dois cruzadores de 32 mil toneladas, propelidos a energia nuclear. As belonaves serão equipadas com canhões de 7,3 polegadas e foguetes terra-terra e terra-ar modelo SS-N-4. Estas são, com exceção dos porta-aviões, as maiores embarcações de combate de superfície construídas por qualquer potência naval, no decorrer dos últimos 20 anos. Presume-se que sejam construídos quatro desses navios.

— Estão sendo construídos no estaleiro Zhdanov, em Leningrado, três cruzadores da classe Kirov. Seu armamento principal será constituído por canhões mas, também, serão dotados de foguetes terra-terra e terra-ar.

30) De acordo com a conceituada publicação inglesa *Jane's Fighting Ships*:

— O "Sovetsky Soyuz", batizado em dezembro de 1977, deverá entrar em atividade em 1980;

— está sendo completada a armação do "Berezina", navio de apoio logístico de 40 mil toneladas (o primeiro de sua classe); e do "Ivan Rogov", navio de desembarque e assalto;

— a Infantaria Naval Russa (correspondente a fuzileiros navais) está sendo ampliada;

— entraram em atividade dois novos porta-aviões da Marinha soviética: o "Kiew" e o "Minsk". Outros dois, o "Kharkov" e o "Novorossisk" deverão ficar em condições de operar em 1980 e 1983, respectivamente;

— especialistas navais admitem que o "próximo passo no contexto da expansão da Marinha soviética consistirá na construção de um porta-aviões de

ataque de 60 mil toneladas, a ser seguida, provavelmente, da construção de outros três.

A execução de um programa de construção naval exige muito tempo. Se considerarmos as dificuldades dos Estados Unidos para fortalecerem substancialmente, na conjuntura atual, o seu aparato bélico e, se observarmos que a União Soviética continuará ampliando o seu Poder Naval, é justo concluir-se que os soviéticos já atingiram a supremacia naval ou estão na iminência de concretizá-la.

Ray S. Cline, com sua autoridade de ex-Vice-Diretor de Informações da CIA, afirma:

"Exige-se uma visão clara do mundo e uma estratégia coerente e cooperativa, se quisermos frustrar o plano comunista de obter uma 'vantagem irreversível na correlação de forças', isto é, uma mudança decisiva no equilíbrio mundial do poder." (18)

Acesso ao Mar da Arábia

A região situada entre o Afeganistão e o mar da Arábia constituiu, no passado, o Baluquistão. O país é ocupado por uma minoria étnica — os balúquis — que lutam para reconquistar sua independência, perdida em 1877, após ocupação britânica. Com a independência da Índia, em 1947, a parte oriental do Baluquistão foi anexada ao Paquistão, enquanto a sua porção ocidental passou a pertencer ao Irã.

(18) Ray S. Cline, in *Avaliação do Poder Mundial*. O autor exerce o cargo de diretor executivo de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown. Já foi diretor da Divisão de Informações e Pesquisa do Departamento de Estado (função equivalente à de secretário de Estado assistente).

O Baluquistão é a província mais atrasada da região, mas tem reservas de carvão, gás natural, manganês, cobre, bauxita, minério de ferro e outros minerais. O gás natural encontrado, em 1952, em Sui contribui para a produção de cerca de 50% da energia elétrica do país.

Os soviéticos têm favorecido os movimentos de libertação nacional fornecendo armas e dinheiro. Com a ocupação do Afeganistão, o apoio soviético será facilitado porque, parte do grupo étnico balúqui, também vive na região meridional do país.

No litoral do Baluquistão iraniano abre-se a Baía de Chah Bahar na qual foi iniciada, pelo Xá Reza Pahlavi, a construção de uma grande base naval.

Após o controle do Afeganistão, os soviéticos estarão em condições de invadir o Baluquistão para assegurar a autonomia dos balúquis. Com a posse do Baluquistão, a URSS terá concretizado a sua secular aspiração de acesso direto aos mares abertos. O estabelecimento de uma base naval, em Chah Bahar, permitirá ao Poder Naval soviético controlar a saída dos petroleiros do Golfo Pérsico e ameaçar as rotas marítimas que, partindo do Golfo de Omã, vão abastecer de petróleo os Estados Unidos, a Europa, o Japão e os outros países pró-Occidente.

Segundo Helmut Sonnenfeldt, os "soviéticos estimulam os movimentos de libertação nacional no Baluquistão para criar condições propícias a uma invasão". Robert Neumann, ex-Embaixador dos Estados Unidos, em Cabul, identifica, na ação soviética sobre o Afetanistão, "uma tentativa de realizar seu velho sonho de ter acesso a águas quentes".

Aspectos Estratégicos do Caribe

O Caribe é um mar fechado. As Bahamas e Pequenas Antilhas constituem o bordo oriental onde se situam os caminhos naturais e mais fáceis de acesso à área. As Américas do Sul, Central e do Norte completam o enclausuramento do Mediterrâneo Americano. Sua única passagem para o Pacífico é constituída pelo Canal do Panamá.

A parte central da área, é atravessada pelas ilhas de Porto Rico, Hispaniola, Jamaica e Cuba que, juntamente com a península de Iucatã, constituem uma barreira que separa as águas do Golfo do México das do Mar das Antilhas. Somente três canais permitem a transposição dessa barreira: Mona, Barlavento e Iucatã. As passagens de Mona e Iucatã situam-se, respectivamente, a leste e oeste do território cubano, que ocupa privilegiada posição estratégica na área.

A região do Caribe apresenta interesse vital para os Estados Unidos pelas seguintes razões:

1ª) Setenta e cinco por cento de todo o petróleo importado pelos EUA — cerca de 35% do consumo total do país — e 93 dos 95 minerais estratégicos consumidos no país, passam no Mediterrâneo do Novo Mundo.

2ª) O petróleo procedente do Alasca e do Equador passa pelo oleoduto Pacífico-Atlântico em David, na República do Panamá, ou em petroleiros pela Zona do Canal.

3ª) O petróleo da Venezuela e do México — dois dos maiores exportadores mundiais — é escoado pelo Caribe, sendo que o venezuelano chega aos Estados Unidos através dos canais de Mona, Barlavento e Iucatã.

4ª) Embora as principais fontes de petróleo estejam no Oriente Médio, o

Mediterrâneo Americano constitui sua inevitável porta de acesso aos EUA.

Lewis A. Tams adverte que "quem controlar o Caribe pode estrangular os EUA, cortando a linha vital de petróleo".

O Caribe já foi um tranqüilo lago dos Estados Unidos. Agora está se transformando num agitado mar socialista.

A célebre "teoria do dominó" utilizada por alguns estrategistas norte-americanos para caracterizar a ameaça que a expansão do comunismo no Sudeste Asiático constituía para os Estados Unidos, ajusta-se perfeitamente à região do Caribe.

Em 1961, Fidel Castro proclama que Cuba é o primeiro país socialista da América Latina. A partir de 1970, a Guiana passa a adotar o marxismo e estreita suas relações com países de regime comunista. Antigas colônias britânicas das Índias Ocidentais, tais como Granada, Santa Lúcia e Dominica, aderem ao castrismo. Na Nicarágua, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) — inspirada em Augusto César Sandino, líder contra a intervenção dos Estados Unidos em 1927 — inicia em 1977, a luta armada para derrubar a oligarquia Somoza. Um "Governo de Reconstrução Nacional" (GRN) assume, em 1979, o poder na Nicarágua e inicia a transição para o socialismo. A Guatemala está em processo de subversão. Tanto no Panamá como em El Salvador, os castristas poderão chegar ao poder, sendo que, em El Salvador, a situação já é de guerra civil. Além desses, outros fatores, também, poderão comprometer os interesses vitais dos Estados Unidos na área do Caribe:

— O Panamá pode nacionalizar o Canal que já está sob o seu domínio iminente;

— os soviéticos dispõem, em Cuba, de um contingente de 3.000 combatentes com capacidade de transporte aéreo para levá-los, em pouco tempo, para qualquer ponto do Caribe;

— aviões russos de reconhecimento realizam missões regulares de Cuba a Guiné-Bissau.

Pelas razões abaixo, é difícil prever-se uma reversão de expectativas no atual quadro de crescente oposição aos EUA, na zona do Caribe:

— os comunistas estão fortalecendo a hostilidade aos Estados Unidos com a exploração dos ressentimentos históricos decorrentes da política de opressão de que foram vítimas — no passado — os povos da América Central e do Caribe;

— o antiamericanismo existente na área também resulta da prática — muitas vezes utilizada pelos EUA para preservar seus interesses econômicos e combater o comunismo na área — de apoiar governos corruptos, autocráticos, repressivos e impopulares.

Considerando a inconveniência atual do engajamento militar direto dos EUA, dois processos poderão ser tentados para superar a ameaça:

1º) apoio financeiro maciço para realizar urgentes programas de reforma social;

2º) combate à ação revolucionária por meio de "ações militares por procuração" realizadas por elementos das forças armadas do Brasil, da Venezuela, da Colômbia, e de outros países da América Latina.

Rotas Marítimas do Petróleo

A partir de 1956, o petróleo do Oriente Médio — transportado anteriormente por Suez e pelo mar Mediterrâneo até a Europa Ocidental — passou a

ser conduzido contornando o sul da África. Os superpetroleiros, carregados no Golfo Pérsico, margeiam a parte oriental da península arábica, transpõem as entradas do Golfo de Aden, passam junto ao "Chifre da África" e seguem ao longo da África Oriental percorrendo o Canal de Moçambique. Após contornarem o Cabo da Boa Esperança, deslocam-se para o norte, ao longo da parte ocidental da África, e atravessam as águas de Angola e Guiné-Bissau antes de se dirigirem aos países da OTAN e aos Estados Unidos.

Os petroleiros que vão suprir o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia, ao deixarem o Oriente Médio deslocam-se para leste, atravessando os pontos de passagem obrigatória de Sri Lanka (Ceilão) e os estreitos de Málaca.

Em quase todos esses pontos de passagem obrigatória, "portos de escalas hostis substituíram as instalações navais amigas". (19) A presença do poder naval soviético é crescente em regiões que permitem o controle das rotas do petróleo. Em algumas dessas regiões de grande importância estratégica, a permanência do Poder Naval da União Soviética está sendo assegurada pelo estabelecimento de bases militares no território de países aliados.

Conclusões

Primeira — Ainda na década de 80, a União Soviética poderá ficar em condições de:

- controlar o petróleo do Golfo Pérsico;
- comprometer a utilização das vias marítimas percorridas pelos navios que

— partindo do Golfo Pérsico — vão suprir de petróleo os Estados Unidos, os países da Europa Ocidental, o Japão, bem como outros países pró-Occidente;

— prejudicar os suprimentos de petróleo aos Estados Unidos na região do Caribe.

Segunda — A aplicação conjunta dessas três ações estratégicas poderá provocar a asfixia econômica das potências capitalistas.

Para superar tais ameaças, os EUA e aliados terão que partir para um *confronto direto limitado* com a URSS, realizado por meio de ações anfíbias e aeronavais, particularmente na zona do Caribe.

"A proteção das rotas marítimas que ligam as nações comerciantes do mundo livre, através dos oceanos Atlântico, Pacífico e Índico, poderá ser assegurada — segundo Ray S. Cline — (20) pelo "estabelecimento de uma *Aliança de Todos os Oceanos*, uma nova *Liga Ateniese* constituída pelos seguintes países marítimos e comerciais trabalhando junto com os Estados Unidos: Grã-Bretanha, França, Canadá, Brasil, México, África do Sul, Japão, Austrália, além de outros."

O período de "confrontação direta limitada" *poderá ser decidido no mar*.

Com exceção da zona do Caribe, as condições geoestratégicas são favoráveis à União Soviética. O tempo disponível para o fortalecimento do Poder Naval dos Estados Unidos e aliados já é escasso.

Período da Confrontação Global

Premissas Básicas

1ª) Participação da RPC no confronto global como aliada dos Estados

(19) Lewis A. Tambs, *in op. cit.*

(20) *in op. cit.*

Unidos — melhor hipótese para o Ocidente.

2ª) Os objetivos da União Soviética são essencialmente econômicos. A desestabilização da economia do Bloco Ocidental apresentaria sérios prejuízos para os soviéticos, pois estes são muito dependentes da tecnologia e dos alimentos do Ocidente.

Para evitar o estrangulamento econômico, os Estados Unidos e seus aliados poderiam ter como únicas opções:

1ª) Partir para o confronto direto global com o objetivo de destruir as fontes do poder soviético, localizadas no seu *heartland* industrial.

2ª) Negociar a paz com os soviéticos.

Confronto Direto Global

As ações geoestratégicas estão na inextricável dependência da geografia. Por isso, uma agressão dos Estados Unidos e seus aliados à União Soviética, estaria subordinada às três grandes frentes estratégicas:

- a frente do Ártico por meio do confronto aeroespacial;
- a frente europeia ocupada pelas forças da NATO e do Pacto de Varsóvia;
- a frente sino-soviética a oeste da Mongólia onde se defrontam tropas da RPC e da URSS.

A destruição (não neutralização) das fontes do poder soviético localizadas na Rússia europeia poderia ser concretizada com a conjugação das três grandes manobras estratégicas:

- ataque aeroespacial através do Ártico para proporcionar cobertura às ações terrestres;
- invasão da Rússia europeia pelas forças da OTAN;
- invasão da Sibéria pelas Forças chinesas para ameaçar a retaguarda do Exército Vermelho nas alturas dos Urais.

Frente do Ártico

Uma ação estratégica realizada pelo Poder Aeroespacial dos Estados Unidos através do Ártico poderá apresentar resultados favoráveis.

Frente OTAN — Pacto de Varsóvia

Historicamente, as tentativas de invasão da Rússia pelo Ocidente terminaram em fracasso militar. Em 1812, Napoleão, com um exército de mais de meio milhão de homens — *grand armée* — e absoluta superioridade militar, invade a Rússia, vence a batalha de Borodino, ocupa Moscou e acaba sofrendo impressionante derrota. Em 1941, Hitler, pretendendo "esmagar a União Soviética numa rápida campanha", invade a Rússia com 133 divisões protegidas pela supremacia aérea. Não consegue conquistar Moscou, é derrotado na desastrosa batalha de Stalingrado e obrigado a abandonar o território soviético.

Para invadir a União Soviética, as forças da OTAN teriam — comparativamente com os agressores de 1812 e 1941 — que enfrentar um adversário mais forte, defendendo um território com maior profundidade.

Outros fatores concorrem para desestimular uma agressão dos membros da OTAN aos países do Bloco Comunista:

- a vulnerabilidade estratégica da Europa ocidental diante de uma agressão soviética;
- a ação do Eurocomunismo;
- a influência da *ostopolitik* de Willy Brandt no relacionamento de países da Europa ocidental com os países comunistas;
- os fortes interesses comerciais existentes entre as duas potências da Eu-

ropa ocidental (Alemanha e França) e a União Soviética.

Como nem os membros da OTAN, nem os soviéticos estão interessados na destruição da Europa ocidental, esta poderia ser "finlandizada" (neutralizada).

Frente Sino-Soviética

A vantagem estratégica está com a União Soviética:

- porque possui superioridade militar (particularmente aeroespacial) e dispõe de vastos espaços para sua defesa;

- porque a ação da RPC sobre o território da União Soviética poderia ser dificultada por forças da Mongólia, Vietnã, e talvez da Índia, agindo nos flancos do Exército chinês;

- porque a ação estratégica chinesa ficaria na dependência de extensas e vulneráveis vias de transporte (terrestres e marítimas) para o volumoso apoio logístico.

A República Popular da China, por seu grande espaço e imenso potencial humano, é uma área de difícil controle pelo poder soviético. Não está em condições de fornecer alimentos e proporcionar tecnologia aos soviéticos. Pelo contrário, é grande consumidora. A RPC, com mais de um bilhão de habitantes (cerca do quádruplo da população da URSS para um território bem menor que a metade do soviético), poderá constituir, no futuro, ameaça à integridade territorial da URSS por causa dos seus grandes espaços vazios na Sibéria.

Herman Kahn observa que "durante cerca de 2.000 anos os chineses não revelaram tendências de verdadeira nação militar, mas têm-se mostrado expansionistas. O país de que mais desejam recuperar terras é a Rússia. Ora, a Rússia é muito firme em relação ao território

pátrio e não está disposta a ceder terras à China". (21)

Para superar séria ameaça à sua integridade territorial (e, portanto, em sua legítima defesa), a União Soviética poderá empregar, com segurança, engenhos atômicos contra a República Popular da China. Esta ação estratégica seria favorecida:

- pela absoluta superioridade do poder nuclear soviético;

- pelo fato de que um engajamento dos EUA num confronto nuclear com a URSS não conviria a nenhum dos dois adversários — equilíbrio do terror.

- porque a represália nuclear dos Estados Unidos não preservaria a China da agressão soviética.

Além dessas razões, os soviéticos certamente não teriam restrições de ordem moral porque o precedente no emprego de engenhos atômicos, na Ásia, foi aberto pelos EUA, e os soviéticos já eliminaram milhões de indivíduos em ações repressivas para preservar a segurança do Sistema.

Negociação da Paz

Na impossibilidade de assegurar, pela força, a livre utilização do petróleo do Oriente Médio, as exigências em hidrocarbonetos e gás natural dos países industrializados não-comunistas ficarão basicamente na dependência:

- das reservas do Hemisfério Ocidental, cuja defesa pode ser assegurada pelos países da área;

- do fornecimento de países da África. Esse fornecimento poderá se tornar incerto e excessivamente dispendioso.

(21) Herman Kahn, in *Temos Guerras Maiores pela Frente?*

— por serem adversários das Nações Unidas — foram destruídos durante a 2ª Guerra Mundial. Por interesses estratégicos, sua recuperação econômica foi assegurada pelos Estados Unidos. Talvez por algum instinto de sobrevivência (ou por reconhecerem que seus prósperos povos não aceitariam recomeçar tudo de novo) preferiram ficar à margem do conflito, admitindo que a URSS não estaria interessada na sua destruição, nem teria condições de controlar o mundo inteiro. O verdadeiro adversário da União Soviética — devem admitir — são os Estados Unidos. Apesar dessa evidência, boa parcela do povo norte-americano talvez ainda relute em aceitar tal realidade. Para personalidades dos Estados Unidos com grande penetração na opinião pública, como George F. Kennan, John K. Galbraith, Donald M. Kendall, e outros, “o único caminho para deter a União Soviética, em seus propósitos expansionistas, é o do diálogo e da negociação”.

Na Europa Ocidental — como vimos anteriormente — são muito fortes as resistências ao aprestamento militar com vistas a oposição à ameaça soviética.

A política realística e pragmática mostra que, na própria área comunista, será possível encontrar-se fortes aliados, constituídos pelas nações ameaçadas pelo “social-imperialismo”. Dentre esses, destaca-se a República Popular da China. Resta saber, até que ponto o governo dos Estados Unidos terá condições de executar dispendiosos programas de aprestamento para a guerra e, sobretudo, para apoiar a transformação da China comunista em grande potência militar.

Manobra Estratégica Global

A importância geoestratégica da União Soviética resulta, particularmente:

- do espaço e posição do seu território;
- do valor dos seus centros de poder (político, econômico, demográfico e militar) relativamente aos dos seus adversários;
- da capacidade estratégica do seu poder militar.

O poder geoestratégico da União Soviética projeta-se com muita intensidade no hemisfério norte, mas é fraco no hemisfério sul. Talvez constituam exemplos dessa fraqueza as frustradas tentativas de implantação de regimes comunistas em países da América do Sul.

O equilíbrio do poder mundial poderá ser assegurado com o surgimento, no hemisfério sul, de um ou vários centros de poder de importância mundial. Tal fato, provocaria o desequilíbrio estratégico da União Soviética no contexto mundial.

Para o Almirante Lepotier, “a evolução dos fatores geoestratégicos mais característicos é representada pela mudança funcional das regiões polares. O Ártico, ontem inacessível, está-se tornando uma frente de contacto aéreo entre as duas potências líderes. A Antártida transforma-se na plataforma de retaguarda, decisiva para os transportes marítimos e aéreos do Ocidente. Ao mesmo tempo, o triângulo América do Sul-África-Austrália assegurará, em futuro próximo, as conexões aéreas mais remotas no hemisfério sul”.

O surgimento das grandes potências depende de condições geoestratégicas favoráveis e, para que haja crescimento, é necessário a proteção do poder militar.

Condições geoestratégicas favoráveis significam facilidades proporcionadas pela geografia para a segurança e expansão. Cabe ao poder militar favorecer a

expansão, tanto comercial como política.

Roma, ocupando posição central na bacia do Mediterrâneo, graças à sua rede de estradas impunha, com suas legiões, os interesses do Império em imensa região. Portugal e Espanha, junto ao Atlântico, puderam, com a defesa de pontos de controle das rotas marítimas, estabelecer impérios mundiais. A Inglaterra, graças à situação insular e ao seu poder marítimo, ocupou posição predominante na Europa porque podia intervir no continente e ficar a salvo das suas agressões. O controle das rotas marítimas permitiu que os britânicos estabelecessem o maior império mundial.

O hemisfério sul apresenta grandes contrastes com relação ao hemisfério norte. Estão no hemisfério norte as mais extensas massas continentais e, também, os principais centros de poder. Estas massas continentais cercam o Ártico, um oceano.

No hemisfério sul predominam as massas oceânicas. A região polar do hemisfério sul está ocupada pela Antártida, um continente. Três massas continentais projetam-se na direção da Antártida e cercam este continente. A África é a mais afastada, pois o Cabo da Boa Esperança está a cerca de 6.000 km da Antártida (corresponde à distância de S. Luís, do Maranhão, a Buenos Aires, por estrada). A Tasmânia, no sul da Austrália, dista 5.000 quilômetros do continente (distância Belém-Montevideu, por estrada). A mais próxima é a América do Sul que está a 4.000 quilômetros da península setentrional da Antártida. Distância correspondente à estrada Belém-Porto Alegre e, também, inferior às distâncias existentes entre os pontos extremos do Brasil.

A África faz parte da "Ilha Mundial" sugerida por Mackinder. Por isso, sua geopolítica está muito dependente dos interesses dos principais centros de poder da Eurásia. Mas, sua porção meridional, por suas características geoestratégicas, poderá integrar-se à geopolítica do hemisfério sul.

O isolamento geopolítico da Austrália favorece a sua segurança e não co... promete sua importância geoestratégica que aumentará à proporção que os centros de poder do hemisfério forem impondo sua importância mundial.

A América do Sul apresenta, no quadro geoestratégico mundial, vantajosa posição:

- no caso de um confronto aeroespacial entre os EUA e a URSS através do Ártico, ficará em vantajosa posição de retaguarda que lhe permite relativa segurança;

- domina as rotas que ligam o Atlântico ao Pacífico;

- dispondo de adequado poder aeronaval ficará em condições de controlar o Atlântico sul bem como as suas ligações com o Atlântico norte.

Por suas condições geoestratégicas, a América do Sul poderá transformar-se no *heartland* do mundo anfíbio constituído pelo hemisfério sul:

- seu território apresenta vantajosa segurança resultante do fato de — com seus 18 milhões de quilômetros quadrados — constituir uma grande ilha muito isolada dos demais continentes, exceto do norte-americano do qual achase separada pelo Canal do Panamá;

- possui os elementos (geografia, cultura, formação histórica, interesses econômicos) favoráveis à integração;

- tem condições para transformar-se numa autarquia (segundo Haushofer,

é o "ideal de auto-suficiência nacional no sentido econômico"), pois produz os alimentos de que necessita e grande parte das matérias-primas indispensáveis ao seu parque industrial;

— possui uma população de 237 milhões de habitantes, situando-se, portanto, entre a URSS que possui 262 milhões e os EUA, com 219 milhões;

— os maiores centros de poder do hemisfério meridional estão na América do Sul;

— seus numerosos portos — espalhados por imenso litoral — estão permanentemente abertos a todos os oceanos;

— a parte mais meridional do seu território está "debruçada" na grande península setentrional da Antártica e desta separada, apenas, pela passagem de Drake.

A Antártida — por seus recursos estratégicos — poderá constituir, no futuro, o "Oriente Médio" do Hemisfério Sul. Resta saber, que povos estarão em condições de controlar os seus recursos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALDWIN, Hanson W. — *Grandes Errores da Guerra* — Biblioteca del Oficial, Círculo Militar, Buenos Aires, 1952.

BOER, Nicolas — *A Influência do Pensamento Militar na Conduta Política Internacional* — "Seminário Internacional de Política e Estratégia", São Paulo, 1979.

BOUTHOU, Gaston, e CARRÈRE, René — *O Desafio da Guerra (Dois Séculos de Guerra — 1740/1974)* — Biblioteca do Exército Editora, Rio, 1979.

CLINE, Ray S. — *Avaliação do Poder Mundial* — "Seminário Internacional de Política e Estratégia", São Paulo, 1979.

CROUZET, Maurice — *História Geral das Civilizações (Tomo VII) — A Época Contemporânea*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1963.

DIRETORIA DE HISTÓRIA MILITAR (Departamento do Exército dos Estados Unidos) — *As Grandes Decisões Estratégicas (II Guerra Mundial)* — Biblioteca do Exército Editora, Rio, 1977.

COUTO E SILVA, Golbery, General — *Geopolítica do Brasil* — Livreria José Olímpio Editora, Rio, 1967.

IBSEN, Gusmão Câmara — *O Pensamento Estratégico Brasileiro — (Projeção de Nossa Maritimidade na Estratégia Nacional)* — "Seminário Internacional de Política e Estratégia", São Paulo, 1979.

LANDAU, Volterio — *Geopolítica Transversal de un Mundo en Acheo* — Editorial Albatros, Buenos Aires, 1974.

LAVANÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire — *O Pensamento Estratégico Brasileiro (O Poder Aeroespacial)* — "Seminário Internacional de Política e Estratégia", São Paulo, 1979.

MEIRA MATTOS, General — *Brasil: Geopolítica e Destino* — Livreria José Olímpio Editora, Rio, 1979.

STRAUSZ-HUPÉ, Robert — *Geopolítica. (la lucha por el espacio y el poder)* — Editorial Hermes, México, 1945.

TAMBS, Lewis A. — *A Influência da Geopolítica na Formulação da Política Internacional e da Estratégia das Grandes Potências* — "Seminário Internacional de Política e Estratégia", São Paulo, 1979.

THEREZINHA DE CASTRO — *Rumo à Antártica* — Livreria Freitas Bastos.

TOSTA, Octávio — *Teorias Geopolíticas* — pub. ESG/C — 28-61.

— *Geopolítica Aplicada — Aspectos Mundiais e Sul-Americanos* — Pub. ESG/C2 — 27-66.

— *Teorias Geopolíticas* (inédito) — 1980.

TOYNBEE, Arnold J. — *A Civilização Posta à Prova* — Cia. Editora Nacional, 1953.
— *O Mundo e o Ocidente* — Cia. Editora Nacional, Rio, 1955.

VICENS VIVES, Dr. J. — *Tratado General de Geopolítica* — Universidad de Barcelona, 1956.

WEIGERT, Hasn W. — *Geopolítica (Generales y Geógrafos)* — Editorial Huella, Buenos Aires, 1956.



O PROCESSAMENTO DE DADOS NO EXÉRCITO

Dalnio Teixeira Starling

General de Brigada, Diretor de Processamento de Dados do Exército

E com grande satisfação que, atendendo a convite desta Escola, aqui venho para proferir esta palestra sobre o Processamento de Dados (PD) no Exército.

Nosso objetivo será o de prestar informações gerais sobre a atual situação da atividade de PD no âmbito de nossa força terrestre e sobre a tendência de sua evolução nos próximos anos.

O PD é de grande importância, para a modernização, a racionalização e a agilitação das atividades desenvolvidas pelo Exército e conseqüentemente para o aumento da eficiência deste, em todos os setores.

É notório o fato de que, na época atual, muitas decisões importantes têm que ser tomadas com rapidez, com base na análise de uma grande variedade de dados e informações que só poderão estar disponíveis mediante a adequada utilização das técnicas de PD.

Não há dúvida, portanto, que o conhecimento dos aspectos gerais que regem essa atividade é essencial para todos aqueles que têm responsabilidade de co-

mando, aí incluídas as responsabilidades de EM, a fim de que possam utilizar-se convenientemente do PD para a realização de suas tarefas.

PROCESSAMENTO DE DADOS NO BRASIL

As atividades de PD no Brasil, que já são de considerável vulto e estão em plena fase de expansão, foram iniciadas há pouco mais de duas décadas segundo os critérios e a iniciativa dos diferentes setores interessados.

Desenvolveram-se nessa fase inicial sem a necessária orientação governamental e, conseqüentemente, sem a conveniente racionalização, imprescindível para a consecução de objetivos mais amplos, especialmente os relacionados com a segurança nacional e o desenvolvimento do país.

Em 1979, sucedendo à CAPRE — Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico — já anteriormente estabelecida, foi criada a Se-

cretaria Especial de Informática, para assessoria direta do Presidente da República, como órgão da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Sua missão é formular e coordenar a execução da política nacional de informática, que terá por finalidade orientar convenientemente todas as atividades nesse importante setor, no qual se inserem as atividades de PD.

A política nacional de informática vem sendo paulatinamente definida por meio de normas que têm sido baixadas com vistas a regular os diferentes aspectos por ela abrangidos.

No que se refere ao processamento de dados, a grande definição já estabelecida foi a de reserva do mercado interno exclusivamente para os minicomputadores de fabricação nacional, o que propiciou o início no país de uma florescente indústria voltada para a fabricação desses equipamentos.

Essa indústria, constituída por cinco empresas (COBRA, SISCO, LABO, SID e EDISA), inicialmente importando a tecnologia necessária e os componentes mais sofisticados ainda não fabricados no país, está obrigada em curto prazo, a uma progressiva nacionalização, a qual já vem sendo alcançada de forma promissora, inclusive, no que se refere a desenvolvimento de tecnologia, consubstanciada em projetos inteiramente nacionais.

PROCESSAMENTO DE DADOS NO EXÉRCITO

Política de PD

Praticamente iniciadas no Exército na década de 1960-1970, as atividades de PD só foram objeto de definição de uma política em 14 de abril de 1976,

data em que foi baixada a Port Min nº 514, aprovando a política de PD no Exército.

Dessa política, convém destacar os seguintes aspectos:

1) Objetivos gerais a serem atingidos:

a) Propiciar aos altos escalões do Exército:

— fatores ponderáveis para a tomada de decisão;

— instrumentos mais velozes para o controle da execução das decisões.

b) Oferecer, aos Estados-Maiores e grupos assessoriais equivalentes, bases para o planejamento e para o assessoramento do chefe;

c) Assegurar aos órgãos do Exército em geral:

— exploração das possibilidades do PD na atividade-fim, em particular quanto a operações militares e sistemas-armas;

— maior velocidade na busca da racionalização e do aperfeiçoamento da atividade-meio;

— melhor emprego dos recursos humanos, materiais e financeiros.

d) Disciplinar a utilização dos recursos do PD no âmbito do Exército, de forma racional, flexível, dinâmica, integrada e econômica.

2) Áreas de atuação:

a) Área administrativa, visando o apoio aos diversos sistemas de que se compõe a administração geral e setorial do Exército;

b) Área de ensino e pesquisa, visando:

— à sensibilização dos militares, em todos os escalões, para a necessidade de sua implantação no Exército;

— à formação e ao aperfeiçoamento de pessoal especializado em PD, em cur-

sos especializados do Exército ou em estabelecimentos civis;

- ao apoio à pesquisa.

c) Área operacional, visando a apoiar:

- o planejamento e controle das operações estratégicas e táticas;

- a adoção de sistemas-armas adequados às necessidades e aos recursos disponíveis;

- o estabelecimento de comunicações eficientes e integradas, tanto fixas como de campanha.

d) Área de informações, visando a possibilitar um processamento rápido para armazenamento e recuperação de dados de interesse da segurança externa e interna, impossível de obter-se com processos normais, em termos de volume, precisão e velocidade.

3) Responsabilidades funcionais:

a) O EME foi definido como o órgão de direção geral de todas as atividades de PD.

b) À DPD foi atribuída a responsabilidade de orientação técnico-normativa das atividades de PD, nas áreas administrativa e de informações.

c) Ao órgão setorial responsável pelas áreas de ensino e pesquisa (DEP), foi atribuída a responsabilidade sobre as atividades de PD nessas áreas.

d) As atividades de PD na área operacional foram definidas como responsabilidade do próprio EME, quando referentes a aplicações operacionais estratégicas e táticas, ou dos órgãos setoriais correspondentes às suas subáreas de atuação.

Instruções Gerais para o PD

1) Com a finalidade de regular as atividades de PD no Exército, após o estabelecimento da respectiva política, foram baixadas as instruções gerais para o

PD no Exército (IG 10-12), aprovadas pela Por Min nº 1692 de 10 de outubro de 1977.

2) Nessas instruções foi definido o objetivo das atividades de PD no Exército e fixadas disposições sobre os seguintes tópicos, referentes a essas atividades:

- Organização e direção geral
- Sistema de Processamento de Dados do Exército (SIPRODEX)
- Atividades especiais e outros sistemas
- Outras disposições (pessoal e prescrições diversas)

3) No que se refere ao SIPRODEX foram definidos vários aspectos, entre os quais a sua estrutura e as atribuições de cada um dos integrantes dessa estrutura, a saber:

- Órgão de direção: Departamento Geral de Serviços (DGS)
- Órgão de apoio: Diretoria de Processamento de Dados (DPD)
- Órgãos de execução: Centros e Seções de Processamento de Dados (CPD e SPD).

Plano Diretor do SIPRODEX

Com base nas definições estabelecidas na política de PD e nas instruções gerais para o PD no Exército foi aprovado pelo EME, por intermédio do ofício nº 153-E/7.3, daquele órgão, de 14 Set 77, o plano diretor do SIPRODEX.

Esse plano, previsto para ser implantado em duas etapas — a primeira já iniciada em 1976 e correspondente ao período 1976-1980 e a segunda referente ao período 1981-1985 — teve sua primeira etapa, que foi programada com os necessários detalhes, executada dentro das possibilidades do orçamento do Exército. A segunda etapa, prevista para

ser planejada a partir de 1978 terá seu planejamento consubstanciado no II Plano Diretor do SIPRODEX, em final de elaboração.

A estrutura prevista para o SIPRODEX, no plano diretor de 1977 incluía os seguintes órgãos de execução:

- CPDEX, em Brasília - DF;
- CPD1, no Rio de Janeiro - RJ;
- CPD2, em São Paulo - SP;
- CPD3, em Porto Alegre - RS;
- CPD4, em Recife - PE;
- CPD5, em Manaus - AM.

Nas RM sediadas em cidades onde não houvesse um CPD, foi prevista a implantação de Seções de Processamento de Dados (SPD).

E os usuários mais importantes disporiam de terminais de PD que os habilitariam a consultar os computadores, para o atendimento de suas necessidades.

A localização dos CPD e SPD e as ligações por teleprocessamento, previstas no plano diretor de 1977 são as constantes do Anexo E.

Os CPD e SPD seriam interligados por teleprocessamento, conforme indicado no Anexo E.

O Anexo F apresenta a situação atual de implantação do SIPRODEX, onde estão indicados os órgãos realmente implantados e as linhas de teleprocessamento cujo funcionamento acha-se em fase experimental.

Os CPD previstos no plano de 1977 seriam de 3 tipos, a saber:

- CPDEX - tipo A
- CPD1 - tipo B
- CPD2, 3, 4 e 5 - tipo C

Novas Instruções Gerais para o PD

Considerando as evoluções havidas no setor de PD e a conseqüente necessi-

dade de rever algumas disposições contidas nas atuais IG para o PD, no Exército, a DPD está elaborando novas instruções gerais para o PD, a fim de proximamente submetê-las à consideração do EME.

Um dos principais aspectos que deverão estar contidos nas novas instruções é o referente ao estabelecimento de uma conceituação clara e nitidamente diferenciada, para os sistemas organizacionais de PD e os sistemas usuários de PD. Com base nessa conceituação será, então, possível delinear com precisão cada um desses sistemas, e conseqüentemente bem definir as atribuições dos respectivos participantes, aspectos esses de grande importância para uma adequada implantação dos referidos sistemas, a fim de que possam funcionar com as melhores perspectivas em benefício do Exército.

Os conceitos que se pretende definir são os seguintes:

"Sistema organizacional de PD é o conjunto de órgãos e elementos de PD, aí incluídos o respectivo pessoal, material e equipamento, que, atuando segundo normas e técnicas específicas e obedecendo a uma unidade de direção, realizam as atividades técnicas de PD que lhes forem atribuídas, em benefício do Exército".

"Sistema Usuário de PD é o conjunto de órgãos ou elementos que, atuando segundo normas específicas e obedecendo a uma unidade de direção, realizam atividades administrativas e atividades técnicas de PD, necessárias à utilização do PD para a consecução de um fim definido, em benefício do Exército."

As estruturas dos referidos sistemas são as indicadas nos Anexos I e J.

II Plano Diretor do SIPRODEX

Tendo em vista que a 1ª etapa, referente ao período 1976-1980, do Plano Diretor do SIPRODEX, aprovado em 1977, acha-se em sua fase final de execução, e que a 2ª etapa, referente ao período 1981-1985, não teve seu planejamento incluído no mencionado plano; e considerando as idéias contidas no anteprojeto das novas instruções gerais para o PD, está a DPD também elaborando o II Plano Diretor do SIPRODEX, para vigorar no período de 1981-1985.

Esse novo plano, considerando o SIPRODEX como o sistema organizacional principal de PD do Exército, e dando continuidade com pequenos reajustamentos ao contido no plano anterior, estabelece, entre outros, os seguintes aspectos:

- A existência de seis CPD, com a mesma localização anteriormente prevista, e de seis SPD, estas localizadas em sedes de RM onde não houver CPD, todos interligados por teleprocessamento e previstos para funcionar integradamente, apoiando-se e complementando-se mutuamente, de modo a realizar suas atividades conforme for mais conveniente, segundo planejamento específico, estabelecido pela DPD;

- O maior vulto de três dos CPD — o CPDEX, o CPD1 e o CPD2 — que deverão ter condições de realizar todas as funções de PD, desde a entrada de dados até a emissão de relatórios, inclusive o correspondente arquivamento de dados de sistemas usuários de âmbito geral do Exército;

- O menor vulto dos demais CPD — CPD3, CPD4 e CPD5 — que deverão ter condições de realizar particularmente a entrada de dados e a emissão de relatórios e um limitado processamento para

atender necessidades locais existentes nas respectivas áreas;

- O atendimento às autoridades por meio de terminais de PD, à sua disposição, para o atendimento das respectivas necessidades de PD, independentemente dos locais onde devam ser processados os dados de cada sistema usuário.

O Anexo L mostra a estrutura do SIPRODEX que deverá constar do novo plano. A principal diferença em relação à estrutura definida no plano atual, diz respeito ao vulto do CPD2 que, previsto atualmente para ser do tipo C, passará a ser do tipo B.

Plano Diretor para os Sistemas Usuários

Correlato com o II Plano Diretor do SIPRODEX, será brevemente elaborado um plano diretor para os sistemas usuários, com o objetivo de, com base na experiência já adquirida, definir os sistemas usuários destinados a atender as necessidades de PD do Exército e estabelecer as prioridades e normas gerais a serem observadas na sua implantação.

Pretende-se que cada sistema usuário seja implantado mediante portaria do EME, após a emissão da qual venha a ter sua documentação totalmente elaborada e aprovada. Essa documentação é de duas naturezas, a saber:

- A documentação técnica (sistema de aplicação de PD), que é da responsabilidade da DPD e compreende:

- Manual do Sistema;
- Manual do Usuário;
- Manual de Entrada de Dados;
- Manuais dos Programas;
- Manual de Operação.

- E a documentação administrativa (normas, instruções e ordens) que é da responsabilidade da diretoria gestora administrativa do sistema.

CONCLUSÃO

As atividades de PD, na atual conjuntura, já podem ser consideradas como indispensáveis para o bom funcionamento de um considerável número de órgãos e setores do Exército. E essa tendência torna-se, a cada dia que passa, uma realidade maior e mais irreversível.

Não resta dúvida, portanto, que o PD é uma atividade essencial para o Exército e deve, em conseqüência, receber todo o apoio para que possa ser convenientemente estruturado, sob todos os aspectos.

Os ângulos em que essa atividade deve ser considerada são dois:

- O dos sistemas organizacionais, que incluem as organizações de PD — centros, seções e terminais de PD — com seu pessoal e seus equipamentos;
- E o dos sistemas usuários de PD, voltados esses para a utilização do PD

visando à consecução de fins definidos, necessários ao Exército.

Em qualquer dos sentidos em que seja considerada, a atividade de PD dependerá, para sua eficiência, de muita racionalidade e de um espírito aberto para inovações, por parte de nossa instituição, tudo dentro de uma ótica realista, sem sonhos e fantasias mas também sem comodismo e sem reacionarismo.

Haveremos, inelutavelmente, de evoluir para incorporar o PD como atividade normal do Exército, pois nesse sentido marcham os tempos.

E para que evoluamos da melhor maneira, com o mínimo de traumas e o máximo de êxitos, o Exército necessita do empenho de todos nós, especialmente dos que, pelo seu nível intelectual, possam dar maior contribuição para o sucesso da continuada reformulação por que está passando, e continuará a passar no futuro que se avizinha, a nossa instituição militar terrestre.

(Palestra proferida na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército no dia 3 Set 80)

ANEXO A – PROCESSAMENTO DE DADOS (PD) NO EXÉRCITO

1. INTRODUÇÃO

2. PD NO BRASIL

3. PD NO EXÉRCITO

- a. POLÍTICA DE PD
- b. INSTRUÇÕES GERAIS PARA O PD
- c. PLANO DIRETOR DO SIPRODEx
- d. PLANO DIRETOR PARA OS SISTEMAS USUÁRIOS
- e. NOVAS INSTRUÇÕES GERAIS PARA O PD
- f. II PLANO DIRETOR DO SIPRODEx

4. CONCLUSÃO

OBJETIVOS GERAIS

A- PROPICIAR AOS ALTOS ESCALÕES DO EXÉRCITO:

- 1- FATORES QUANTIFICÁVEIS, PARA TOMADA DE **DECISÃO**;
- 2- INSTRUMENTOS MAIS VELOZES PARA O **CONTROLE** DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES.

ANEXO B - OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA DE PD

B- OFERECER, AOS ESTADOS-MAIORES E GRUPOS ASSESSORIAIS EQUIVALENTES, BASES PARA O ASSESSORAMENTO DO CHEFE.

ANEXO B - OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA DE PD

C- ASSEGURAR AOS ÓRGÃOS DO EXÉRCITO EM GERAL:

- 1- EXPLORAÇÃO DAS POSSIBILIDADES DO PD NA ATIVIDADE-FIM, EM PARTICULAR QUANTO A OPERAÇÕES MILITARES E SISTEMAS-ARMAS;
- 2- MAIOR VELOCIDADE NA BUSCA DA RACIONALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA ATIVIDADE-MEIO;
- 3- MELHOR EMPREGO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS;

ANEXO B - OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA DE PD

D- DISCIPLINAR A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO PD NO ÂMBITO DO EXÉRCITO, DE FORMA RACIONAL, FLEXÍVEL, DINÂMICA, INTEGRADA E ECONÔMICA.

ANEXO B - OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA DE PD

ANEXO D - ÁREAS DE ATUAÇÃO DA POLÍCIA DE PD

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- ADMINISTRATIVA
- OPERACIONAL
- INFORMAÇÕES
- ENSINO E PESQUISA

OBJETIVO DAS ATIVIDADES DE PD

AS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE DADOS NO EXÉRCITO VISAM A ASSEGURAR A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS FIXADOS PELA POLÍTICA ESPECÍFICA, PARTICULARMENTE PELA OBTENÇÃO COM MAIOR RAPIDEZ E PRECISÃO DOS DADOS NECESSÁRIOS ÀS DECISÕES E AO ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS.

ANEXO D - OBJETIVO DAS ATIVIDADES DE PD

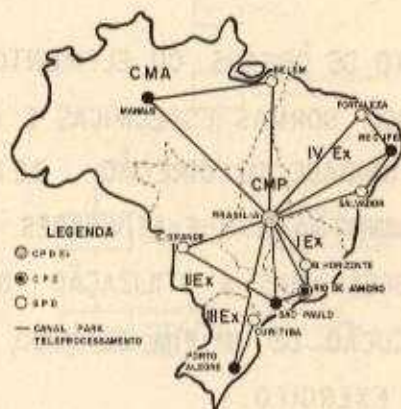
ANEXO 1 - SITUAÇÃO DO SÍSTEMA DE FINAL DE 1960

SITUAÇÃO DO SÍSTEMA DE FINAL DE 1960
1. LOCALIZAÇÃO DOS CPO E SUA INTERLIGAÇÃO POR TELEPROCESSAMENTO



ANEXO 2 - SITUAÇÃO DO SÍSTEMA DE FINAL DE 1961

SIPRODEX TELEPROCESSAMENTO



SISTEMA ORGANIZACIONAL DE PD

É O CONJUNTO DE ÓRGÃOS E ELEMENTOS DE PD, AÍ INCLUÍDOS O RESPECTIVO PESSOAL, MATERIAL E EQUIPAMENTO, QUE, ATUANDO SEGUNDO NORMAS E TÉCNICAS ESPECÍFICAS E OBEDECENDO A UMA UNIDADE DE DIREÇÃO, REALIZAM AS ATIVIDADES TÉCNICAS DE PD QUE LHE FOREM ATRIBUÍDAS, EM BENEFÍCIO DO EXÉRCITO.

ANEXO D - SISTEMA ORGANIZACIONAL DE PD

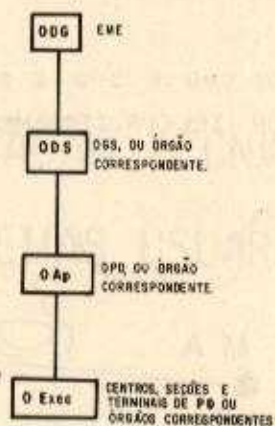
SISTEMA USUÁRIO DE PD

É O CONJUNTO DE ÓRGÃOS OU ELEMENTOS QUE, ATUANDO SEGUNDO NORMAS ESPECÍFICAS E OBEDECENDO A UMA UNIDADE DE DIREÇÃO, REALIZAM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E ATIVIDADES TÉCNICAS DE PD, NECESSÁRIAS À UTILIZAÇÃO DO PD PARA A CONSECUÇÃO DE UM FIM DEFINIDO, EM BENEFÍCIO DO EXÉRCITO.

ANEXO E - SISTEMA USUÁRIO DE PD

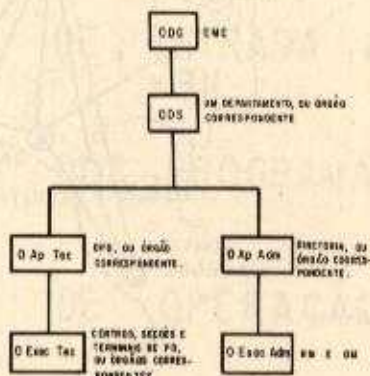
ANEXO 1 - ESTRUTURA DE SISTEMA ORGANIZACIONAL DE PD

SISTEMA ORGANIZACIONAL DE PD



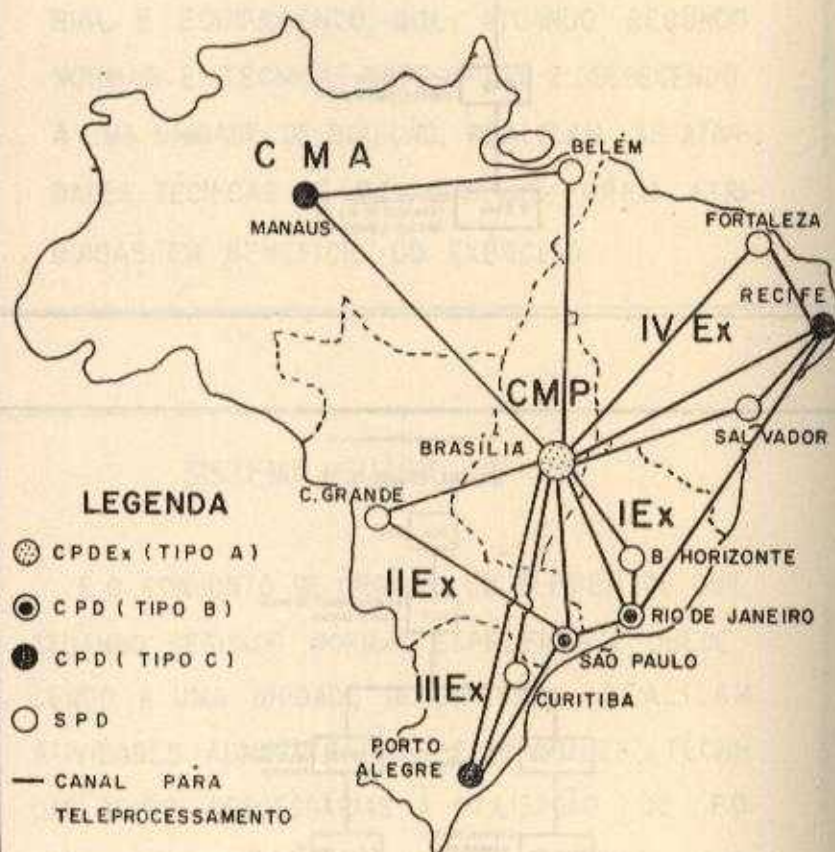
ANEXO 2 - ESTRUTURA DE SISTEMA USUÁRIO DE PD

SISTEMA USUÁRIO DE PD



ANEXO L - ESTRUTURA DO SIPRODEX (II PLANO DIRETOR)

LOCALIZAÇÃO DOS CPD E SPD E SUA INTERLIGAÇÃO
POR TELEPROCESSAMENTO



ANEXO M - DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DOS SISTEMAS USUÁRIOS

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DOS SISTEMAS USUÁRIOS

- MANUAL DO SISTEMA
- MANUAL DO USUÁRIO
- MANUAL DE ENTRADA DE DADOS
- MANUAIS DOS PROGRAMAS
- MANUAL DE OPERAÇÃO



O JORNALISTA E O SOLDADO

Octávio Costa

Palavras do General Octávio Costa, agradecendo, por delegação do Comandante do I Exército, General Gentil Marcondes Filho, a homenagem prestada, ao Exército Brasileiro, pela Ordem dos Velhos Jornalistas, no Almoço-Convívio, realizado, no dia 26 de agosto de 1980, no Clube Militar, assinalando o transcurso do Dia do Soldado.

Do alto da ladeira do seu tempo vivido, o menino que resistiu a tudo nos assegura: — Amanhecemos a existência!"

Assim interpreto, cumprindo delegação do eminente chefe e amigo, General GENTIL MARCONDES FILHO, e valendo-me da sensibilidade do maranhense BANDEIRA TRIBUZZI, palavras, gestos e intenções dos velhos jornalistas aos velhos soldados, no marco das homenagens ao DUQUE DE CAXIAS, o soldado-símbolo da nação brasileira.

Devo confessar haver encontrado, desde logo, "o menino que resistiu a tudo", em vossa opção primeira — tão simples, tão pura e, por isso mesmo, tão nobilitante — de reunião para a fraternidade jornalística e para o refúgio da vida da Imprensa, sob o despojado e transparente título de "Ordem dos Velhos Jornalistas".

Do "alto da ladeira do tempo vivido", velhos jornalistas e velhos soldados buscamos os traços da convergência, silênciamos eventuais divergências e dis-

senso, nos entendemos à perfeição. Mas para visarmos à verdadeira compreensão entre Imprensa e Exército (Forças Armadas, por extensão e completa identificação), entre nossos ofícios e vocações, entre nossas instituições, de alto a baixo, é preciso amanhecer a existência. Daí porque encontro, na busca do entendimento, pelos caminhos dos contrastes e confrontos, o sentido deste agradecimento.

Amanhecemos nossa existência, sentindo, outra vez, as inquietudes, as irreverências e os afãs libertários dos começos de repórter setorista e a impulsividade e energia dos capitães, para identificar diferenças de nossas peles e polpas, desigualdades resultantes de nossas missões diversas, no anseio de nos conhecermos, mais fundamente, uns aos outros, atendendo melhor à necessidade de nossa compreensão.

É preciso, desde logo, reconhecer que o núcleo de possíveis incompreensões no relacionamento entre soldados e jornalistas está em que, enquanto o fato,

para nós, é quase sempre notícia, para nós outros, é informação. E, para o jornalista, haverá de ser ainda mais notícia, com mais valia e mais sabor, na medida em que for mais incomum; no que sensibilize toda a gente e se faça concernente a cada um; no que interesse ao bolso do cidadão e aos anseios do povo; no que afete os governos; no que sugira qualquer injustiça; no que provoque emoção e reação; no que envolva sensacionalismo e violência: assassinatos, roubos, cataclismos, desintegração. Respeitemo-nos, portanto, reconhecendo que, enquanto somos oficiais do ofício da discricção e do sigilo — que está na raiz da surpresa, um dos princípios fundamentais da arte da guerra — e assim voltados para dentro, infensos a notoriedade e promoção, vós sois voltados para fora, para a emoção e o alarido, cumprindo-vos devassar a vida e, a nós, apenas, guardá-la e resguardá-la.

O jornalista é o homem de todas as paixões ou das paixões mais complexas, sendo o soldado o das paixões simples ou de uma só paixão: a pátria, o seu dever.

Também é preciso lembrar que o processo decisório do militar exige clara distinção entre aliados e adversários; que em nossos quartéis só pode haver uma ideologia, enquanto outras convivem em vossas oficinas; que nossa instituição e nossa carreira devem ser fechadas, enquanto as vossas são abertas; e que, enquanto o produto do vosso trabalho é um bem de consumo diário, permanentemente executado, até mesmo antes de qualquer aprendizagem formal, o nosso é de consumo de exceção, sendo a nossa vida constante adestramento para um altíssimo e nobre dever que, nós mesmos, somos os primeiros a queref que o destino nunca nos exija.

Por força de nossa formação para a ação diante do perigo, somos homens de definições, de certezas, de entusiasmos firmes, treinados para fazer valer nossa vontade sobre a vontade do inimigo, enquanto vós outros, jornalistas, podeis vos dirigir para as indagações, as dúvidas, as suspiciacias, e tendes o vexo, quando não a obrigação, de reduzir as intenções, reformas, governos e cruzadas. Em uma síntese: enquanto a confiança e a fé são alimentos indispensáveis do soldado, o jornalista brasileiro, para me valer de expressão que encontrei em HÉLIO PÓLVORA, prefere ou precisa rir antes de crer. E esta é a razão para o extraordinário talento de nossa Imprensa, além de outros talentos, no que se refere a humorismo e caricatura, a sarcasmo, a maledicência, a verrina, a ironia e a gozação, motivo para que floresçam, no perpassar das gerações, cada vez mais inspirados, os GREGÓRIOS DE MATOS e os BARÕES DE ITARARÉ.

Eis-nos, porém, identificados em tanta coisa mais profunda, e intimamente irmanados, porque são semelhantes nosso amor à disciplina — na obediência às normas da profissão, nossa autoridade e frugalidade, o idealismo, a renúncia e, acima de tudo, o mesmo espírito de missão, a exigir-nos desprendimento e sacrifício, em vossas pautas de trabalho e em nossas obras de serviço.

Somos todos oficiais do ofício do primado da vocação, que menos se faz nos bancos escolares que no coração de cada um. E para comprová-lo, aqui está a "Ordem dos Velhos Jornalistas" a confirmar a afirmação de saudoso chefe militar: "os velhos soldados se despedem mas não se vão".

Congregam-nos nossos ofícios, irmãos no movimento, no risco, no ines-

perado, na aventura, na luta contra o tempo — a exigir instantaneidade de iniciativas e decisões, e, afinal, no anseio de renovação, porque estamos sempre a mirar o futuro, para bem situar-nos em nosso tempo, e aqueles de nós que pou-sarem no passado já não serão jornalistas, já não serão soldados.

Nossas instituições são milagres do trabalho coletivo, do espírito de equipe, do poder de cooperação, das messes da doação individual, porque jornais e quartéis são colméias humanas, onde qualquer serviço é igualmente nobre, na diversidade de tarefas que variam desde o esforço manual à mais complexa elaboração mental.

Somos, a um só tempo, instrumentos de luta e de compreensão entre os homens.

Imprensa e Forças Armadas, a serviço do bem comum, ajudam a fazer a História; o soldado, por sua presença de exceção nas encruzilhadas do tempo; e o jornal, com sua permanência no transitório, como elo de uma só corrente, que torna o homem e a opinião pública solidários e participantes nos destinos da humanidade.

Integramos o mesmo amor à verdade, à justiça, à liberdade, e à democracia, podendo Imprensa e Forças Armadas, no Brasil, considerar-se entre os construtores da sociedade pluralista, a que se referiu o Papa JOÃO PAULO II em sua memorável fala aos homens de cultura.

Eis, pois, porque são mais vigorosos nossos impulsos para o entendimento, a cooperação e a convergência; porque nos encontramos, no passado, ajudando a fazer a independência, a abolição, a república, e a conviver em difíceis crises de nossa evolução democrática.

“Em todas as fases da vida nacional dos povos, a Imprensa tem sido o arauto

das aspirações populares e, não raro, segura orientadora de seus destinos, no exercício de sua nobre tarefa educacional”. São palavras de agradecimento do saudoso Marechal MASCARENHAS DE MORAES, aos notáveis esforços de nossos correspondentes de guerra, acrescentando que “destarte, no dramático desenrolar desta guerra, as democracias tiveram na Imprensa dos povos livres, uma arma poderosa a serviço da verdade, da razão e da justiça. Eis porque viemos encontrar nos campos de batalha modernos, ao lado de soldados que empunham as armas em defesa da liberdade, outros soldados que manejavam a pena a serviço da civilização”. Era o merecido preito ao talento e à coragem de RAUL BRANDÃO, JOSÉ BARRETO LEITE, EGYDIO SQUEFF e aos inspiradíssimos cronistas, aos quais tanto deve a História da FEB: RUBEM BRAGA e JOEL SILVEIRA, a cujo lado, tenente ainda, no mesmo abrigo, testemunhei o drama que o levaria a escrever a inesquecível página “eu vi o sargento WOLFF morrer”.

Eis porque, anualmente, se renovam estes encontros de confraternização, primeiro, ainda na Associação Brasileira de Imprensa, no tempo do saudoso presidente DANTON JOBIM, há onze anos atrás, em momento que o Ministro LYRA TAVARES considerou ter sido um dos mais gratos e inesquecíveis “do Brasil de minha geração”. E, porque, graças à vossa hospitalidade e à vossa generosidade, temos nos reunido, nos últimos anos, nesta Ordem modelar, com o privilégio de ser saudados por homens do valor moral e intelectual de JOAQUIM INOJOSA DE ANDRADE, de BENJAMIN MORAES FILHO, de TEOPHILO DE ANDRADE e desse infatigável pernambucano um pouco cearense,

bisneto do grande tribuno e jornalista ANTONIO VICENTE DO NASCIMENTO FEITOSA — nosso amigo BELARMINO MARIA AUSTREGÉSILO AUGUSTO DE ATHAYDE, que soube interiorizar as virtudes do seminário, para ser melhor professor, jornalista, tribuno, escritor, acadêmico, e co-autor destacado da mais fecunda obra literária dos nossos tempos, a Declaração Internacional dos Direitos Humanos.

Eis, porque, velhos jornalistas e velhos soldados, voltados sempre para o futuro, para a renovação, para a mudança, para os destinos da pátria comum e para a realização das mais legítimas aspirações do povo brasileiro, torno ao princípio para afirmar-vos a convicção de que, na vibração desses ideais mais altos, "amanheceremos a existência".

Aqui fica, aos queridos velhos jornalistas, e, por extensão, a todos os jornalistas, o agradecimento do Exército, pela minha pobre voz, na generosa delegação do General GENTIL.

Bem sei que, sem acrescentar nada de novo, pisei terreno pedregoso de contrastes e confrontos. Perdoai-me, amigos, o arroubo e a imprudência. É que tentei rezar convosco o refrão de um velho poema hebraico, cuja essência, devendo ser a obsessão do vosso ofício, é também a viga mestra do caráter do soldado:

"Três verdades há no mundo:
a verdade e a verdade
e o fulgor da verdade."



CARTA A UM RECRUTA

Austregésilo de Athayde

Presidente da Academia Brasileira de Letras

Vi Olavo Bilac uma única vez, no própria dia de minha chegada ao Rio de Janeiro, 16 de julho de 1918. Estava, pela tarde, como o faziam tantos intelectuais do tempo, de frente de "O País", vendo desfilar o mundo elegante pela Avenida Rio Branco. Meus primos Luis Paula Lopes e Antonio Austregésilo Filho que tinham ido receber-me no armazém 16 do Cais do Porto aonde chegara a bordo do navio "Pará", mostraram-me: "Olha Bilac". Fiquei parado diante do grande poeta como se fosse uma aparição gloriosa. Eu, vindo de Fortaleza, com menos de vinte anos, ali em face de um ídolo, sentindo a força mágica de sua presença! Não nos viu, e se tivesse visto não daria a mínima atenção àqueles meninos que se postavam para admirá-lo.

Alguns meses mais tarde, em dezembro, acompanhei o seu enterro e à saída do Silogeu onde fora velado, após a oração de despedida da Academia Brasileira, feita por Coelho Neto, comprimi-me

na multidão para tocar ainda que por segundos a urna que levava o seu corpo. E as pessoas em redor comoviam-se em prantos vendo aquele rapazinho, como se tivesse perdido alguém de sua família.

Por que lembro aqui esse episódio de minha entrada na vida do Rio de Janeiro? Que tem isso a ver com os seus receios, mais do que receios, firmes objeções ao serviço que foi chamado a prestar nas fileiras do Exército Nacional? É que também os tive e as formulei na sua idade e em hora muito grave do Brasil, quando declaramos guerra aos Impérios Centrais, em 1917, e a juventude começou a preparar-se para defender a pátria ameaçada.

Alistei-me em um Tiro de Guerra e foi aí que ouvi as vigorosas palavras de Bilac, pregando aos moços, com o prestígio da sua fama de poeta, o catecismo dos seus deveres para com o país em que nascemos: "Meninos, não há outro país como este". O instrutor lia as orações de Bilac e todos enchíamos o peito juvenil

com orgulho, enfileirados, em posição de sentido, com o frêmito de quem já se encontra diante do inimigo e parte para esmagá-lo. Depois afluíam as reflexões: por que deixar os estudos, interromper por algum tempo a carreira que mal principiava, indo para um quartel e, quem sabe, para o campo de batalha? Que razões superiores exigiam de mim esse sacrifício, na idade dos sonhos e das esperanças? Nesses momentos de dúvida, bem compreensíveis, surgiam outras, quase um tumulto de pensamentos contraditórios. De um lado o egoísmo natural, inspirando resistência ao cumprimento do dever. Que outros vão para as fileiras, inscrevam-se nos quartéis e se houver guerra lutem pela pátria.

Mas aí soavam-se persuasivas as palavras do poeta: "a pátria é uma extensão do lar e da família"; é covarde quem foge ao seu apelo, quando estão em risco a sua soberania, a liberdade do povo, o bem estar e a dignidade da nação. Não teria coragem de encarar meus pais e irmãos, nem os amigos e companheiros de infância, os colegas de estudo, se recusasse vestir a farda por mera pusilanimidade, pois de outra fonte não vinham os argumentos que alinhava para justificar-me a meus próprios olhos. Afinal venceu a força do caráter, a lembrança histórica de membros de minha família que estiveram no Paraguai, e cujos retratos figuravam num álbum, livro sagrado de imagens queridas e que eu costumava rever com orgulho. Meu pai mostrava o retrato do avô fardado de voluntário da pátria, no dia em que partira para a guerra. Era garboso em sua esplêndida juventude. Ele foi ferido na batalha de Tuiuti. Lutou na tropa de Osório. O seu sabre era guardado como uma relíquia, um título de nobreza, que eu costumava tocar com respeito e admiração.

Seria possível que eu agora, descendente direto, manchasse o pundonor cívico da geração, deixando de responder ao grande chamado do Brasil, em condições infinitamente mais cômodas e seguras do que as do tempo em que nada menos de cinco de meus maiores amigos se alistaram para combater? As dúvidas dissiparam-se, venceu o sentimento varonil e sem detença apresentei-me e junto a outras dezenas de jovens, vestindo a túnica e o quepi, entoamos a canção do soldado: "Nós somos da pátria guardas, fiéis soldados por ela amados", febris de entusiasmo, decididos a morrer pelo Brasil. Foi uma hora triunfal e inesquecível.

Você dirá que tudo mudou muito nestas décadas finais do século. Já as guerras não podem ser vistas com o antigo romantismo, os quadrados em torno da bandeira gritando palavras de incitamento e heroísmo, na resistência à última carga do inimigo. Realidades terríveis dos dois grandes conflitos geraram a impressão de que o sacrifício feito por milhões de jovens de nada valeu para garantir a paz, consagrar a liberdade e dar aos homens de todo o mundo o sentido dos seus direitos fundamentais e a vitória permanente da democracia que foi o grande sonho dos moços do meu tempo.

Houve, porém, alguma coisa que não mudou e até se tornou mais viva, o nobre impulso do coração dos jovens, ao aceitarem o desafio do destino, na defesa de ideais que não podemos abandonar nunca, como são o da unidade do Brasil, da sua independência, do imenso patrimônio material e moral que nos foi legado por nossos avós e que não pode ficar à mercê da cobiça de tantos que não vêem com bons olhos a nossa marcha constante e destemerosa para a realização de um destino histórico indecliná-

vel, afiançado na energia e na coragem das novas gerações.

Se falharmos hoje, é um imenso passado de glória que poderá cair em mãos alheias, riquezas imensuráveis, uma maravilhosa herança cultural que sem braços e ânimos fortes para preservá-los, irão perder-se talvez sempre. Lembre-se de que nós somos uma continuidade, vinda de longe no tempo, com a marca de aventuras, sacrifícios e sofrimentos, e que esta nação não se povoou sozinha, mas por um longo esforço comum e aí estão as páginas da história, cheias dos mais nobres exemplos da audácia dos conquistadores da terra, bandeiras afora, expandindo os limites, fazendo crescer as dimensões do futuro e isso representa não só atrevimento e espírito de aventura, mas também a busca de um destino de que gerações sucessivas foram instrumentos nem sempre conscientes, mas invariavelmente impulsionadas para a busca do futuro de que hoje eu e você usufruímos sem que a nossa participação nos bens hauridos tenha custado a mesma devoção.

Não esqueça de que os nossos pais estiveram nos Guararapes, na Inconfidência, nas conspirações emancipadoras, no espírito de lutas dos homens que prepararam a Independência, incorporando o Brasil à comunidade livre, nos levantes libertários e nacionalistas, nas revoluções das três primeiras décadas depois do segundo Reinado; estiveram entre os soldados de Caxias para sustentar a unidade nacional, viveram a prudência e a sábia serenidade de Pedro II, e assim foram preparando o povo brasileiro para a consolidação da sua pátria entre as turbulências deste subcontinente, abrindo caminho à igualdade das raças pelo Abolicionismo e, por fim, implantando a República como forma final das suas aspi-

rações democráticas. A presença do soldado leal, corajoso, disposto aos confrontos necessários, eis o pábulo do nosso patriotismo. Sem o soldado do Exército, da Força Aérea e o marujo brasileiro, nenhuma dessas glórias constituiria o nosso tesouro histórico. Foi nos quartéis, nos navios e nas aeronaves da FAB, com a disciplina e obediência, no amor heróico ao Brasil que, na verdade, se forjou a tempera desta nação.

Como são diferentes as coisas de hoje, as idéias políticas e sociais, a mobilização dos valores físicos que já nos colocam em lugar tão distinto entre os povos do mundo! O quartel, o navio e a aeronave são escolas em que o jovem ainda inexperiente começa a aprender as primeiras lições dos seus deveres para consigo mesmo e para com a comunidade a que pertence. Vindo dos vários recantos do Brasil por uma escolha que tem os seus limites nas necessidades reais da composição das nossas Forças Armadas, começa desde cedo a ilustrar-se, a rever os seus primeiros estudos escolares, a adquirir na disciplina dos regulamentos o sentido de obrigações novas e uma compreensão reveladora de que esta passagem pela caserna é como um filtro de depuração de que se sai mais limpo, mais claro, mais apto a servir, na consciência de uma cidadania que implica em obrigações e direitos e a todos cumpre defender.

Eis o que significa a sua entrada para o serviço militar, uma nova consciência aprimoradora do coração e da alma, uma porta que se abre para uma vida mais larga e fecunda. Bem sabemos que nem todos a concebem assim nem tiram dela iguais proveitos. Isso resulta das diferenças da natureza humana e das diversas condições da formação moral e espiritual de um povo que se está rapi-

damente cristalizando para tomar parte cada vez mais ativa e mais ampla na vida deste continente e do mundo como uma força renovadora, justa e fraterna. Sei que os exercícios constantes, a vigilância dos superiores, a contenção da disciplina peculiar das Forças Armadas, que tudo isso pode ser a princípio estranho a quem saiu da sua casa, do aconchego da família para o que parece uma aventura cheia de surpresas e não raramente também de constrangimentos. Isso é, no entanto, necessário para robustecer o caráter e adestrar o homem não só no uso das armas cada vez mais técnicas e sofisticadas, como no convívio de companheiros tão diversos, pelo nível da educação e até mesmo pela origem cultural.

As ordens dadas pelos clarins, o despetar com a Diana da corneta, os tambores, os horários inflexíveis, a rigorosa fiscalização dos hábitos individuais do vestido, do calçado, do asseio, tudo isso, na obrigatoriedade por vezes dura da vida castrense, fere a sensibilidade da nossa autonomia pessoal, mas logo a reflexão mostra que é indispensável para dar ao soldado a educação que o tornará participante eficaz da vida histórica do seu país. A guerra não é um objetivo, mas uma circunstância que não pode apagar um povo desprevenido. Daí o chamado da juventude às armas por breve tempo da sua vida, para que na ativa ou na reserva, componha a vanguarda da segurança e dos ideais do Brasil. Ao prestar o seu juramento à Bandeira, há de sentir-se integrado numa comunhão dotada de maiores responsabilidades. E isso haverá de encher o seu peito de legítimo orgulho. Sendo soldado, é também um homem na mais nobre expressão da sua virilidade. O Sargento, o Tenente, o Capitão, o Comandante, o Coronel, o General, o Almirante e o Brigadeiro são

seus pares, cada um no âmbito do papel que exerce na organização das Forças Armadas.

Mas na hora dos serviços extremos há entre todos o nivelamento da igualdade dos destinos.

Fugir a esse serviço é uma deserção às vezes ignominiosa e vexatória, pusilanimidade dos indignos da confiança da família, da sociedade e da Pátria. No dia em que você enverga a farda passa a ser um homem novo, cresce dentro de você o senso de uma responsabilidade que deixa a reclusão do individualismo para assumir o seu lugar como guarda de milhões de homens e do patrimônio de honra inalterável que cinco séculos nos legaram.

Receba o seu recrutamento como um chamado a uma espécie de sacerdócio cívico e veja no Exército, na Marinha e na Aeronáutica, o pórtico de sua futura vida pública, asseverada pela solidez do caráter, pelo amor à liberdade e pelo espírito dessa fraternidade nacional que nunca faltou como a maior garantia da sobrevivência, do progresso e da grandeza do povo brasileiro.

Você é um soldado do Brasil e esse título deve encher-lhe o peito do nobre envaidecimento que todos sentimos ao ver surgir para substituir-nos, na sucessão das gerações, uma mocidade física e intelectualmente mais apercebida para oferecer à pátria o lastro das realidades de um destino imperecível.

Amanhã ao lhe chegarem os anos, já no ápice de sua carreira, cumpridas as metas que a cada um coube alcançar, você dirá aos seus filhos na hora em que forem chamados a servir: "Eu também fui um soldado do Brasil". Eis a emoção que sinto neste momento, quando lhe dirijo estas palavras de compreensão e estímulo.



ENERGIA, RECURSOS E PROBLEMAS

Roberto de Oliveira Campos

Conferência realizada no encerramento do Encontro Técnico ENERGIA 80, realizado no Rio de Janeiro, em 22/24 de abril de 1980. O conferencista é o atual embaixador do Brasil em Londres.

Começarei este hesitante resumo dizendo que vejo como especial utilidade desta conferência a confrontação que permitiu entre o setor público e o setor privado na discussão energética.

Além de vários representantes dos diversos setores da iniciativa privada, fomos beneficiados com a participação de três Ministros de Estado, o Ministro de Minas e Energia, o Ministro de Transportes e o Secretário Geral de Planejamento, que substituiu o Ministro Delfim Netto.

Nem sempre das discussões nasce a luz. Às vezes nasce apenas calor. Não foi esse, entretanto, o caso, ao longo deste Simpósio, apesar de termos tido apreciável geração de calor nos debates relativos ao carvão e à energia nuclear. Acredito, entretanto, que a contribuição iluminante foi superior à contribuição térmica.

A Fórmula Tripartita

Dois pontos de referência emergiram dos debates por nós empreendidos nos

últimos dias. Primeiro, o ano de 1985 como amarração de metas energéticas e, em segundo lugar, o que eu chamaria de fórmula tripartita. Explico-me: nesse ano de 1985, presumindo-se uma taxa de crescimento do PNB não superior a 6% e a continuação de programas de economia de combustível, o consumo de petróleo se situaria em torno de 1,5 milhões de barris/dia.

Cerca de um terço dessas necessidades seriam cobertas pelo aumento da produção nacional de petróleo, entre 20 a 30% por energia alternativa de carvão e biomassas, e o restante por importações de petróleo.

Essa configuração tripartita é por certo meramente aproximativa e cercada de formidáveis incertezas ligadas:

- a — à taxa mesma de crescimento da economia e, portanto da demanda de energia. Geralmente se tem utilizado, para efeito de projeção da demanda, uma taxa estimada de crescimento anual do Produto Real de cerca de 6%, inferior à

tendência histórica, mas talvez ambiciosa à luz das restrições cambiais que teremos de enfrentar nos próximos anos;

- b — ao êxito no desenvolvimento da produção local de petróleo que, numa hipótese pessimista, poderia ficar em pouco menos de 400 mil barris/dia e, numa hipótese otimista, atingiria 500 mil barris/dia;
- c — à velocidade de substituição do petróleo por energias alternativas;
- d — à intensificação de esforços de conservação de energia, mediante o desincentivo de preços, mudanças no estilo de vida e reordenamento do sistema de transportes.

As Áreas de Incerteza

Das discussões, tanto quanto me foi dado apreender, emergiram duas áreas aparentemente de maior incerteza. A primeira diz com a expansão da produção e a logística do carvão mineral.

A produção teria de passar de 5 milhões de toneladas, em 1979, para 27,5 milhões de toneladas, em 1985, crescendo assim por um fator superior a 5.

Segundo os representantes do setor privado, essa meta seria difícil de alcançar, em virtude dos seguintes fatores:

1. Inadequado financiamento para as empresas privadas de mineração, inclusive indefinição de preços encorajadores.
2. Falta de um órgão unificador, supervisor e coordenador.
3. Indefinição da distribuição de funções entre o setor público e o setor

privado, inclusive, neste último caso, a admissão ou não de empresas multinacionais.

4. Indeterminação do planejamento de transportes, o qual, por sua vez, depende de definições sobre gaseificação, uso térmico local, ou transporte de carvão *in natura*.

A segunda área que parece carecer de definições mais precisas diz com a utilização de madeira, via metanol ou etanol, de vez que as utilizações da madeira como carvão vegetal são assaz conhecidas.

Ambos os Ministros de Estado aqui presentes, o de Transporte e o de Energia, foram bastante explícitos e bastante otimistas quanto ao programa de etanol, à base de cana-de-açúcar, mas assaz reticentes quanto ao álcool de madeira, eventual substituto do óleo combustível. Isso indicaria a persistência de dúvidas e debates internos no Governo sobre a viabilidade econômica deste último programa que parece estar despertando maior interesse ao nível estadual, de vez que a CESP, em São Paulo, está iniciando a construção de três usinas-piloto, para testar a economicidade de tecnologias alternativas. É verdade que, no plano federal, o IBDF também se tem interessado pelo assunto.

As previsões do Ministério de Minas e Energia são de que a substituição via álcool de madeira (16 mil barris/dia) seria aproximadamente 10% da substituição esperada, em 1985, por via álcool de cana, ou sejam, 150 mil barris/dia em termos de petróleo equivalente, e 13% da substituição prevista por carvão vegetal.

Na área de substituições de combustíveis, sobressai ainda outra incerteza: o sucedâneo do diesel.

Ao que parece, a gasolina seria adequadamente substituída pelo etanol de cana e o óleo combustível pelo carvão, mineral ou vegetal, e também em parte pela eletricidade, ou quiçá o metanol a partir da madeira.

Não foi ainda encontrada nenhuma solução satisfatória para o diesel, persistindo o debate entre os que favorecem o uso do álcool aditivado, os que favorecem o uso de óleos vegetais, os que prefeririam o motor ciclo-Otto, operado com álcool, havendo ainda os que acreditam numa solução por via de metanol.

A decisão é importante pois, enquanto o consumo de gasolina, mercê do desincentivo de preços, está relativamente estabilizado, a forte subvenção aos preços do diesel e óleo combustível estaria estimulando o seu consumo muito além daquilo que resultaria do balanceamento normal do "cracking" das refinarias.

A outra área de incertezas que necessitará de pesquisa acurada, porque decisões erradas podem ser perigosas, se relaciona com os custos micro-econômicos da substituição de energia. O Secretário Geral Pécora chamou-nos oportunamente a atenção para o problema da competitividade principalmente nas exportações.

Que efeito exercerá a substituição do óleo combustível por carvão, sobre as indústrias de cimento e vidro, por exemplo, tendo em consideração:

- o custo de produção desse combustível;
- o rendimento menor do combustível carbonífero;
- a logística de transporte desse combustível, e
- os investimentos de adaptação?

Falei deliberadamente em custos micro-econômicos, onde temos menor

margem de manobra. Ao nível macro-econômico, a margem de flexibilidade é maior, pois se pensarmos em termos de custos de oportunidade e custo cambial total (ao invés do mero custo contábil da importação do petróleo) o preço real do petróleo importado não seria atualmente de US\$ 30,00 por barril/dia e sim esse preço acrescido dos juros e amortização da parcela adicional de endividamento externo que fomos forçados a incorrer para financiar as compras de petróleo. Similarmente, nos países industrializados que dotaram políticas recessivas destinadas a conter a demanda interna e minimizar deficits de balanço de pagamento, o custo real do petróleo não é apenas o ônus cambial da importação senão que inclui o valor daquela parcela de produção sacrificada pela opção em favor de políticas deflacionárias.

Existem assim diferenças conceituais e práticas entre os planos micro e macro-econômicos. O primeiro tem a ver com a competitividade setorial — e aí a margem de manobra é estreita — e o segundo com os custos de oportunidade do conjunto da economia.

Os Problemas da Eletricidade

No importante setor de eletricidade aqui amplamente debatido verificamos que o setor é majoritariamente denominado pela hidreletricidade, dado que a geração térmica responde por apenas a 8% do total e não mais de 5% com base petrolífera. No setor de eletricidade, há boas e más notícias.

Inexistem problemas conceituais e técnicos (à parte a questão da energia nuclear, a que me referirei mais tarde), mas o setor está experimentando dificuldades na estruturação de suas fontes de financiamento. E essas dificuldades são

sérias. Começemos pela boa notícia. O potencial hidrelétrico do país, anteriormente estimado em 209 milhões de kw, está agora orçado em 213 milhões de kw, excluídos a calha principal do Amazonas e os afluentes da margem Norte.

No capítulo das más notícias, cabe indagar de que teria resultado a deterioração da montagem financeira do sistema de eletricidade?

Tradicionalmente, desde que o setor se reorganizou, a partir de 1964/65, havia um esquema tripartito. Um terço dos investimentos eram financiados pelas tarifas, um terço por tributos e empréstimos compulsórios e um terço por empréstimos externos, facilmente angariáveis dada a boa organização do setor e a disciplina financeira mantida.

Hoje as proporções se inverteram. Cerca de dois terços são financiados por recursos externos, criando pesados encargos de amortização e juros. Assim, conforme disse o Presidente da Eletrobrás, Dr. Maurício Schulman, o simples serviço da dívida absorverá cerca de 40% dos recursos daquela empresa, em 1980/81/82.

Isso reduz, obviamente, a capacidade de investir do sistema, precisamente quando ele é chamado a ampliar sua contribuição para o suprimento energético do país, dos tradicionais 26 a 27% para 34 ou 35%, em 1985.

As razões principais desse debilitamento estrutural da capacidade de investir do setor foram:

1. Entre fins de 1977 e fins de 1979, a defasagem tarifária, pois que as tarifas deixaram de acompanhar o índice geral de preços;
2. O desvio, para outros setores, de parcelas crescentes do Imposto Único de Eletricidade, parcelas que foram

versadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento;

3. A não reinversão automática dos dividendos da União.

O primeiro fator, a defasagem técnica de tarifas, vem sendo corajosamente corrigido, a partir de dezembro do ano passado. As outras duas medidas, desvio de recursos e não reinversão automática seriam racionalmente defensáveis, em princípio, para evitar excessiva compartimentalização de recursos, mas apanharam o setor numa fase delicada de pesados investimentos de longa maturação como, por exemplo, Itaipú e Tucuruí.

O Debate sobre Energia Nuclear

Como seria de esperar, reproduziu-se neste Seminário o debate entre os "atômicos", partidários da energia nuclear, e os "barrageiros", partidários de barragens hidrelétricas. Os argumentos favoráveis ao programa nuclear brasileiro são conhecidos e foram aqui repetidos:

1. O grosso do potencial hidrelétrico inaproveitado no Brasil está na Amazônia, a grande distância de transmissão.
2. O Brasil precisa dominar a tecnologia do ciclo nuclear e manter aberta essa opção energética.
3. Os altos custos do kw nuclear refletem, em parte, o preço do aprendizado, em parte erros de planejamento e localização, que não desmerecem a solução em si mesma.
4. Esses altos custos por kw poderiam ser de futuro aliviados, se desenvolvido um programa integrado de utilização de instalações nucleares não apenas para produção de eletricidade,

mas também para geração de vapor industrial, visando a utilizações tais como: gaseificação do carvão, extração do xisto betuminoso, dessalinização de água marítima, etc. A tecnologia para isso necessária é apenas incipiente porém marcha aceleradamente.

Arguem, de outro lado, os nossos hidrelétricistas, os chamados "barrageiros", que:

1. O programa nuclear havia sido concebido num quadro de grave subestimação do potencial hidrelétrico do país, àquela altura estimado em 150 milhões de kw.
2. O custo do kw instalado se provou exageradamente alto na solução nuclear, com a agravante de que esse custo seria descarregado sobre a tarifa geral de energia elétrica, cuja margem de tolerância a aumentos — arguem os barrageiros — deveria ser reservada para melhorar a equação de investimentos do setor hidrelétrico.
3. Ao contrário do que sucede em outros países, a energia nuclear no Brasil não substitui o petróleo e sim a água, pois apenas 5% da geração de energia elétrica provém de termoelétricas movidas a óleo.
4. Enquanto os custos de transmissão a longa distância tendem a baixar, em virtude do aperfeiçoamento tecnológico, os custos de instalações nucleares tendem a aumentar, em função de severas medidas de proteção ambiental, cada vez mais reclamada pelas populações circunvizinhas.

Da mesma forma que o debate prossegue vivo ou irresoluto na imprensa, no Congresso e nas comunidades científicas do país, não poderíamos esperar

resolvê-lo neste Seminário. O que parece razoável concluir é que o Brasil:

1. Não pode ficar à margem da evolução tecnológica no setor nuclear.
2. Necessita de um programa prudente, nas dimensões mínimas necessárias para absorver o ciclo tecnológico, dando, entretanto, maior ênfase à absorção de tecnologia do que propriamente à contribuição nuclear para a geração de eletricidade, para o que existem alternativas mais baratas.
3. Deve acompanhar de perto as experiências, ainda não definitivamente provadas, de aproveitamento industrial do vapor de reatores para finalidades correlatas que reduzam o custo do kw instalado.
4. Deve, na medida do possível, separar os encargos do financiamento do programa nuclear, do programa geral de eletricidade do país, não apenas por estar este financeiramente sobrecarregado mas até mesmo para singularizar o custo comparativo da eletricidade nos dois sistemas.

Uma excelente notícia, no que toca ao programa nuclear é que as reservas de urânio metálico parecem já ter atingido 215.000 toneladas, principalmente nas jazidas de Tataia do Ceará, onde o urânio é associado ao fosfato, de mais fácil processamento do que o urânio-molibdênio de Poços de Caldas.

O Setor do Petróleo

No setor de petróleo houve algumas auspiciosas notícias transmitidas pelas autoridades governamentais. De um lado, a re-estruturação dos orçamentos da Petrobrás, que hoje atribuem 64% de suas verbas à exploração e desenvolvimento,

quando, até 1975, já em plena crise do petróleo, esse setor não absorvia sequer um terço dos recursos.

De outro lado, a notícia da liberalização da política de contratos de risco, que permitirá às empresas interessadas requerer áreas de exploração, desde que não incluídas nos blocos preferenciais que a Petrobrás reservar para si própria. Interessantes foram as informações transmitidas pela Secretaria de Comércio e Indústria, Ciência e Tecnologia de São Paulo sobre o programa estadual de pesquisa do petróleo.

Conclusões

Seja-me permitido agora tentar sumariar as conclusões, sem necessariamente perfilhá-las, de vez que o coordenador dos debates tem a mera função de política epistemológica. Cabe-lhe orientar o tráfego ideológico, sem necessariamente tomar partido, fazer julgamentos ou distribuir prêmios e punições.

A primeira conclusão é de que o Brasil se conscientizou, afinal, da crise de energia. Mas não se conscientizou em tempo hábil. Os únicos dois grandes países que, entre 1974 e 1978, prosseguiram aumentando o seu consumo de petróleo enquanto outros o continham ou mesmo reduziam, foram precisamente os Estados Unidos e o Brasil. O Brasil tem, certamente, a atenuante de ter mantido boa taxa de crescimento do Produto Real Global, superior a 6% ao ano, enquanto os Estados Unidos aumentaram o seu consumo de petróleo, a despeito de manterem baixa taxa de crescimento econômico.

Mas os Estados Unidos têm a enorme vantagem de só dependerem em 50% do petróleo importado — nossa dependência é de 85% — e de pagarem em sua

própria moeda, enquanto o Brasil se endivida para pagá-lo.

A crise do petróleo era perceptível, mesmo para olhos não proféticos, desde setembro de 1967, quando ocorreram a Guerra dos Seis Dias, o embargo e o fechamento do canal de Suez.

Infelizmente, entretanto, nem a Petrobrás nem os órgãos de segurança advertiram adequadamente o país da crise que se desenhava, ou propuseram medidas de reconsideração do programa energético, ao longo do intervalo crucial entre o prenúncio da crise, em setembro de 1967 e a eclosão da crise, em outubro de 1973, que resultou na quadruplicação dos preços do petróleo, em janeiro de 1974.

A segunda conclusão é de que corremos sério risco de ver alguns setores de substituição energética atrasarem-se em relação às metas, notadamente quanto ao carvão e o álcool de madeira.

Outrossim, se os problemas ambientais da produção do xisto já estão devidamente analisados, o que levou inclusive a uma redução realista do programa do xisto betuminoso, parece haver demasiada confiança numa solução fácil e rápida do problema do vinhoto, decorrente da produção do etanol de cana. Entretanto, os investimentos necessários para cada uma das possíveis técnicas de minimização da poluição do vinhoto e criação de usos úteis para esse subproduto (a cada litro de álcool correspondem 11 a 12 litros de vinhoto) a saber: decantação, utilização como fertilizante, conversão em gás metano, para uso nas caldeiras das refinarias, processamento proteínico, não tem sido objeto de cálculos detalhados nem do estudo de fontes de financiamento.

A terceira conclusão é de que a importação de petróleo nos vem criando

perigosa dependência externa, uma dependência que é financeira, geográfica e estratégica.

Dependência financeira, porque a conta de petróleo consome mais de 40% da receita das exportações. É o motivo básico do deficit do Balanço de Pagamentos em Conta Corrente. Em 1980 — acredito que o Secretário Pécora me confirmará — há até mesmo uma coincidência numérica: as importações programadas de petróleo e o deficit em Conta Corrente se encontram mais ou menos ao nível de US\$ 10 bilhões.

Geograficamente, porque mais de três quartos de nossas importações provêm do Oriente Médio, e cerca de 45% — talvez até um pouco mais hoje — de um só país, o Iraque.

Estrategicamente, porque a importação do petróleo por via marítima, a longas distâncias, torna-nos extremamente

vulneráveis em face de uma moderna guerra submarina. Dependendo em 85% de petróleo importado, nossa instrumentação militar corre o risco de imobilização e inutilidade, em caso de conflito que afete as rotas marítimas.

A quarta conclusão, como raio de luz num horizonte assaz sombrio, é de que a crise do Brasil é menos uma crise de energia globalmente que uma crise de combustíveis fósseis e afeta mais a energia de transporte que a energia industrial propriamente dita.

As condições de solo e clima permitem, mesmo ao atual nível de tecnologia, amplo recurso à energia de biomassas e, para usos domésticos e não concentrados, à energia solar.

Temos, portanto, graves problemas mas, também, um rico elenco de opções, desde que as saibamos adotar racionalmente.



TERRORISMO

Francisco Batista Torres de Melo

General de Brigada, Comandante da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada (Escola), Rio de Janeiro.

Cada dia que passa os jornais, as TV e os rádios estampam, mostram e gritam os atos praticados pelos terroristas em todos os quadrantes do mundo. Alguns deles se tornam verdadeiros heróis, como se fosse possível colocar no pedestal da glória aquele que mata indiscriminadamente.

Procuraremos trazer à tona um assunto que deve ser profundamente conhecido por todos nós.

DESENVOLVIMENTO

Democracia

Democracia é uma filosofia de vida.

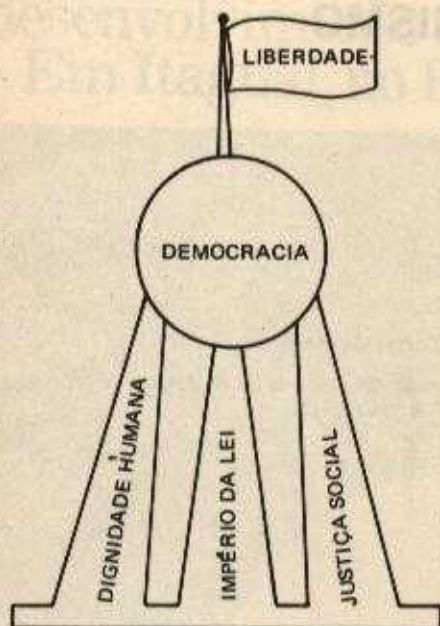
O mundo ocidental, que tem suas origens nas três grandes civilizações (GREGA — JUDAICA e ROMANA), abraça a democracia como sistema de vida porque ela representa as suas próprias origens.

A GRÉCIA despertou o homem para os métodos do pensamento, dando-lhe a personalidade individual, criando nele o indelével direito de resguardar a sua dignidade humana.

A civilização JUDÁICA com suas leis que se perdem nas origens do mundo, criou o homem dentro da Unidade Moral. Todos são filhos de DEUS e criados a sua imagem e semelhança. A igualdade, a humildade, a caridade colocam o homem no campo da justiça social.

Os Romanos nos deram a codificação dos valores, estruturando as leis que garantem ao homem a sua grandeza diante do Estado.

Democracia é portanto, respeito à dignidade humana, justiça social e o império da lei. Estas três colunas sustentam os fundamentos da própria razão de ser do homem — A liberdade. Sem isto não há mais razão de vida.



Quando a sociedade deixa de entender a grandeza da liberdade começam a surgir as doenças mais torpes que possamos imaginar.

A luta eterna entre a manutenção dos valores imutáveis da democracia e a subversão, a guerra revolucionária, só poderá ser vencida, quando os homens criam dentro de si a certeza da verdade da *grandeza do homem*.

Aqueles que procuram destruir a Democracia usam de todas as armas possíveis e talvez as mais torpes dela, o Terrorismo.

Terrorismo

O terrorismo é um dos processos usados na Guerra Revolucionária destinado a influir sobre o comportamento político da população, através de meios extraordinários incluindo o uso ou a ameaça de violência.

Atualmente ele se encontra cada vez mais presente no mundo pseudo-civilizado que vivemos. O que é grave é que governos e parlamentares e os próprios meios de comunicação social não estão entendendo a gravidade do problema.

Mata-se, arrasa-se, arruina-se e o mundo impassivo assiste o terrorismo crescer como se fosse algo de nobre e de grandioso.

Há dois gêneros de terrorismo:

- Terrorismo de coação
- Terrorismo de agitação.

O primeiro (terrorismo de coação) é realizado pelo próprio governo legal. A grande conclusão é que o governo democrático jamais poderá utilizar qualquer tipo de coação ao seu povo. Caso isto aconteça toda a estrutura de Democracia ruirá, será a sua falência e deixará de ser o regime da defesa da dignidade humana. O terrorismo de coação é utilizado pelo regimes ditatoriais. Os expurgos na Rússia, a matança dos judeus na Alemanha, os fuzilamentos indiscriminados no Oriente Médio, os extermínios no Afeganistão, são tipos de terrorismo de coação.

O segundo tipo — Terrorismo de agitação é o utilizado por grupos políticos em oposição a governos legais.

O terrorismo de agitação tem como finalidades atingir:

- A construção do moral revolucionário
- A realização da "propaganda de fatos"
- A desorientação da população
- A eliminação dos oponentes
- A provocação das contramedidas.

Eis o grande problema para o governo. Entender que a derrota do terrorismo não é a criação de uma reação terro-

rista, mas a anulação dos objetivos que ele procura atingir.

A Democracia luta contra o terrorismo fortalecendo as suas colunas mestras de defesa da dignidade humana, justiça social e o império da lei, orientando a população para os fatos que elevam a pessoa humana, mostrando à mesma, a degradação da personalidade doentia do terrorista.

A criação de mártires e de medidas indiscriminadas de repressão criam o clima de revolta na população, que passa a achar o terrorista como um elemento perseguido da sociedade.

Na luta pela verdade (democracia x terrorismo) os efeitos psicológicos são buscados por ambas as partes. Vai vencer aquele que acredita na sua verdade. Não tenho dúvida que as colunas de sustentação da Democracia representam melhor verdade do que a morte, a desgraça, etc.

O terrorismo procura os seguintes efeitos psicológicos:

- Entusiasmo
- Terror
- Ansiedade
- Desespero

A ação terrorista bem planejada e que cria eco nos meios de divulgação social traz a certeza aos executantes de que a causa que defendem é a verdadeira. É o levantamento do moral.

A morte, a desgraça e o prejuízo material criam na população o medo nos seus diversos graus — temor, ansiedade e desespero. A população passa a duvidar da ação governamental.

Ao governo cabe buscar, também, os seus efeitos psicológicos junto à população.

Face ao entusiasmo do terrorismo cabe ao governo criar o clima do patrio-

tismo e da certeza de nossas verdades. Face ao terror, criar o clima do amor e da compreensão. Face à ansiedade, promover a certeza da vitória da nossa causa. Face ao desespero, cultivar a esperança da vitória do homem, única razão de ser da existência humana.

Efeitos Psicológicos	
Governo	Terrorismo
Patriotismo	Entusiasmo
Amor	Terror
Certeza da Vitória	Ansiedade
Esperança	Desespero
Justiça	Medo

Aqui vem a importante pergunta e sempre atual: Quando iniciar as ações governamentais? Responde-se: sempre. Não há início nem fim. Há uma guerra constante em busca da vitória do homem. Cabe ao governo colocar-se sempre na ofensiva, usando as leis na defesa da sociedade.

O terrorista é um criminoso comum e assim deve ser julgado e punido pela sociedade.

A lei deve ser inflexível.

Quando há dúvida a respeito da eficiência da justiça, começa o abalo de toda nossa sociedade. O governo precisa ficar atento ao problema.

A justiça, em todos os seus campos de ação, deve ficar acima de qualquer dúvida. Nada pior do que o descrédito da justiça face à ação do terrorista.

Atualmente "Os princípios da ciência objetiva e da razão humana, a noção do

primado da lei, a supremacia da política" sobre a força, em toda parte, estão sendo submetidas a um desafio intencional e encarniado".

É a luta da justiça contra a força bruta do terrorismo que se encontra em jogo no mundo atual.

PAUL JOHNSON em seu artigo — Os sete pecados mortais do terrorismo mostra os setes erros fundamentais que dele devem ser explorados. São as frinchas por onde poderemos penetrar para destruí-los.

— *Pecados Mortais do Terrorismo*

- 1 — O terrorismo é a exaltação deliberada e fria da violência sobre todas as formas de atividade política.
- 2 — O terrorismo é a supressão deliberada dos instintos morais do homem.
- 3 — O terrorismo regeita a política como um meio normal para a solução dos problemas da comunidade.
- 4 — O terrorismo se associa ativa, sistemática e necessariamente à propagação do Estado Totalitário.
- 5 — O terrorismo não representa perigo para o Estado Totalitário. Ele discrimina entre o Estado de Direito e o Estado Totalitário, em favor deste último.
- 6 — O terrorismo explora o aparelho de liberdade das sociedades liberais e portanto o ameaça.
- 7 — O terrorismo solapa a vontade de uma sociedade civilizada de se defender.

Vamos analisá-los e procurar tirar proveito para as nossas ações futuras.

O primeiro pecado é a justificativa total e moral do assassinato. A justifica-

tiva filosófica tem seus fundamentos em Marx e na própria filosofia da violência de NIETISCHE. A luta de classe pregada por MARX para atingir a perfeição comunista leva o homem à alienação do terror. Os assassinios em massa realizados pelos grandes ditadores são justificados pela própria verdade da ditadura. HITLER afirmou: "A virtude está no derramamento de sangue". SARTRE e seu discípulo FANON foram os pregadores maiores da justificativa da ação terrorista." Ao nível dos indivíduos, a violência é uma força purificadora. Ela liberta o oprimido de seu complexo de inferioridade e de seu desespero e inação".

Atualmente todo tipo de violência é mostrado pelos meios de divulgação de massa. Fala-se em índice de delinquência, aumento de criminalidade, problema das prisões, vandalismo, fraude de futebol, etc procurando apresentá-los como uma doença de nossa "sociedade violenta". O terrorismo aparece como um remédio para esta sociedade que é mais violenta do que o próprio terrorismo. Justifica-se tudo.

Temos que explorar este primeiro pecado de maneira crua, mostrando a razão de ser da vida e a sua própria beleza. Temos que levar às TV os que fugiram dos "GULAG". Devemos explorar os temas dos provérbios bíblicos, educando a nossa juventude na certeza da felicidade do sábio, da bondade, da sabedoria, do trabalho, do caminho reto, da família e a desgraça a que pode nos levar a preguiça, o mal, a lisonja, a dissolução, a loucura da corrupção.

Temos que gritar o valor da pessoa humana e os seus direitos. Temos que pregar a justiça dos fortes, dos dignos e fazer sentir que os assassinos são os reprobos, os maus, os perversos e que devem ser retirados da sociedade.

É preciso não ter medo e enfrentar a luta, pois o primeiro pecado do terro-

rismo é de tal maneira brutal que a certeza de vitória é nossa.

SARTRE afirma "Um negro atirar num branco é matar dois pássaros com uma cajada, porque destrói um opressor e o homem que ele oprime ao mesmo tempo". Matando, o terrorista renasce livre. Para esta afirmativa apocalíptica devemos responder com justiça social ou como diz o livro dos livros:

"O homem caridoso faz bem a si mesmo

O cruel dilacera-se a si próprio

O ímpio faz aquisições falazes, mas o que semeia a justiça terá verdadeiro lucro.

Aquele que tem senso de justiça tende para a vida

Aquele que segue o mal, corre para a morte".

O segundo pecado — "O terrorismo é a supressão deliberada dos instintos morais do homem".

Durante milhões de anos o homem da caverna veio evoluindo, sempre tentando o aperfeiçoamento de seus instintos. Foi sempre a busca do ético e o terrorista prega o aético.

A civilização ocidental, como afirmamos no início deste artigo, tem uma de suas colunas mestras na codificação do antigo e novo testamento.

CRISTO soube, na sua aparência, reorganizar toda uma civilização que se encontrava em crise. O Império Romano, cujas origens se fundamentavam nas civilizações grega e egípcia, viu sua queda por ter abandonado os valores eternos da humanidade. Quando Ele afirma:

"Amai os vossos inimigos; fazei bem aos que vos odeiam; bendizei os que vos amaldiçoam; rezai pelos que vos caluniam" ressurge toda a grandeza do homem semelhante a DEUS.

O terrorista jamais poderá entender esta linguagem. Ele tem que se tornar um alienado, pois só fora dos padrões

normais ele será capaz de matar, destruir a sangue frio.

O terrorista, normalmente, será um viciado em tóxico para que os seus efeitos alucinadores o façam capaz de realizar atos de loucura.

Diz PAUL JOHNSON que nos grupos terroristas "as recrutas são submetidos a repetidos estupros, ou forçadas a tomar parte de atos coletivos de depravação sexual, de forma a anestesiar os reflexos morais e a prepará-las para a brutal transformação de suas naturezas que os seus futuros "deveres" exigirão".

O terrorista só pode ser de fato um terrorista quando não mais mantiver dentro de si os elementos morais da personalidade humana, ou como diz a peça antiterrorista de DOSTOIEVSKY: "O grupo terrorista somente pode ser unido pelo medo ou pela depravação moral".

É fácil para nós destruir o terrorista. Basta afirmar que ele representa tudo o que é de negativo. É preciso conscientizar a massa da loucura do mesmo. É preciso tratá-lo como um anormal, um criminoso e assassino.

Ou temos convicções da nossa verdade ou somos derrotados pelos loucos que irão destruir todo o nosso passado. Não há alternativa.

O terceiro grande pecado do terrorismo é que não aceita a busca de soluções dos problemas da comunidade pela via política. Só o tratamento brutal pelo choque do terrorismo poderá levar à comunidade a encontrar a solução de seus problemas.

Parece-nos que o mundo sempre procurou encontrar uma solução pacífica para os seus problemas.

A afirmativa de LENINE de que a "Política é a continuação da Guerra" justifica a ação terrorista. Ele parte do princípio de que o mundo vive em guerra, em violência, logo tudo é justificável dentro desta violência.

O mundo democrata pensa universalmente. A guerra é apenas uma emergên-

cia; a política é a constante. Logo só se justifica a guerra quando todos os meios políticos forem esgotados.

Duas filosofias de vida. A diferença é tão profunda que não podemos aceitar um acordo entre elas.

A política é a arte de governar, de encontrar soluções para os problemas humanos.

A política é a antítese da violência...

Hobbe e Locke viam a política como uma tentativa para criar um mecanismo para evitar o barbarismo e tornar possível a civilização.

O terrorismo torna inexecutável a civilização.

A democracia é o seu primado.

O quarto grande pecado do terrorismo é que está sempre associado aos Estados Totalitários.

O terrorista fala que suas ações procuram a liberdade de seu povo, mas só existem porque são apoiados pelas ditaduras de outros países. São os Estados Totalitários que dão aos terroristas refúgios, bases e campos de treinamento, dinheiro, armas, etc. Quanto mais despótico este Estado, mais apoio aos terroristas.

É difícil encontrar terroristas lutando contra as ditaduras, pois eles se entendem.

Os jornais gritam, os rádios falam e as TV mostram terroristas como agentes que lutam contra as forças repressivas da sociedade. Isto é uma grande mentira. "Forças repressivas" são aquelas dos países totalitários que apoiam os terroristas.

Os cárceres estão cheios de milhares de pessoas em CUBA — RÚSSIA — ARGÉLIA — ANGOLA etc., onde se apoiam os terroristas. É preciso explorar esta fraqueza. O mundo de hoje treme diante de terroristas de vários matizes. É uma inversão de valores.

O quinto pecado do terrorista é apenas uma continuação do quarto.

O terrorismo não é uma ameaça para o Estado Totalitário. É uma questão de lógica. Cabe ao Estado Totalitário alimentar o terrorismo, mas não admite que ele possa existir dentro de seu território. Gritam para fora que há necessidade de direitos humanos etc, mas dentro do Estado praticam o assassinio jurídico, a prisão preventiva, torturas de presos etc. Os GULAG estão por aí. Ninguém de fora grita para contê-los.

Os exemplos de fraqueza das democracias ou de outros regimes estão na história da humanidade.

Os terroristas que foram perdoados voltaram e se tornaram os chefes de seus países, trazendo consigo banhos de sangue.

FIDEL CASTRO — STALIN — LENINE — HITLER e tantos outros representam a grande realidade. Gritavam contra as "Forças Opressoras" e levaram os seus povos para os maiores massacres.

"A base do terrorismo se encontra no mundo totalitário". É de lá que vem dinheiro, armas e proteção. Não devemos esquecer do terrorismo com o massacre que ocorreu nos jogos olímpicos de Berlim etc.

O sexto pecado, não sei se é pecado, é que o terrorismo para existir explora o aparelho de liberdade das sociedades liberais e, portanto, o ameaça.

A grande orquestra grita diariamente pelos direitos humanos, acusa a ação repressora dos aparelhos policiais etc. Esta orquestração visa criar na massa a idéia de uma sociedade oprimida.

O terrorista aparece não como um assassino mas como um herói que vai libertar a sua pátria.

O assassinio frio de Lord MOUNT BATTEN pelo IRA criou uma imagem da morte do explorador do povo. Era um nobre que vivia nababescamente enquanto que o povo da Irlanda do Norte sofria a opressão do povo inglês.

Os palestinos matam quase que diariamente crianças, pessoas inocentes e os

jornais estampam a figura burlesca de ARAFAT como se matar fosse a solução para o mundo.

Liberdade para tudo e principalmente para eles.

Quando assumem o poder vem a mortandade desenfreada.

Quando presos, como criminosos comuns, são chamados de criminosos políticos. Anistia ampla e irrestrita é o grande grito.

FIDEL CASTRO foi assim e até hoje não deu anistia ampla e irrestrita e seus cárceres se encontram cheios de presos políticos.

Quando se inicia a ação terrorista começa o maior perigo para a sociedade livre. Ela procura se defender, armando-se. Cria-se o perigo da própria sociedade perder a sua liberdade e para combater o terrorismo passa usar das mesmas armas.

Os líderes desta sociedade precisam entender que nada pode destruir a Democracia, pois ela só é ameaçada quando os seus filhos deixam de entender a grandeza de seus fundamentos.

Os terroristas serão derrotados quando todos nós de mãos dadas resolvermos derrotá-los dentro do "Império da lei". A lei deve ser inflexível.

O sétimo pecado do terrorismo é que ele solapa a vontade de uma sociedade civilizada de se defender.

Este é o mais mortal pecado do terrorista. Ele tenta induzir a civilização a cometer o suicídio. A História se encontra cheia de suicídios porque deixaram de acreditar nos alicerces de nossa formação histórica.

A sociedade livre que usa dos mesmos métodos dos terroristas para combatê-los se prejudicará. Poderá acabar num regime ditatorial.

A sociedade livre, que por medo dos excessos, deixa de tomar medidas energéticas condena-se a si próprio. É o suicídio.

Quando a sociedade abdica à sua responsabilidade de manter a lei perdeu a razão de ser de sua existência e tem que ser substituída por outra que tenha novos valores.

Acredite-se ou não, a luta é pela manutenção dos valores ou pela mudança desses valores.

PAUL JOHNSON afirma:

"Quando os governos providenciam dinheiro de resgate para terroristas ou permite que cidadãos privados o façam, até mesmo auxiliando no processo pelo qual esse dinheiro chegue às mãos dos terroristas, quando governos libertam criminosos condenados em resposta a exigência de terroristas; quando governos dão a terroristas STATUS, direito e vantagem e, acima de tudo, a legitimidade de interlocutores em negociações; quando governos dão aos terroristas condenados o status oficial e privilegiado de prisioneiros políticos, o que é uma asneira e uma rendição; quando encontramos governos se submetendo às exigências de inquéritos oficiais ou investigações internacionais; quando encontramos jornais, rádios e rede de TV igualando governo democratas e terroristas; quando os governos por medo se omitem em defesa de seus ideais", *podemos dizer que os terroristas estão ganhando a guerra. É a falência total.*

Quando tudo acontece como foi dito acima é porque os homens estão com medo de afirmações. Falta coragem moral.

Chega-se ao absurdo de se ter medo de dizer que somos reacionários. O que é ser reacionário para um democrata: é defender a justiça social, é defender a dignidade humana, é defender o "Império da lei". Quando o homem tem medo de defender as suas idéias não deve ter mais o direito moral de viver.

CONCLUSÃO

Definimos Democracia e analisamos as ações dos terroristas. Estudamos os

pecados dos terroristas e as ações que os democratas devem realizar para serem os vencedores.

Podemos então dizer que o TERRO-RISMO é:

- a exaltação à violência
- a supressão dos valores morais
- a negação da política como arte
- a eliminação do Estado de Direito
- a pregação do Estado Totalitário
- a ameaça à liberdade
- o fim da sociedade civilizada.

A nossa vitória vai depender exclusivamente de nossa vontade e da nossa fé nos fundamentos democráticos.

O terrorismo existe desde o início dos séculos.

Um deles foi derrotado pelo valor de seu filho.

"Até quando, enfim, ó Catilina, abusarás de nossa paciência! Por quanto tempo ainda esse teu rancor zombará de nós! Até que ponto se arrojará tua desenfreada audácia!"

"Ó tempos! ó costumes! o senado sabe tudo isto, o consul tudo vê e no entanto, Catilina vive! Digo vive?... Pior ainda, vem ao senado, participa de

uma sessão de interesse público, indica e designa com a visita os que de nós tem destinado à morte."

"Por isso, ó senadores, os maus retirem-se; separem-se dos bons; reünam-se num lugar; sejam isolados de nós com um muro como outras vezes tenho afirmado; deixem de armar traições ao consul em sua casa, de cercar o tribunal do pretor urbano, de rodear o senado com espadas, de preparar feixes de archotes para abrasar a cidade; seja finalmente escrito na frente de cada um aquilo que sente acerca da república!... tudo isto fortificará os senadores; um tão unânime acordo surgirá entre todos os bons, a ponto de verdes que é retirado de CATILINA todos os traidores, que ficarão patentes, evidentes, esmagados, aniquilados".

CÍCERO salvou a República. Derrotou o terrorismo de CATILINA.

Ainda, hoje é a grande verdade. Para derrotar o terrorismo precisamos de Cíceros.

MARCO TULIO CÍCERO acreditava na República Romana e venceu.

Nós acreditamos na Democracia e por isto venceremos sempre o terrorismo.



OPERAÇÃO TABAS

Léo Fonseca e Silva

Capitão-de-Mar-e-Guerra (IM-R.Rm.) Assessor da Escola de Guerra Naval, Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

O mundo inteiro ficou surpreendido quando, no dia 26 de abril o governo dos Estados Unidos anunciou que fracassara uma tentativa de libertação dos reféns que estão no Irã. A surpresa foi bem maior quando se soube que não fora um fracasso qualquer, mas um resultado com forte sabor de derrota, pois grande parte do material aéreo tinha sido abandonado e haviam ocorrido oito mortes.

Como? indagavam todos, como puderam os americanos, tão organizados em tudo (é esta a idéia que faz a maioria das pessoas), cometer tantos erros ou imperfícias de uma só vez?

Essa estupefação, da qual não fugimos, levou-nos a examinar com mais cuidado essa operação, e achamos que ela merece um estudo mais sério.

Em nossa análise, louvamos-nos tão somente nas informações disponíveis pelo grande público, surgidas nos princi-

pais periódicos brasileiros. Se novas e diferentes informações vierem a público, é lógico que muito do que dissermos poderá ficar ultrapassado; mas, enquanto tal não acontece, tentemos, de maneira fria e desinteressada, fazer uma análise da fracassada "Operação Tabas".

O CONTEXTO POLÍTICO

A ocupação da embaixada americana em Teerã é um fato inaceitável dentro das normas já seculares da diplomacia internacional. Não importa que seja verdadeira a acusação iraniana de que a embaixada era um ninho de espionagem: afinal de contas, todas as representações diplomáticas o são, em certa medida, e isso depende da situação do momento, dos interesses do país em causa, das atitudes do governo junto ao qual a representação funciona etc.

O Irã poderia, dentro dos usos e costumes diplomáticos, solicitar a retirada

dos funcionários americanos considerados indesejáveis, fechar a legação, romper relações e praticar outros atos permissíveis dentro do direito positivo e consuetudinário internacional.

Violações de embaixadas ocorrem, e sempre ocorreram, mas geralmente os governos dos países onde tais fatos acontecem logo se apressam a declarar que tais infrações não tiveram o seu beneplácito (mesmo quando não há sinceridade nisso); no caso do Irã, porém, o governo ratificou, sem pudor, a violação feita por um grupo de estudantes (ou de "estudantes").

É de admirar que não tenha havido um forte sentimento de repulsa por parte dos representantes diplomáticos dos outros países acreditados junto ao governo do Irã, pois a situação exigia não meros protestos verbais, mas uma ação conjunta (só um país, o México, retirou sua representação), pois, afinal de contas, todos estavam ameaçados com o precedente. É curioso lembrar que, na nossa própria História, por muito menos que isso, o corpo diplomático agiu com energia: em 1864, tendo Lopez se recusado a fornecer passaportes ao ministro brasileiro, que protestara contra o apresamento do navio "Marquês de Olinda", todos os legatários estrangeiros, decano à frente, representaram ao presidente paraguaio exigindo o cumprimento do direito internacional. Mas os tempos mudaram... e o Irã tem petróleo!

A ocupação da embaixada americana escandalizou também em outro sentido: ninguém podia compreender como os Estados Unidos, primeira potência mundial, aceitavam tão passivamente esse fato. Hoje, sabe-se que logo nos primeiros dias, começou o governo norte-americano a estudar as possibilidades de um res-

gate à viva força, a par de outras medidas no sentido de resolver a crise. E aqui cabe a primeira crítica aos Estados Unidos: esperaram tempo demais para agir *manu militari*, tempo esse que não só comprometia as possibilidades de êxito, mas também, e principalmente, o prestígio norte-americano no mundo.

O fato é que, quando a decisão foi tomada, era certamente muito tarde. E é fato também que tal decisão não foi ditada pelo agravamento da crise internacional nem tampouco por humanitárias considerações em relação aos prisioneiros, mas em virtude da política interna dos Estados Unidos: Carter precisava de um êxito espetacular para garantir sua vitória nas eleições presidenciais. Se a operação tivesse sido bem sucedida, o futuro político do presidente estaria assegurado. Não fora por outro motivo que, preocupado com essas mesmas eleições, não tomara antes a decisão de recorrer à força, só o fazendo quando percebeu que a opinião pública começava a desejar tal solução.

Assim, observa-se mais uma vez (como se a História já não fosse pródiga em exemplos) a *nefasta interferência da política partidária na solução de um problema militar. Esta é a primeira grande lição a tirar do episódio.*

A LINHA DE AÇÃO ADOTADA

Decidida a operação, há muitas indagações a fazer. Por exemplo, por que o governo dos Estados Unidos não aceitou o oferecimento israelense, que, segundo consta, teria sido feito poucos dias depois da invasão da embaixada? Orgulho nacional? Pouco caso pela experiência alheia? Receio de novas complicações com os países árabes?

O único motivo sério, em tal emergência, para não aceitar essa ajuda, seria o argumento de que a operação que se ia tentar era fundamentalmente diferente do espetacular "raid" de Entebe. Mas é lógico que teria que ser diferente; a História Militar mostra, a sociedade, que não se copiam operações militares; mas também prova, à exaustão, que a experiência real é o melhor caminho para se encontrar a solução de um novo, mesmo muito diferente, problema militar. Se, em Entebe, os reféns estavam no aeroporto, o que facilitava enormemente o resgate, é também verdade que a distância a vencer era muito maior e os israelenses não dispunham dos abundantes meios americanos.

A tentativa de resgate dos reféns de Teerã tinha que observar o Princípio da Surpresa, nisso todos estão de acordo; então, o da Segurança tinha que ser um tanto preterido; como veremos, tal não parece ter ocorrido. O plano faz supor que também se infringiu o Princípio da Simplicidade, aliás geralmente muito esquecido nos planos militares. Se não, vejamos.

Haveria nada menos que quatro deslocamentos, pelo que se soube até agora, para chegar ao objetivo. O primeiro, simultâneo, dos helicópteros partindo do Navio-Aeródromo "Nimitz" e dos aviões C-130 decolando do Egito, tendo como destino o deserto de Tabas (como só esse primeiro movimento chegou a ser feito, é difícil avaliar os seguintes). O segundo, de Tabas a um ponto adrede escolhido na região montanhosa ao norte do Irã, o que faz supor algum auxílio local (seria dos curdos?); tal movimento seria helitransportado, enquanto os aviões voariam para algum lugar (Oman talvez). O terceiro lance desse complicado jogo de "devagar-se-vai-ao-longo" se-

ria em caminhões até a cidade de Teerã (o que leva à certeza de que haveria ajuda iraniana), onde os soldados ficariam abrigados, por uma noite, em um armazém alugado antecipadamente. E, finalmente, o quarto movimento, desse local até a embaixada, que seria então investida à viva força por terra.

Quando a invasão estivesse se processando, os helicópteros teriam se deslocado da base nas montanhas para Teerã e pousariam no terreno da legação americana, já presumivelmente em poder dos atacantes. Em seguida, a retirada de todos (reféns e soldados) por via aérea para o deserto de Tabas (abandonando portanto os caminhões), aonde já deveriam ter voltado os C-130. E, então, a salvadora viagem aérea, com o abandono dos helicópteros.

Um plano de ataques pela aviação embarcada americana estaria pronto para ser acionado em caso de reação da força aérea iraniana e/ou para confundir o inimigo, como também, certamente, para proteger a retirada. Haveria, possivelmente, um plano de sabotagem a ser desencadeado junto com a operação de resgate, a fim de confundir as forças de segurança do Irã.

Os efetivos a serem empregados seriam pequenos: menos de 100 homens para o ataque, 8 helicópteros e 3 C-130; sem dúvida, todo o pessoal era magnificamente adestrado e o material o melhor possível.

ANÁLISE DA OPERAÇÃO

Para um golpe de mão parece adequada o tamanho da força, pelo menos à primeira vista; se essa tropa fosse diretamente, ou com uma parada no máximo, ao seu objetivo, compreende-se que a conciliação dos Princípios do Objetivo,

da Surpresa, da Massa e da Simplicidade pareça bem feita. Mas o último parece seriamente prejudicado pelas quatro etapas até chegar ao objetivo; e o da Surpresa também, pois o ataque à legação americana só seria feito no quarto dia da penetração em território iraniano.

É bem verdade que o governo americano estava informado acerca da pequena eficiência do sistema de vigilância do Irã: a maior parte dos sensores estavam inoperante por falta de manutenção e de pessoal habilitado. A capacidade de reação das forças armadas iranianas, especialmente a Força Aérea, também era bem conhecida pelos norte-americanos. Tanto isso é verdade que o governo do Aiatolá só tomou conhecimento da fracassada incursão pela própria divulgação feita pelo governo dos Estados Unidos. Não merece credibilidade a informação iraniana de que a retirada foi ordenada por Carter porque a presença americana fora descoberta.

Já bem mais verossímil é a notícia de que satélites soviéticos teriam captado mensagens-rádio entre a força incursora e o Pentágono, e um aviso teria sido feito ao governo iraniano. Mas, que mensagens?

Teriam os americanos cometido a extrema imprudência de manter um tráfego rádio numa operação desse tipo? Se a surpresa era o elemento principal da ação, como explicar semelhante anomalia? Afinal, os japoneses quando foram atacar Pearl Harbour ou os israelenses quando incursionaram até Entebbe só usaram o rádio receptor, nunca o transmissor, até a concretização do propósito.

Se a força que devia executar a missão não tinha necessidade de comunicação com Washington ou com o porta-aviões, das duas uma; ou a sincronização

das várias ações era imperfeita ou as altas autoridades não quiseram dar grande liberdade de ação aos executantes.

Nesta segunda hipótese reside um dos grandes problemas militares do mundo atual. Com medo de provocar uma guerra "por engano", ou seja, pela errada iniciativa de um subordinado, existe uma tendência atual de se cercear a liberdade de ação dos executantes de uma missão; isso é extremamente facilitado pela presteza de comunicações instantâneas existentes em nossa época. Para exemplificar, no caso específico das marinhas, um comandante no mar hoje não tem nem sombra da ampla autoridade que já desfrutou no passado; desnecessária essa autonomia, dirão muitos, na Marinha a vela tinha que haver ampla liberdade de decisão em todos os escalões pela dificuldade de comunicação. Argumento no mínimo discutível, se considerarmos que tudo é relativo, conforme a época.

Se é verdade que os elementos da força incursora dependiam de comunicação rádio com o Pentágono ou com quem quer que fosse, eis a *segunda grande lição* a tirar do episódio: *uma vez dada a missão, o executante tem que dispor de ampla liberdade de ação*. O erro é inerente às missões militares. Pretender coordenar de longa distância todas as ações, mesmo com o uso de moderníssimos meios de comunicação, é condenar uma operação longínqua ao fracasso. E não faz diferença se esse controle é exercido por medo de mal maior (como seria no caso dos americanos) ou pelo receio de excessiva ausência de controle político-ideológico (como parece ser o caso dos soviéticos).

Voltemos à operação em si. A perplexidade aumenta a cada passo para um analista atento. Se 6 helicópteros eram o número considerado mínimo para o êxi-

to da operação, é evidente que se 3 sofreram "pane", a missão estava condenada.

Deixando de lado a estranheza por tantas avarias em tão pouco tempo, que fez muita gente suspeitar de sabotagem, por que só foram empregados 8 helicópteros? A resposta que temos é que o NAe "Nimitz" não dispunha de maior número. Então, a operação foi mal planejada ou, o que é pior, resolvida de afogadilho. Não podiam os Estados Unidos deslocar para a área, com a necessária antecedência, um número de aeronaves bem maior do que o que foi usado? Se 6 eram o mínimo, por que não usar 18, ou pelo menos tê-los à mão?

O ataque à embaixada por terra também causa espanto, pois parece ser a forma menos adequada para a conquista da legação diplomática. Dificilmente um assalto dessa natureza poderia ter êxito.

Seria, então, muito mais adequado (sem menosprezar, em momento algum, os grandes riscos da operação) o assalto direto e noturno pelo ar, ou com os helicópteros pousando à viva força ou pelo lançamento de um grupo de pára-quedistas de precisão. Por maior que fosse o barulho produzido pelos helicópteros, os "estudantes" que guardavam a embaixada teriam muito mais dificuldade ante um ataque vindo do ar; isso, sem falar no efeito moral de ter de combater

de baixo para cima diante de um tronejante inimigo; o ruído dos helicópteros poderia até ser uma vantagem!

Saltos de precisão com pára-quedistas adestrados poderiam deixar alguns homens no telhado da embaixada; isso é possível mesmo à noite. Donde saltariam os pára-quedistas? De aviões, obviamente; e por que não de planadores? Os americanos desembarcaram unidades inteiras por esse meio na invasão da França em 1944; o problema aqui seria a disponibilidade de um ponto de partida em terra, mais próximo que Omã ou o Egito. De qualquer maneira, o assalto aeroterrestre também seria surpreendente.

Tudo era uma questão de opção. O ataque por terra, com o deslocamento de caminhões parece-nos a mais difícil e menos simples, além de oferecer maiores possibilidades à defesa.

Quanto ao abandono do material, que já estava previsto, deixa bem claro que os americanos estavam dispostos a pagar um preço alto pelo êxito da ação. Então, o que houve mesmo foram: previsão e planejamento inadequados para uma operação que, embora muito difícil, era exequível.

E encerramos com a *terceira grande lição: ao se fazer um planejamento militar é sempre preferível errar para mais, nunca para menos. Erros sempre haverá, na guerra ganha quem menos erra!*



OS EUROCOMUNISTAS E A DESCOLONIZAÇÃO DO BLOCO ORIENTAL

Zygmunt Nagorski

De cientistas políticos a meros observadores da política internacional, muitos têm emitido as mais variadas opiniões a respeito das possibilidades do surgimento efetivo de um comunismo europeu ocidental, liberado dos dogmas soviéticos, impostos inicialmente à Rússia e, posteriormente, em todos os países de governos marxistas-leninistas.

O quadro das opiniões varia, desde o ceticismo absoluto quanto à possibilidade do comunismo democratizar-se, até os mais otimistas, esperançosos de que, exorcizado dos "exageros leninistas", o comunismo possa ser admitido na convivência democrática.

O desafio que Zygmunt Nagorski propõe aos eurocomunistas lhes têm sido lançado diariamente. As investidas imperialistas da União Soviética — recentemente foi a vez do Afeganistão — no chamado "século da descolonização", têm criado dificuldades políticas aos comunistas de alguns países europeus que, fora do poder, falam constantemente em liberdade e democracia.

Ao longo desses últimos sessenta anos, os comunistas têm tido, pelo menos, duas faces: uma nos comícios e outra nos palácios. Até agora, a Europa Ocidental só viu a primeira, mas a Europa Oriental bem conhece a segunda.

O novo modelo de comunismo europeu ocidental — em Paris, Roma, Madri e Lisboa — pode ainda levar a uma transformação básica do cenário político da Europa. Mas, qualquer versão de democracia social que dele surja, em última instância, deve originar-se do cisma entre as variedades ocidental e oriental de comunismo.

Embora tal cisma provavelmente exista, muitos líderes devotados aos princípios democráticos duvidam da sua profundidade e sinceridade.

Portanto, não basta que os comunistas italianos proclamem sua dedicação ao princípio do pluralismo. Não basta que os espanhóis desacreditem as tentativas da União Soviética para controlar os partidos não-russos. Não basta que os franceses abandonem o princípio da ditadura do proletariado. E, do ponto de vista daqueles que desejam dar ao emergente movimento comunista da Europa Ocidental crédito e confiança consideráveis, não basta nem mesmo aceitar sua adesão ao princípio das eleições livres.

Esses comunistas, embora diferentes em suas opiniões e filosofias, aceitam agora a urna eleitoral e portanto, não dispõem de outro meio para ganhar o poder.

Seria, para eles, um suicídio político rejeitar as eleições livres. A sua aceitação pode ser considerada uma pragmática natural ou irônica, dependendo do lugar onde nos coloquemos dentro do espectro político.

Há, então, maneira de testar a sinceridade dos comunistas ocidentais, sem esperar sua chegada a vários governos europeus? Há algum desafio a que eles possam fazer frente, como prova adequada ou válida, de que suas plataformas atuais são mais do que uma simples maneira de

confundir e falsear, para atingir os seus objetivos de poder?

Tal teste, tal desafio, não existem. Italianos e espanhóis, bem como alguns dos mais liberais elementos do grupo comunista francês, podem aceitar o desafio da premente descolonização — sim, descolonização?

Eu explico: Depois da Segunda Guerra Mundial, a Rússia tomou uma posição de vanguarda no movimento para descolonizar a Ásia e a África. Moscou viu nesse movimento um elemento capaz de contribuir para o eventual enfraquecimento do poder ocidental. A idéia, como uma semente em solo fértil, vingou. Mas, o chamamento à descolonização, naqueles dias distantes, simbolizava a libertação dos negros, dos pardos e dos amarelos, da opressão dos brancos. O desafio com que os eurocomunistas se veriam frente a frente diz respeito à necessidade de descolonizar, agora, os "brancos" controlados por brancos. Caso em foco: a Europa Oriental, o derradeiro enclave colonial no mundo.

Essas novas colônias surgiram quando outras começavam a desaparecer. Ao contrário das regiões africanas e asiáticas, exploradas por suas matérias-primas e mão-de-obra barata, a Europa Oriental foi dominada porque a União Soviética precisava de um cinturão de território que lhe garantisse a invulnerabilidade das suas fronteiras ocidentais. O Kremlin impôs, aos habitantes de toda a área, o seu próprio sistema econômico e político. Introduziu rígido controle sobre o procedimento humano. Negou aos países recém-adquiridos o direito de livre escolha. Relegou a urna eleitoral a um inexpressivo instrumento do Estado.

Em suma, aquilo que a União Soviética conseguiu levar a termo na Europa Oriental representa tudo o que os parti-

dos comunistas da Europa Oriental dizem execrar. Provavelmente, as atuais camadas da liderança comunista na Europa Oriental contêm muitos elementos de descontentamento. Falta-lhes, contudo, um escoadouro, uma base adequada de poder ou uma rede de aliados. Aqui, seus camaradas ocidentais podem desempenhar um papel. Aqui, o cisma, caso seja real, pode manifestar sua existência.

Não haveria nada mais convincente e mais significativo, do que uma voz comunista italiana, a exigir a restauração dos direitos humanos na Alemanha Oriental, na Hungria e na Polônia. Não haveria nada mais convincente, para os eleitores espanhóis e para os observadores políticos espanhóis, do que uma solicitação em que o líder comunista Santiago Carrillo pedisse ao Kremlin que autorizasse os países da Europa Oriental a organizar, enunciar e implementar a sua própria política externa. E, não ha-

veria nada mais convincente, do que uma declaração conjunta dos Partidos Comunistas Ocidentais, em que se solicitasse o livre movimento de povos e idéias, através de todas as fronteiras europeias — orientais e ocidentais.

O apoio à descolonização branca desafiaria, então, realmente, os eurocomunistas de hoje. Alguns deles protestaram quando a União Soviética mandou tanques para Budapeste e Praga. Foi um ato louvável, mas não inteiramente adequado. Outra iniciativa, conclamando o término da colonização, ou um avanço capaz de dar oportunidades iguais a todos os partidos comunistas, proveria ao Eurocomunismo um grau de credibilidade que até agora não teve. Tal iniciativa também provaria a amigos e inimigos que o movimento denominado "Eurocomunismo" poderia conduzir a uma nova e mais significativa evolução do cenário político na Europa Ocidental.



O PROBLEMA DA PARTICIPAÇÃO

José Alberto de Assumpção

O sentido de participação que recentemente ganhou espaços na consciência nacional, é com efeito, algo que a doutrina elaborada pela ESG traz impregnada em si mesma. Não se trata de novidade doutrinária e muito menos um tripé no qual a participação estivesse situada no mesmo plano de Desenvolvimento e Segurança Nacionais. Trata-se de outra dimensão, plano ou resposta ao desafio socio-político-econômico de solução das crises e conflitos do mundo moderno. O que no momento se busca é enfatizar a participação como fator do Desenvolvimento e da Segurança, capaz de operacionalizar as idéias e os princípios que inspiraram a própria criação da ESG.

Uma das características mais marcantes da doutrina desenvolvida pela ESG é a sua permanente evolução, com a continuidade de um pensamento sempre atento às modificações impostas pela realidade brasileira, formando um todo orgâ-

nico, invariavelmente aberto à sociodinâmica da cultura.

Foi neste sentido dinâmico e evolutivo que o Almirante CARLOS HENRIQUE REZENDE DE NORONHA lançou o desafio de aperfeiçoar e atualizar a Doutrina "que não mais ficará restrita ao binômio segurança-desenvolvimento, adotando também a defesa da participação social, política e econômica maior do povo brasileiro".

ORIGEM E EVOLUÇÃO DA IDÉIA DE PARTICIPAÇÃO

A participação encontra-se valorizada nos escritos de Proudhon e nas proposições do socialismo utópico de caráter democrático. Historicamente foi uma reivindicação da doutrina social da Igreja Católica e do socialismo democrático. A partir de 1875 a participação tornou-se uma das teses defendidas pelo social-cristianismo.

Na Encíclica "Immortale Dei", Leão XIII pregava a participação obrigatória de todos no Governo (1885).

Mais perto de nós, a encíclica "Pacem in Terris" de João XXIII (1963) afirma que é coerente "com a dignidade da pessoa o direito de participar ativamente na vida pública" (§ 26). No parágrafo 73, volta João XXIII a afirmar: "É certamente exigência da sua própria dignidade de pessoa poderem os cidadãos tomar parte ativa na vida pública, embora a modalidade dessa participação dependa do grau de maturidade da Nação a que pertencem". Ao final do mesmo documento, no § 146, a participação não mais como direito mas como dever, aparece *in verbis*: "Ainda uma vez exortamos Nossos Filhos ao dever de participarem ativamente da vida pública e de contribuírem para a obtenção do bem comum de todo o gênero humano e da própria comunidade política; e de esforçarem-se, portanto, à luz da fé cristã e com a força do amor, para que as instituições de finalidade econômica, social, cultural e política sejam tais que não criem obstáculos, mas antes facilitem às pessoas o próprio melhoramento, tanto na vida natural como na sobrenatural".

Documentos anteriores tinham recomendado a participação na vida sindical como direito e dever e a participação nos lucros e na gestão das empresas.

No concílio Vaticano II a constituição *Gaudium et Spes* (7-12-1965) tratou de problemas sociais, e nela a participação é preconizada com maior força: no § 31 diz-se que "deve ser estimulada a vontade de todos de participar das iniciativas comunitárias. Deve-se louvar também a maneira de proceder daquelas nações onde a maior parte dos cidadãos, com autêntica liberdade, participam da

vida pública". No § 65 reclama-se uma participação da nação na direção do desenvolvimento. No § 68 pede-se uma "participação ativa de todos (proprietários, dirigentes e operários) na gestão das empresas" e também participação dos trabalhadores nas deliberações de instâncias superiores sobre a economia em geral. Reclama-se como direito dos trabalhadores o participarem com liberdade da vida sindical e por esta "participação organizada" sentirem-se associados ao desenvolvimento econômico-social. No § 73 aprova-se "o desejo de participar mais na organização da vida comunidade política". E, em caráter conclusivo, no § 75 afirma-se: "É plenamente consentâneo com a natureza humana que se encontrem estruturas jurídico-políticas, que ofereçam sempre melhor e sem nenhuma discriminação a todos os cidadãos a possibilidade efetiva de participar livre e ativamente tanto no estabelecimento dos fundamentos jurídicos da comunidade política como na gestão dos negócios públicos, na determinação do campo de ação e dos fins das várias instituições, como na eleição dos governantes."

O pensamento atual da Igreja foi apresentado, na recente visita a várias cidades brasileiras, por S. S. o Papa João Paulo II — em precisos e vibrantes pronunciamentos situando a função da Igreja e a participação:

"A Igreja não pretende administrar a sociedade, nem ocupar o lugar dos legítimos órgãos de deliberação e de ação. Pretende apenas servir a todos aqueles que, em qualquer nível, assumem as responsabilidades do bem comum. Seu serviço é essencialmente de ordem ética e religiosa. Mas, para garantir esse serviço, de acordo com a sua missão, a Igreja exige com todo direito um espaço de liber-

dade indispensável e procura manter a sua especificidade religiosa.

(São Paulo — Morumbi — Discurso aos operários).

"Ajustar os salários, em suas modalidades diversas e complementares, até o ponto em que se possa dizer que o trabalhador participa real e eqüitativamente da riqueza para cuja criação ele contribui solidariamente na empresa, na profissão e na economia nacional, é uma exigência legítima".

"Esperar que a solução dos problemas do salário, da previdência social e das condições de trabalho brote de uma ordem econômica não é realista, e por isso não é admissível. A economia só será viável se for humana, para o homem e pelo homem".

(São Paulo — Morumbi — Discurso aos operários).

"A Igreja só pode ver com satisfação os esforços que visem a salvaguardar e promover os direitos e liberdades fundamentais de toda pessoa humana e assegurar a sua participação responsável na vida comunitária e social".

(Brasília — Palácio do Planalto).

A participação num regime não o define. Samuel Huntington já o advertira: "A participação popular na política não implica necessariamente o controle popular do governo" (p. 102 — *A ordem Política nas Sociedades em Mudança*). Com efeito o nazismo foi aprovado na Alemanha por um plebiscito onde obteve 38 milhões de sufrágios totalizando 90% dos votantes, isto após haver ascendido ao poder por vias legais. (Cs. detalhes em Reo Christenson, *Ideologias e Política Moderna* — SP, 1974)..

São conhecidas as eleições russas, maioria de mais de 95%, ou a intensa mobilização popular na China ao tempo de Mao, quando a menor decisão governamental

era comentada por semanas em todas as aldeias do imenso país e por toda sua imensa população em vasto assentimento (mais de 600 milhões) à decisão tomada.

Nestes exemplos aparece clara a diferença entre participação democrática e totalitária. Na primeira a participação refere-se à decisão e não precisa de todos, mas deve ser *aberta a todos*, ainda que parcelas ou mesmo a maioria dos atores políticos (eleitores), por apatia ou por motivos pessoais internos, e não pressões externas, resolvam não participar ou simplesmente omitir-se da decisão.

Na participação totalitária *todos devem participar no assentimento da decisão*, o que se consegue por manipulação de todo tipo e intensas campanhas nos meios de comunicação e ou ameaças variadas.

Na democracia *há o consentimento expresso* dos participantes da decisão, e o *consentimento implícito* dos que se omitiram podendo participar (a democracia o é por manter aberta a possibilidade) e, o que é importante, consentimento expresso também dos que se opuseram, mas ao aceitar as regras do jogo democrático concordaram previamente na possibilidade da decisão lhes ser desfavorável, contanto que a decisão nunca mude as regras do jogo e o processo democrático.

O tema "Participação" encontra sua finalidade e melhor formulação na síntese do pensamento de M. Capitant — "Ecrits politiques":

"Existe o problema das classes dependentes. . . Este problema só pode ser resolvido através da independência oriunda da associação; a independência que significa — não dependência — direito inalienável de todo homem, de toda nação,

de qualquer grupamento humano; e a associação pela qual se manifesta e se realiza entre os homens livres a solidariedade que os conduz a unir esforços, nas empresas, em prol de objetivos comuns”.

Os teóricos da participação foram numerosos. Contudo, recente ou antigo, teórico ou legal, nenhuma tentativa concreta fizera penetrar na realidade da empresa o projeto ideal de “uma organização onde cada um fosse um acionista e operário ao mesmo tempo”, — conforme proposta de De Gaulle em “Memoires d’espoir”.

A promessa aos mineiros de Saint Etienne, feita por De Gaulle em 1948 de “transformar, na Empresa, o assalariado em associado”, veio a ser a esperança de um terceiro caminho entre o capitalismo e o coletivismo.

Várias tentativas foram feitas; inúmeros empresários desejaram ultrapassar o estágio teórico e introduzir a associação do capital e do trabalho em suas empresas. Contudo, foram tentativas isoladas e em várias direções. Nenhuma disposição legal regia esta participação.

Com o surgimento, na França, da V República, a participação tornou-se assunto de doutrina política.

A Ordenação de 7 Jan 59 marcou a 1ª etapa da realização de um grande plano. Não se tratava de uma imposição, mas de incentivar. Em 1967 a Ordenação de 17 de Agosto criou, finalmente, na França um sistema obrigatório. A participação nos resultados da expansão tornou-se um direito dos assalariados.

O professor de Ciências Políticas na Universidade de Toronto, Canadá, C.B. Macpherson, em seu livro “The Life and Times of Liberal Democracy”, após considerar o modelo atual de Democracia no mundo sem muita participação popu-

lar, sugere outra mais participativa a que denominou de “Democracia Participativa”.

Apesar da redundância do título “Democracia Participativa” e da pouca solidez do modelo proposto por Macpherson, vale assinalar que a idéia surgiu como lema dos movimentos estudantis da Nova Esquerda, na década de 60. Ganhou foros de modismo na década atual entre os sociólogos, jornalistas e lideranças trabalhistas.

Além do surgimento da tese do controle das indústrias pelos trabalhadores, ganhou ênfase especial a idéia de que deveria haver maior participação dos cidadãos nas decisões governamentais.

O próprio Macpherson adverte em sua proposição geral: “O principal problema quanto à democracia participativa não é quanto a fazê-la funcionar, mas como atingi-la. Pois parece provável que, se pudermos atingi-la, ou atingir alguma parcela considerável dela, nosso caminhar ao longo da via que a ela conduz nos tornará capazes de fazê-la operar, ou pelo menos há de nos tornar menos incapazes do que somos no momento.”

Como dificuldade maior assinala e constata que a atuação do que chamou de Democracia Participativa exigirá um sentido mais forte de comunidade do que agora existe.

“O outro pré-requisito é uma grande diminuição da atual desigualdade social e econômica, visto que a desigualdade, como argumentei, exige um sistema partidário não-participativo para manter coesa a sociedade. . .

Daí o círculo vicioso: não podemos conseguir mais participação democrática sem uma mudança prévia da desigualdade social e sua consciência, mas não podemos conseguir as mudanças da desigualdade social e na consciência sem um

aumento antes da participação democrática."

A experiência da Alemanha Ocidental no campo da participação dos trabalhadores no lucro das empresas, presença mais atuante dos sindicatos nas empresas e participação dos empregados na sua gestão, merece ser citada, apesar de ser dependente das condições peculiares da comunidade onde atua. O "modelo alemão" se compõe, fundamentalmente, de três instituições paralelas. Os tradicionais sindicatos classistas, com suas coligações e uniões, detêm o poder de negociação coletiva de salários e o direito de greve, após esgotados os entendimentos entre empregados e empregadores.

Entretanto, não se envolvem os sindicatos nas questões internas das empresas, já que para isto existe uma outra instituição, criada em 1920, sob o nome de "Betriebsrat" que correspondia a "conselho de empresa" ou colegiados de trabalhadores, eleitos pelo voto direto de todos os empregados da empresa. Cuidam das questões internas (ambiente de trabalho, legislação trabalhista, contratos de trabalho etc.), colaboram com a direção da empresa e recebem as sugestões dos empregados. A outra instituição, "Mitbestimmung", tornada obrigatória em 1976, apesar de existir desde 1951 e que chamaremos de "co-gestão" ou *co-participação na gestão da empresa*.

A Participação na Doutrina da ESG

Na Doutrina da ESG a participação tem características de pedra angular, pois em seu universo semântico se pode verificar a presença da participação como idéia força capaz de operacionalizar toda a Doutrina, desenvolvida através dos anos, partindo dos próprios princípios que inspiraram a sua criação.

Na doutrina da ESG o conceito de Desenvolvimento conserva, de maneira implícita, suas raízes semânticas originais, ao ser apresentado como fenômeno renovador da estrutura nacional, mediante a participação efetiva de todos os "sócios" que, atuando como *cidadãos* prestantes, são responsáveis pela consecução e a manutenção da ordem do Bem Comum, indispensável a boa forma de convivência humana.

À página 271, *in fine*, da Doutrina Básica/79, está escrito:

"O sentido antropocêntrico da doutrina da ESG empresta ao *homem* a posição de maior relevo ao longo de todo o processo de Desenvolvimento, que leva a marca de seus desejos e aspirações em constante variação".

Logo adiante conclui o pensamento:

"O desenvolvimento é um contínuo vir-a-ser, tendo o *homem* como seu agente e beneficiário. Daí poder afirmar-se: O Homem é a origem, o agente e o fim do Desenvolvimento".

O destaque reclamado para dar ênfase à importância da participação no Desenvolvimento Nacional talvez tenha sua origem e justificação no caráter de *processo finalístico* que aparece à página 274 da D.B., onde há menção aos agentes responsáveis pelo processo referido, *in verbis*:

"Desenvolvimento Nacional é o processo de aperfeiçoamento e fortalecimento do Poder Nacional para a conquista do Bem Comum".

Mas, ao chegar à conclusão (pág. 275), a participação é novamente apresentada como condição "sine qua non" para o Desenvolvimento Nacional:

"O Desenvolvimento deve ser tomado como um fenômeno sócio-cultural, porque se propõe, em síntese, a possibilitar ao *homem* a construção de uma no-

va sociedade inspirada no Bem Comum, valendo-se tanto da cultura científica quanto da humanística".

No tocante à Segurança Nacional o princípio que inspirou toda a doutrina da ESG contem na sua base a nítida idéia da participação: "A Segurança Nacional é função mais do potencial geral da Nação do que de seu Potencial Militar".

No que concerne à atual conjuntura brasileira a participação é constitucionalmente *obrigatória*, pois compromete explicitamente a responsabilidade de todos nós, na medida de nossas atribuições na Segurança Nacional (Art. da Constituição Federal).

Também a Doutrina Básica/79 é clara (pág. 190): "a Segurança reclama a *cooperação* de todos os seus cidadãos".

Princípios que inspiraram a criação da ESG

A concepção original da ESG foi a de um "instituto de altos estudos, destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários à direção e ao planejamento da segurança nacional", conforme consta da Lei que a criou, em 20 de agosto de 1949.

Essa concepção inicial evoluiu rapidamente para outra bem mais abrangente, fruto dos trabalhos da Comissão de Oficiais designada para organizar a Escola. O General Cordeiro de Farias — Presidente da Comissão — e seus demais companheiros produziram um documento constante no anexo nº 1, redigido pelo então Ten Cel Idálio Sardenberg, o qual definiu os "Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra", assim concebidos:

"A Segurança Nacional é função mais do potencial geral da Nação do que de seu potencial Militar;

O Brasil possui os requisitos básicos (área, população, recursos) indispensáveis para se tornar uma grande potência;

O desenvolvimento do Brasil tem sido retardado por motivos suscetíveis de remoção;

Como todo trabalho, a obtenção dessa aceleração exige a utilização de uma energia motriz e de um processo de aplicação dessa energia;

O impedimento até agora existente contra o surgimento de soluções nacionais para os problemas brasileiros é devido ao processo de aplicação de energia adotado e à falta de hábito de trabalho de conjunto;

Urge substituir o método dos pareceres por outro método que permita se chegar a soluções harmônicas e equilibradas; e

O instrumento a utilizar para a elaboração do novo método a adotar e para a sua difusão consiste na criação de um instituto nacional de altos estudos funcionando como centro permanente de pesquisas".

Vale ressaltar, a nítida presença da participação nos princípios que afirmaram ser a *Segurança Nacional* função mais do potencial geral da Nação do que de seu potencial militar e na constatação de que o impedimento até então existente ao *Desenvolvimento Nacional* estava na dificuldade do surgimento de soluções nacionais para os problemas brasileiros pela adoção do processo aplicado na utilização de sua energia motriz e "à falta de hábito de trabalho de conjunto".

Sentido Antropocêntrico da Doutrina

Por outro lado, a Doutrina da ESG se caracteriza também pelo seu humanismo. Em toda a colocação doutrinária desta Escola, o homem é visto como o

centro das preocupações. O que se busca especialmente é o Bem Comum, na concepção tomista, que nutriu a cultura ocidental.

Dáí porque dizer-se que a doutrina elaborada pela ESG traz impregnada em si mesma a idéia da participação do homem em todo o processo, como seu beneficiário mas também como seu agente insubstituível.

A Participação no Método de Planejamento da Ação Política.

Partindo-se da idéia de que o Desenvolvimento não é meta condicionada somente pelos fatores materiais, mas sobretudo pela capacidade dos dirigentes, urge mudar os hábitos de trabalho então em vigor. O que se propunha para a nova Escola era a substituição do método dos pareceres pelo hábito de trabalho em conjunto, algo frontalmente contrário a um dos traços peculiares (e dos mais arraigados) do Caráter Nacional — o individualismo — que se desejava superar.

Desse conjunto admirável de princípios surgiu a concepção de uma metodologia, que a Escola iria perfilar e que, durante anos de evolução e aperfeiçoamento, constitui uma das suas melhores contribuições à cultura brasileira. Não se trata propriamente de chegar à solução concreta de cada um dos problemas brasileiros, mas da busca de um método que ajude a equacionar qualquer problema através da análise e da interpretação dos fatores de toda ordem que o condicionam.

Dava-se, assim, início ao processo de racionalização da ação política, com vistas à modernização do País e à aceleração de seu desenvolvimento, aspirações que já estavam na consciência de ponderáveis parcelas das elites nacionais, civis e mi-

litares, e que as práticas então vigentes estavam longe de alcançar.

Formava-se também a convicção de que a racionalização deveria estender-se a todos os processos da ação política, tanto na área da Segurança como na do Desenvolvimento. Ainda segundo os fundadores da ESG, a Segurança — preocupação que dominara os espíritos logo após a Segunda Guerra Mundial — já não se contém nos limites da Defesa e, por isso, extravasa do campo militar para impregnar-se de aspectos políticos, econômicos e psicossociais. Além disso — e neste ponto reside o traço peculiar da ESG — verificou-se que os problemas da Segurança estão intimamente ligados com os do Desenvolvimento, ao ponto de ser impossível tratá-los, a nível político, como fenômenos independentes.

Mas como adverte o próprio Manual Básico/79 da ESG, esse Método não é algo arbitrário, que se impinge como receita hermética. Impõe-se a apresentação prévia de um corpo de idéias que o justifique e fundamente. Este corpo de idéias é exatamente a Doutrina de Ação Política da Escola Superior de Guerra.

Sem a substituição da postura característica do individualismo — traço peculiar do caráter Nacional — pelo hábito de trabalho em conjunto, onde a participação é fundamental em todas as forças não se obterá a racionalização da essência da Política Nacional que reside na tomada de decisão.

Por outro lado, para ser legítima, a Doutrina de Ação Política deve preocupar-se com a eficiência e com os valores.

Tendo em vista a eficiência, os preceitos da Doutrina de Ação Política devem procurar a otimização da ação, a fim de que haja maior probabilidade e êxito (Desenvolvimento) com a menor probabilidade de risco (Segurança).

De outra parte, como alta fonte de inspiração, acham-se os valores universais de que se ocupa a Filosofia, os quais, em cada nação, dentro das interações do seu processo histórico-cultural, adquirem características próprias e condicionam os padrões de comportamento.

Busca-se, portanto, uma doutrina de ação política consentânea com os valores e os objetivos nacionais.

Aspectos da Participação nas Expressões do PN

A participação ou "relacionamento de participação", como a chama Hélio Jaguaribe (Sociedade, Mudança e Política — p. 118) "expressa e determina a forma e grau de filiação do grupo". Podemos distinguir com uma certa imprecisão a participação no sistema político, no sistema econômico, no sistema psicossocial e no sistema militar.

Cabe aqui caracterizar em geral a participação nos diferentes sistemas sociais.

Na expressão Política

No sistema político participar é ser cidadão e com isto ser eleitor, isto é, ter a possibilidade de influir na constituição e orientação do sistema. Em grau mais elevado participação supõe algo além da possibilidade da eleição. Supõe a possibilidade de influenciar as decisões do sistema de acordo com seus interesses e valores, em competição com grupos rivais. Essa possibilidade exerce-se pela admissão dos grupos de pressão eventuais e pela organização de partidos políticos, canais normais e institucionais, e pelo instituto da ação popular e do mandato de segurança.

Na expressão Política do Poder Nacional a "participação" é elemento funda-

mental para aferir ou avaliar o seu próprio valor.

Constitui indicador que pode revelar o grau de amadurecimento político da sociedade e sua capacidade de reagir adequadamente aos fatos políticos. Para sua aferição, podem ser utilizados, dentre outros, os seguintes índices:

- Proporção entre o número de eleitores inscritos e o número de pessoas que integram o povo;

- Índice de abstenção nos pleitos eleitorais;

- Proporção entre o número de eleitores inscritos e o daqueles que se filiaram a partidos políticos ou se arregimentaram para formar novas agremiações partidárias;

- Grau de interesse que os fatos políticos despertam no seio da população;

- Frequência da utilização dos meios de comunicação de massa, para fins políticos, e o respectivo índice de audiência obtido.

A preocupação da doutrina proposta pela ESG, no campo político, é aliar à sua base teórica os elementos ligados à criatividade do político. Esta aliança busca levar o político ao caminho racional.

No tocante ao conceito de ESTADO vale assinalar que a história deste século, nos planos político e econômico, indica um movimento do individual para o social. Do Estado liberal evoluiu-se para a concepção do ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL. Daquele ESTADO ABSTENCIÓNISTA — subproduto do "laissez faire, laissez passer" — chegamos ao ESTADO MODERNO — atuante e participativo no esforço nacional de DESENVOLVIMENTO.

Parece oportuno lembrar algumas idéias políticas sobre sistemas econômicos e os reflexos econômicos sobre movimentos políticos, afim de possibilitar

um entendimento mais nítido dos fenômenos com que nos deparamos na atualidade.

Dois eventos de fundamental importância na modificação do sistema de vida de povos e nações, podem ser citados: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa.

Antes da Revolução Francesa tudo se explicava na ordem político-econômico-social, pelo binômio *feudalismo-absolutismo* e depois dela por outro, *liberalismo-democracia*. Já se disse, com muita propriedade, que foi a conjugação do liberalismo e da máquina que possibilitou o florescimento do capitalismo industrial e a expansão do comércio entre Nações.

Por outro lado, "o liberalismo tornou-se um flácido sucedâneo da Democracia, virando a cabeça para não ver o que se passava nas fiações e nas minas — o que estava sucedendo à homens, mulheres e crianças sugados em número crescente pela voragem industrial — em que horas excessivas de trabalho, condições insalubres, salários abaixo do nível de subsistência, maquinaria sem a devida segurança e um penetrante sentimento de insegurança e opressão minavam a vida, a saúde e o moral da nova classe trabalhadora. Estava aí a inversão completa de um conceito anterior. Estava aí agregada a secessão total da Economia e da Política, do poder econômico e do poder político. Consoante o ponto de vista primitivo, *tudo poder econômico era poder político*; segundo o novo liberalismo, *tudo poder econômico devia ser*, com uma reduzida exceção aplicável à defesa nacional, um *PODER PRIVADO*, influenciado não pelo governo, mas sim por uma harmonia dirigente, uma onisciente Providência. A antiga doutrina fazia a

Democracia inatingível; a nova tornava-se apenas imponente.

O novo ímpeto veio da França, como Rousseau como seu profeta e a Revolução Francesa como sua manifestação. "Infelizmente, Rousseau combinou sua doutrina do povo e da soberania deste e com falsas e místicas noções de uma vontade de conjunto, para além da vontade das maiorias e minorias, além dos partidos e da política uma concepção insidiosa e enganadora que estranhamente conduziu o profeta da Democracia até o limiar do totalitarismo".

Apesar da ambigüidade da postulação de Rousseau, a idéia e a musca da Democracia estava agitando os povos. Crescia como um protesto contra a insegurança, o desamparo dos trabalhadores e as explorações crescentes da novel indústria. De um lado a sensação de desamparo e a repulsa à prepotência do jugo econômico, e de outro a percepção da capacidade de um novo instrumento que poderia alterar aquela situação.

Surgia, então, de maneira nítida, a importância decisiva do poder de organização: as incipientes classes trabalhadoras estavam adquirindo consciência de sua força.

A partir da consciência desta nova realidade de outros fatores surgiu a necessidade da revisão das funções do ESTADO. Cada vez mais se generalizou a idéia de que o ESTADO deveria ter funções de proteção do POVO contra as distorções da chamada sociedade industrializada, contra a carestia e o desemprego, contra as doenças, contra a insalubridade, contra o desamparo à velhice.

Por outro lado, cristalizou-se a idéia de que havia um mínimo de dignidade de vida a ser assegurado — nessa fase de maior abundância — a todos os cidadãos,

na busca do bem-estar geral da coletividade.

Surge, então, a concepção do ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL ou Estado-serviço, no dizer de Mac Iver. O "Welfare State".

E, destaca Mac Iver, a "crença democrática precisava reconquistar para a era industrial a convicção de que o objetivo final não era a libertação da arena econômica, mas sim a do ser humano. . ."

É importante ressaltar que a idéia do ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL ou ESTADO SOCIAL nada tem a ver com a idéia do ESTADO SOCIALISTA.

A idéia do Estado do Bem-Estar Social ou Estado-serviço (como prefere chamá-lo Mac Iver) é perfeitamente coerente com o Poder econômico privado. Busca assegurar proteção contra a miséria, a insegurança e a saúde, complementando a atuação da iniciativa privada nas áreas carentes, criando o conjunto de condições sociais que favoreçam o desenvolvimento integral do homem.

O ESTADO SOCIALISTA opõe-se a este, por definição. Busca eliminar o poder econômico privado. Para Marx, o Poder econômico é a base e a condição de todo o poder social. O poder do governo é exclusivamente o instrumento do poder econômico. Não podemos olvidar que o marxismo não é apenas uma ameaça, mas também um desafio. Se enfrentarmos o desafio, não precisaremos temer a ameaça.

A questão básica está em constatar que uma economia completamente planejada e de direção centralizada — como dever ser, por definição, uma economia perfeitamente socialista — não pode coexistir com as atitudes e os processos democráticos.

Para os planejadores totais uma sociedade não planejada será, necessariamente,

uma sociedade caótica. Ignoram que as sociedades conseguem organizar-se através de um constante ajustamento às mudanças de situação. É a única forma de organização que pode ser chamada livre.

"A qualidade original da Democracia é que ela coloca o consenso, expresso através da instável mutabilidade da opinião da maioria, acima da força, fazendo desta o agente da vontade coletiva. A ordem, sob a Democracia, é acima de tudo, o consenso, do qual se deriva a autoridade, sendo então a esta conferida a força.

"Assim devemos evitar duas grandes mistificações: a mistificação da esquerda, profunda e destruidora, de que o Socialismo significa Democracia, e a mistificação da direita, que contém seus próprios riscos e é fonte de séria confusão, de que Capitalismo significa Democracia."

Vale, entretanto, constatar que o mundo moderno forçou uma reformulação nos conceitos básicos das doutrinas nos campos político e econômico.

O liberalismo de nossos dias não poderá ser examinado sob os postulados do liberalismo clássico. O Estado liberal, calcado na formulação de Adam Smith, com todos os elementos do individualismo filosófico e político do século XVIII e da Revolução Francesa, é hoje mera ficção.

Em seu lugar vem sendo construído um novo tipo de Estado: um ESTADO participante no processo econômico-social, buscando regular as relações, cada vez mais complexas, entre os indivíduos e os grupos ou organizações sociais, para promover maior bem-estar e justiça social.

Paulo Bonavides (Do Estado Liberal ao Estado Social) afirma: "O Estado Social representa efetivamente uma trans-

formação superestrutural por que passou o antigo Estado Liberal. Sey matizes são riquíssimos e diversos. Mas algo, no Ocidente, o distingue, desde as bases, do ESTADO PROLETÁRIO, que o socialismo marxista intenta implantar: é que ele conserva sua adesão à ordem capitalista, princípio cardinal a que não renuncia.

O regime capitalista buscou adaptar-se ao novo conceito de ESTADO através, principalmente, da formulação Keynesiana de combate às grandes depressões, visando estabilizar, estimular e orientar os rumos da economia sem cair na ditadura econômica e sem substituir um sistema baseado na propriedade privada por um sistema de propriedade das forças de produção pelo Estado. (KEYNES — Teoria Geral do Emprego, Juro e Dinheiro, 1936).

No Brasil, podemos identificá-lo a partir da Revolução de 1930, ao buscar um processo de modernização do País. Na Constituição de 34 vamos encontrar, pela primeira vez, o título Da Ordem Econômica e Social — e que permanece nas demais.

TO GOVERNAMENTAL.

Gönnar Myrdal afirma que a ordem natural foi a intervenção abrindo caminho ao planejamento.

Constatamos que a adoção do planejamento pelos regimes democráticos nasceu da necessidade, após a grave depressão dos anos 30, de disciplinar e orientar a oferta e a demanda, o investimento e o consumo.

Afonso Arinos de Melo Franco afirma que "o Estado Moderno não resolve mais os problemas de Governo sem PLANEJAMENTO".

O Planejamento da Ação do Governo, iniciado no Brasil, em 1939, com o PLANO ESPECIAL DE OBRAS PÚBLICAS E APARELHAMENTO DA DEFESA

NACIONAL e institucionalizado como planejamento global em 1969, com o princípio da flexibilidade que permite revisões periódicas indispensáveis em face a situações de emergência, é coerente com a sociedade democrática moderna, por ser *normativo para o setor público mas meramente indicativo para o setor privado*.

Na Expressão Econômica

Já na própria conceituação da Expressão Econômica a *Participação* está implícita na otimização que se busca pela utilização dos fatores de produção e, conseqüentemente, do trabalho do homem a qual só pode ser conseguida quando o trabalho aumenta sua produtividade.

A maior produtividade decorre, como é óbvio, de maior qualificação da mão-de-obra, porém, implica o trabalho interessado, responsável, entusiasmo, integridade, cooperativo de todos os componentes da força de trabalho e isto é participação responsável.

Quando se busca, com o emprego de todos os meios, assegurar liberdade de decisão e de iniciativa para a economia, procura-se obter a participação de todos, à medida que esta liberdade é assegurada.

Quando se busca acelerar a integração da economia ela se processa, também, pela participação de todos no processo produtivo.

A integração dos fatores produtivos em busca das combinações ótimas implica a participação do homem pelo trabalho e como detentor de recursos naturais e do capital.

Os aspectos dos fenômenos econômicos não excluem considerações relativas aos fundamentos éticos do comportamento social do homem e a participação se faz aí, mais uma vez presente, pois

não se pode pretender comportamento social sem que os beneficiários do esforço pela conquista do Bem Comum participem e não sejam, apenas, pacientes do processo ou se completem com ele.

É o processo participativo, em última análise, o que estabelece a maior ou menor ação dos fatores da Expressão Econômica na valorização ou depreciação dos fundamentos da mesma. A maior ou menor aplicação de capital no Sistema Econômico depende não só da capacidade como da disposição de todos os agentes de participar. A maior ou menor aplicação da Ciência e da Tecnologia depende da maior ou menor participação de cientistas, técnicos e políticos na sua aplicação e no desenvolvimento de novos métodos e processos tecnológicos para o fortalecimento e aperfeiçoamento do Poder Nacional. Do mesmo modo a maior ou menor qualificação dos recursos humanos implica a colaboração de todos no processo educativo na compreensão de empresários eficazes e gerentes preparados.

O Setor Público e o Setor Privado componentes da Expressão Econômica participam na manifestação do Poder Nacional, no Campo Econômico.

O Setor Público dá sua participação buscando o consenso social e pelo exercício correto de suas responsabilidades e com oportunidade, exercendo as funções administrativa, normativa, distributiva e produtiva.

No exercício da função produtiva a participação do Estado se faz na produção de bens considerados de valor estratégico, na produção de bens e serviços de pouco interesse para o Setor Privado, porém necessários à coletividade, e na produção de bens e serviços quando os capitais e a tecnologia do Setor Privado

são insuficientes e aqueles bens e serviços são igualmente necessários.

O Setor Privado participa quando gera empregos, remunera corretamente os fatores alocados no Setor Família, investe corretamente, ampara a seus empregados, evita práticas distorsivas no mercado, colabora na formulação de políticas e estratégicas governamentais e, conseqüentemente, no planejamento econômico, através de suas entidades de classe, das federações, e até mesmo do Congresso Nacional.

A participação também ocorre toda vez que federações, confederações e associações do setor buscam normas, com vistas a melhorar seus resultados, seus produtos etc.

Na avaliação da conjuntura a participação de todos se processa através de diferentes maneiras de externar opiniões e de mostrar realidade aos planejadores. Neste aspecto, a comunicação de massa exerce papel participativo importante. Ainda na fase de Formulação de Políticas e Estratégicas, no Campo Econômico, o uso dos indicadores depende da correta manipulação de dados. A amostra é fundamental. A participação de todos no aprimoramento das linhas de ação que se transformarão em decisões depende da prestação de informações fidedignas e precisas.

No planejamento ressalta a importância da participação de toda a sociedade através da manifestação esclarecida e oportuna das entidades de classe e das instituições sociais para que o Governo possa, ao planejar, ter presente os anseios, as aspirações e as críticas construtivas de todos.

Por outro lado as instituições do Setor Privado, em constante interação no Sistema de Desenvolvimento, participam do processo quando adequam suas ações

setoriais aos interesses da coletividade no atendimento do bem-estar e do bem comum em última instância, sem perder de vista o lucro como principal móvel.

O Sistema Neocapitalista abrandou o egoísmo de que se critica o Capitalismo Clássico, com o trabalho em equipe, a cooperação, as preocupações sociais, culturais e de Segurança, e isto é participação.

A participação acionária, a participação do trabalho nos lucros e a cogestão, são diferentes formas de participar que, adotadas pelo Sistema Neocapitalista deverão sê-lo de tal forma que não o descaracterizem.

Sob o ponto de vista econômico o Sistema Neocapitalista é aquele em que a hierarquia de valores e o modo de vida configurado mais se identifica com o desejável a uma Sociedade Moderna, Democrática e o que mais se aproxima do Bem Comum.

O Neocapitalismo tem, como características básicas, além de outras, as seguintes:

- A propriedade privada do capital e do seu uso;
- A otimização pelo emprego do lucro;
- A cooperação de todos e trabalho em equipe;
- Preocupações de Justiça Social e Segurança Econômica e com a dignidade da pessoa humana;
- O funcionamento de uma economia de mercado;
- O planejamento indicativo, incentivador e orientador para o Setor Privado;
- A intervenção estatal em casos específicos, no exercício da função produtiva.

O Desenvolvimento Nacional por seu turno, é entendido como um processo contínuo, arritmico, de mudanças quantitativas e qualitativas nas quatro Expressões do Poder ou, em última análise, nos Elementos Básicos da Nacionalidade; Homem, Terra e Instituições.

A responsabilidade pelo Desenvolvimento, fica bem claro na Doutrina da Escola, é de todos os integrantes do Sistema de Desenvolvimento Nacional, a saber: os indivíduos e as suas instituições, sendo o Estado a maior delas.

Sabemos bem que o processo de planejamento do Desenvolvimento tem presente sempre a realimentação com informações de conjuntura que permitem modificações de políticas e estratégias em curso.

Por isto mesmo, parece ser oportuno que esta responsabilidade fique explícita constitucionalmente, de modo que a Sociedade não venha a ter um comportamento de expectativa em relação ao que o Setor Público possa oferecer como único responsável pelo Desenvolvimento.

Na Expressão Psicossocial

O homem, beneficiário do processo produtivo e agente por excelência da produção, através de sua ação, explica a existência das atividades econômicas. À medida que este homem é amparado, dignificado e reconhecido como indivíduo e não como engrenagem no processo, estará havendo participação consciente dos setores público e privado na valorização desse elemento básico da nacionalidade.

Por outro lado quando o homem, integrante da força de trabalho, não dá o melhor de si, qualificando-se e aprimorando o produto final, não há participação efetivamente no esforço produtivo.

No papel de consumidor o homem deve, com soberania de consumidor, evitar os desperdícios, refrear o consumismo, selecionar bem os produtos que apresentem realmente qualidade, recusando-se a manobras especulativas, e evitar o consumo conspícuo.

No trato dos Recursos Naturais mais uma vez a participação do homem e da empresa se faz presente pela diligência no sentido da correta utilização dos mesmos sem desperdícios e sem agressões ao meio ambiente e à ecologia.

Sabemos que para a satisfação de suas necessidades o homem age em conjunto, estabelecendo normas e padrões de comportamento com base em idéias e valores, participando, pois, da organização e aperfeiçoamento de suas instituições e moldando o próprio Sistema.

O modo como as instituições são organizadas tem muito a ver com a maneira pela qual os homens se ordenam na vida social e política e com tudo o que julgam ser bom, justo e legítimo. Isto ocorre, como sabemos, através da interação que seria impossível sem sua participação.

No que tange à Expressão Psicossocial do PN, a *participação* nasce e se nutre da consciência do dever cívico, que se inspira numa ética de cooperação, onde o sentimento de responsabilidade é imperativo. Esta é a matriz de todos os componentes da Expressão Psicossocial do Poder Nacional.

O grau de participação no Sistema de Desenvolvimento Nacional e a sua qualidade dependem fundamentalmente, da cultura e da educação.

Na Expressão Militar

O entendimento de toda a força de influência da atitude participativa da po-

pulação sobre a Expressão Militar do Poder Nacional advém da própria conceituação de Doutrina de Guerra, contida no Glossário de Vocábulos das Forças Armadas (FA-E-02.77, pág. 40): "A parte integrante da Doutrina de Segurança Nacional que engloba uma concepção filosófica e sociológica da guerra define e reparte as tarefas de ação entre os diversos setores da atividade nacional e interaliada, e indica as regras de sua coordenação."

Durante muito tempo, a guerra era um acontecimento militar decidido exclusivamente nos campos de batalha e com meios militares. A partir da Primeira Guerra Mundial e, mais caracteristicamente, com o aspecto total de que se revestiu a Segunda Guerra Mundial com a participação na luta dos meios de toda ordem e dos quatro campos do Poder Nacional, a guerra passou a interessar, envolver e engajar toda a população.

A guerra moderna apagou definitivamente a tradicional linha imaginária que separava o soldado do civil, implantando, em seu lugar, a atual e realista concepção de "nação em armas". Em consequência, passou a ser exigido da Nação o reconhecimento tácito de que todo cidadão, civil ou militar, em idade e condições físicas, está automaticamente engajado na guerra moderna, seja lutando nas frentes de combate, seja trabalhando no esforço de guerra, cabendo ao restante da população assumir a mentalidade de que na guerra moderna não há lugar para o espectador passivo ou indiferente.

Vale dizer, hoje a nação, como um todo, é levada a participar do conflito, mobilizando as suas forças vivas de modo a manter um contínuo fluxo de homens e suprimentos. Para tal, impõe-se, em primeiro lugar, uma sólida pre-

paração psicológica de soldados e população civil com vistas a uma atitude básica de que, na guerra moderna, *todos* são protagonistas, exigindo, em contrapartida, um elevado grau de participação, racional e emocional, sob a ótica atual de que a era nuclear, os mísseis balísticos intercontinentais, os bombardeiros e os submarinos estratégicos reduziram à mera questão acadêmica a noção, até então válida, do "front la bäs", ou além-mar.

Por outro lado, a chamada Guerra Revolucionária Comunista tem como palco e atores a própria nação, independente da condição de civil ou militar.

A história mais ou menos recente está repleta de exemplos, alguns dolorosos, demonstrando que o componente psicológico da Expressão Militar do Poder ainda não foi pesquisado entre nós na sua verdadeira significação.

A simples observação do comportamento humano em momentos críticos mostra que a atitude do cidadão comum — em termos de participação — prende-se a um impulso de fundo psicossocial determinado por interesses relativos ao "status quo" ameaçado, bem como à defesa de valores culturais e morais.

Na guerra, aos aspectos da natureza psicossocial que afetam a segurança do indivíduo e a coesão do grupo, acima referido, acrescentem-se as conseqüências dos atos, sentimentos e desejos daqueles que detêm a responsabilidade de conduzir os destinos dos Estados e dos povos.

Talvez tenha sido essa característica que levou a UNESCO a incluir no preâmbulo de sua Constituição que o fenômeno "guerra tem origem nas mentes dos homens e que é também nas mentes dos homens que a defesa da Paz deve ser construída".

O Homem, malgrado a crescente presença do poder tecnológico nos campos de batalha, permanece como o acionador dos instrumentos e dos artifícios bélicos, como o gerador desses meios; e mais do que tudo, como o elemento capaz de criar, inovar e substituir itens e técnicas, atenuando carências e superando dificuldades.

A atitude nacional de participação concernente aos fundamentos e fatores de Expressão Militar do Poder Nacional exerce considerável influência seja na formulação da Doutrina Militar, seja no seu preparo e no seu fortalecimento.

A vontade nacional constitui um elemento dinâmico de grande influência sobre a Expressão Militar do Poder Nacional, em seu papel de promover pela dissuasão ou pela coação a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais.

O espírito de participação consubstancia a determinação nacional de agir e sofrer coletivamente impondo a vontade e os interesses nacionais ao ensejo da deflagração dos conflitos.

É necessário que a par dos comportamentos positivos dos diversos indicadores da Expressão Militar, haja um razoável grau de coesão do povo em torno da política de Segurança Nacional, e da Doutrina de Guerra, mantendo-se assim uma frente interna unida e atuante em prol da transformação do potencial do país em poder atual.

E este grau de coesão resultará essencialmente, no que concerne aos problemas de Defesa Externa e Interna, de uma predisposição nacional para pensar e agir em termos de somar, reunir e participar do ilimitado e total esforço de guerra da Nação, quando da concretização de uma Hipótese de Guerra e a decorrente prevalência da aplicação da Expressão Militar do Poder Nacional.

**Participação — resposta da Democracia
na solução dos conflitos**

Vivemos uma época de crises em que os valores e as teses democráticas são questionadas diante dos problemas da crise de autoridade, da inflação e do desemprego.

Não se pode, entretanto, olvidar que os problemas essenciais da sobrevivência de cada Nação têm hoje dimensão universal.

Poderíamos enumerar várias e significativas transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no cenário mundial em passado recente. Entre outras citaríamos: "

- O desbalançamento do Poder, antes bipolar tornou-se pentagonal com tendência à multipolarização;
- a epidemia de movimentos terroristas, com uma sofisticação e constância até então desconhecida;
- a politização do uso da energia, com efeitos econômicos e políticos;
- a conjugação de inflação e desemprego ascendentes, com consequências imprevisíveis tanto para os países industrializados quanto para os países em desenvolvimento.
- a crise dos modelos econômicos, visível nas economias dos países ocidentais desenvolvidos, dos socialistas e dos países em desenvolvimento.

Tais problemas ou desafios acrescidos ou identificados, numa superposição com os clássicos desafios existentes:

Democracia X Autocracia
Liberdade X Autoridade

Capitalismo X Socialismo
Liberdade de iniciativa X Estatização

Como ingrediente comum aos regimes e modelos políticos e econômicos conflitantes, avulta, claramente, o tradicional e explorado tema do confronto capital e trabalho.

O progresso acarreta transformações na estrutura econômica e uma mudança no comportamento social, os quais passam a exigir novas fórmulas e soluções na órbita política.

Pelas características histórico-culturais, pelo modo de ser e de viver, o povo brasileiro fez a sua opção pluralista de vida e deu sobejas provas de sua vocação democrática.

Por não conter verdades ou soluções apriorísticas é que avulta a sua capacidade de absorver e resolver os desafios do mundo contemporâneo, que são agravados e se transformam em crises toda vez que os princípios democráticos são postergados por imposições e pseudo soluções totalitárias.

É comum, e pela repetição já se torna aceita como verdadeira, a idéia de inimigos da Democracia de que o seu ponto crítico reside na expressão econômica, frágil para resolver crises.

É, exatamente, na sua concepção básica, no campo político e econômico, que reside a solução eficaz para as crises e desafios.

O princípio fundamental da Democracia — o respeito à dignidade humana — deve ser complementado por seu corolário lógico e inarredável: o da justiça social.

Não pode esse princípio vicejar em um ambiente em que grandes parcelas da sociedade se encontrem marginalizadas dos benefícios da Democracia como consequência da pobreza, do analfabe-

tismo, de quaisquer preconceitos de ordem racial ou religiosa, ou do egoísmo individual ou de grupos e minorias raciais.

A apreensão dessa realidade trouxe uma série de transformações no sistema sócio-econômico vigente nos Estados democráticos, notadamente no que concerne as relações entre o capital e o trabalho.

O Estado democrático viu-se assim obrigado, irresistivelmente, a alterar a sua posição de simples espectador no livre jogo das iniciativas individuais para passar a uma posição de maior participação no processo econômico-social, a fim de regular, com a força jurídico-legal de sua autoridade, as relações entre os indivíduos e os grupos sociais, com a finalidade de propiciar maior bem-estar social, visando a promover a justiça social.

A Democracia Liberal sucedeu, portanto, a moderna Democracia, onde a liberdade de iniciativa se exercita no respeito aos interesses sociais.

O próprio Macpherson adverte em sua proposição geral: "O principal problema quanto à democracia participativa não é quanto a fazê-la funcionar, mas como atingi-la. Pois parece provável que, se pudermos atingi-la, ou atingir alguma parcela considerável dela, nosso ca-

minhar ao longo da via que a ela conduz nos tornará capazes de fazê-la operar, ou pelo menos há de nos tornar menos incapazes do que somos no momento".

Ao desafio do confronto capital e trabalho, apregoado pelos teóricos das autocracias como insolúvel, responde a Democracia com a solução da integração do empregado na empresa, através da Participação na sua vida e nos resultados de sua atuação, aumentando a produtividade da Empresa e gerando maior bem-estar social.

Ao esvaziamento e superação do modelo capitalista na concepção clássica de Adam Smith, responde com o neocapitalismo.

Conclusão

Uma das mais graves conseqüências do modelo atual de Democracia praticado no mundo foi o fenômeno da crescente apatia popular, ou das maiores silênciosas desta democracia. Cada vez mais as pessoas se desinteressam pelos pleitos eleitorais ou pela discussão dos negócios públicos, motivadas, principalmente, pela sua pouca influência na condução dos ditos negócios. Esta insatisfação com o sistema político está também na raiz da crescente demanda de participação.



José Alberto de Assumpção, professor universitário, formado em Direito pela Faculdade Mineira de Direito (1959). Master em Política Internacional pela Catholic University of America, Washington, D.C., Curso de Segurança Continental, no Inter-American College of Defense, Washington, D.C., Curso de Management of National Security, no Industrial College of the Armed Forces, Washington, D.C., Curso de Informações da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, Curso Superior de Guerra (1973) da ESG. Membro do Corpo Permanente da ESG, atual Divisão de Pesquisa e Doutrina.

Sem uma consciência clara de co-responsabilidade torna-se difícil aumentar o grau de participação na área de decisão da empresa ou do governo.

Além de criar os mecanismos de maior participação é fundamental preparar o homem, através da educação, para uma participação consciente e responsável na direção da vida nacional.

Busca-se, hoje, no Brasil o aprimoramento do modelo político de um ESTADO do Bem-Estar Social. Uma sociedade moderna, organizada, responsável e participante; desenvolvida e justa, seja pelo alto grau de eficiência de sua economia, seja pela abertura de oportuni-

dades para todos, pela eliminação de privilégios e discriminações de qualquer natureza, com a participação de todos na distribuição da riqueza.

A Democracia surge, então, como um regime político e uma filosofia de vida capaz de assegurar ao homem a sua plena realização pessoal e de proporcionar o desenvolvimento, traduzido em termos de justiça social e do bem comum.

Cada povo deve descobrir o seu próprio caminho para a Democracia, que se transforma assim num produto direto de todos os cidadãos que se dispõem a compreendê-la e a vivificá-la.





MINERAÇÃO - INSTRUMENTO DE EQUILÍBRIO SÓCIO- ECONÔMICO

Eliseu D'Angelo Visconti Neto

Engenheiro Metalúrgico, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, Diretor da área de Finanças da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM.

Desde há longo tempo constatou-se que o profundo desnível entre as diversas regiões do País tende a se transformar no maior óbice ao desenvolvimento harmônico. São os contrastes regionais que têm caracterizado um Brasil desarrumado, onde se concentram a riqueza e a miséria, quase como água e o óleo, que não se misturam.

Muito se tentou fazer, com o objetivo de suavizar o problema. Organismos foram criados, como a SUDAM e a SUDENE, que muito realizaram, justificando plenamente a sua existência, sem que resultados definitivos se apresentassem. Permanece o desequilíbrio e cresce a tensão social, consequência dele. As migrações não cessaram. Os Estados do Sul ainda recebem, hospedeiros, o vírus da esperança, rapidamente contaminado pelo vírus da desilusão, pois as oportunidades são inelásticas. Vê-se o Governo forçado a criar empregos para os migran-

tes, num surpreendente círculo vicioso, pois crescem os investimentos nas regiões ricas, para suportar os oriundos das menos favorecidas que, por sua vez, tornam-se ainda mais esvaziadas.

Qual a solução para o enigma? Fixar o homem em seu local de origem, concedendo-lhe os meios necessários à subsistência, bem como a possibilidade de progredir.

Não é original a fórmula. Todos sabem, e neste sentido estão agindo, em busca dos meios que permitam um crescimento mais uniforme. O problema tem sido implementar as medidas passíveis de reverter a atual situação. O volume de investimentos carreado para tais regiões menos desenvolvidas não parece, todavia, proporcional aos resultados obtidos.

Motivo maior desse insucesso parcial foi, sem qualquer dúvida, o artificialmente da política adotada, que se tem constituído, aliás, num vício crônico em

todas as práticas econômicas e sociais dos últimos tempos, vício este felizmente detectado e em processo de expulsão. Artificial foi a prática de forçar o deslocamento, para regiões despreparadas, de indústrias, altamente sofisticadas, que empregam mão-de-obra escassa, em qualidade. Artificial foi a maneira de carrear os recursos necessários e o descompasso no tratamento e distribuição dos impostos e incentivos.

A nova mentalidade do Governo, inaugurada pelo Presidente João Figueiredo, não mais admite o artificialismo, mas antes a realidade. Por isso eliminou-se grande parte dos subsídios, e em seu lugar se vai implantando a verdadeira economia de mercado. Há uma efetiva tendência de se abandonar o paternalismo odioso e a tutela estatal sobre os negócios. E somente desta maneira é que se conseguirá a adesão do empresariado privado nacional que, livre de pressões e acreditado, responderá aos anseios de liberdade e de progresso.

Reorientar o crescimento do País, no sentido de potencializar suas vocações regionais, constitui a mais pragmática e natural maneira de atingir o equilíbrio harmônico.

O setor mineral aparece, por isso, como o grande instrumento dessa nova política.

Corroborar essa tese o aforismo: jазidas não se transplantam.

Em torno dessa realidade, e na constatação de que as regiões hoje menos favorecidas do País são, talvez, as mais ricas, em termos de recursos minerais, é que se deve tentar construir um modelo de crescimento.

É na procura dos recursos minerais que o homem se interioriza, que se fixa

no local onde os encontrar, e que produz insumos básicos indispensáveis a todas as atividades econômicas, até mesmo à agricultura, que não pode sobreviver sem fertilizantes, que são oriundos do reino mineral.

A crise energética que assolou o mundo apresentou alguns resultados positivos, pois nos obrigou a repensar modelos e reordenar prioridades. Teses econômicas, como a de localizar um empreendimento industrial junto ao mercado consumidor, perderam, em parte, a validade, pois não mais se admite transportar calcário, por exemplo, por 300 ou 400 quilômetros, para se fabricar o cimento. É muito mais óbvio transportar-se produto com maior valor agregado, em face dos altos custos dos combustíveis.

Desta maneira, já se torna interessante, em termos econômicos, implantar as indústrias de semi-acabados junto à jazida mineral correspondente.

Sendo os estados do Norte, Centro-Oeste e Nordeste muito ricos em recursos minerais, nada mais natural que incentivar a mineração, arma estratégica para o desenvolvimento. Localizando-se empreendimentos industriais junto às minas a fixação do homem à região estará assegurada, pois virão os investimentos, e infra-estrutura física e social e o rendimento harmônico estará assegurado.

As regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste estão para o Sul assim como o Brasil para as nações desenvolvidas. É legítimo e patriótico o pleito de um tratamento mais realista e condigno, face ao potencial que representam para a Nação. O setor mineral é o caminho mais lógico para a realização dos sonhos de igualdade e de justiça social.



A PRODUÇÃO DE GÁS COMBUSTÍVEL POR BIODIGESTORES NO NORDESTE DO BRASIL

Edilson de Freitas Queiroz

Engenheiro, Diretor Técnico da CAEEB

Desde tempos imemoriais o homem luta para conseguir energia necessária ao seu bem estar.

Aquele nosso ancestral hirsuto que pela primeira vez apanhou um galho de árvore em chamas, devido a uma descarga elétrica das nuvens, e saiu correndo para sua caverna a fim de utilizá-lo no aquecimento ou para afugentar animais ferozes, foi, naturalmente, o primeiro homem que usou uma forma de energia para seu conforto.

Em seguida, por meio de fricção da madeira, conseguiu produzir o fogo, surgindo, então, a primeira forma de energia controlada.

Durante séculos e séculos, a madeira foi o único combustível usado. Posteriormente, o homem dominou a água e, em seguida, arrancou o carvão do fundo da terra e, finalmente, o petróleo.

Com o tempo foi aproveitada a energia dos ventos para navios e cataventos. A energia solar, ao que parece, foi pri-

meiro utilizada para fins militares, pois conta-se que Aristóteles derrotou a esquadra do rei Filipe da Macedônia, utilizando este tipo de energia.

Atualmente, ao enfrentarmos a escassez e o encarecimento do petróleo, o Brasil despertou para a batalha das alternativas de energia e suas perspectivas são já, hoje, de certeza de um horizonte de grandeza.

Assim é que, o Ministério das Minas e Energia por intermédio da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras — CAEEB e, esta, pelo seu Departamento de Novas Fontes Alternativas de Energia, da Diretoria Técnica, programou um estudo de pesquisas e implantação de biodigestores no Nordeste, a fim de aproveitar as matérias-primas lá existentes ou outras que poderão ser cultivadas, como é o caso do aproveitamento das algas marinhas desenvolvidas em reservatórios ao longo da costa cearense.

Serão feitas, também, experiências no sentido da utilização do biogás, bem como do resíduo da fermentação para fertilizantes e outros fins.

1. HISTÓRICO

Em 1976, o gás metano foi identificado pela primeira vez, por Alessandro Volta, na Itália, como resultado da decomposição de resíduos vegetais em ambiente confinado.

Em 1806, na Inglaterra, Humphrey Davy, identificou um gás rico em metano e dióxido de carbono (CO_2) resultante da decomposição de dejetos animais em lugares úmidos.

Ao que parece, foi em 1857, num leprosário perto de Bombaim, na Índia, que se construiu a primeira instalação destinada a produzir gás combustível.

Nessa mesma época, na Alemanha, Schrader e Fischer, verificaram que os vegetais, depois de mortos, se decompunham formando metano, dióxido de carbono e hidrogênio.

Em 1889, Goyon, membro da Sociedade de Ciências Físicas e Naturais de Bordéus, constatou que o gás formado pela decomposição do estrume a 35°C possuía propriedades combustíveis e, já munido dos conhecimentos divulgados por Louis Pasteur (1861), atribuiu essa formação de gás às bactérias anaeróbias.

Em seguida, experiências foram feitas por Schloessing, na Alemanha, e Beherain e Dupont, na França, sobre a temperatura apropriada para a melhor produção de gás.

Mas, só em 1920, o assunto foi devidamente estudado na Alemanha, por Dr. Karl Imnhoff que, nos seus trabalhos sobre os lodos decantados dos esgotos domésticos, estabeleceu um método

contínuo de decomposição deste, introduzindo, periodicamente, pequenas quantidades de substâncias orgânicas numa grande massa de substância em decomposição anaeróbia em atividade. Daí o assunto veio se desenvolvendo, pois o gás produzido se adaptou para o aquecimento das unidades das estações de esgotos e também como combustível para motores usados naquelas estações.

É na Ásia que a técnica de fabricação de biogás mais se tem desenvolvido, principalmente na China, onde foi criado um modelo que se caracteriza, principalmente, por ser construído totalmente enterrado no solo e não possuir gasômetro. Estima-se que, atualmente, há instalados, naquele país, cerca de 4,5 milhões de digestores.

Também na Índia, tem-se utilizado biodigestores na produção de gás, aperfeiçoando-se um modelo cuja característica principal é a colocação do gasômetro sobre a cuba de fermentação, com o que, com isto, se economiza o tanque do gasômetro. Há naquele país, cerca de 150.000 unidades instaladas e espera-se alcançar, meio milhão em 1983.(1)

No Brasil, o assunto vem se desenvolvendo mais intensamente, desde 1976 e tem despertado, ultimamente, grande interesse, chegando a ser construído, na Granja do Torto, um biodigestor modelo chinês, que, segundo informações, vem trabalhando a contento.

2. PROPRIEDADES FÍSICAS E QUÍMICAS DO METANO

O gás de estrume é, de uma maneira geral, o metano biológico bruto na saída das cubas de produção, é uma mistura composta de:

- metano combustível na proporção de 50 a 60% (se o gás for produzi-

do corretamente);

- gás carbônico incombustível na proporção de 50 a 40%.

Encontram-se, igualmente neste gás, o hidrogênio ou traços de oxigênio.

Quando há um excesso de matéria fecal no digestor ou, se a matéria celulósica não se submeteu a uma pré-fermentação suficiente, o gás do biodigestor pode conter traços de ácido sulfídrico que, ao queimar-se, produz anidrido sulfuroso (SO_2).

A composição média de um bom biogás de estrume é a seguinte: (3)

metano	50	a 60%
Hidrogênio	1	a 3%
Oxigênio	0,5	a 1%
Gás Carbônico	35	a 40%
Gases Diversos	1	a 5%

O peso específico do metano é aproximadamente de 1 kg por m^3 . Em igual volume e nas mesmas condições de temperatura e pressão, o biogás é mais leve do que o ar, sendo a sua densidade em relação a este, de $1:1,3 = 0,77$. Em caso de vasamento, a tendência é o gás escapar para cima e não para baixo, como é o caso do butano e do propano.

No estado bruto, seu poder calorífico superior é, em média, de 5.500 Kcal/m^3 e o inferior 5.000 Kcal/m^3 .

A eliminação do gás carbônico, muito fácil de se realizar por causa de sua grande solubilidade na água, permite obter um gás com 95% de metano, cujo poder calorífico superior é de cerca de 8.500 Kcal .

A combustão espontânea do biogás, não pode, praticamente, se produzir em face da sua proporção no ar. A velocidade da chama é inferior a 50 m/s .

A toxidez do biogás é nula, não contém monóxido de carbono. Seu odor é conhecido como odor de estábulo ou de pântanos.

É um gás muito antidetonante (índice de octano próximo de 125). Do ponto de vista termodinâmico, o metano é capaz de suportar, nos motores, uma relação volumétrica nitidamente mais elevada (até 15) do que as melhores gasolinas.

Do ponto de vista calorífico (poder superior), um metro cúbico de metano (ou biogás purificado) e o de biogás bruto não purificado, apresentam os equivalentes seguintes, considerando um gás bem preparado e de boa qualidade: (3)

<i>Produto</i>	<i>Equivalência de 1m^3 de gás bruto (5.500 kcal)</i>	<i>Equivalência de 1m^3 de gás purificado (8.400 kcal)</i>
Gasolina	0,730 l	1,100 l
Álcool	1,100 l	1,700 l
Carbureto de Cálcio	1,770 kg	2,700 kg
Gás de Petróleo	0,650 l	1,000 l
Gás Natural	0,610 m^3	0,930 m^3
Carvão de Madeira	1,240 kg	1,900 kg
Energia Elétrica	6,2 kWh	9,4 kWh
Carvão Mineral	0,820 kg	1,250 kg

3. PRODUÇÃO DO GÁS METANO

A produção do gás metano, a partir da matéria orgânica, se processa inteiramente em cerca de 90 dias.

A produção começa a se processar após um período de 20 dias. Daí, a produção diária vai crescendo até chegar ao máximo na terceira semana, quando começa a decrescer lentamente e, em seguida, progressivamente.

Na prática, como a produção no final da fermentação é pequena, costuma-se calcular os biodigestores para um período de incubação de 5 a 6 semanas (35 a 42 dias).

Teoricamente, a produção do metano, a partir da celulose e amido, é de $41,3 \text{ m}^3$ por m^3 de estrume.

Entretanto, por experiências, chegou-se à conclusão de que, na prática, o rendimento máximo é de 40%.

Sendo assim, 1 m^3 de estrume, pesando 500 kg e, contendo 100 kg de matéria decomponível, poderá fornecer, com rendimento de 40%, um volume de metano de $16,5 \text{ m}^3$.

Se o gás produzido contiver 55% de CH_4 puro, o volume será, então, de cerca de 30 m^3 (CNTP).*

Dever-se-ia, então, nas melhores condições possíveis, calcular uma produção máxima de $0,71 \text{ m}^3$ de gás por m^3 de estrume, incubado e por dia, no período entre o carregamento e descarregamento (42 dias).

Do ponto de vista prático, o C.N.E.E.M.A. informa a produção de gás de várias instalações que são as seguintes:

1. Instalação de M. Damomeville, em Bailleul, França:

É constituída por oito cubas de 20 m^3 cada, montadas em bateria.

A produção diária de 160 m^3 de cubas é de 90 m^3 de gás.

2. Instalação da abadia do Mont-Descats, França:

Volume das Cubas: 100 m^3

Produção diária de gás: 60 m^3

Volume dos gasômetros: 3 de 30 m^3
 $= 90 \text{ m}^3$

3. Instalação de Sachren (perto de Hamburgo), Alemanha:

Volume das Cubas: 4 cubas x 250 m^3
 $= 1.000 \text{ m}^3$

Produção diária de gás: 500 a 700 m^3

Chega-se à conclusão de que, 1 m^3 de cuba de fermentação, produz cerca de $0,6 \text{ m}^3$ de gás.

4. TIPOS DE BIODIGESTORES

Surgiram com o tempo, em várias partes do mundo, variados tipos de geradores de biogás, naturalmente adaptado às condições locais. São conhecidos na Europa os seguintes processos:

1. de Ducellier — Isman, França
2. de Schmidt — Eggerglüss, Alemanha
3. de Reinhold — Darmstadt, Alemanha
4. de Poetsch — (sem gasômetro), Alemanha
5. de Berlim — Alemanha

Na Ásia são conhecidos, principalmente, dois tipos, sendo que um é de origem chinesa e outro indiano: o indiano se caracteriza pelo fato de possuir o gasômetro em cima da própria cuba de fermentação, economizando-se, com isto, a construção de um tanque. O chinês, não tendo gasômetro, se torna mais econômico, porque este, sendo de me-

tal, constitui a parte mais dispendiosa dos biodigestores.

Em anexo apresentamos plantas de biodigestores modelo indiano e chinês.

6. MATÉRIAS-PRIMAS A SEREM USADAS NAS PESQUISAS A SEREM REALIZADAS NO NORDESTE

O programa de pesquisas para o Nordeste, se destina ao aproveitamento de três tipos de matérias-primas: estrume, aguapé e algas marinhas.

Estrume

A produção de biogás, utilizando estrume como matéria-prima, conforme visto anteriormente, é de cerca de 30m^3 de gás por 1m^3 de estrume.

A produção de estrume por animal é muito variável, pois, enquanto que a produção do gado leiteiro nos Estados Unidos da América é de 18 kg por animal e por dia, na Índia esta produção é de 10 kg.

Considerando 1% da população bovina do Nordeste em 1980, estimada em cerca de 24.000.000 de cabeças, temos que o estrume produzido seria de 2.400.000 kg por dia, adotando como produção por animal, a produção da Índia, que é de 10 kg por dia.

Levando em conta que 1m^3 de estrume pesa 500 kg e produz 30m^3 de gás, temos que a produção esperada neste caso, seria de 144.000m^3 de gás por dia, ou $52.560.000\text{m}^3$ por ano. Isto equivaleria, em relação ao poder calorífico, a 197.100 BEP/ano.

Esta quantidade de gás daria para atender 150.000 pessoas ou 30.000 famílias. O seu uso para cada família por

dia, seria para cozimento, iluminação e um motor de 3 HP, trabalhando 1 hora por dia.

Em termos de divisas, teríamos uma economia por ano de US\$ 6.504.300,00 ou ainda Cr\$ 350.450.000,00.

Os objetivos específicos deste Projeto são:

- construção de biodigestores com capacidade de produção de 2, 5, 10, 50m^3 ;
- aproveitamento racional dos subprodutos agropastoris;
- pesquisas sobre fermentação anaeróbia com diferentes tipos de digestores;
- determinação do período de produção máximo de gás;
- treinamento de pessoal técnico em projeto, montagem, operação e manutenção de biodigestores;
- esclarecimento à população rural sobre as potencialidades do biogás;
- instruir sobre a utilização de material de baixo custo para a construção de biodigestores;
- disseminar o uso do material fermentado resultante da produção do gás como fertilizante;
- instruir sobre a utilização do biogás nos seguintes casos;
 - a. para substituir o gás liquefeito de petróleo em municípios que usam este tipo de combustível;
 - b. no uso doméstico (cozinha, aquecimento etc.);
 - c. no desenvolvimento de sistemas para aquecimento de água ou produção de vapor;

- d. no lugar da gasolina em motores de baixa potência (1 a 5HP) e também para acionar bombas de água etc.;
- e. no uso em chocadeiras e incubadoras.

Aguapé

O aguapé, uma planta flutuante, se desenvolve principalmente por geração vegetativa, podendo-se duplicar em número em cada oito ou dez dias, quando situadas em águas mornas — natural dos trópicos — e ricas em nutrientes. O aguapé ocorre flutuando na superfície das águas continentais, representado pelas espécies *Eichhornia crassipes* e *E. azuoa*. Estas plantas vasculares da família das Pontedericeas, até pouco tempo consideradas "invasoras", são hoje, tidas como de alto valor econômico, face à quantidade de combustível rico em metano que delas pode ser obtido. Ainda, estas plantas têm prolificidade e rapidez de crescimento tais que são colocadas em lugar de destaque como altamente eletivas na produção de biomassa para fins energéticos. Tem-se a destacar, além disso, com relação ao aguapé, a produção em alta escala de fertilizantes que constitui subproduto do processo de fermentação anaeróbia no biodigestor e que, aplicado às culturas locais, reduzirá muito o custo de insumos para nossa agricultura, aumentando ainda, sua produtividade.

Objetivos:

Este projeto terá como objetivos fundamentais:

- a) Aproveitamento de açudes e lagoas para a produção de metano a partir da biomassa do aguapé;

- b) Desenvolvimento de uma tecnologia própria associada à produção de metano para o uso no meio rural e para demandas industriais, visando diminuir nossa dependência de combustíveis importados;
- c) Possibilitar o desenvolvimento de tecnologia própria para:
 - c.1 — o desenvolvimento de protótipo de colheita mecânica em ambiente aquático;
 - c.2 — a utilização de biogás de acordo com a melhor alternativa de uso para a região em estudo;
 - c.3 — a transformação do metano em outros produtos químicos e energéticos, como o metanol;
- d) Ampliar o uso de biofertilizante, oriundo da digestão do aguapé, para aumento da produtividade agrícola, com substancial redução dos custos na agricultura;
- e) Possibilitar o uso do metano para produzir energia elétrica em zonas interiores isoladas ou remotas;
- f) Disseminar o cultivo do aguapé em açudes públicos e, assim, oferecer nova alternativa de fonte energética, substituindo, deste modo, os produtos energéticos importados;
- g) Desenvolver, nessa fase piloto, a avaliação do rendimento energético, de maneira a possibilitar o uso do biogás do aguapé para otimização de um sistema energético integrado, como por exemplo o Sistema Mandioca-Aguapé;
- h) Estudar a possibilidade de usar o material fermentado como ração de animais;
- i) Determinação do período de produção máxima de gás.

O Nordeste dispõe de enorme área de superfície líquida de açudes. Usando-se 10% desta superfície, sem alterar, portanto, ecologicamente os reservatórios, é possível produzir uma quantidade de biogás da ordem de 2.500.000 m³/dia, o que equivale a 9.375 BEP por dia ou a 3.421.900 BEP por ano.

A economia em divisas será de:

3.421.900 BEP x US\$ 33,00 = US\$...
112.920.000,00 ou ainda Cr\$...
6.084.300.000,00

Algas Marinhas

Este projeto tem como objetivo principal, o desenvolvimento de algas marinhas em terra para produção de metano por fermentação anaeróbia.

As algas verdadeiras são vegetais clorofilados, desprovidos de caule, de folha e de flor, cujo aparelho vegetativo tem a denominação de talo. Habitantes dos lugares úmidos são, na maioria das vezes, vegetais aquáticos. A quase totalidade das plantas marinhas é constituída pelas algas, existindo nos mares, apenas umas 30 espécies de *Fanerógramos*. As algas encontram-se, também, nas águas doces, nos muros, na casca de árvores, etc.

Os trabalhos deverão ser realizados, utilizando-se um sistema constituído das seguintes unidades:

- unidade de produção de biomassa marinha (cultivos em ambientes naturais e em tanques);
- unidade de fermentação anaeróbia (digestores);
- unidade de tratamento do biogás.

O Nordeste dispõe de grandes áreas desertas ao longo da costa, de pouco ou nenhum valor agrícola, oferecendo condições adequadas para o cultivo de algas

marinhas em terra para a produção do metano por fermentação anaeróbia.

O LABOMAR, da Universidade Federal do Ceará, vem pesquisando, desde 1965, as algas marinhas no sentido, inicialmente, de reconhecimento e localização das espécies ao longo do litoral cearense e depois estudando a composição química das algas, a atividade antibiótica e a extração de agar-agar.

Atualmente, desenvolve os seguintes estudos:

- prospecção e mapeamento dos principais bancos de algas do Ceará;
- composição e estimativa de algas depositadas em praias do Ceará;
- estudos bioecológicos de algas do Ceará;
- composição química e extração de agar-agar de algas do Ceará.

Abaixo, damos a produtividade média de algas, comparada com outros vegetais.

<i>Espécie</i>	<i>ton/ha/ano</i>
Terrestre:	
Gramma	16
Florestas	20-30
Silvicultura de pequena rotatividade	10-20
Milho	35
Cana-de-açúcar	60-90
Mandioca	20
Oceânico (matéria seca):	
Algas	25
Algas no mar aberto	1
Maricultura na terra	50-100
(áreas subtropicais)	

O Ceará tem, pelas experiências realizadas pelo LABOMAR (UFCE), condições muito boas para o desenvolvimento

<i>Espécie</i>	<i>Localidade</i>	<i>Massa Seca Ton/ha/ano</i>
<i>Azul-Verde:</i>		
Spirulina Platensis	Florença	131
Spirulina Platensis	Bancoque	73
<i>Eucariontes:</i>		
Scenedesmus Obliques	Bulgária	164
Scenedesmus Obtusinse	Florença	142
Scenedesmus Acutus	Roma/Bancoque	134
Scenedesmus Acutus	Alemanha	102
Algas Verde	Israel	139
Algas Naturais "bloom"	Lago George/Uganda	340
<i>Macro algas:</i>		
Marinhas	Ceará	200-400

de algas, conforme se pode verificar dos dados abaixo:

A produção das algas em reservatórios é um dos assuntos que vão ser estudados no presente projeto; contudo estimando-se uma produção mínima de 200 ton/ha/ano, teríamos numa área de 210 km², uma produção anual de 21.000 ha x 200 = 4.200.000 toneladas e considerando que haja só 20% de massa sólida, ter-se-ia: 4.200.000 x 0,20 = 840.000 ton.

Levando em conta que desta massa, 72,2% sejam voláteis e que 67% desta

materia volátil sejam decompostos para produzir gás com 55% de metano e 45% de dióxido de carbono por volume e ainda que uma tonelada de massa decomponível produza 1,25 toneladas de gás, chega-se à conclusão de que a produção do gás será de 398.370.000 m³ por ano, o que equivale a 1.493.900 BEP.

Ter-se-ia uma economia de divisas por ano de US\$ 47.804.000,00 ou ainda Cr\$ 2.562.300.000.

Esse volume de gás poderia gerar cerca de 7% de toda a energia elétrica produzida no Nordeste durante um ano.



PEQUENOS POVOADOS DO NORDESTE TERÃO AUXÍLIO DO B.N.H.

Sete dos mais pobres povoados do Rio Grande do Norte estão sendo dotados da mínima infra-estrutura necessária para o seu desenvolvimento sócio-econômico através do Plano Nacional da Habitação Popular. Esta infra-estrutura básica envolve água, energia, iluminação, esgoto, creche, escola, posto de saúde e telefone público. Nesse sentido foi assinado um convênio entre o Banco Nacional da Habitação e o Governo daquele Estado, no valor de 242.673 UPC (Cr\$ 146,7 milhões).

Trata-se do Programa Integrado de Melhoria dos Pequenos Núcleos Urbanos de Apoio à Atividade Rural, cujo principal objetivo é levar um pouco de progresso a povoados e vilas carentes do Estado através da melhoria de habitações, implantação de infra-estrutura e aproveitamento da mão-de-obra

local com a conseqüente geração de recursos para as 1608 famílias residentes.

COMUNIDADES RURAIS

Os sete povoados beneficiados pelo programa são aglomerados essencialmente rurais que não tinham acesso a nenhum programa oficial de desenvolvimento urbano ou de habitação. Esta dificuldade devia-se à enorme distância entre esses lugarejos e as Cohabs, além da pouca disponibilidade de recursos das prefeituras para qualquer ajuda destinada à melhoria das habitações locais e obras de infra-estrutura básica.

Essas foram as principais razões que levaram o Governo do Rio Grande do Norte a recorrer ao BNH para alocação de recursos nas obras de melhoria, construção e

ampliação das habitações e outros serviços públicos dos povoados de Mulungu, Carnaúba, Sítio, Coqueiros, Capim e Lagoa Nova. Posteriormente, com a chegada da seca em maio deste ano, Piquiri foi incluído no convênio, passando assim a ser a sétima comunidade atendida pelo programa de caráter experimental.

Antes da implantação deste programa de grande cunho social que atenderá uma população das mais carentes do Nordeste, tomou-se o cuidado de se aplicar pesquisa que pudesse aferir as reais necessidades de cada lugarejo. Apuradas as necessidades, partiu-se então para o agrupamento dos povoados de acordo com critérios peculiares do ponto de vista econômico, demográfico e de recursos naturais.

Dessa forma houve povoados que ficaram reunidos na zona eminentemente pesqueira, outros na costeira e alguns na zona agreste (os mais pobres de toda a região Nordeste).

COMO SERÁ DESENVOLVIDO

O projeto de integração rural está sendo desenvolvido pelo Governo estadual do Rio Grande do Norte, que atua como agente promotor e conta com a participação efetiva das prefeituras dos povoados e vilas beneficiados. Na qualidade de agente financeiro do programa atua o Banco do Estado do Rio Grande do Norte (BANDERN).

Só poderão ser atendidos pelo projeto comunidades rurais que não tiveram ainda acesso a progra-

mas financiados pelo BNH ou outro órgão ligado à habitação. Outra exigência é que os povoados tenham menos de três mil habitantes.

Assim, o Programa Integrado de Melhoria de Pequenos Núcleos Urbanos de Apoio à Atividade Rural poderá ser executado em lugares carentes que propiciam a imigração para centros mais bem dotados de infra-estrutura e que, por isso, podem trazer desequilíbrio entre o meio rural e o meio urbano.

Outra característica deste programa é que ele engloba programas de outras entidades governamentais, justamente por visar o desenvolvimento integrado do conglomerado. É assim que o Minter com o Rondon, a LBA com as creches-casulo e a Secretaria de Planejamento do Estado com o seu Proart estão trabalhando em conjunto para que as populações aprendam a lidar com os equipamentos comunitários, tenham onde deixar seus filhos e aprendam artesanato, que será comercializado em cooperativas da Seplan. Este último programa é voltado para a mulher que assim terá condições de ter uma fonte de renda contribuindo para aumentar o orçamento familiar.

O projeto de integração rural é destinado a famílias com renda de zero a três salários mínimos como o Promorar (Programa de Erradicação da Subabitação) e será desenvolvido pela Cesh (Carteira de Erradicação da Subabitação) do BNH.

Este programa representa uma experiência que antecede à imple-

mentação do Placar (Programa de Habitação Rural) que deverá ser lançado até o final deste ano pelo Presidente Figueiredo e pelo Ministro Mário Andreazza. Tendo como principal agente financeiro o Banco do Brasil, o Placar se preocupará, sobretudo, com a fixação do homem no campo através da aquisição de moradia própria, com financiamento do BNH.

MAIS DE 300 EMPRESAS BRASILEIRAS QUEREM CONSTRUIR PARA EMPREGADOS

Mais de 300 empresas já manifestaram interesse em construir casas para seus empregados através do Programa Habitacional Empresas (PRO-HEMP), nos últimos meses. O Banco Nacional da Habitação já financiou 7.623 moradias, por intermédio do Prohemp e mais propostas estão em negociação, envolvendo a produção de mais 83.110 habitações.

Pelo Prohemp, qualquer empresa, pública ou privada, localizada no campo ou nos centros urbanos, poderá obter financiamento para a produção de habitações para seus empregados. Estas unidades podem ser vendidas, cedidas com opção de compra ou alugadas mediante taxa de ocupação e devem se situar perto do local de trabalho, para facilitar o acesso ao trabalhador.

TIPOS DE OPERAÇÃO

Pelo Prohemp está prevista a construção e comercialização de

empreendimentos habitacionais, mediante aplicação de recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), por meio de agente financeiro.

A produção de habitações com recursos próprios e a posterior comercialização através de agente financeiro é uma outra forma das empresas atuarem pelo programa. Esta aplicação através de agente financeiro implica no conseqüente reembolso do montante dispendido pelas empresas.

Uma outra finalidade do Prohemp é a concessão de financiamentos individuais, isto é, a empresa através do agente financeiro financia a compra de terreno ou da habitação pronta, construção, ou até a recuperação e melhoria da unidade habitacional a seus funcionários.

BENEFICIADOS

As empresas poderão ceder as habitações aos empregados para uso mediante opção de compra, já que o objetivo final é sempre a venda. Com isso, a empresa assegura ao empregado, pela intervenção do agente financeiro, o direito de aquisição da unidade até o prazo máximo de 25 anos. O valor de venda das unidades, aos empregados, será sempre limitado ao custo final apurado.

Podem incidir no custo do empreendimento os custos de terreno, projetos, obras de urbanização e infra-estrutura, obras de construção das habitações, obras de equipamento comunitário e despesas financeiras decorrentes da operação.

Se o empregado revender a unidade, a empresa poderá obter o ressarcimento da parcela do custo da habitação que tiver sido subsidiada por seu intermédio. Tal subsídio é normalmente concedido pela empresa para compatibilizar o valor de venda do imóvel com a renda do empregado.

Ainda no caso de revenda da unidade pelo empregado, a empresa terá preferência na indicação de novo comprador ou na aquisição, em igualdade de condições com a melhor oferta do mercado quando poderá continuar a pagar as prestações do imóvel ao agente financeiro, nas mesmas condições estabelecidas para o funcionário.

Em circunstâncias especiais, o BNH poderá dispensar a obrigatoriedade da empresa comercializar as moradias produzidas pelo Prohemp.

AGENTES

Participam da execução do programa todos os agentes financeiros do SFH, além dos agentes promotores, que são as próprias empresas ou ainda as entidades por elas instituídas para promover programa habitacional para seus empregados, bem como os agentes para atividades complementares (órgãos assessores), que são órgãos de assessoria às empresas para exercer funções específicas para a consecução do programa habitacional das empresas.

CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO AOS EMPREGADOS

O Prohemp possibilita ao empregado a amortização da dívida num prazo de até 25 anos, à taxa de juros de até 10% ao ano, dependendo do valor do financiamento concedido. O valor do financiamento unitário médio é de 1.350 UPC, sendo que o sistema de amortização do financiamento poderá ser pela Tabela Price, pelo Sistema de Amortização Constante (SAC) ou pelo Sistema de Amortização com Prestação em Progressão Aritmética (SAPPA) e o reajuste da prestação poderá coincidir com o aumento salarial da categoria profissional do comprador da casa.

MODALIDADES DE FINANCIAMENTOS

Pelo Prohemp, os financiamentos do SFH, a serem concedidos por agentes financeiros aos empregados, possibilitam às empresas a liquidação do saldo devedor do repasse ou do empréstimo com recursos próprios. O financiamento é de 100% do custo de construção da unidade habitacional.

GARANTIAS

Nas operações do Prohemp, serão admitidas todas as garantias reais, preferencialmente, a hipoteca do terreno e benfeitorias.

Em casos especiais, a critério do agente financeiro, dependendo da natureza e volume da operação, poderão ser solicitadas outras garantias suplementares.



INFORMAÇÕES

MOBRAL LANÇA "MOVIMENTO JOVEM JOÃO PAULO II"

O MOBRAF, através das Coordenações Estaduais e Territoriais do órgão em todo o Brasil, lançou o "Movimento Jovem João Paulo II, com objetivo de mobilizar jovens que desejem realizar trabalhos comunitários voluntariamente, criando assim oportunidades para canalizar as energias de nossa juventude em favor das causas boas e dignificantes.

Uma das razões que levaram a instituição a criar o Movimento foi a oração do Papa João Paulo II aos jovens, em Belo Horizonte, conclamando-os à construção da nova sociedade, alertando-os contra a manipulação de que muitas vezes são alvo.

Entende o MOBRAF que o órgão pode ser um meio para que os jovens, tão desejosos de participar, ajudar, construir, possam realmente fazê-lo. Eles o querem, mas nem sempre sabem como. E por que então o MOBRAF não lhes abriria uma porta?

Ação catalizadora do MOBRAF

O "Movimento Jovem João Paulo II" se desenvolverá através do papel canalizador, organizador, do MOBRAF, começando nas Capitais, onde estão situadas as Coordenações do órgão e depois se expandindo aos demais municípios. Aos jovens, de acordo com suas características e disponibilidades de tempo, serão oferecidas tarefas simples e/ou complexas, dependendo da oportunidade. Poderão ser tão simples quanto a arregimentação de jovens para ler para cegos, visitar orfanatos e brincar com as crianças ou ir aos asilos e alegrar ou reconfortar os idosos. Poderão ser grupos para angariar doativos ou brinquedos — novos e usados — para os órgãos, ou agasalhos e roupas para os carentes em geral. Poderão ser núcleos de defesa ecológica, para a realização de trabalhos de proteção aos animais e vegetais, para fazer

campanhas de arborização e reflorestamento, para a limpeza e criação de novas áreas verdes, parques e praças. Serão também monitores voluntários dos programas do MOBRAF; elementos para recrutar novos participantes comunitários, organizadores de ruas de lazer e colônias de férias, etc.

O essencial, segundo o MOBRAF, é que os jovens querem e precisam participar, pois esta é a mais potente forma de educação que se lhes pode dar. Essa possibilidade lhes será proporcionada através do "Movimento Jovem João Paulo II", uma nova forma de ação comunitária, que coincide com os atuais objetivos do MOBRAF, o NOVO MOBRAF. ■

O CONFLITO IRAQUE/IRÃ E O ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO

Depois de intensas negociações, a Petrobrás completou, recentemente, a cota de suprimento de 200 mil barris de petróleo determinada pelo Governo para compensar o déficit provocado pela interrupção das exportações do Iraque. Com essas providências, tomadas imediatamente após o recrudescimento da crise entre os dois países, a companhia conseguiu assegurar o suprimento de petróleo a preços vigentes no mercado oficial.

Desde o começo da guerra, foram intensos e freqüentes os contratos da Petrobrás com o mercado internacional a fim de substituir, em parte, os volumes de óleo bruto fornecidos pelo Iraque. Em meio a dezenas de ofertas chegadas de múltiplas procedências — trading companies; empresas estatais ou majors — a preocupação fundamental dos técnicos da área de comercialização da Petrobrás foi descartar os oferecimentos que estabeleciam preços acima do mercado da OPEP.

A política de novas compras então adotada acabou por privilegiar as propostas que ofereciam óleo da Indonésia (55 mil barris/dia); Gabão (47 mil); Arábia Saudita (20 mil);

Equador (10 mil) e Venezuela (39 mil); URSS (20 mil) e Angola (8 mil). Foram também firmados negócios para importação do equivalente a 13 mil barris/dia de derivados, entre GLP e óleos diesel e combustível, com a Arábia Saudita, Venezuela, Espanha, Argentina, Gabão e Canadá. Os preços são vantajosos e, segundo a Petrobrás, as quantidades adicionais de petróleo bruto e derivados contratados dentro do teto máximo de 200 mil barris/dia para novas importações, fixado pelo Governo, são suficientes para garantir uma posição tranquila em relação ao suprimento interno, até que se chegue ao fim da guerra ou, pelo menos, até que sua evolução permita identificar a necessidade de novos contratos de suprimento.

Oriente Médio e Dependência Mundial

A metade de todo o petróleo consumido no mundo ocidental provém do Golfo Pérsico, onde estão localizadas quase 60 por cento das reservas mundiais; são também os países árabes os responsáveis pela produção diária de 21,5 milhões de barris, no total de 30,5 milhões extraídos pelos maiores exportadores reunidos na OPEP.

A dependência do subsolo árabe, especialmente daqueles países que escoam suas exportações pelo estreito de Ormuz, tornou-se, portanto, preocupação básica não só do Brasil, após o início do conflito. Com importações de ordem de 1.550 mil barris/dia, 68,8% de todo o petróleo comprado pela França vem do Golfo Pérsico. O Japão aí se abastece de 60,9% de suas necessidades, a Itália depende, no total de suas importações, de 62,9% do petróleo do Golfo, enquanto a Europa ocidental, como um todo, compra, nessa região, 59% do volume do petróleo que consome.

Nos Estados Unidos, essa participação cai para 28,4%, mas não por razões de ordem estratégicas. Ocorre que as características e qualidade do petróleo dos países do Golfo Pérsico, com elevado teor de enxofre, são incompatíveis com a maior parte das unidades do parque de refino norte-americano e contrariam, além disso, as severas medidas de combate à poluição adotadas por aquele país. Mesmo assim, os Estados Unidos vêm comprometendo, nos últimos anos, grandes investimentos no sentido de promover a adaptação de suas refinarias, de modo a permitir que processem este tipo de petróleo.

A Posição do Brasil

Para o Brasil, que tem procurado nos últimos anos diversificar ao máximo suas compras e hoje conta com 19 diferentes fornecedores, as importações do mundo árabe são imposição conjuntural seguida por todos os grandes importadores. Além da garantia de suprimento, é compromisso da Petrobrás obter petróleo em condições economicamente mais vantajosas para o País, propiciando, ao mesmo tempo, contrapartida de produtos brasileiros.

A capacidade de recebimento de navios de grande porte é item importante nos negócios do petróleo, pois o preço dos fretes aumentam em função da tonelagem dos navios. Hoje, por exemplo, o frete de um barril de petróleo na rota Golfo Pérsico/Rio, em navios de 30 mil toneladas, é de US\$ 4,13, caindo para US\$ 1,53 nos petroleiros superiores a 120 mil toneladas, que são os utilizados pela Petrobrás naquela rota.

A vantagem nos fretes para o Oriente Médio contrasta-se, assim, com países como Argentina, Uruguai, Estados Unidos, Venezuela e México, cujos portos não recebem petroleiros além de 120 mil toneladas.

Vantagens econômicas e imposições geográficas a parte, a Petrobrás não se desculpou, porém, do relacionamento com todas as demais nações produtoras. Prova disso é que passou a adquirir petróleo da Venezuela, México, China e Angola, entre outros, tão logo esses países tiveram disponibilidade de quantidades excedentes.

Essa diversificação é realista, pois mantém proporcionalidade com o volume de petróleo produzido em cada área exportadora: dos 34 milhões de barris comercializados por dia no mundo, cerca de 28 milhões (80%) são provenientes dos países de África e do Oriente Médio, sendo que desses, 60% saem dos campos da Arábia Saudita, Iraque e Irã, os dois primeiros nossos maiores fornecedores.

É importante lembrar que foi o bom relacionamento da Petrobrás, o cumprimento correto de seus compromissos e a eficiente prestação de serviços a aqueles países que permitiram ao Brasil manter hoje o estoque de petróleo e derivados em volumes muito superiores ao considerado estratégico, ou seja mais de 100 dias de consumo pleno.

Nossos investimentos e o trabalho no Iraque — que continua apesar do conflito — foram totalmente reembolsados e remunerados

em petróleo, atingindo os objetivos básicos de atuação da Petrobrás no exterior, através da Braspetro: participar dos lucros da produção e garantir o fornecimento de petróleo a preços de mercado.

Parte dos estoques de hoje foram conseguidos a preços favorecidos e o reembolso realizado a preços do petróleo em cada período do investimento efetuado no Iraque. A Petrobrás investiu, naquele País, US\$ 180 milhões descobrindo dois campos gigantes. Considerando o recebimento de indenizações, as diferenças nos preços dos petróleos fornecidos e os suprimentos adicionais de óleo, o País obteve, além do petróleo recebido e que hoje o coloca em posição relativamente tranqüila diante da situação mundial, ganhos de divisas da ordem de US\$ 600 milhões.

A concentração de grande parte das compras brasileiras no Iraque decorreu não somente da renegociação do acordo de Majnoon — que garante o fornecimento extra, a ser retomado logo após a cessação da guerra, de 160 mil b/d pelo período de treze anos. Foi o Iraque o País que compreendeu prontamente as urgentes necessidades de petróleo do País, quando a crise política por que passou o Irã, ano passado, motivou a suspensão de suas importações, na época em torno de 160 mil b/d e que deveriam chegar a 250 mil nos anos seguintes.

No quadro geral dos países do Oriente Médio, o Iraque é um dos poucos exportadores que possuem grande flexibilidade operacional para escoar sua produção. Além de dois terminais existentes no Golfo Pérsico, conta também com ampla capacidade de escoamento oferecida por rede de oleodutos que cortam o Líbano, a Síria e a Turquia, apresentando assim várias opções para a saída de seu petróleo.

Além da ampliação das fontes de abastecimento, também o relacionamento direto mantido entre a Petrobrás com as empresas estatais dos países produtores foi motivo para que jamais o País precisasse recorrer ao mercado spot, a preços que, muitas vezes, chegaram a ultrapassar o dobro dos oficiais. Seja no período da Guerra dos Seis Dias, durante a crise de 1973, na fase de transição política do Irã ou agora — épocas de aguda crise no mercado petrolífero mundial — jamais o abastecimento do País sofreu interrupções, ao contrário do que ocorreu com quase todas as nações importadoras.

SISTEMA DE TRANCEPTOR RÁDIO S-500/E-600



Montagem do S-500/E-600 em uso na Força de Defesa da Suíça.

A indústria suíça Zellweger Uster AG vem de lançar no mercado um novo sistema de rádio transmissor-receptor, completamente transistorizado, que possui as seguintes características técnicas:

- transmissão em A1, A2 e A3, e teletipo (FSK) e telefonia CSSB/DSB desde curtas distâncias até 800 km;
- integrado a um sistema criptográfico de múltipla substituição;
- chave de modulação das audiod frequências, que permite mascarar a conversação (scrambling);
- testes de operação contínua asseguram o funcionamento do aparelho por longos períodos;
- inovador sistema de antenas que minimiza a existência de zonas surdas (propagação de componente especial em grandes ângulos);
- controle remoto para todas as operações do aparelho;
- capacidade de acoplar duas linhas telefônicas;
- baixo consumo de energia e capacidade de ser alimentado por múltiplas fontes;
- peso e volume reduzidos.



LIVROS

ARQUIPÉLAGO GULAG. Alexandre Soljenitsin. Trad. de Francisco A. Ferreira et alii. Rio, BIBLIX, 1976.

A publicação de **ARQUIPÉLAGO GULAG** em Paris, em dezembro de 1977, no original russo, abalou a opinião pública mundial. Pela primeira vez tinha-se um relato completo, documentado, de episódios vividos, entre 1918 e 1956, na imensa rede de campos de trabalho soviéticos por onde passaram, segundo o autor, cerca de 66 milhões de pessoas.

Os desesperados prisioneiros do regime viviam em ilhas, tão numerosas que formavam um arquipélago e todo esse sistema era, por seu turno, administrado pelo departamento Gulag (Administração Geral dos Campos). Daí o título: **ARQUIPÉLAGO GULAG**. Na sua tese central, o livro sustenta que as prisões em massa, os julgamentos iníquos e as execuções secretas fizeram parte do Estado soviético, desde a sua criação em 1918, não sendo apenas uma medida posterior e arbitrária de Stalin.

Em consequência, o escritor dissidente Alexandre Soljenitsin foi expulso de sua pátria e toda sua obra proibida. Era o último ato de um longo drama, que teve como um dos capítulos mais trágicos o suicídio de uma amiga, Elizavieta Voronínskaja, que havia revelado à polícia onde se encontrava o original de **ARQUIPÉLAGO GULAG**. Depois, disso, suicidou-se.

Soljenitsin decidiu então permitir, na França, a publicação do livro, escrito com base em suas experiências como prisioneiro em campos de trabalhos forçados, na Rússia de Stalin, e depoimentos de outros 27 ex-detentos.

Tudo começou em janeiro de 1945. Alexandre Soljenitsin, nascido a 11 de dezembro de 1918, na velha cidade caucasiana de Jislovodsk, tinha, então, 27 anos e estava lutando contra os alemães, como capitão de Artilharia do Exército soviético. Detido na frente de

Koenigsberg, foi condenado sem julgamento a oito anos de prisão e mais quatro de exílio numa remota aldeia soviética, tendo passado pelo menos um ano hospitalizado para tratamento de câncer. A acusação baseou-se em carta que enviou a um amigo, na qual criticava os privilégios do Exército e a conduta do Marechal Stalin em relação à guerra.

Para um jovem com boas perspectivas, formado em Ciências Físicas e Matemáticas pela Universidade de Rostov e em Literatura pelo afamado Instituto de Moscou, era um duro golpe. Em 1954, reabilitado pelo Tribunal Militar, tornou-se professor de Literatura em Riazan e, em 1962, após as denúncias de Krushev contra Stalin, seu livro **UM DIA NA VIDA DE IVÁ DENISSOVITCH** aparece nas livrarias de Moscou e se esgota rapidamente.

A repercussão de obra impressionou as autoridades que — terminado o degelo político sob Krushev — proibiram os livros do escritor. Ainda assim, **O PRIMEIRO CÍRCULO**, **PAVILHÃO DE CANCEROSOS** e **AGOSTO 1914** foram publicados no Ocidente e circulam na URSS em edições clandestinas, ou samizdat.

Em 1969, Soljenitsin foi expulso do Sindicato dos Escritores e, portanto, impedido de ganhar a vida escrevendo. O Prêmio Nobel, a ele concedido em 1970, acirrou ainda mais a atitude do Governo contra ele. Após a publicação de **ARQUIPÉLAGO GULAG**, o escritor foi levado de avião, sob protesto, para a Alemanha Ocidental e, em fevereiro de 1974, escolheu a Suíça para morar e produzir os volumes seguintes do **ARQUIPÉLAGO**.

O leitor irá constatar que, na elaboração do texto, não houve empenho de dramatizar cenas, nem, tampouco, intenção de descaracterizar nomes e situações. Em breve nota, antes de iniciar a narrativa, o próprio Soljenitsin faz questão de enfatizar este seu compromisso com os fatos: "No presente livro não há acontecimentos imaginários, nem personagens imaginárias. (...) Tudo se passou exatamente assim".

A TERCEIRA GUERRA MUNDIAL Gen. Sir John Hackett et alii. Trad. de Heliodora Carneiro de Mendonça. Revisão técnica do Cel. Armando E. Moreira. São Paulo; Melhoramentos, 1979.

Da torre de seu tanque Sheridan, estacionado no topo da Colina 402, o Capitão Jack Langtry, do 119 Regimento de Cavalaria Blindada do Exército dos EUA, perscrutava com seu binóculo o território da Alemanha Ocidental. Na desmaiada luz da aurora, viu ele diversas formações de veículos blindados avançando pela fronteira das duas Alemanha e rumando para o Passo de Fulda — a clássica rota de invasão do território da Alemanha Ocidental. Langtry agarrou o microfone de seu rádio: Cavalo Preto Um Zero, aqui fala Enxada Seis, chamou ele, na linguagem cifrada convencional. Confirmando observação de Charlie: Uma grande formação blindada atravessou fronteira interalemã às Zero Três Cinco Zulu, efetivo aproximado brigada (...). Informe Cavalo Preto Seis que Enxada Seis vai engajar-se. Desliga.

Acabava de começar a invasão da Europa Ocidental por forças da URSS.

Com esse vívido cenário, o general britânico Sir John Hackett, antigo Vice-Chefe do Estado-Maior e Comandante do Grupamento Norte de Exércitos da OTAN, inicia sua narrativa da irrupção da III Guerra Mundial, que pode ser resumida da seguinte forma: A liderança soviética, acossada por graves problemas internos e pelo crescente descontentamento entre os países da Europa Oriental, decide testar a tempera de um novo presidente dos EUA. Golpes de Estado, com apoio soviético, segundo o autor, fazem com que os campos petrolíferos da Arábia Saudita, Kuwait e Iraque caiam sob o controle do Egito, que, a essa altura, estaria novamente na órbita de influência de Moscou. Simultaneamente, Moçambique e Namíbia, então já um país independente, ameaçam invadir a África do Sul. Na Europa, os soviéticos invadem a Iugoslávia, que se tornou um país fraco e dividido, após a morte do Marechal Tito.

Diante disso, forças americanas são deslocadas de suas bases na península italiana e esmagam os russos em território iugoslavo. Para salvar as aparências, os russos lançam os exércitos do Pacto de Varsóvia pela fronteira interalemã, esperando derrotar a OTAN — e aí a situação começa a ficar insustentável.

Enquanto as forças da OTAN procuram conter essa invasão, os soviéticos desencadeiam um ataque nuclear contra a cidade inglesa de Birmingham, matando 300.000 pessoas. Em retaliação, submarinos nucleares norte-americanos e britânicos disparam os seus mísseis, varrendo do mapa a cidade de Minsk, na Bielorrússia. Levantes populares, que se seguem a esses acontecimentos, em várias repúblicas soviéticas, levam à derrubada da liderança do Kremlin — e, assim, termina a guerra.

Evidentemente, a **TERCEIRA GUERRA MUNDIAL** — AGOSTO DE 1985, além de ser um exercício de ficção, é também uma fábula acautelatória que persegue um propósito. Com efeito, se existisse a intenção de apenas produzir um best-seller de antecipação, bastaria mobilizar um John Le Carré, que imaginaria uma história bem mais atraente, embora tecnicamente menos plausível. As qualificações profissionais do autor não são absolutamente um aspecto pequeno da questão. Além disso, contou com a colaboração de seis destacados analistas militares britânicos e com a assessoria de altos chefes militares norte-americanos que ocupam postos-chaves no Comando Supremo da OTAN. Entre eles destacam-se o Marechal-do-Ar Sir John Barraclough, o Brigadeiro Kenneth Hunt, o Vice-Almirante Sir Ian McGeoch, o Major-General John Strawn, Sir Bernard Burrows e Norman McOrse, editor-assistente de The Economist.

Com a mobilização de tão ilustres especialistas não é de se crer que a intenção tenha sido de se publicar apenas mais uma obra de antecipação. Certos detalhes do texto e o inusitado interesse que o aparecimento de obra despertou nos podem colocar na pista que conduz ao fulcro das intenções. Por ocasião de seu lançamento, o então Primeiro-Ministro James Callaghan sentiu-se na obrigação de oferecer pessoalmente um exemplar ao Presidente Carter. No Brasil, segundo o Programa Fantástico da TV Globo, um dos primeiros leitores foi o ex-Presidente Ernesto Geisel. Na Inglaterra, a obra de Hackett foi incluída na bibliografia recomendada aos oficiais que pretendem cursar a Escola de Comando e Estado-Maior. Tão grande foi a repercussão de **A TERCEIRA GUERRA MUNDIAL** — AGOSTO DE 1985, que desde o seu lançamento até o momento em que foi redigida esta resenha, o livro já havia vendido mais de um milhão de exemplares em todo o mundo. No Brasil, a

Melhoramentos foi a primeira editora a traduzir e publicar o livro, seguida pela Bibliex. Além disso, o Jornal do Brasil, na sua edição de 6 de maio de 1979, dedicou todo o seu Caderno Especial ao assunto.

Mas o sintoma mais significativo é o fato de altos chefes militares norte-americanos terem colaborado no preparo dos originais. É de se crer, portanto, que o Pentágono se tenha, afinal, convencido de que as defesas ocidentais se tornaram demasiadamente frágeis e que os EUA devem aumentar seu comprometimento militar naquele continente. Na terra de Tio Sam, onde o cidadão contribuinte exerce uma influência considerável, há necessidade de adverti-lo para a existência de um

perigo real para conseguir sua adesão. O livro tão cuidadosamente elaborado se destinaria, pois, a predispor favoravelmente a opinião pública ao projeto de fortalecimento da OTAN. Tal convicção é reforçada pelo próprio texto, onde o autor sustenta que a obtenção da vitória só foi possível porque os países integrantes da OTAN concordaram em fortalecê-la de forma significativa.

Com todo esse retumbante sucesso, Sir John Heckett e seus colaboradores devem ter alguma razão para acreditar que sua obra tenha alcançado o objetivo visado, embora a repercussão se deva também a uma soma de outros fatores. Afinal, o livro conta uma boa história, é escrito corretamente e foi lançado segundo a melhor técnica de mercado. ■

Cimento, base de desenvolvimento.



Capão Bonito - SP

A ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A. é uma empresa do Grupo Industrial João Santos, tendo como finalidade principal a produção de Cimento, da marca NASSAU.

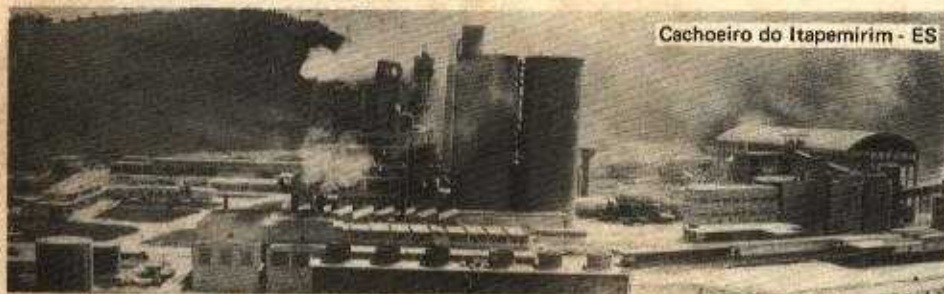
Esta empresa possui duas Fábricas, uma em Cachoeiro de Itapemirim—ES e a outra em Capão Bonito—SP., com capacidade de produção conjunta de 6.000 toneladas/dia de cimento NASSAU. A Fábrica de Cachoeiro de Itapemirim é uma das pioneiras no Brasil. Seu moderno laboratório foi o primeiro no Brasil a se equipar com espectômetro de Raio—X. Esta fábrica no decorrer do 1º semestre de 1979 transformou os 2 fornos de produção por via úmida para a via seca, a fim de obter uma sensível redução no consumo de óleo combustível, derivado do petróleo.

As duas unidades contam com os mais eficientes e modernos sistemas anti-polluição e Quadros Eletrônicos de Comando Centralizado, para todas as etapas do processo.

A Empresa proporciona 1.600 empregos diretos e possui serviços social, médico, dentário e Escola de 1º Grau para os dependentes dos funcionários.

Suas Fábricas comercializam o Cimento NASSAU em todos os Estados das regiões Leste e Sul do país, bem como no Estado da Bahia.

Como se apresenta, sua produção é de grande relevância, garantindo parte do abastecimento de cimento, um produto básico para o setor da construção civil e o desenvolvimento do país.



Cachoeiro do Itapemirim - ES



GRUPO INDUSTRIAL JOÃO SANTOS

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Cachoeiro do Itapemirim — ES

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Capão Bonito — SP